



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

THIAGO AUGUSTO GALEÃO DE AZEVEDO

**CORPOS COERENTES: UMA ANÁLISE SÓCIO-JURÍDICA SOBRE TRANSIÇÃO
CORPORAL E RELAÇÕES DE PODER**

BRASÍLIA
2020

THIAGO AUGUSTO GALEÃO DE AZEVEDO

**CORPOS COERENTES: UMA ANÁLISE SÓCIO-JURÍDICA SOBRE TRANSIÇÃO
CORPORAL E RELAÇÕES DE PODER**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito, em nível de Doutorado, da Universidade de Brasília – UnB, como requisito à obtenção do grau de Doutor em Direito, sob orientação do Prof. Dr. Miroslav Milovic.

BRASÍLIA
2020

THIAGO AUGUSTO GALEÃO DE AZEVEDO

**CORPOS COERENTES: UMA ANÁLISE SÓCIO-JURÍDICA SOBRE TRANSIÇÃO
CORPORAL E RELAÇÕES DE PODER**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Miroslav Milovic (Orientador)
(PPGD/UNB)

Prof. Dr. Menelick de Carvalho Netto
(PPGD/UNB)

Profa. Dra. Lourdes Maria Bandeira
(PPGS/UNB)

Prof. Dr. Felipe Rodolfo de Carvalho
(PPGD/UFMT)

Prof. Dra. Suzana Viegas
(FD/UNB - Suplente)

Àqueles que sentem em seus corpos e vivências a
marca da opressão social.

AGRADECIMENTOS

Parto do princípio de que ninguém chega a lugar algum sozinho. Para estar concretizando essa pesquisa precisei de tantos. E ainda que não precisasse, tantos outros foram importantes, seja com um sorriso, uma palavra de afeto ou um incentivo. Independente de sua participação nessa pesquisa, agradeço muito!

Agradeço a Deus.

Agradeço aos meus pais, Dayse e Edinaldo, que nunca mediram esforços para me proporcionar uma boa educação e embarcaram no sonho do doutorado junto comigo, dando-me toda a assistência necessária, material e afetiva, para que este sonho fosse possível. Amo vocês, demais.

Agradeço a minha irmã, Camyla. Minha pequenina gigante. Minha melhor amiga e parceira de vida.

Agradeço à minha avó Dora, quem sempre deu toda a assistência à nossa família, à nossa casa, nos momentos de saudade, que não foram fáceis ao início.

Agradeço a Tica, por todo o seu amor e dedicação à nossa família.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Miroslav Milovic, quem desde o início do doutorado foi um exemplo e uma inspiração. Sou eternamente grato por confiar em mim, no meu trabalho.

Agradeço aos professores do PGGD/UNB, Prof. Menelick de Carvalho; Prof. Roberto Bueno; Prof. Alexandre Costa; pelos ensinamentos repassados.

Agradeço à profa. Lourdes Bandeira, um verdadeiro exemplo na docência. Inspiração. Obrigado por me ensinar tanto.

Agradeço à Euzilene, em nome da secretaria do PPGD/UNB, por sempre estarem dispostos a ajudar, com atenção e carinho.

Agradeço à Bárbara Lou, professora e orientadora do mestrado que hoje se tornou uma amiga, e quem eu pra sempre levarei no meu caminhar;

Agradeço ao Jean Deluchey, por toda a inspiração e conselhos ao início do doutorado;

Agradeço à minha amiga Ana Amélia, nossa amizade é uma fonte de força e alegria em minha vida.

Agradeço ao amigo Bruno Brasil, por tanto afeto e carinho. Sua parceria é um presente pra vida.

Agradeço à minha amiga Lorena Matos. Você fez parte diretamente disso tudo. Os meses que moramos juntos em Brasília sem dúvida serão inesquecíveis.

Agradeço à minha amiga Larissa Matos, por todas as conversas, trocas de experiências e fortalecimentos.

Agradeço ao amigo Ary, por tanto amor e confiança em mim. Sua amizade é um presente em minha vida.

Agradeço aos amigos Ridivan, Maira e Melissa; a amizade de vocês é única. Obrigado por tanto.

Agradeço aos meus primos Tayssa e Mayko, por tudo, pelo amor e afeto.

Agradeço à amiga Paula, minha parceira em Barra do Garças, minha família por aqui. Obrigado por tanto afeto e companheirismo.

Agradeço ao Iuri, por ouvir os desabafos e angústias da reta final. Por toda ajuda e afeto constante.

Agradeço aos amigos André e Lahis. Amigos que o doutorado me trouxe. Obrigado por tanto.

Agradeço às amigas Eduarda e Fernanda. O afeto, amizade e carinho de vocês são únicos.

Agradeço aos queridos amigos que fiz em Barra do Garças, Evelyn; Douglas; Vitor; Marcus;

Agradeço aos amigos que a UFMT me deu, Aline; Felipe; Alexandre e Ana. Vocês tornam a caminhada mais leve.

Agradeço a tantos outros, meu muito obrigado por tudo!

[...] Mulher tem que ter buceta, mulher é buceta! E os namorados? Mas como vocês se relacionam? Ah tá, ele é gay. Ué, mas você não é gay? Trans não é gay? Vamos falar a verdade, é tudo igual né. Pouca vergonha. Falta de respeito. Isso é falta de Deus. Falta de amor próprio. Doença. Eu não entendo direito como funciona esse negócio de nascer de um sexo, mas se perceber de outro. Me explica? Ah não, explica não. Agora tô sem tempo. Eu não entendo, mas respeito, isso que importa. Drama! [...] (Lana de Holanda; Grupo Transcritas Coletivas, 2017).

RESUMO

A presente tese de doutoramento tem como objeto de estudo a mudança do corpo para além do discurso oficial, que a sustenta como um direito conquistado em níveis de saúde pública e que a coloca como um elemento de cura de uma inadequação do corpo biológico a uma identidade de gênero. A tese é estruturada e desenvolvida à luz da problemática composta pelo questionamento da relação entre o citado discurso oficial da mudança do corpo e um complexo de poder, que reproduz relações castradoras de formas de vida, de corpos que não sejam coerentes. Problemática em consonância com o objetivo geral de pesquisa, que consiste em compreender a relação da mudança do corpo, sustentado por um discurso jurídico e médico, para com as relações de poder próprias ao corpo, sexo e gênero; por meio da concretização dos objetivos específicos que perpassam pela reconstrução do referido discurso, estudo das relações de poder incidentes sobre os objetos da pesquisa, assim como a investigação da presença de escolha no ato de mudar o corpo, refletindo-se sobre o potencial castrador da transição corporal e do seu discurso, e o papel do Direito nesse complexo de poder. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que utiliza o método de análise de conteúdo. Em termos de resultados, sustentou-se a transição corporal, assim como o discurso que a envolve, como elementos de relações de poder, pautadas no heterossexismo, coerência sexual e complementariedade sexual; defendendo-se uma nova realidade, universal, marcada pelo tornar-se, ao invés do ser.

Palavras-chave: Corpo sexuado; Coerência sexual; Gênero; Relações de poder; Transição corporal.

ABSTRACT

The present doctoral thesis has as object of study the body change beyond the official discourse, which upholds it as a right earned at public health levels and which places it as an element of healing from an inadequacy of the biological body to a gender identity. The thesis is structured and developed according to the problem composed by questioning the relation between the aforementioned official discourse of body change and a power complex, which reproduces castrating relations of life forms, of bodies that are not coherent. Problems in line with the general objective of research, which consists in understanding the relation of the change of the body, sustained by a legal and medical discourse, to the power relations proper to the body, sex and gender; through the achievement of the specific objectives that pervade the reconstruction of said discourse, the study of power relations incidents on the objects of the research, as well as the investigation of the presence of choice in the act of changing the body, reflecting on the potential beaver of bodily transition and speech, and the function of law in this power complex. This is a qualitative research, which uses the content analysis method. In terms of results, it supported the corporal transition, as well as the discourse that involves it, as elements of power relations, based on heterosexism, sexual coherence and sexual complementarity; defending a new reality, universal, marked by becoming, rather than being.

Keywords: Sexual body; Sexual coherence; Gender; Power relations; Body transition.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Resultado de uma pesquisa sobre brinquedos *femininos* em uma loja de varejo online (brinquedo tábua de passar roupa).

LISTA DE ABREVIATURAS/ SIGLAS

A.C – Antes de Cristo;

ACP – Ação Civil Pública;

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade;

APA – Associação Psiquiátrica Americana;

ATRANSPARÊNCIA/RN – Associação de Travestis e Transexuais Potiguares na Ação pela Coerência no Rio Grande do Norte;

CFM – Conselho Federal de Medicina;

CID – Cadastro Internacional de Doenças;

CIS – Cisgênero;

CsO – Corpo sem Órgãos;

D.C – Depois de Cristo;

DF – Distrito Federal;

DSM - Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders;

GM – Gabinete do Ministro;

HBIGDA – Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association;

IBRAT – Instituto Brasileiro de Transmasculinidades;

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros;

MIN. – Ministro(a);

MPF – Ministério Público Federal;

MS – Ministério da Saúde;

N. – Número;

NATRA-PE – Nova Associação de Travestis e Transexuais de Pernambuco;

OMS – Organização Mundial da Saúde;

P. – Página;

PROC. – Processo;

RS – Rio Grande do Sul;

SAS – Secretaria de Atenção à Saúde;

SÉC. – Século;

SIH SUS – Sistema de Informações Hospitalares;

STF – Supremo Tribunal Federal;

SUS – Sistema Único de Saúde;

TJSC – Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina

TRANS – Transgênero;

UCLA – Universidade da Califórnia em Los Angeles;

UFBA – Universidade Federal da Bahia;

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro;

UFT – Universidade Federal de Tocantins;

UNB – Universidade de Brasília;

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 O DISCURSO OFICIAL DE ALTERAÇÃO DO CORPO COM FINS DE READEQUAÇÃO À IDENTIDADE DE GÊNERO	20
1.1 BREVE REVISITAÇÃO HISTÓRICA DA TRANSEXUALIDADE E DAS CONSEQUENTES ALTERAÇÕES CORPORAIS COM O OBJETIVO DE READEQUAÇÃO DO CORPO.....	21
1.2 OS INSTRUMENTOS PÁTRIOS ANUNCIADOS COMO DE READEQUAÇÃO DO CORPO BIOLÓGICO À IDENTIDADE DE GÊNERO.....	26
1.2.1 <i>Uma questão de saúde: discurso jurisprudencial pátrio sobre a alteração do corpo de pessoas trans.....</i>	<i>32</i>
2 RELAÇÕES DE PODER E SEXO: O DISPOSITIVO DE SEXUALIDADE E A SEXUALIZAÇÃO DO CORPO.....	41
2.1 RELAÇÕES DE PODER: DA MORTE À VIDA MORTA.....	42
2.2 MORAL E PRÁTICAS SEXUAIS NA GRÉCIA CLÁSSICA E NOS DOIS PRIMEIROS SÉCULOS DE NOSSA ERA.....	45
2.3 RELAÇÕES DE PODER, MORAL E PRÁTICAS SEXUAIS NA MODERNIDADE.....	60
2.3.1 <i>A incitação do sexo e o dispositivo de sexualidade: o sexo como um elemento de disputa pública</i>	<i>60</i>
2.3.2 <i>Dispositivo de sexualidade e a vinculação do sexo à sua função reprodutiva na modernidade</i>	<i>67</i>
2.3.2.1 <i>A imposição médica da normalidade na modernidade: Teoria da Degenerescência e a vinculação do sexo à sua função reprodutiva</i>	<i>72</i>
2.3.3 <i>A sexualização do corpo como um instrumento de controle político e econômico.....</i>	<i>74</i>
2.4 ORDEM MORAL RELATIVA AO SEXO, CORPO E GÊNERO: DA ANTIGUIDADE À MODERNIDADE, À LUZ DA TEORIA DE MICHEL FOUCAULT	91
3 RELAÇÕES DE PODER E CORPO: O DISPOSITIVO DE TRANSEXUALIDADE E A PRODUÇÃO DE CORPOS COERENTES	94
3.1 DISPOSITIVO DE TRANSEXUALIDADE.....	94
3.1.1 <i>Produção do corpo sexuado, relações de poder e cultura</i>	<i>101</i>
3.1.2 <i>Produção de corpos coerentes: estabilidade entre sexo, corpo e gênero</i>	<i>121</i>

4 VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E A <i>ESCOLHA</i> DE MUDAR O CORPO: ANÁLISE DA TEORIA DA DOMINAÇÃO SIMBÓLICA E DE CONTEÚDO DE ESCRIVIVÊNCIAS DE PESSOAS TRANS	129
4.1 VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E A INCORPORAÇÃO DE UMA DOMINAÇÃO	131
4.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO DE ESCRIVIVÊNCIAS: REALIDADE SOCIAL DE GÊNERO CONSTRUÍDA	142
4.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO DE ESCRIVIVÊNCIAS: EFEITOS DE RELAÇÕES DE PODER EM SOCIEDADE	155
4.4 ANÁLISE DE CONTEÚDO DE ESCRIVIVÊNCIAS: MUDANÇA DO CORPO E RELAÇÕES DE PODER	170
4.5 RELAÇÕES DE PODER, VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E A <i>ESCOLHA</i> DE ALTERAR O CORPO: A (IN)EXISTÊNCIA DE VONTADE NA TRANSIÇÃO CORPORAL.....	181
5 GÊNERO, CORPO E COERÊNCIA: O DISCURSO OFICIAL DE GARANTIA DE DIREITO A SAÚDE COMO UM INSTRUMENTO DE NORMALIZAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DE FORMAS DE VIDA	186
5.1 GÊNERO E ARTIFICIALIDADE: UMA ANÁLISE DO GÊNERO COMO UM PRODUTO DE RELAÇÕES DE PODER	186
5.2 ALTERAÇÃO DO CORPO E RELAÇÕES DE PODER: RATIFICAÇÃO E INCORPORAÇÃO DE UM COMPLEXO DE PODER.....	193
5.3 DISCURSO DE GARANTIA DO DIREITO CONSTITUCIONAL À SAÚDE E PADRONIZAÇÃO DE CORPOS E DE FORMAS DE VIDA: O DIREITO COMO INSTRUMENTO DE NORMALIZAÇÃO	199
5.4 PARA ALÉM DO CORPO SEXUADO: O EXERCÍCIO DE UMA ARTE DE VIVER.....	209
CONSIDERAÇÕES FINAIS	218
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	224
ANEXOS	230
ANEXO 1: LISTA (SIH SUS) DE HOSPITAIS CREDENCIADOS PARA CIRURGIA E ACOMPANHAMENTO PRÉ E PÓS-OPERATÓRIO	230
ANEXO 2: LISTA (SIH SUS) DE HOSPITAIS CREDENCIADOS PARA ACOMPANHAMENTO CLÍNICO PRÉ E PÓS-OPERATÓRIO E HORMONIOTERAPIA	231

INTRODUÇÃO

Mapear os aspectos introdutórios de uma pesquisa se torna um desafio ao se considerar a tarefa que o seu autor carrega consigo em ter que construir um aquário do que será apresentado e analisado em um estudo acadêmico, como este. Todavia, fugindo um pouco da estabilidade, e também previsibilidade, das normas metodológicas; optou-se por agregar outros elementos a este texto inicial.

Trata-se de uma tese de doutorado que tem como base um assunto que envolve pessoas identificadas como trans, o *corpo trans*, porém escrita por um *homem, cis e branco*. No mínimo, essa frase causa um estranhamento ou, pelo menos, um receio do que está por vir. É de se confessar que o próprio autor ao ser encaixado em tais categorias sente um impacto. Portanto, nada mais conveniente do que iniciar o trabalho tratando do lugar que o autor da presente tese fala, analisa o seu objeto, ainda que brevemente.

Como já indicado no parágrafo anterior, o autor do presente trabalho é um *homem cis, branco, nortista*, de Belém do Pará. Para quem não suporta categorias, acredita-se que estas três já são o bastante para mapear a lente de análise utilizada na construção da presente pesquisa. O autor estudou do maternal ao mestrado em instituições particulares de ensino. Vê-se tais fatos como privilégios, em detrimento da falácia da meritocracia.

Estudou-se Direito em uma das mais caras faculdades, e também mais bem avaliadas, de Belém do Pará. Em seguida, antes da festa de formatura, que os seus pais puderam pagar, já se estava assistindo aula de mestrado, também, na referida faculdade. Mais privilégios. Em seguida, estava-se cursando, concomitantemente ao mestrado, um curso de pós-graduação em Direito Civil em Minas Gerais. Privilégios.

Privilégios que são reconhecidos e mapeados para fins de conhecimento do presente autor e de sua trajetória, que resultou em mais um espaço privilegiado, a vaga em um doutorado de Direito, em uma Universidade Pública de excelência no Brasil, em um programa de pós-graduação renomado. Com lucidez, não se sustenta uma questão de mérito. Pode-se até falar de esforço, mas o mesmo não seria suficiente na ausência de oportunidades.

Defende-se que uma forma de compensar socialmente estes privilégios que lhe foram dados é os devolvendo à sociedade de alguma maneira, ainda que seja não estudando algo pro seu próprio umbigo ou para fortalecer os bolsos daqueles que enriquecem às custas da mão-de-obra dos menos favorecidos.

E uma das inúmeras formas de devolver estes privilégios em prol da comunidade é por meio da pesquisa, estudando assuntos que possam consubstanciar, robustecer e reconhecer o protagonismo daqueles a quem se tenta silenciar, mas que não se consegue por completo. Buscando-se, de alguma forma, alterar a realidade social hostil criada e exercida sobre estes. O espaço que aqui se ocupa, dificilmente, é composto por pessoas trans. Dificilmente, porque felizmente é possível identificar uma mudança neste sentido, ainda que não no ritmo adequado.

Tem-se urgência! Quando se fala em morte em vida, morte do prazer, do desejo, da felicidade, de projetos de vida. Tem-se urgência! Quando se estuda, escreve-se de um país conhecido como o que mais mata pessoas transexuais no mundo. Tem-se urgência! Quando se fala de controle de corpos, de sofrimento, de angústia, de suicídio. Pessoas estão morrendo e nós mesmos assinamos a motivação destes atestados de óbito. Tem-se urgência!

Em uma trajetória que tinha tudo para ser formadora de preceitos neoliberais, pelas inúmeras influências que eram exercidas sobre o autor, dentro e fora do seu lar, faculdade, estágios e trabalhos; há pessoas que podem mudar o caminho, para melhor. Felizmente, no seu caso, uma professora. Gozado, não é mesmo? Em um quadro atual de desvalorização da docência, em todos os seus níveis, da educação; cheira poesia se falar da importância de professores em nossas vidas. Bárbara. Seu nome.

Recém ingressante ao mestrado, empolgado estava com a temática da Bioética e Biodireito. Queria-se falar sobre cirurgia de mudança de sexo. Um tema perigoso, a depender do viés que é dado. Bárbara orientou para além de sala de aula. Para a vida. Na transição de 2015 para 2016, defendeu-se uma dissertação sobre a relação das categorias sexuais e a dominação de formas de vida, que ensejou um livro *Direitos para alienígenas sexuais* (2016), em que se analisou políticas públicas no Estado do Pará e a forma como elas lidavam com os sujeitos que diziam proteger. A forma? Como anormais. Alienígenas.

Mal informados, ou melhor, mal-intencionados; não conhecem o poder de um professor na vida de um aluno e o quanto isso tem de transformador, poesia e afeto. Inconformado, por não ter estudado ainda o objeto que se queria estudar ao início do mestrado, inscreveu-se no processo seletivo de doutorado em Direito da Universidade de Brasília, incentivado por Bárbara.

Aprovado. Em 2017, morou em Brasília cumprindo os créditos de disciplinas. Entretanto, por questões profissionais, no ano seguinte retornou a Belém, onde morou até julho de 2019, em razão de aprovação em concurso para ser professor da Universidade Federal de Mato Grosso, no campus de Araguaia, cidade de Barra do Garças, onde reside atualmente.

Esta história, além de homenagear uma profissão belíssima e ilustrar a autoria do estudo, tem um outro motivo. Mapear que esta tese foi escrita em diferentes lugares, sob olhares diversos, espaços diversos. Ao menos Belém, Brasília e Barra do Garças.

Mas, retornando um pouco, é necessário ainda contextualizar o que motivou a escolha do objeto da presente tese. Uma entrevista da modelo *Lea T* para uma revista eletrônica de alcance nacional e internacional¹, em que a mesma destacava as suas angústias pós-cirurgia, frisando um tipo de promessa vendida com o procedimento cirúrgico, no sentido de que a partir deste a mesma se tornaria uma mulher.

Suas angústias estavam pautadas na ausência de um auto-reconhecimento como uma mulher, mesmo após a cirurgia, à luz de uma lógica social disseminada que correlaciona diretamente o corpo ao gênero do indivíduo. Outra questão que chamou atenção do autor à época foi uma série de notícias veiculada por um site chamado *Sex Change Regret*, que compila vários depoimentos sobre o arrependimento posterior à cirurgia de redesignação sexual, porém em uma perspectiva biológica.

Diante destas questões, passou-se a perguntar sobre a relação do *corpo* com o *gênero*, não em uma perspectiva biológica, pelo contrário, em um viés crítico, principalmente, pautado nos ideais defendidos pela *teoria queer*. Indagou-se sobre instrumentos de alteração do corpo em função de um discurso de readequação do corpo biológico ao gênero. E em que medida um discurso vendido como direito à saúde não era uma forma de limitar a experiência de vida de indivíduos em sociedade?

A partir de uma pesquisa exploratória, identificou-se uma série de documentos do Ministério da Saúde, do Conselho Federal de Medicina e em nível jurisprudencial, que convergem para a sustentação do sexo como elemento natural e o corpo como uma ponte de adequação do sexo ao gênero, tendo em vista que os mesmos, a partir de tal discurso, teriam que estar em consonância. Uma lógica de coerência.

Assim, identificou-se um discurso oficial de garantia do direito constitucional à saúde a partir da promoção da *transição de corpos*. Explica-se. Um discurso que sustenta que mudar o corpo, por meio da alteração do seu sexo biológico [*sic*], seja por meio de hormonioterapia ou cirurgias, é uma questão de saúde, ao propiciar que o sexo biológico do indivíduo esteja de

¹ Disponível em: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/01/cirurgia-nao-trouxe-felicidade-diz-lea-t-apos-troca-de-sexo.html>. Acesso em 18 de janeiro de 2016.

acordo com a identidade de gênero do mesmo, essencializando-se a necessidade de coerência entre os mesmos, sob o risco de se estar diante de uma patologia.

Tal discurso gerou uma série de provocações, surgindo um projeto de pesquisa, que com este estudo se materializa. Inicialmente, deve-se destacar a pergunta-problema que norteia a presente pesquisa. Qual seja: *em que medida o discurso sustentador da mudança do corpo, para fins de readaptação do biológico à identidade de gênero, como um instrumento de garantia do direito a saúde representa um instrumento de controle de corpos, de apagamentos de formas de vida?*

A problemática se faz presente ao se considerar a existência de um discurso amplamente sustentado pelo Estado, promotivo da modificação do corpo como um elemento de saúde pública. Somado a tal discurso, a problemática da pesquisa se constitui a se levar em consideração as críticas teóricas sobre o conceito de sexo, corpo e gênero, estes como elementos artificiais e frutos de relações de poder, reiteradas pela cultura. Questiona-se, assim, a medida que a transição corporal, com os citados fins, representa um instrumento de dominação, um instrumento de controle de corpos, à luz de uma perspectiva de coerência.

Trata-se de um estudo que tem como seu objeto central a alteração do corpo, sob o pretexto de readaptar um dito corpo biológico à identidade de gênero do indivíduo. Para a realização de tal análise, propõe-se o estudo sobre os elementos sexo, gênero e corpo; buscando-se refletir, a partir do referencial teórico selecionado, sobre a mudança do corpo pautada no referido discurso, investigando se esta serve a uma lógica de poder coerente, que exige um padrão corporal que corresponda a um gênero específico, dominando, assim, corpos e modos de vidas.

Uma ressalva deve ser feita. A pesquisa aqui proposta não tem como um de seus objetivos deslegitimar qualquer luta política, ou mesmo questionar a importância dos direitos conquistados, no século passado e no presente, na seara do gênero e sexualidade. Tais conquistas não podem ser apagadas, deslegitimadas em detrimento da concepção de que seriam frutos ou estariam servindo a uma lógica de poder e verdade sobre o sexo e sexualidade. E sim propiciar a reflexão, uma análise crítica, contribuindo para a desnaturalização de estruturas de poder e verdade. Suscita-se uma lógica de reflexão do passado e do presente e reconstrução do presente e do futuro, e não do esquecimento e desmerecimento do passado.

Quanto ao objetivo geral da pesquisa, trata-se de analisar a relação da transição corporal, e o discurso oficial que a envolve, com as relações de poder incidentes sobre o corpo, sexo e gênero, castradoras de formas de vida.

Por sua vez, tem-se quatro objetivos específicos. O primeiro seria reconstruir o discurso oficial que sustenta a transição corporal, com fins de readequação do sexo biológico à identidade de gênero, como um direito à saúde.

O segundo objetivo específico seria estudar as relações de poder incidentes sobre os elementos corpo, sexo e gênero. Examinando, para tanto, a possível lógica de poder e verdade incidentes sobre os mesmos e os seus efeitos quanto à artificialidade de tais elementos; assim como a ideia de coerência sexual e a sua relação para com a cultura.

No que concerne ao terceiro objetivo específico, trata-se de investigar a existência do elemento escolha no ato de mudar o corpo, diante de uma suposta não obrigatoriedade na realização da transição corporal.

Por fim, o quarto e último objetivo específico da presente tese é averiguar em que nível o discurso de garantia de direito à saúde, sustentado pelo Estado, no que concerne a transição corporal, é uma ferramenta de um complexo de poder. Ademais, refletir sobre o papel do campo jurídico na configuração de poder incidente sobre o corpo, sexo e gênero; assim como sobre estratégias de resistência.

Identifica-se, ainda, três hipóteses de pesquisa. Primeira. Em que medida ocorreria com a modificação do corpo uma ruptura de paradigmas em relação aos valores corporais dominantes que passam a ser adaptados a uma nova identidade de gênero, rompendo-se com dimensões hegemônicas heteronormativas, dando condições para a constituição de uma perspectiva meta social destes corpos se reintegrarem ontologicamente?

Segunda. Em que medida o indivíduo é compulsoriamente conduzido a se submeter a transição corporal, considerando-se o reconhecimento e a inserção do mesmo em sociedade, marcada por uma violência simbólica? E por fim. Em que nível o Direito faz o papel de envelope, de escudo, das relações de poder, mascarando uma dominação de corpos por meio de um discurso propiciador de garantias constitucionais?

O estudo aqui anunciado foi realizado a partir da perspectiva *qualitativa*, que se justifica diante da problemática apresentada, a qual não é suportada por um estudo quantitativo, tampouco é compatível com o mesmo. Para a realização da citada pesquisa qualitativa, utilizou-se *fontes secundárias*, materializadas em documentos do Ministério da Saúde, Conselho Federal de Medicina e decisões jurisprudenciais.

Ademais, utilizou-se também como fontes de análise 57 (cinquenta e sete) textos escritos por pessoas trans, em nível de compartilhamento de suas vivências, integrantes de uma

obra chamada *Nós, Trans: Escrivências de resistência* (2017). Tais textos foram objetos do método de *análise de conteúdo*, que foi especificado no quarto capítulo da presente tese, quando o mesmo foi aplicado.

Para o cumprimento do projetado, a tese foi estruturada em cinco capítulos. Em um primeiro, mapeou-se, reconstruindo-o, o discurso oficial sustentado pelo Estado, materialmente pelo Conselho Federal de Medicina, Ministério da Saúde e Poder Judiciário, representado por alguns de seus tribunais estaduais, federais e Supremo tribunal Federal; que veicula a mudança do corpo como uma questão de saúde pública, como uma forma de readequar o sexo biológico à identidade de gênero do indivíduo.

Em um segundo capítulo, debruçou-se sobre a teoria de Michel Foucault, analisando-se, à luz do referido filósofo, a construção moral, as relações de poder e os seus impactos no elemento sexo, na antiguidade, nos dois primeiros séculos de nossa era e, principalmente, na modernidade. Estudou-se o *dispositivo de sexualidade*. Em um terceiro capítulo, correlacionado ao anterior, procedeu-se com a análise teórica crítica da relação entre poder, sexo, corpo e gênero; à luz do estudo do *dispositivo de transexualidade*, citado pela socióloga Berenice Bento. Mais especificamente, investigou-se a concepção de coerência sexual e a sua relação para com a cultura.

Em um quarto momento, analisou-se a existência do elemento *escolha* na realização da mudança do corpo, estudando-se, para tanto, a teoria da dominação simbólica de Pierre Bourdieu. Por sua vez, ainda no referido capítulo, procedeu-se com uma análise de conteúdo de textos escritos por pessoas trans, que materializam suas vivências (escrevivências), componentes da obra *Nós, Trans: Escrivências de resistência* (2017); averiguando-se nestes textos a presença de relações de poder no que concerne ao corpo, gênero, sexo e transição corporal.

No quinto capítulo da presente tese, estudou-se o gênero e a sua possível artificialidade, principalmente, à luz da teoria da filósofa Judith Butler. Ademais, analisou-se, em linhas conclusivas, a alteração do corpo e a sua relação com as relações de poder, diante do sustentado ao longo do estudo.

Observou-se, também, o discurso jurídico de direito à saúde no que concerne a transição corporal, exposto e mapeado no primeiro capítulo, dissertando-se sobre o papel do Direito em relação ao complexo de poder, envolvendo o objeto da tese. Finalmente, refletiu-se sobre o corpo sexuado e formas de transcendência, propondo-se espaços de resistência às configurações de poder limitantes do corpo.

1 O DISCURSO OFICIAL DE ALTERAÇÃO DO CORPO COM FINS DE READEQUAÇÃO À IDENTIDADE DE GÊNERO

Trata-se de um capítulo introdutório em uma tese de doutoramento que tem como problemática a possível relação de uma concepção sustentadora da alteração do corpo como um instrumento de saúde, ao supostamente propiciar a readequação do corpo biológico à identidade de gênero, com um complexo de poder que teria em sua configuração a exclusão de formas de vida, de higienização do incoerente.

Antes de adentrar na problematização teórica da temática, entendeu-se por necessário sedimentar o conteúdo sobre o discurso de alteração do corpo com fins terapêuticos. Portanto, o presente capítulo tem como objetivo reconstruir e organizar, para o leitor da presente tese, as principais informações acerca da alteração do corpo biológico [*sic*] com os citados fins, para que a partir deste se possa iniciar um debate teórico sobre o assunto, possibilitando a resposta à pergunta de tese.

O capítulo tem um objetivo de reconstrução do discurso que sustenta a garantia do direito constitucional à saúde, quando trata da mudança corporal com fins de readequação de um corpo biológico à identidade de gênero de cada indivíduo. Para tanto, realizar-se-á, inicialmente, uma breve revisão histórica da *transsexualidade* e da alteração corporal efetuado sobre um *corpo trans*.

Em um segundo momento, mapear-se-á, de forma expositiva, o discurso oficial de mudança do corpo como instrumento terapêutico no Brasil, utilizando-se três elementos de análise: normas institucionais do Ministério da Saúde; portarias e parecer do Conselho Federal de Medicina e jurisprudências sobre o tema; com o nítido objetivo de consolidar a existência de um discurso oficial que prega a garantia do direito a saúde a partir da intervenção médica no *corpo trans*, concedendo-se, assim, sentido e legitimidade à pergunta de pesquisa e consequentemente, viabilidade e relevância à presente tese.

Eis, assim, um capítulo inicial que se projeta com um conteúdo de relevância para a tese, principalmente por sedimentar as bases da mesma, investigando-se o discurso de alteração do corpo, para os citados fins, como um elemento fruto da garantia do direito à saúde do indivíduo; discurso este que baseia a pergunta da presente pesquisa, sendo de alta relevância deixá-lo fixado ao início, para posterior análise crítica e problematização.

1.1 BREVE REVISITAÇÃO HISTÓRICA DA TRANSEXUALIDADE E DAS CONSEQUENTES ALTERAÇÕES CORPORAIS COM O OBJETIVO DE READEQUAÇÃO DO CORPO

A presente seção visa mapear historicamente o surgimento do discurso legitimador de alterações corporais a serem realizadas sobre o corpo biológico, com os já citados fins. Iniciar-se-á com as considerações da professora socióloga Berenice Bento sobre o assunto, em sua obra *Reinvenção do Corpo: Sexualidade e gênero na experiência transexual* (2006).

Bento (2006) sustenta que foi em 1910 que se utilizou, primeiramente, o termo *transsexualpsíquico* para se referir a travestis fetichistas, pelo sexólogo Magnus Hirschfeld. Este mesmo termo voltou a ser utilizado em 1949, quando o sexólogo David Oliver Cauldwell produziu um estudo sobre um transexual masculino. Entretanto, destaca-se que até então não havia uma distinção sedimentada entre transexuais, travestis e homossexuais.

Em 1952, identificou-se a primeira intervenção terapêutica tornada pública. Trata-se da cirurgia do ex-soldado do exército americano George Jorgensen realizada por Christian Hamburger, na Dinamarca. Christine (como foi identificada após o procedimento), passou por mais de um ano de terapia hormonal, após ser diagnosticada como transexual, sendo encorajada a assumir sua *identidade feminina*. Trata-se de um contexto marcado por uma confluência de teorias médicas e sociológicas que conduziram a uma nova definição do *transsexualismo*, amparada na defesa do seu tratamento por meio de intervenções corporais (ARÁN; MURTA; LIONÇO, 2008).

Neste quadro contextual, ressalta-se a atuação do médico endocrinologista alemão Harry Benjamin, quem defendeu a cirurgia de *mudança de sexo* como a única alternativa terapêutica possível para os transexuais, em 1953, afastando veementemente qualquer outra forma de tratamento, seja psicoterapêutico, seja psicanalítico da transexualidade e do travestismo (BENJAMIN, 1953). Essa concepção intervencionista sobre o corpo, representada por Benjamin, contrapunha-se diretamente com o que era defendido por uma corrente de psicanalistas, à época, que a sustentava como uma espécie de mutilação (BENTO, 2006).

Em 1955, John Money, especialista do Hospital Universitário Johns Hopkins, sustentou uma tese inovadora sobre o conceito de gênero, no sentido de que o gênero e a identidade sexual seriam modificáveis até os dezoito meses de idade. Tal tese legitimou, durante décadas, o

modelo intervencionista cirúrgico em bebês hermafroditas, que reuniu um grande apoio da comunidade científica internacional (BENTO, 2006).

Money defendeu que as genitálias eram fundamentais para o desenvolvimento da heterossexualidade, no sentido de que as bases mais sólidas para os esquemas de gênero eram as diferenças entre os genitais masculinos e femininos, acompanhados de seu comportamento reprodutor (COLAPINTO, 2001).

Assim, a construção de um canal vaginal nas crianças intersexuais transcendia simplesmente à construção de uma genitália, de um órgão. Tratava-se da criação de elementos para a práticas sexuais heterossexuais, uma vez que se estaria construindo o orifício necessário para o desenvolvimento de uma relação sexual falocêntrica.

Berenice Bento (2006), sobre o assunto, ressalta que a pertinência das intervenções médicas nos corpos considerados ambíguos dos indivíduos identificados como intersexos e transexuais, tinham como fundamento compartilhado a concepção de heterossexualidade natural. A heterossexualidade como um atributo da natureza.

A tese de Money foi construída, principalmente, com base na empiria obtida com cirurgias de definição de sexo em bebês hermafroditas, tendo uma relevância ímpar nas discussões teóricas e práticas da transexualidade; majoritariamente, a partir das concepções sustentadas pela *Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association* (HBIGDA) (BENTO, 2006).

Robert Stoller, professor de psiquiatria da *UCLA Medical School* e pesquisador do *UCLA Gender Identity Clinic*, também teve uma influência importante na definição de *transexualismo* e nas alterações corporais decorrentes. O citado professor sustentou a tese de que o *transexualismo* estaria correlacionado com a presença de três vetores constituintes. O primeiro seria o sentimento de identidade permanente, uma essência sem questionamentos, instabilidades. Acompanhado de uma relação vivida com o órgão genital em níveis de horror, de rejeição. E, por fim, uma relação específica com a mãe, chamada de simbiose (ARÁN; MURTA; LIONÇO, 2008).

A década de 1960 representa o período no qual as citadas concepções teóricas passam a ter materializações práticas, com a criação de centros de identidade de gênero, nos Estados Unidos, direcionados ao atendimento exclusivo de indivíduos identificados como transexuais. A partir do primeiro congresso da *Harry Benjamin Association* (que em 1977 se tornaria *Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association* – HBIGDA), o transexualismo passou

a ser considerada *disforia de gênero*, termo este criado por Money, em 1973, definido pelo citado instituto como:

[...] aquele estado psicológico por meio do qual uma pessoa demonstra insatisfação com o sexo congênito e com o papel sexual, tal como é socialmente definido, consignado para este sexo, e que requer um processo de redesignação sexual cirúrgica e hormonal. (Ramsey, 1996, p. 176).

Enquadrada no conceito de *disforia de gênero*, criou-se a necessidade de que as intervenções cirúrgicas de redesignação sexual e o tratamento hormonal seguissem processos terapêuticos formais, o que culminou na constituição de centros de transgenitalização e na produção de formalidades quanto ao procedimento de atendimento.

A HBIGDA se consolidou como a legitimada responsável por normatizar o *tratamento* de pessoas transexuais, internacionalmente. Utilizou-se, para tanto, a obra do autor que dá o nome à citada associação, *El fenómeno transsexual*, de Harry Benjamin, publicado em 1966, que estabelece procedimentos e parâmetros para a definição de *transexuais de verdade*, legitimados a realizar o procedimento cirúrgico. Trata-se, portanto, da construção da experiência transexual como um elemento dotado de um caráter patológico, atribuído por um saber que se projetou como oficialmente científico.

O diagnóstico e o tratamento da transexualidade adotados, em geral, nos programas de transgenitalização e nas comissões de gênero, estão baseados nas *Normas de Tratamento da HBIGDA* e no *Manual de Diagnóstico e Estatísticas de Distúrbios Mentais* (DSM), da *Associação Psiquiátrica Americana* (APA). Apesar de ser uma associação nacional, nada obsta o desejo de que tenha incidência global, diante de seu suposto caráter científico a partir de seus casos clínicos (BENTO, 2016).

Em 1980, houve a formalização médica e psiquiátrica da *condição transsexual*, com a sua inserção ao DSM, citando a transexualidade no rol de *Transtornos de Identidade de Gênero*, DSM III. A citada aparece na seção sobre Distúrbios de Identidade de Gênero, junto com Distúrbios de Identidade de Gênero da Infância e Distúrbios de Identidade de Gênero Atípica. Trata-se do ano em que foi retirada a homossexualidade do citado documento.

Em 1994, publicou-se o DSM IV, no qual houve a substituição do termo *transexualismo*, que era utilizado na versão anterior do manual, por *transtorno de identidade de gênero*, sendo mais incisivo na questão de ser um estado de cunho psicológico em que o sexo biológico está em níveis de incongruência com a identidade de gênero do indivíduo.

O DSM V, publicado em 2013, deixou de utilizar o termo *transtorno de identidade de gênero*, utilizando-se, em seu lugar, o termo *disforia de gênero*, uma categoria diagnóstica psiquiátrica, que é considerado pelo citado manual como:

Disforia de gênero, como termo descritivo geral, refere-se ao descontentamento afetivo/cognitivo de um indivíduo com o gênero designado, embora seja definida mais especificamente quando utilizada como categoria diagnóstica. [...] Disforia de gênero refere-se ao sofrimento que pode acompanhar a incongruência entre o gênero experimentado ou expresso e o gênero designado de uma pessoa. Embora essa incongruência não cause desconforto em todos os indivíduos, muitos acabam sofrendo se as intervenções físicas desejadas por meio de hormônios e/ou de cirurgia não estão disponíveis ('ou se o meio social não o aceita'). O termo atual é mais descritivo do que o termo anterior transtorno de identidade de gênero, do DSM-IV, e foca a disforia como um problema clínico, e não como identidade por si própria. (DSM V, 2013, p. 451).

Chama-se atenção para o excerto “incongruência entre o gênero experimentado ou expresso e o gênero designado de uma pessoa” (DSM V, 2013, p. 451). Diretamente, identifica-se um discurso naturalizador do conceito de gênero. Ser homem ou mulher, no citado discurso, é um elemento definido pela natureza. A partir do documento, sustenta-se, portanto, que se nasce com um determinado gênero, não sendo construído, mas apenas designado pela natureza de cada indivíduo.

Bento (2016) ressalta que a retrotranscrita citação do DSM V tem sido utilizada, comumente, para sustentar que o citado manual despatologizou as identidades trans. Para a socióloga, trata-se de um contrassenso, considerando-se que a transexualidade e a travestilidade permanecem sendo categorias diagnósticas psiquiátricas. O que é alterado com a troca da nomenclatura é que *disforia* é uma questão clínica e não identitária, entretanto, balizados com os critérios diagnósticos exprimem um caráter de permanência.

O DSM V se trata de um dos textos mais importantes, segundo Bento (2017), na sustentação de uma base biológica para as diversas identidades de gênero, orientando psiquiatras que produzem pareceres sobre diversas demandas de *pessoas trans e travestis*, para a realização de cirurgias de transgenitalização, principalmente. Assim como em processos jurídicos de mudança de documentos, apesar de recente decisão do Supremo Tribunal Federal sobre assunto, em 2018, que declarou a possibilidade de alteração do nome e do sexo em nível cartorário, sem a necessidade de uma autorização judicial e cirurgia de redesignação sexual.

Paralelamente, destaca-se o Código Internacional de Doenças (CID). A transexualidade foi inserida no capítulo *Transtornos de personalidade da Identidade sexual*, da CID edição

número 10, que entrou em vigor em 1993. Chamado de transexualismo no documento, este foi definido como *transtornos da identidade sexual* (F64.0).

Ademais, no citado documento foi inserido também o *travestismo bivalente* (F64.1), o *transtorno de identidade sexual na infância* (F64.2), *outros transtornos da identidade sexual* (F64.8) e o *transtorno não especificado da identidade sexual* (F. 64.9). Frisa-se que a CID-10 representa uma convenção médica estabelecida de qualificações de doenças, acompanhadas de seus respectivos códigos utilizados e aceitos internacionalmente por profissionais da saúde (BENTO, 2008).

Recentemente, em maio de 2019, a Organização Mundial da Saúde aprovou uma resolução para remover a transexualidade da classificação oficial de doenças, da CID-11. Chamada, até então, de *Transtorno de Identidade de Gênero*, colocava-se a mesma na situação de doença mental. Entretanto, é importante ressaltar que não houve uma retirada integral da transexualidade do documento, a mesma passa a constar, a partir da citada convenção, como *incongruência de gênero*, incluída em uma outra categoria: nas condições relativas à saúde sexual. A nova lista terá vigência a partir de 01 de janeiro de 2022.

A citada alteração foi celebrada pelo então Ministério dos Direitos Humanos em notícia publicada em 22/06/2018 em seu sítio oficial (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, online), afirmando-se a continuação de esforços para o reconhecimento de direitos de travestis e transexuais pelo Estado brasileiro. Manifestando-se sobre a questão, a OMS afirmou haver claras evidências científicas de que a transexualidade não se trata de uma doença mental, mas os cuidados de saúde a estes indivíduos podem ser mais bem prestados se estiverem dentro da CID (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, online).

Desta forma, a partir da presente seção, pode-se identificar que o discurso patologizante da transexualidade é o responsável pela legitimação de intervenções médicas a serem realizadas nos corpos dos indivíduos com fins de readequação de sua essência biológica [*sic*] a sua identidade de gênero.

Trata-se de um contexto patologizante que tem seu início, no que se refere à transexualidade, no século XX, a partir de teorias médicas, principalmente, legitimadoras de intervenções no corpo. Entretanto, filia-se à hipótese de que este discurso patologizante tem suas raízes historicamente anteriores, o que será investigado a partir do próximo capítulo.

Este contexto de patologização da transexualidade ainda está presente na atualidade. Seja pelo DSM 5 ou pelo mascaramento efetuado na CID-11, que ainda mantém a transexualidade em seu rol, mas atualmente não mais como um transtorno mental.

Exposto um breve mapeamento histórico do discurso legitimador de modificações corporais direcionadas a pessoas identificadas como transexuais, passar-se-á a analisar como este discurso foi incorporado e institucionalizado no Brasil.

1.2 OS INSTRUMENTOS PÁTRIOS ANUNCIADOS COMO DE READEQUAÇÃO DO CORPO BIOLÓGICO À IDENTIDADE DE GÊNERO

Nesta seção, analisar-se-á os instrumentos institucionais e jurídicos nacionais legitimadores da modificação do corpo para os fins de readequação já citados anteriormente; buscando-se, precipuamente, expor o discurso oficial, associando-o ao mapeamento histórico realizado no tópico anterior. Iniciar-se-á com a análise dos procedimentos regulamentados pelo Ministério, destaca-se, da *Saúde*.

Em 2008, por meio de duas Portarias (Portaria 1.707/GM/MS e 457/SAS/MS), instituiu-se o chamado *Processo Transexualizador* no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. A primeira Portaria, 1.707/GM/MS, cita a transexualidade ainda a partir do termo *transexualismo*, que relata a existência de uma doença, definindo-o como:

[...] um desejo de viver e ser aceito na condição de enquanto pessoa do **sexo oposto**, que em geral vem acompanhado de um mal-estar ou de sentimento de inadaptação por referência a seu próprio **sexo anatômico**, situações estas que devem ser abordadas dentro da integralidade da atenção à saúde preconizada e a ser prestada pelo SUS; [...] (Brasil, Ministério da Saúde, 2008, Portaria 1.707/GM/MS, grifo nosso).

Identifica-se um discurso oficial vinculado à essencialização biológica do corpo, pregando-se uma inadaptação patológica ao sexo anatômico [*sic*] do indivíduo. Tal portaria é citada e complementada pela Portaria 457/SAS/MS, também de 2008, que aprova a regulamentação do Processo Transexualizador no SUS.

A partir do seu art. 2º, definiu-se que a *Unidade de Atenção Especializada no Processo Transexualizador* seria uma unidade *hospitalar*, que ofereça uma assistência médica diagnóstica e terapêutica. Ademais, a citada portaria cria procedimentos específicos para tratamento hormonal pré-operatório; procedimento para acompanhamento terapêutico e para a

realização de cirurgia de redesignação sexual. Nesta portaria, levou-se em consideração a Resolução 1.652/2002 do Conselho Federal de Medicina – CFM, que autorizou a cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia como, destaca-se, *tratamento* dos casos de *transexualismo*, assim como a do tipo neofaloplastia, a título experimental.

A citada resolução do CFM, em seu art. 3º, definiu também os critérios mínimos para a definição de *transexualismo*, que são: 1. Desconforto com o sexo anatômico natural; 2. Desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto; 3. Permanência destes distúrbios de forma contínua e consistente por, no mínimo, dois anos; 4. Ausência de outros transtornos mentais.

Nesta resolução é nítida a marcação de um discurso naturalizador do corpo, do sexo, sustentando-o em nível anatômico natural. Ademais, o discurso patologizador se faz presente, também, ao tratar do *transexualismo* como um *distúrbio* e um *transtorno mental*, utilizando-se a palavra *outro*.

Em 2011, por sua vez, a partir da Portaria 2.836/GM/MS, o Ministério da Saúde instituiu a *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*; tendo como objetivo geral a promoção da saúde integral da *população LGBT*, buscando-se eliminar a discriminação e o preconceito institucional; contribuindo para a redução de desigualdades; consolidando o SUS como um sistema universal, integral e equitativo, conforme preleciona o seu art. 1º.

Considerando a referida Política, o Ministério da Saúde, em 30 de julho de 2013, por meio da Portaria 859, promoveu uma redefinição e ampliação do Processo Transexualizador no SUS. A partir do seu art. 2º, a linha de cuidado foi ampliada para além do procedimento cirúrgico hospitalar, sendo estruturada em níveis de atenção básica e especializada.

No que concerne à atenção especializada, instituiu-se a modalidade ambulatorial, responsável por ações voltadas para o acompanhamento clínico, pré e pós-operatório e hormonioterapia; e reiterou-se a modalidade hospitalar, responsável pela realização de cirurgias e acompanhamento pré e pós-operatório.

Entretanto, por meio da Portaria 1.579 do Ministério da Saúde, de 2013, houve a suspensão da citada Portaria 859, motivando-se pela necessidade de definição de protocolos clínicos e de atendimento no âmbito do Processo Transexualizador. Para tanto, na citada Portaria, o Ministério da Saúde se compromete em convidar representantes dos serviços de saúde que já realizam o referido processo nos termos da Portaria nº 457/SAS/MS e especialistas

no assunto para definir os critérios de, destaca-se, *avaliação do indivíduo* (excerto do art. 2º da Portaria em análise); de obtenção da autorização dos pais e responsáveis, em caso de faixa etária específica e de acompanhamento multidisciplinar ao paciente e aos seus familiares.

A citada suspensão teve como uma de suas bases um parecer do Conselho Federal de Medicina, Parecer 8/2013, que dispôs sobre a terapia hormonal para adolescentes, travestis e transexuais. Trata-se de uma consulta protocolada em 2012 pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo (Núcleo Especializado de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito) diante do conhecimento de casos de uso regular de hormônio de forma clandestina por adolescentes travestis e transexuais.

A Defensoria Pública de São Paulo, portanto, requereu informações ao CFM, considerando o suporte legal que regulava o processo transexualizador, à época, o qual indicava a idade mínima de 18 anos para o início da hormonioterapia; e a inexistência de protocolos e regulamentações específicos destinados a adolescentes travestis e transexuais.

No citado parecer, relatado por Lúcio Flávio Gonzaga Silva, o Conselho Federal de Medicina se manifestou da seguinte forma:

Baseado na literatura científica visitada e nos regramentos postos nas resoluções do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo e do Conselho Federal de Medicina, este parecer propõe: - **o adolescente com transtorno de identidade de gênero** deve ser assistido em centro dotado de estrutura que possibilite o diagnóstico correto e a integralidade da atenção de excelência, que garanta segurança, habilidades técnico-científicas multiprofissionais e suporte adequado de seguimento; - **essa assistência deve ocorrer o mais precocemente possível, iniciando com intervenção hormonal quando dos primeiros sinais puberais, promovendo o bloqueio da puberdade do gênero de nascimento (não desejado); - aos 16 anos, persistindo o transtorno de identidade de gênero, gradativamente deverá ser induzida a puberdade do gênero oposto.** Para os jovens, a administração de 17 βestradiol oral (hormônio feminino) e para as jovens, a de testosterona intramuscular (hormônio masculino), conforme os protocolos detalhados no corpo deste parecer. (Brasil, Conselho Federal de Medicina, 2013, Parecer 08/2013. Relator: Lúcio Flávio Gonzaga Silva. Grifo nosso).

Seguindo a linha do mapeamento histórico realizado anteriormente, identifica-se no corpo do discurso retratado a patologização da transexualidade como um transtorno de identidade de gênero (em consonância com o termo utilizado pelo DSM IV), colocada na CID 10, da época, como uma doença mental, conforme já exposto anteriormente.

Em 19 de novembro de 2013, finalmente, por meio da Portaria 2.803, o Ministério da Saúde redefine e amplia o Processo Transexualizador no SUS, estruturando a linha de cuidado

e atenção aos usuários com demandas para a realização de ações no Processo em dois setores: atenção básica e atenção especializada, conforme art. 3º da Portaria.

No âmbito da atenção básica, a integralidade do cuidado será garantida pelo acolhimento com humanização e respeito ao uso do nome social e pelo encaminhamento regulado ao Serviço de Atenção Especializado no Processo Transexualizador, conforme prevê o art. 4º da Portaria em análise.

Já no âmbito da atenção especializada, a integralidade do cuidado é feita em dois setores: modalidade ambulatorial e hospitalar. Na primeira modalidade se prevê as ações ambulatoriais que consistem em acompanhamento clínico, acompanhamento pré e pós-operatório e hormonioterapia. Por sua vez, na segunda modalidade a realização de cirurgias e acompanhamento pré e pós-operatório.

A Portaria em análise considerou a resolução 1.955 do Conselho Federal de Medicina, de 3 de setembro de 2010, que revogou a resolução 1.652 de 2002, também do Conselho Federal de Medicina. Na mais recente, assim como na revogada, autoriza-se a cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia e/ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários como, destaca-se, *tratamento* dos casos de transexualismo. Assim como, autoriza a título experimental, a realização de cirurgia do tipo neofaloplastia.

Quanto a definição dos critérios a serem considerados para a definição de *transexualismo*, a nova resolução, em seu art. 3º, apresenta apenas uma novidade em relação à anterior, já exposta ao início da presente seção. Trata-se de uma orientação quanto ao último critério, critério 4: “Ausência de outros transtornos mentais.”. Nesta, há uma retificação, *in verbis*: “Onde se lê ‘Ausência de outros transtornos mentais’, leia-se ‘Ausência de transtornos mentais’)” (CFM, Resolução 1.955, art. 3º). Eis uma retificação compatível com a crítica feita ao citado critério ao início da seção, uma vez que a redação possibilitava o entendimento de que o *transexualismo* seria um transtorno mental. Entretanto, a sua consideração como um distúrbio não foi abandonada.

Por fim, o ponto que merece maior destaque na citada resolução é o seu art. 4º, que sustenta que a *seleção* de pacientes para a cirurgia de transgenitalismo obedecerá a avaliação de uma equipe multidisciplinar, obedecendo-se três critérios: 1. Diagnóstico médico de transgenitalismo; 2. Maior de 21 (vinte e um) anos; 3. Ausência de características físicas inapropriadas para a cirurgia; considerando-se o prazo mínimo de 2 (dois) anos de acompanhamento conjunto.

Destaca-se, assim, que o Conselho Federal de Medicina, na citada resolução, cobra um procedimento de dois anos, no mínimo, referendado com um diagnóstico médico de que a pessoa que está sendo acompanhada, o paciente, é detentor de uma patologia, o transgenitalismo. Trata-se de uma resolução de 2010, que foi considerada na atual Portaria reguladora do *Processo Transsexualizador* no SUS. Obviamente, a citada resolução não está atualizada com as alterações, destacadas na seção anterior, em relação a CID-11, mas se deve atentar que as mesmas só entram em vigor em 01 de janeiro de 2022.

Mais recentemente, por meio da Resolução nº 2.265/2019, publicada em 09 de janeiro de 2020, o Conselho Federal de Medicina estabeleceu novos critérios para a realização dos procedimentos de hormonioterapia e cirurgias de readequação sexual. Mais uma vez, o CFM vincula a transexualidade a uma *incongruência de gênero*, definindo-a como a situação em que o indivíduo não se reconhece com o sexo identificado ao nascer.

A nova Resolução apresenta novidades em relação a anterior, a Resolução 1.955, já analisada, contemplando questões como a realização do bloqueio puberal (interrupção da produção de hormônios) e hormonioterapia cruzada (uma forma de reposição hormonal administrada ao indivíduo considerado transgênero para feminização ou masculinização, considerando a sua identidade de gênero).

Sobre a hormonioterapia, a nova Resolução do CFM sustenta que o tratamento hormonal cruzado poderá ser iniciado a partir dos 16 anos, e não mais 18 anos. No que concerne a cirurgias de redesignação sexual, a Resolução 2.265/2019 estabeleceu que as mesmas podem ser realizadas a partir de 18 anos de idade, e não mais 21 anos, sendo exigido um acompanhamento prévio de 01 (um) ano, no mínimo, por uma equipe multiprofissional e interdisciplinar, e não mais por dois anos, como era definido pelo Conselho Federal de Medicina.

Feita a análise institucional normativa do Ministério da Saúde, assim como de parecer e resoluções do Conselho Federal de Medicina, sobre o seu surgimento e regulamentação, passar-se-á à conceituação e elucidação do *Processo Transsexualizador*. Este foi definido pelo Ministério da Saúde como um instrumento garantidor de um:

[...] atendimento integral de **saúde** a pessoas trans, incluindo acolhimento e acesso com respeito aos serviços do SUS, desde o uso do nome social, passando pelo acesso a hormonioterapia, até a cirurgia de adequação do corpo biológico à identidade de gênero e social. (Sítio Portal da Saúde – Ministério da Saúde, online, 2016, grifo nosso).

Conforme se pôde extrair da citada definição, o *processo transexualizador* é composto, principalmente, por três vieses: uso do nome social, hormonioterapia e cirurgia de “readequação do corpo biológico à identidade de gênero e social”, mais conhecida como cirurgia de *redesignação sexual*.

Assim, em termos de modificação corporal, destaca-se a *hormonioterapia* e a *cirurgia de redesignação sexual*, estas como instrumentos de viabilização da referida alteração do corpo. É fundamental ressaltar, entretanto, que a presente pesquisa não possui como objetivo estudar o citado *processo transexualizador*, este apenas é tratado aqui como procedimento institucionalizado que propicia a alteração corporal, não sendo, entretanto, objeto de estudo da presente pesquisa.

As alterações do corpo biológico [*sic*], por meio do funcionamento do *processo transexualizador*, são realizadas em várias cidades do país, porém não tem abrangência nacional, ainda. De acordo com o *Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde*, em seu sítio virtual, há o cadastro de 11 estabelecimentos de saúde vinculados à atenção especializada do Processo Transexualizador, hospitalares pelo SUS, conforme lista em anexo (anexo 1); oferecendo-se *cirurgia e acompanhamento pré e pós-operatório*; distribuídos em 10 cidades: Campo Grande, Rio Grande, São Paulo, Recife, Goiânia, Vitória, Porto Alegre, Uberlândia, Diadema e Rio de Janeiro.

Quanto ao *acompanhamento clínico pré e pós-operatório e hormonioterapia*, por meio do mesmo cadastro nacional, identifica-se um salto no número de estabelecimentos de saúde cadastrados. Trata-se de 49 registros, distribuídos nas cinco regiões de país, conforme listagem em anexo (anexo 2).

Por meio da breve revisitação aos instrumentos oficiais que legitimam a mudança do corpo, pôde-se identificar a influência do contexto histórico, já retratado, sobre o contexto brasileiro, sendo legitimado pelo Estado como um assunto digno do Ministério da Saúde, além de ser de interesse do Conselho Federal de Medicina; com a instituição de planos e políticas públicas sobre a temática.

Buscando-se enriquecer essa reconstrução do discurso oficial sobre o tema, analisar-se-á o discurso jurisprudencial sobre a *mudança do corpo com fins terapêuticos no âmbito da transexualidade*, esta como uma representante da efetiva garantia do direito constitucional à saúde dos indivíduos [*sic*].

1.2.1 Uma questão de saúde: discurso jurisprudencial pátrio sobre a alteração do corpo de pessoas trans

Conforme já retratado, na presente seção, analisar-se-á discursos jurisprudenciais brasileiros sobre a garantia de instrumentos de modificação corporal, para fins de readequação do corpo biológico. Trata-se de mais um elemento que compõe o discurso oficial sobre o tema.

Inicialmente, estudar-se-á a Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF) contra a União Federal (ACP Nº 2001.71.00.026279-9 - RS). Trata-se de jurisprudência importante para os fins aqui propostos, atentando-se que por meio desta houve decisão judicial transitada em julgado, acórdão publicado em 23/08/2007, assegurando a implantação de cirurgias de readequação sexual no SUS. Inclusive, o referido julgado é citado expressamente na Portaria nº 2.803/2013, já analisada anteriormente, responsável por redefinir e ampliar o processo transexualizador no SUS.

Trata-se de ação por meio por meio da qual o MPF requereu provimento judicial no sentido de que a União fosse condenada a: 1) Realizar, no prazo de 7 dias, as medidas apropriadas para possibilitar a realização, pelo SUS, de todos os procedimentos necessários para garantir a cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia, neofaloplastia e/ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários; 2) Editar, também no prazo de 7 dias, ato normativo que previsse a inclusão, expressamente, na tabela SIH-SUS, de todos os procedimentos cirúrgicos necessários para a realização da citada cirurgia, com a devida remuneração dos hospitais pelos procedimentos realizados.

Em sua petição inicial, o MPF fundamenta seus argumentos em diversos princípios e garantias constitucionais, destacando-se o respeito à dignidade humana, à igualdade, à intimidade, à vida privada e, destaca-se, à *saúde*. Entretanto, em primeira instância, proferiu-se sentença sem julgamento de mérito, baseada na impossibilidade jurídica do pedido e uma suposta inadequação da via eleita pra a solução do litígio.

Contra a citada sentença, o MPF apelou, requerendo a reforma da decisão com o acolhimento dos seus pedidos iniciais e, sucessivamente, a anulação da decisão para que o julgamento fosse retomado pelo juízo monocrático. Diante disso, analisar-se-á o acórdão do relator, o magistrado Roger Raupp Rios.

No mérito, apontou-se uma abordagem enunciada como *biomédica* da transexualidade, que sustenta a mesma como um distúrbio de identidade sexual, o que produz a necessidade de o indivíduo alterar a designação sexual que lhe foi atribuída, sob o risco de várias consequências, como automutilação e até mesmo suicídio. Ademais, ressaltou-se a transexualidade como doença pela OMS, enquadrada no Código Internacional de Doenças – CID. Todavia, o relator destaca que esta não é a abordagem única sobre transexualidade, apesar de ser a predominante.

Sustentou-se uma segunda abordagem da transexualidade, enunciada como *abordagem social*. Defende-se uma análise por duas perspectivas complementares: direito à saúde e direito à autodeterminação da identidade sexual, esta última irradiada por direitos fundamentais como liberdade, igualdade e dignidade humana. Ressalta-se a prevalência de uma interpretação que concretize o direito à saúde, entretanto, a partir de uma perspectiva da liberdade, da igualdade e da proteção da dignidade humana.

O relator cita que em relação a perspectiva biomédica, o binarismo de gênero é subjacente, no sentido de que há uma construção de identidades sexuais masculina e feminina, que são definidas pela atuação de duas ordens de saber e de crenças. A primeira seria o poder que os profissionais de saúde possuem de definir cientificamente o que é homem, o que é mulher, tanto que para se chegar ao conceito médico de transexualidade foi necessário separar os verdadeiros transexuais [*sic*] dos falsos; e a prevalência de determinadas percepções socialmente dominantes sobre o que é ser masculino e feminino.

Sustenta-se que se tal binarismo for adotado na concretização do direito à saúde haverá um reforço da rigidez e da determinação externa sobre a identidade sexual e de gênero de cada indivíduo, comprometendo-se os demais direitos fundamentais, como liberdade, igualdade, dignidade humana e não discriminação.

Acaso for adotada uma perspectiva do direito à saúde que assuma acrítica ou ingenuamente este binarismo de gênero, está-se a perpetrar uma série de restrições a diversos direitos fundamentais. De fato, eventual concretização do direito à saúde que legitime a imposição de uma visão rígida e inflexível do fenômeno humano das relações entre os gêneros tem **impacto enorme** em face de vários direitos fundamentais, **para não dizer dramático**. (Brasil, Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Nº 2001.71.00.026279-9 – RS. Relator: Roger Raupp Rios, grifo nosso).

O relator ressaltou, portanto, a necessidade de interpretação da questão por meio do balizamento entre direitos fundamentais, no sentido de ser necessário promover e resguardar o

direito à saúde, entretanto, acompanhado da garantia dos demais direitos fundamentais envolvidos. O que ele chama de *método hermenêutico constitucional contextual*.

Apesar da citada ressalva do relator, sustenta-se que a consequência da mesma é tão somente evitar a afirmação absoluta do ser masculino e feminino, sob bases rígidas, fixas e excludentes. Mantendo-se a necessidade de curar o doente sexualmente, aquele que sofre de disforia de gênero [*sic*].

Considerada a citada ressalva realizada pelo relator, analisar-se-á o discurso relativo à garantia do direito à saúde dos transexuais. O pedido do Ministério Público Federal, na Ação Civil Pública em foco, envolve a esfera de proteção individual e coletiva. Trata da garantia de um direito metaindividual, a correção da tabela do SUS, devida pelo Estado ao grupo de indivíduos considerados transexuais.

Descarta-se o argumento de *reserva do possível*, ou seja, a da impossibilidade de promover prestação jurídica positiva que onere de forma desproporcional e demasiada os cofres públicos. O relator, para rechaçar a teoria, alega a pequena quantidade na demanda dos serviços médicos discutidos e que o SUS já destina recursos para as citadas cirurgias, só excluindo os transexuais das mesmas.

Nesta perspectiva, **o direito pleiteado é a correção de uma discriminação lesiva aos direitos de liberdade, saúde e dignidade humana de transexuais**, efetuada pelo fato de o sistema público de saúde não oferecer a estes cidadãos certos procedimentos médicos da mesma que aos demais oferece. [...] Esta, precisamente, a hipótese: **as cirurgias requeridas já existem e são prestadas como procedimento remunerado aos hospitais pelo SUS; a exclusão das transexuais deste regime está proibida constitucionalmente, em virtude dos direitos fundamentais de liberdade, igualdade e respeito à dignidade, que obrigam o Estado a não excluí-las**. Para se acolher o provimento requerido, portanto, **basta que o Estado se abstenha de atentar contra a realização do direito social já existente**, pelo que a proteção judicial, aqui, dá-se no quadro típico da garantia dos direitos fundamentais clássicos. (Brasil, Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Nº 2001.71.00.026279-9 – RS. Relator: Roger Raupp Rios. Grifo nosso).

A partir dos argumentos apresentados no acórdão, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, considerando os direitos fundamentais da igualdade, da proibição de discriminação por motivo de sexo, da liberdade, do livre desenvolvimento da personalidade, da privacidade, do respeito à dignidade humana, bem como o direito à *saúde*; condenou a União em duas esferas: 1. A promover no prazo de 30 dias, as medidas necessárias para propiciar aos transexuais, pelo SUS, todos os procedimentos médicos necessários para a realização da cirurgia de transgenitalização, tanto neocolpovulvoplastia como a neofaloplastia e/ou procedimentos

complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundário; 2. A editar, no prazo máximo de 30 dias, o ato normativo que preveja a inclusão de todos os procedimentos cirúrgicos necessário para a cirurgia de transgenitalização na Tabela de Procedimentos remunerados pelo SUS.

Por meio da citada decisão, o Sistema Único de Saúde (SUS) passou a prestar os serviços de cirurgia de transgenitalização, assim como os procedimentos secundários. O destaque a esta jurisprudência se justifica em duas esferas. A primeira é pelo seu impacto, seu nível de importância ao se considerar os seus efeitos materiais. E a segunda, sem dúvida a mais importante, é a sua base teórica e jurídica, pautada no direito à saúde.

Sustentou-se, assim, dentre outros valores e garantias constitucionais, que a promoção da citada cirurgia e de procedimentos secundários é uma questão de saúde pública, diante do caráter patológico da *transexualidade*. Discurso este fundamental para a presente tese, uma vez que, a título de recapitulação, busca-se investigar em que medida o discurso de direito à saúde correlacionado a alteração do corpo com fins de readequação à identidade de gênero é um instrumento de relações de poder, de uma lógica higienista de corpos, que não podem ser coerentes.

Ocorre que, para se investigar o citado discurso de direito a saúde e a sua relação com relações de poder é necessário, primordialmente, reconstruir este discurso oficial, mapeá-lo. Trata-se deste o objetivo do presente capítulo. Está se buscando, desde o início do mesmo, por meio de uma análise expositiva, descritiva; criar uma base estruturante do discurso de direito à saúde atrelado tanto à cirurgia de *redesignação sexual*, assim como outros procedimentos, comumente, chamados de secundários.

Com fins de robustecer a análise do citado discurso jurisprudencial, passar-se-á a estudar um segundo caso, uma segunda linha de raciocínio, que tem correlação com a Ação Civil Pública então analisada. Trata-se de um caso ocorrido na cidade de Balneário Camboriú, Santa Catarina – Brasil.

Eis uma Apelação Cível, n. 0002669-80.2014.8.24.0005, que teve como relator o Desembargador Jorge Luís Costa Beber, em uma ação indenizatória por danos morais e materiais ajuizada por uma pessoa *trans* contra um plano de saúde; julgada em 19 abril de 2018. O plano de saúde se negou a cobrir, e realizar, um procedimento cirúrgico de *mastectomia, bilateral simples*, no autor da ação, transexual, destaca-se, *diagnosticado [sic]* com a CID F.64.00, o então *transexualismo*, sob a alegação de que se trataria de um procedimento meramente estético ou meramente embelezador.

Não se questiona no acórdão a ausência de responsabilidade de cobertura de um plano de saúde para com cirurgias, procedimentos estéticos. Citando-se até mesmo que a lei 9.656/1998 prevê que procedimentos deste tipo não estão incluídos naquilo que se chama de *plano de referência de assistência à saúde*, que seria o mínimo necessário a ser ofertado pela operadora de saúde.

O que se discute é o enquadramento da cirurgia de mastectomia em uma pessoa transexual como uma cirurgia de cunho meramente estético. Sobre este ponto, cita-se parte do voto do relator:

Com efeito, o autor, registrado P. B. A., sexo feminino, porém, conhecido socialmente como J. B., foi diagnosticado – frise-se, **diagnosticado**, pois não se trata de escolha do indivíduo, mas de transtorno psicológico de identidade vinculado, inclusive, ao Código Internacional de Doenças – como homem transexual, o que importa dizer que embora tenha nascido com as características sexuais e fisiológicas compatíveis com o sexo feminino, seu gênero psicológico e sentimento de adequação social conversam com o masculino. (Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, Apelação Cível n. 0002669-80.2014.8.24.0005. Relator: Jorge Luís Costa Beber. Grifo nosso).

Ressalta-se no discurso do citado relator a marcação que o mesmo faz em relação ao caráter de saúde da cirurgia de mastectomia, e não meramente estético, isto diante do contexto do requerente ser um transexual, devido ao fato de ser considerado um sujeito doente [*sic*]. Este caráter patológico fica muito bem marcado no voto, fazendo-se destaque à palavra *diagnosticado*, no sentido de ser portador de uma doença, o que justificaria a necessidade de cobertura do plano de saúde, por ser uma questão de saúde pública, não estando imerso no campo de escolha do indivíduo.

Ainda nas palavras do relator:

Nesse contexto, parece pueril, irrazoável e até mesmo leviano justificar a negativa manifestada pela operadora do plano de saúde à pretensão do autor na qualificação ‘meramente estética’ do procedimento pleiteado. Não é estético, embelezador, eletivo, superficial o objetivo da realização da cirurgia em questão, mas ínsito a, reitero, **medida terapêutica, definida segundo critérios médicos e psicológicos, necessária à adequação, dentro dos limites que a ciência impõe, do fenótipo manifestado pelo autor com aquilo que culturalmente, socialmente e psicologicamente ele é, justo que assim se sente, se comporta e se autodefine.**

É óbvio que existe, também, uma faceta estética no resultado da cirurgia, mesmo porque o abalo psicológico impingindo a quem sofre os efeitos da transexualidade relaciona-se a divergências entre a forma como o indivíduo se enxerga e as suas características físicas e anatômicas. Mas ela é absolutamente secundária ao seu objetivo maior, que é a adaptação ampla – psicológica, social, legal, biológica e física – do paciente ao gênero adotado. (Brasil, Tribunal de Justiça do Estado de Santa

Catarina. Apelação Cível n. 0002669-80.2014.8.24.0005. Relator: Jorge Luís Costa Beber. Grifo nosso).

Mais uma vez fica muito bem marcado no discurso do relator a ideia de que a realização da cirurgia de *mastectomia*, no autor da ação, é uma questão de medida terapêutica e não meramente estético. Eis um procedimento considerado como essencial, necessário, para a adequação do *fenótipo* manifestado pelo autor à sua identidade de gênero, que é tratado pelo relator como um elemento cultural, social e psicológico.

É interessante comentar a relevância dada pelo citado julgador, assim como na *Ação Civil Pública* analisada anteriormente, à Medicina, aos ditames médicos. No excerto retrotranscrito, o relator se baseia nos critérios *médicos e psicológicos*, projetando-os como basilares na estipulação do campo de intervenção no corpo do indivíduo. A realização da cirurgia, assim como de procedimentos de alteração do corpo em geral, como procedimentos necessários em níveis de saúde, com fins de readequação do doente, tendo a sua legitimidade garantida pelo discurso médico, conforme já analisado quando do estudo das resoluções e portarias relacionadas ao assunto.

A partir de um caráter patológico da *transexualidade*, o relator constrói, portanto, a ideia de que não seria razoável e regular a negativa do plano de saúde em relação a realização da cirurgia, tendo em vista que o caráter estético é secundário diante do fim terapêutico da cirurgia para uma pessoa trans.

Ratificou-se, assim, a sentença apelada no que concerne à promoção da cirurgia pelo plano de saúde. *In verbis*: “Não há, pois, como dar guarida à pretensão recursal, que insiste na legalidade da recusa manifestada pela Unimed, a qual, se me afigura, em verdade, absolutamente injusta, desarrazoada e, como tal, ilegítima.” (Brasil, Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. Apelação Cível n. 0002669-80.2014.8.24.0005, acórdão, p.11).

Em um caso próximo ao então analisado, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por meio de uma liminar, em sede de pedido de tutela de urgência, em 08 de maio de 2019, determinou que um plano privado de saúde (Hapvida assistência médica LTDA) garanta, também, a realização de uma cirurgia de *mastectomia* em um homem trans, Rafael Carmo Ramos.

O requerente está sendo representado pela Defensoria Pública do Estado do Pará, quem alegou que os argumentos de defesa da parte ré, plano de saúde, era de que a citada cirurgia se

trata de um procedimento meramente estético, nos moldes do caso apresentado ainda a pouco, do Estado de Santa Catarina, e que por isso estaria incluído no rol de “exclusões de cobertura”.

O requerente apresentou em juízo prontuários médicos e as documentações regulares que comprovam que estava sendo acompanhado, durante dois anos, por uma equipe médica multidisciplinar, de dentro e fora do plano de saúde, fazendo-se referência ao *Processo Transexualizador*.

Em sede de decisão interlocutória, o magistrado Cesar Augusto Puty Paiva Rodrigues, juiz de Direito titular da 11ª Vara Cível e Empresarial de Belém, entendeu por deferir o pedido de concessão da tutela antecipada de urgência, determinando a autorização e o custeamento da cirurgia pelo plano de saúde requerido, incluindo os materiais necessários para a mesma.

O magistrado, na decisão interlocutória em análise, sustenta a existência no caso de uma *incongruência de gênero*, sendo uma questão de direito à saúde. *In Verbis*:

Assim, a partir deste prisma denota-se que a tentativa de exclusão de responsabilidade contratual pela apelante não deve prosperar, uma vez que inquestionavelmente qualificado como transexual, está-se diante de **incongruência de gênero**, merecendo o apelado atenção nos diversos âmbitos relacionados ao **direito da saúde**.

Neste sentido, o pedido do apelado visa assegurar a sua dignidade de forma ampla, ou seja, tanto física como psíquica, harmonizando a classificação biológica do seu sexo com o seu gênero, pelo qual é visto socialmente. (Brasil, Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Procedimento Comum Cível, proc. nº 0805517-92.2019.8.14.0301, 11ª Vara Cível e Empresarial de Belém, Decisão Interlocutória, p. 3, grifo nosso).

Como se pode extrair do excerto decisório destacado, apresenta-se um discurso de essencialização do sexo, tratando o mesmo em níveis biológicos, enquanto o gênero em um contexto socialmente construído. Trata-se de uma questão de harmonização do corpo, a estética deste corpo, com o gênero do indivíduo, o que envolveria, para o magistrado, um caráter patológico.

Mais uma vez, compatível com a tendência das jurisprudências aqui analisadas, a análise da alteração do corpo se faz presente como um elemento intrinsecamente correlacionado a uma questão de saúde. No sentido de que não se trata de uma cirurgia de caráter meramente estético, tendo em vista que o “[...] descompasso entre a sua aparência e sua identidade interior pode acarretar intensos constrangimentos aptos a afetar a sua saúde mental [...]” (Brasil, Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Procedimento Comum Cível, proc. nº 0805517-92.2019.8.14.0301, 11ª Vara Cível e Empresarial de Belém, Decisão Interlocutória, p. 3).

Seguindo o objetivo de realizar uma pesquisa exploratória do discurso jurisprudencial associado à alteração do corpo, considera-se importante, também, citar a *Ação Direta de Inconstitucionalidade 4275/DF*, julgada em 01 de março de 2018, que teve como relator o Ministro Marco Aurélio. O Supremo Tribunal Federal consolidou, a partir da mesma, o entendimento de que *pessoa transgênero* não precisa realizar cirurgia de transgenitalização ou realizar qualquer tratamento hormonal ou patologizante para ter direito a alteração do seu prenome e do seu sexo no seu registro civil.

Apesar de não ser uma demanda que tenha como objeto um pleito relativo a uma alteração do corpo, como as demais jurisprudências aqui analisadas, no respectivo acórdão é possível identificar inúmeras menções à palavra saúde. Assim, ainda que seja um pleito sobre questões registrais de interesse de *pessoas transexuais* a marca do discurso de saúde, evidentemente, faz-se presente, o que justifica, portanto, a análise da citada ADI.

Iniciar-se-á com uma breve análise do voto do Ministro Alexandre de Moraes. É possível identificar uma ratificação da lógica de patologização da transexualidade em seu voto, ao confirmar a definição sustentada na CID-10, que coloca o indivíduo transexual como um detentor de um transtorno de identidade sexual, como já analisado anteriormente.

Há, nesse caso, uma clara contradição entre o estado civil da pessoa e seu modo de ser e agir perante a sociedade (poderíamos dizer: sua imagem pública), situação geradora de desconforto e constrangimento. Tanto é assim, que a Organização Mundial de Saúde há tempos classifica esse fenômeno como ‘transtorno de identidade sexual’ (CDI 10 F64.0). (Brasil, Supremo Tribunal Federal. ADI 4275, p. Voto Min. Alexandre de Moraes, p. 3).

Trata-se de uma linha de argumentação que confirma a transexualidade como um transtorno, o seu caráter patológico. Seguindo esta linha de pensamento, se é patológico é uma questão de saúde pública, e conseqüentemente precisa ser remediado com tratamentos. Lógica esta que é afirmada no voto da Ministra Rosa Weber:

A Organização Mundial de Saúde, portanto, a partir da abordagem da sexualidade como questão de **saúde pública**, entende que a transexualidade é **um transtorno da identidade sexual**, razão pela qual aos cidadãos transexuais são oferecidos diversos **tratamentos médicos**, como a **prescrição de hormônios e a cirurgia de redesignação do sexo**.

[...]

Com efeito, essenciais são os avanços científicos da medicina com o objetivo de tornarem a vida dos transexuais digna e consentânea com a identidade de gênero percebida. No Brasil, o Conselho Federal de Medicina, como mencionado, na

Resolução n. 1.955/2010, regulamentou a cirurgia de transgenitalismo, bem como os tratamentos médicos endocrinológicos e terapêuticos necessários, sendo que referidos tratamentos estão catalogados e com acesso gratuito por meio do Sistema único de Saúde (não obstante a limitação dos recursos financeiros empregados na disponibilização desses procedimentos). **Esse fato demonstra a preocupação e tutela do Estado para com a questão, reconhecida como de saúde pública.** (Brasil, Supremo Tribunal Federal, ADI 4275, p. Voto Min. Rosa Weber, p. 4-5. Grifo nosso).

Seguindo as jurisprudências já analisadas no presente capítulo, mais uma vez, identifica-se um discurso que mapeia as alterações do corpo feitas por uma *pessoa trans* como uma questão de saúde pública. Trata-se de uma garantia do direito a saúde do indivíduo a possibilidade das citadas mudanças corporais [*sic*]. No voto da Ministra, para além de uma questão de saúde, uma questão de dignidade e que propiciam uma vida compatível com a identidade de gênero percebida pelo indivíduo.

Por meio da presente seção, buscou-se realizar um mapeamento do discurso jurisprudencial pátrio sobre as alterações corporais com fins de readequação do corpo à identidade de gênero. Constatando-se, por meio do estudo de decisões dos citados tribunais, uma ratificação das Portarias e Resoluções apresentadas e uma confirmação do discurso de garantia do direito constitucional à saúde, no sentido de que mudar o corpo *trans* é uma questão de saúde pública, levando-se em consideração o caráter patológico da transexualidade [*sic*].

Em um momento oportuno, quinto capítulo, voltar-se-á ao conteúdo das citadas decisões, analisando-as à luz da do referencial teórico crítico apresentado e desenvolvido sobre os elementos corpo, sexo e gênero.

O discurso oficial sustenta a ideia de que se realizando a cirurgia de *redesignação sexual* há uma readequação do indivíduo a uma nova identidade de gênero. Ressalta-se a simplicidade, leviandade e naturalização deste discurso, tendo em vista que não há uma garantia na formação de uma nova identidade de gênero, conforme será analisado na presente tese.

Devido a alta complexidade da questão, debruçar-se-á sobre a mesma nos próximos capítulos, em que serão investigadas as relações de poder incidentes sobre o corpo; averiguando a sua relação consequencial com a cultura e em que medida essa cultura está permeada por um complexo de poder. Feito isso, possibilitar-se-á a análise crítica da relação entre a mudança do corpo e a sua vinculação à limitação de formas de vida.

2 RELAÇÕES DE PODER E SEXO: O DISPOSITIVO DE SEXUALIDADE E A SEXUALIZAÇÃO DO CORPO

Considerando os elementos metodológicos da presente pesquisa, expostos na introdução; este capítulo está situado no limiar introdutório da análise teórica proposta nesta tese de doutoramento. Pretende-se fornecer os elementos teóricos julgados como determinantes para a compreensão da problemática apresentada na pesquisa, para que posteriormente estes possam ser utilizados para analisar o objeto da tese.

Trata-se de um capítulo que inicia a construção de uma percepção teórica crítica sobre o corpo, tendo-se como objetivo analisar as relações de poder incidentes sobre o mesmo, investigando-se a sua construção e conseqüentemente a relação das mudanças corporais, garantidas e promovidas pelo Estado sob o discurso de promoção do direito constitucional à saúde, com instrumentos de poder limitadores de corpos.

Eis uma análise dotada de complexidade e que, portanto, será realizada ao longo deste e do próximo capítulo. Investigar-se-á em que medida o corpo, este como recinto de definições conceituais como *genitálias sexuais*, *sexo*, *sexualidade*, *gênero*, *condição de gênero* e *identidade de gênero*; é um elemento construído por uma espécie de relação de poder histórica, mas que se projeta de forma a-histórica, por meio da noção de *cultura*?

Em uma linha de coerência com o proposto para a presente tese, tem-se como objetivo, no presente, expor as possíveis relações de poder em relação as quais os elementos sexo, corpo e gênero estão sujeitos, para que em um momento posterior possa se refletir sobre as mesmas, realizando-se uma correlação com o objeto do estudo.

O início deste capítulo será composto de uma breve análise sobre as relações de poder em Foucault, por meio da exposição e estudo das três formas de poder destacadas pelo filósofo, quais sejam: o *poder soberano*, *poder disciplinar* e *biopolítica das populações*; em uma perspectiva de ressaltar a transição de uma lógica de poder que caminha da morte à vida. Tem-se como objetivo sedimentar, mesmo que brevemente, os conceitos teóricos que serão operacionalizados ao longo do capítulo e da tese.

Em um segundo momento, analisar-se-á a construção moral, as relações de poder e os seus impactos no elemento sexo, à luz principalmente de três obras de Foucault: *História da sexualidade 1: a vontade de saber* (2014c), *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres* (2014d) e *História da sexualidade 3: o cuidado de si* (2014e). Estudar-se-á a configuração

moral relativa às práticas sexuais na antiguidade e modernidade, assim como o campo de poder incidente sobre o sexo na pastoral cristã. Desenvolvendo-se um estudo sobre o *dispositivo de sexualidade* e a sua relação com a vinculação do sexo à função reprodutiva.

Ainda no presente capítulo, passar-se-á a uma terceira esfera analítica, a análise sobre a função política e econômica do fenômeno da sexualização do corpo, também, à luz da teoria de Michel Foucault, por meio da possível identificação e exposição de interesses políticos e econômicos subjacentes à transformação do corpo social em corpo sexuado.

2.1 RELAÇÕES DE PODER: da morte à vida morta

Conforme introduzido no tópico anterior, realizar-se-á uma breve análise sobre as relações de poder denunciadas por Michel Foucault. Tem-se como objetivo fornecer o substrato teórico necessário para a compreensão das discussões e problemática da presente pesquisa, analisando, em ato seguinte, a sua relação com o objeto da mesma.

Michel Foucault (2014c) revela uma forma de poder limitativa, chamada de *Poder Soberano*. Eis um poder que não possui diversidade nos seus recursos e procedimentos, não tendo a capacidade de inovar, estando condenado a auto repetição eterna. Trata-se de um poder marcado pelo *não*, sendo um instrumento de imposição de barreiras, desprovido de um caráter empreendedor.

Um poder que está pautado na proibição, exercida sobre aqueles que estão sujeitos ao mesmo, que estariam vinculados a realizar apenas o que essa estrutura de poder permite. Eis um poder que está centrado, essencialmente, em um modelo jurídico, no enunciado da lei e seu caráter interditório. Nesta forma de poder, a dominação dos indivíduos se resume ao ato de obediência aos enunciados peremptórios de permissão ou proibição.

Foucault, inclusive, critica (2014c) que este é o poder que se aceita facilmente, sendo utilizado como uma espécie de “véu” para esconder outras formas de poder que não são nítidas em sociedade. Esta forma de poder – controle jurídico – é o mais aceito e perceptível, criando-se uma barreira para a compreensão e identificação de poderes que funcionem a partir de uma lógica distinta, empreendedora, inventiva, que não estejam baseadas na proibição e obediência.

No que concerne à origem deste poder, Foucault (2014c) sustenta que este é uma derivação formal da antiga *pátria potestas*, que concedia o direito de disposição da vida de filhos e escravos ao pai de família romano. A ideia é que este poderia lhes retirar a vida

justamente porque foi ele quem as concedeu, tanto ao seu filho como também ao seu escravo. Uma lógica de propriedade sobre a vida de terceiros.

Entretanto, o poder soberano representa uma forma atenuada deste antigo poder, tendo em vista que não mais se admite o seu exercício em níveis absolutos e incondicionais, mas apenas quando a vida do soberano esteja exposta. Na prática, funciona como um direito indireto de vida e morte, ao ponto que só possa ser exercido quando a vida do soberano está em risco.

Encarado nesses termos, o direito de vida e morte já não é um privilégio absoluto: é condicionado à defesa do soberano e à sua sobrevivência enquanto tal. Seria o caso de concebê-lo, com Hobbes, como a transposição para o príncipe do direito que todos possuiriam, no estado de natureza, de defender sua própria vida à custa da morte dos outros? Ou deve-se ver nele um direito específico que aparece com a formação deste ser jurídico novo que é o soberano? De qualquer modo, o direito de vida e morte, sob essa forma moderna, relativa e limitada, como também sob sua forma antiga e absoluta, é um direito assimétrico. O soberano só exerce, no caso, seu direito sobre a vida exercendo seu direito de matar ou contendo-o; só marca seu poder sobre a vida pela morte que tem condições de exigir. (Foucault, 2014c, p. 146).

Uma forma de poder que está pautada, portanto, na morte. Um poder que tem como objeto de condução a morte, em uma escala relativa, a ser aplicado quando a vida do soberano está exposta. Logo, mata-se para preservar a vida de indivíduos que *são merecedores* de proteção. Suas vidas são preservadas e valorizadas em função da morte de outros, que à luz do filósofo Giorgio Agamben (2002) poderiam ser considerados indivíduos *matáveis*. Eis, portanto, uma forma de poder pautada no direito de causar a morte ou de deixar viver.

Foucault (2014c) sustenta que, a partir da época clássica, houve uma transformação na configuração do poder. Uma transformação radical, no sentido de que o poder que estava pautado na morte, no suplício, no castigo; perdeu a sua centralidade para uma nova configuração de poder, centrada na vida, no controle da vida dos indivíduos. Um poder que não tem como seu atributo a repressão, e sim o empreendedorismo; a criatividade; o controle da vida de indivíduos e de populações. Uma transformação que marca uma nova forma de existência para cada indivíduo, passando-se de uma mera existência jurídica, própria do poder soberano, para uma existência biológica.

É nesta transfiguração lógica que o objeto da presente tese de doutoramento está presente. Pode-se falar de relações de poder sobre o corpo a partir do referido mecanismo de poder incidente sobre a vida, em um período moderno, a partir do qual o corpo foi criado e utilizado como instrumento de controle de vidas.

Um novo mecanismo de poder centrado na vida, que se desenvolveu através de duas formas: *Poder Disciplinar e Biopolítica das Populações*, esta subdividida em *governamental estatal e econômica neoliberal*. Passar-se-á, mesmo que brevemente, a comentar as citadas duas formas de poder, com fins de contextualizar as discussões que serão travadas ao longo da presente tese.

A primeira forma de poder incidente sobre a vida, à luz da teoria de Michel Foucault, é o chamado *Poder disciplinar*, que tem como objeto de incidência o corpo, este em uma lógica individual. Os corpos ficam expostos a esta forma de poder, ganhando um *status* econômico. Passa-se a relacioná-lo a uma máquina, que precisa ser controlada, domesticada, ter horários de funcionamento, uma meta de produção e um padrão de comportamento. Trata-se de uma pedagogia corporal, relacionada ao viés econômico que marca este corpo, tornando-o uma peça manipulada pelo capital (FOUCAULT, 2014c).

Parafraseando o filósofo e professor Miroslav Milovic, em sua obra *Política e Metafísica* (2017), trata-se de um período em que o indivíduo é considerado pelas suas possibilidades, virtualidades, em relação à sociedade e não só pelos seus atos. Uma sociedade dominada pela lógica da vigilância panóptica, não mais pelo poder pastoral exercido sobre as almas e pelo poder soberano exercido pelo território.

Eis um poder vital exercido sobre o corpo, à luz da necessidade de majorar a utilidade e docilidade dos corpos, por meio de um sistema de controle eficaz e econômico, assegurado “por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: anátomo-política do corpo humano.” (Foucault, 2014c, p. 150).

Uma sociedade marcada pela lógica do *panoptismo*, que é exercida por vários agentes sobre os corpos de indivíduos colocados em espaços de controle, seja na escola pelo mestre, seja nas prisões pelo diretor das mesmas, seja em casas de saúde pelos médicos e psiquiatras. São vigilantes, que possuem o poder não apenas de controlar, mas de formar um saber sobre os vigiados, pautado em padrões de normalidade, definidores do que pode ser considerado normal e anormal (FOUCAULT, 2013a).

Chamando atenção para o objeto da presente tese, pode-se destacar o impacto desta forma de poder no corpo dos indivíduos. Estes corpos passam a ser lidos a partir de uma lógica econômica. Deixou de ser interessante a morte, passa-se a uma lógica de poder que prioriza a vida. Entretanto, isso nem sempre representa algo positivo. Deixa de ter sentido matar, uma vez que se precisa dos indivíduos vivos, diante de um valor intrínseco a eles. Um valor que estaria

ligado a uma lógica de mão-de-obra, de exploração, de inserção deste indivíduo em uma linha de produção. Protege-se a vida, com fins de exploração dos corpos dos indivíduos.

Por sua vez, foi a partir da segunda metade do século XVIII que surgiu a segunda forma de poder sobre a vida, a *Biopolítica das Populações*. Antes de desenvolvê-la, é importante ressaltar que não houve um processo de substituição de uma forma de poder por outra, e sim uma articulação entre estas, o que inclusive foi chamado por Foucault de a *era do Biopoder*, que será analisada ainda neste capítulo.

Esta nova forma de poder, diferente da anterior, não incide sobre corpos individualizados, estando centrada no coletivo, em populações, no corpo-espécie. O nível biológico ganha centralidade, fazendo com que populações sejam analisadas a partir de sua existência biológica, com o gerenciamento de suas variáveis como nascimento, mortalidade e saúde; determinando-se os seus processos biológicos. Destaca-se, a espécie é colocada no centro de estratégias políticas, no sentido de que o “[...] o homem moderno é um animal em cuja política sua vida de ser vivo está em questão.” (Foucault, 2014c, p. 154-155).

Considerando as duas formas de poder destacadas nesta seção, *Poder Disciplinar* e *Biopolítica das Populações*, Foucault (2014c) sustenta a existência de um novo período, a *era do Biopoder*, que se desenvolve a partir das duas direções já discutidas nesta tese, pela disciplina, própria da primeira forma de poder; e pelas regulações de populações. O filósofo destaca que os citados poderes se articulam, formando agenciamentos concretos que constituem a tecnologia de poder no século XIX, sendo o *dispositivo de sexualidade* um dos mais importantes citados agenciamentos.

2.2 MORAL E PRÁTICAS SEXUAIS NA GRÉCIA CLÁSSICA E NOS DOIS PRIMEIROS SÉCULOS DE NOSSA ERA

Expostas e analisadas três formas de poder denunciadas por Michel Foucault, nesta seção, estudar-se-á a interação das relações de poder com a concepção moral construída sobre os objetos da presente tese na antiguidade (Grécia Clássica e nos dois primeiros séculos de nossa era) e na modernidade, seguindo a ordem do processo investigativo de Michel Foucault, utilizando-se como base, para tanto, a título de revisão bibliográfica, três obras do citado filósofo: *História da sexualidade 1: a vontade de saber* (2014c); *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres* (2014d) e *História da sexualidade 3: o cuidado de si* (2014e).

É importante deixar claro, desde o início, que Foucault tinha como objetivo realizar um estudo da história da sexualidade enquanto experiência, no sentido de um elemento correlacionado com a cultura, campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade. Entretanto, percebeu que essa perspectiva seria insuficiente, uma vez que faria da sexualidade um elemento invariante, diante de não se considerar o seu campo histórico. Por este motivo, Foucault resolveu por *retornar*, para estudar a sexualidade na Grécia Clássica e nos dois primeiros séculos de nossa era.

Trata-se de uma inversão que na presente tese é vista como razoável, diante do potencial efeito generalizador de suas análises caso não levasse em consideração as especificidades históricas, especialmente diante de uma estrutura de poder histórica, mas que se projeta de forma a-histórica, natural.

Ademais, faz-se importante ressaltar que não faz parte do objetivo do presente capítulo, tampouco da presente tese, fazer uma análise sobre a Grécia antiga, propriamente dita. A análise que se sucederá é uma revisitação bibliográfica de Michel Foucault sobre sexualidade na Grécia Clássica e nos dois primeiros séculos de nossa era, mas com o objetivo restrito de entender a linha lógica da teoria do filósofo, que realiza uma volta da modernidade à antiguidade para que a sua teoria passe a ser qualificada em um maior sentido. Logo, não se tem como objetivo estudar este período, e sim como a teoria de Michel Foucault analisa a sexualidade no mesmo, averiguando-se o seu possível impacto na sua visão teórica da modernidade.

No que concerne à sexualidade, Foucault (2014c) identificou três eixos: a formação dos saberes a que ela se refere, os sistemas de poder reguladores de sua prática e as formas por meio das quais os indivíduos podem e devem se reconhecer como sujeitos dessa sexualidade. Este terceiro eixo é o que vem a ser desenvolvido no volume dois e três de sua obra *História da Sexualidade*, estudando-se as práticas por meio das quais os indivíduos foram conduzidos a se auto observarem; a se decifrarem; a se identificarem e se reconhecerem, confessando-se, como sujeitos de desejo. O desejo como a chave para a descoberta da verdade de seu ser.

Foucault (2014c) compreendeu, assim, que para entender a maneira que o homem moderno podia fazer a experiência de si próprio como sujeito sexual seria necessário distinguir antes a forma pela qual, durante séculos, o homem ocidental foi levado a se reconhecer como sujeito de desejo. História do homem de desejo.

Pergunta-se o porquê que o comportamento sexual, os prazeres e atividades relacionados a este, são objetos de uma preocupação moral, uma espécie de cuidado ético, que em momentos e sociedades específicas parece ser mais importante do que a atenção moral

prestada a outros objetos. Questiona-se: “[...] de que maneira, por que e sob que forma a atividade sexual foi constituída como campo moral? Por que esse cuidado ético tão insistente, apesar de variável em suas formas e em sua intensidade?” (Foucault, 2014d, p. 16).

Iniciando a análise sobre Grécia Clássica, século IV a. C, no que concerne ao campo da atividade sexual, pode-se destacar, inicialmente, a chamada *artes da existência* ou *técnicas de si*, que nas palavras de Foucault (2014d, p. 16) seriam:

[...] prática refletidas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo.

As citadas *artes da existência* perderam, indubitavelmente, uma parte de sua importância e de sua autonomia a partir do Cristianismo, sendo integradas a uma lógica de poder pastoral, seguida de práticas de tipo educativo, médico ou psicológico. Entretanto, é de fundamental importância realizar o estudo histórico dessa estética da existência e tecnologias de si, à luz da teoria de Michel Foucault, para a compreensão do objeto da presente tese.

No pensamento antigo, no âmbito da reflexão moral da antiguidade, pode-se destacar a formação de quatro temáticas relativas à austeridade sexual, são elas: vida do corpo, instituição do casamento, relações entre homens e a existência de sabedoria. Estas como consubstanciações de uma elaboração e estilização de uma atividade na prática de sua liberdade, e no exercício de seu poder. Trata-se de regiões da experiência nas quais o comportamento sexual foi problematizado, tornando-se um objeto de cuidado, reflexão, matéria de estilização (FOUCAULT, 2014d).

O comportamento sexual foi objeto de reflexão como domínio de experiência moral². Passar-se-á a analisar, pontualmente, elementos que compuseram este domínio de experiência

² Nesta seção, quando se fala em *moral* se adota o seguinte valor: “Por ‘moral’ entende-se um conjunto de valores e regras de ação proposto aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as Igrejas etc. Acontece de essas regras e valores serem bem explicitamente formulados numa doutrina coerente e num ensinamento explícito. Mas acontece também de elas serem transmitidas de maneira difusa e, longe de formarem um conjunto sistemático, constituírem um jogo complexo de elementos que se compensam, se corrigem, se anulam em certos pontos permitindo, assim, compromissos ou escapatórias. Com essas reservas pode-se chamar ‘código moral’ esse conjunto prescritivo. Porém por ‘moral’ entende-se igualmente o comportamento real dos indivíduos em relação aos valores e regras que lhes são propostos: designa-se, assim, a maneira pela qual eles se submetem mais ou menos completamente a um princípio de conduta; pela qual eles obedecem ou resistem a uma interdição ou a uma prescrição; pela qual eles respeitam ou negligenciam um conjunto de valores; o estudo desse aspecto da moral deve determinar de que maneira, e com que margens de variação ou de transgressão, os indivíduos ou grupos se conduzem em referência a um sistema prescritivo que é explícita ou implicitamente dado em sua cultura, e do qual eles têm uma consciência

moral e que possuem uma relação com o objeto da presente tese, e uma importância na análise almejada com o presente capítulo. Uma análise de comportamentos, valores e regras de ação que compunham a moral da época no que concerne ao âmbito dos prazeres sexuais, a chamada *aphrodisia*, considerando que no vocabulário da antiguidade não havia uma palavra que correspondesse especificamente ao termo *sexualidade*. Os gregos, entretanto, não se importaram em seu testemunho histórico, nem mesmo em sua reflexão prática, em delimitar o que exatamente entendiam por *aphrodisia*.

Inicialmente, no âmbito da moralidade dos comportamentos relacionados aos prazeres sexuais (*aphrodisia*), ressalta-se que o que distinguia, na época, os homens entre si, tanto em um âmbito médico como moral, não era tanto o modo de prática sexual que eles preferem, mas sim a intensidade dessa prática. Trata-se de uma lógica de *moderação e incontinência*. Logo, para Foucault (2014d), no campo do comportamento sexual, a partir de uma perspectiva moral, foi traçada inicialmente uma linha de divisão que estava pautada na atividade e nas suas gradações quantitativas.

- Se a repressão já existia durante a Antiguidade, qual foi a forma e que mudanças puderam ser observadas?

- Essa repressão se manifestou em um contexto totalmente diferente. O problema de moral que é tratado nos textos clássicos diz respeito à *libido*, e não ao comportamento sexual. Pergunta-se como se dominar a si mesmo e como evitar as reações violentas para com outros. Para o comportamento sexual, existe certo número de regras, mas elas não são manifestamente muito importantes. Sente-se muito bem que o problema geral de ética não concerne à sexualidade. O problema desliza para a *libido*, eis uma contribuição do cristianismo e mais particularmente do monasticismo. Vemos aparecerem dois problemas em estreita relação: o problema da gulodice e o da sexualidade. Como evitar comer demais e como controlar as pulsões que para um monge não são o contato sexual com outro, mas o próprio desejo sexual, a alucinação sexual, a sexualidade como relação de si consigo, acompanhada de manifestações tais como a imaginação, os devaneios... (Foucault, 2014b, p. 243).

Não havia, destaca-se, uma noção comum que pudesse externar o que há de específico na sexualidade masculina e feminina. A prática dos prazeres sexuais distinguia claramente dois papéis e polos: sujeito e objeto, agente e paciente. A fêmea seria o objeto de um elemento ativo, de um agente, de um sujeito: o macho. A atividade *aphrodisia* é exercida pelo macho sobre a fêmea, que seria seu objeto. Trata-se da linha de demarcação entre homens e mulheres, diante da forte diferenciação entre eles em muitas sociedades antigas.

mais ou menos clara. Chamemos a esse nível de fenômenos a ‘moralidade dos comportamentos’.” (Foucault, 2014d, p. 32-33).

Pode-se identificar agentes ativos e objetos, diante de sua passividade. Os primeiros seriam os homens, mais precisamente os adultos e livres. Os segundos, as mulheres, mas estas apenas como elementos de um conjunto mais amplo, que inclui *escravos* e *rapazes*, estes como objetos de um prazer possível.

Assim, a segunda variável relacionada à imoralidade na prática da *aphrodisia* é a passividade. O excesso relacionado à prática sexual e a passividade são dois fatores que qualificam um homem como imoral. São as duas principais formas de imoralidade na prática da *aphrodisia*.

Manter-se em seu papel ou abandoná-lo, ser sujeito da atividade ou dela ser objeto, passar para o lado daqueles que sofrem quando se é um homem, ou permanecer no lado daqueles que a exercem, eis a segunda grande variável que, juntamente com a da ‘quantidade de atividade’, alimenta a apreciação moral. O excesso e a passividade são, para um homem, as duas formas principais de imoralidade na prática dos *aphrodisia*. (Foucault, 2014d, p. 58-59).

A atividade sexual não é considerada um mal em si mesmo. Pelo contrário, é encarada, de forma geral, como natural e indispensável, uma vez que é por meio dela que os seres vivos podem se *reproduzir*, que a espécie de uma forma coletiva escapa da morte e que “[...] as cidades, as famílias, os nomes e os cultos podem se prolongar muito além dos indivíduos destinados a desaparecer.” (Foucault, 2014d, p. 59).

Este caráter passivo e reprodutivo é atribuído à figura da mulher. Foucault denuncia que a mulher era considerada, por natureza, passiva, diferente do homem que tem como papel o controle, a atividade. O homem era marcado pelo domínio de si. Em outras palavras, ele deve comandar, obrigando à obediência o que não possui capacidade de se autodirigir, impondo-se princípios racionais àqueles que seriam desprovidos dos mesmos, como a mulher [*sic*]. Trata-se do caráter viril da temperança.

O domínio de si é uma maneira de ser homem em relação a si próprio, isto é, comandar o que deve ser comandado, obrigar à obediência o que não é capaz de se dirigir por si só, impor os princípios da razão ao que desses princípios é desprovido; **em suma, é uma maneira de ser ativo em relação ao que, por natureza, é passivo e que deve permanecer-lo.** Nessa moral de homens feita para os homens, a elaboração de si como sujeito moral consiste em instaurar de si para consigo uma estrutura de virilidade: é sendo homem em relação a si que se poderá controlar e dominar a atividade de homem que se exerce em face dos outros na prática sexual. [...]. No uso desses prazeres de macho é necessário ser viril consigo como se é masculino no papel social. A temperança é, no sentido pleno, uma virtude de homem. (Foucault, 2014d, p. 99, grifo nosso).

A passividade como um atributo feminino, da mulher, porém que não é exclusivo das mesmas. Pode ser estendido a rapazes e escravos, entretanto, estes eram considerados imorais diante de sua passividade, porque era contra a sua natureza este tipo de comportamento. A passividade como um atributo natural e que assim deveria permanecer, conforme Foucault (2014d) denuncia no trecho retro transcrito.

Não se percebe, entretanto, uma vinculação da figura do homem e da mulher a sua genitália. Trata-se de um contexto lógico de atividade/passividade, que seriam atribuídos ao homem e a mulher, respectivamente, mas sem julgá-los a partir de uma genitália. Tanto que, no período e moral em análise, a relação de dois homens era qualificada de uma forma específica e distinta da modernidade, no sentido de que aquele que penetra um outro homem não é julgado como imoral, mas como um ser que está exercendo o seu papel natural de penetrador. Trata-se de uma questão de ser ativo no coito sexual e ter o domínio de seus instintos, de si. Uma perspectiva diversa do pecado e controle implantados pela pastoral cristã.

No que concerne a rapazes e escravos que assumissem um papel passivo em relação aos prazeres sexuais, estes eram considerados imorais, desvalorizados. Há uma lógica de contaminação do masculino (ativo) por um atributo que não seria próprio do mesmo, a passividade, vinculada naturalmente ao feminino. Logo, estes eram considerados imorais porque não reproduziram uma lógica natural.

Numa experiência da sexualidade como a nossa, em que uma cesura fundamental opõe o masculino e o feminino, **a feminidade do homem é percebida na transgressão efetiva ou virtual de seu papel sexual**. Ninguém será tentado a dizer de um homem cujo amor às mulheres o leva ao excesso que ele seja efeminado – a não ser operando sobre o seu desejo todo um trabalho de decifração e desentocando ‘a homossexualidade latente’ que habita em segredo sua relação instável e multiplicada com as mulheres. **Ao contrário, para os gregos, é a oposição entre atividade e passividade que é essencial e marca tanto o domínio dos comportamentos sexuais como das atitudes morais; vê-se, então, por que um homem pode preferir os amores masculinos sem que ninguém sonhe em suspeitá-lo de feminidade, desde que ele seja ativo na relação sexual e ativo no domínio de si; em troca, um homem que não é suficientemente dono de seus prazeres – pouco importa a escolha de objeto que faça – é considerado ‘feminino’.** (Foucault, 2014d, p. 101-102, grifo nosso).

A feminidade do homem representava uma transgressão ao seu papel sexual. Um homem poderia se relacionar com outros homens, sem ter um caráter feminino, desde que fosse ativo na relação sexual e ativo no domínio de si, senão era considerado feminino e, conseqüentemente, imoral, uma vez que violou a sua própria natureza. Era admitido como manifestamente natural ter prazer com um rapaz, o que era muito mais difícil de se aceitar como

natural era aquilo que faz do rapaz um objeto de prazer, já que se estaria diante de uma feminização de um dos parceiros. (FOUCAULT, 2014d).

Foucault ressalta o princípio do Isomorfismo entre relação sexual e social. Este princípio coloca em paridade a relação sexual de um homem e uma mulher com a relação social firmada entre eles. Especificamente, a relação sexual, moralmente à época, já era vista sob a lógica da penetração, este como um ato diferenciador de um homem em relação a uma mulher, o que propiciava uma polaridade opositora entre passividade e atividade.

Essa relação sexual é concebida como paralela, do mesmo tipo, que a relação de superioridade e inferioridade, entre aquele que domina e é dominado (homem e mulher). Aquele que é o ativo, o homem, que penetra, é o superior, detentor da honra. Enquanto a mulher é a penetrada, desprovida dessa superioridade. Todavia, um ponto muito importante merece ser destacado. A passividade da mulher era um reflexo da inferioridade de sua natureza e condição [*sic*], não merecendo ser reprovada ou mesmo considerada imoral, pois não foi um ato de escolha ser passivo em uma relação e sim fruto de sua natureza.

No que diz respeito à passividade da mulher, ela marca muito bem uma **inferioridade de natureza e de condição**; mas ela não deve ser reprovada como conduta, posto que é, precisamente, conforme **ao que a natureza quis** e ao que o *status* impõe. Em compensação, tudo aquilo que no comportamento sexual poderia acarretar para um homem livre – e ainda mais para um homem que, por sua origem, fortuna, prestígio, ocupa ou deveria ocupar posições privilegiadas entre os demais – as marcas da inferioridade, da dominação sofrida, da servidão aceita, só poderiam ser consideradas vergonhosas: e vergonha ainda maior se ele se presta a ser objeto complacente do prazer do outro. (Foucault, 2014d, p. 264, grifo nosso).

Natureza. Na moralidade dos comportamentos da Grécia Clássica se pode identificar uma relação da *mulher* com a *natureza*. A mulher era naturalmente inferior ao homem, uma vez que ela era quem recebia a penetração deste. O ser que era naturalmente penetrado.

Ser mulher, naturalmente, era ser penetrada. Quanto aos homens, estes eram considerados, conforme denuncia Foucault (2014d, p.272), como indivíduos que procuram imitar a mulher: “ ‘Todo mundo reprová a lassidão daquele que cede aos prazeres e que não pode resistir’ e ‘naquele que procura imitar a mulher, todo mundo reprová a imagem demasiado semelhante à dela que ele assume’”.

Além da passividade moralmente atribuída à figura da mulher, na Grécia Clássica, pode-se ressaltar um segundo fator que era próprio do feminino: a *reprodução*. Foucault denuncia a lógica dominante neste contexto, a de que a *natureza* organizou a conjunção dos sexos para

propiciar a descendência dos indivíduos, conseqüentemente, a sobrevivência da espécie humana.

O cuidado com a progeneritura também motiva a vigilância que se deve manifestar no uso dos prazeres. Pois, ao admitir-se que a natureza organizou a conjunção dos sexos para assegurar a descendência dos indivíduos e a sobrevivência da espécie, ao admitir-se também que por essa mesma razão ela associou à relação sexual um tão vivo prazer, reconhece-se que essa descendência é frágil, pelo menos em sua qualidade e seu valor. É perigoso, para o indivíduo, obter seu prazer ao acaso; mas se é ao acaso que ele procria, e não importa como, o futuro de sua família é colocado em perigo. (Foucault, 2014d, p. 159).

Eis um contexto moral regido pela regra da procriação, que prega que para o indivíduo não se tornar um ser sem renome, sem nome, as leis dizem que este deve se casar e dar uma descendência, nas melhores condições possíveis (FOUCAULT, 2014d). A descendência seria a responsável pela transcendência à morte. Ao ser humano lhe é destinado a morte, entretanto, a progeneritura seria o instrumento responsável pela fuga à mesma. O homem escapa à morte por meio de sua descendência.

A atividade sexual se inscreve, portanto, no amplo horizonte da morte e da vida, do tempo, do vir a ser e da eternidade. Ela se torna necessária porque o indivíduo é destinado a morrer e para que, de certa maneira, ele escape à morte. É claro que essas especulações filosóficas não estão diretamente presentes na reflexão sobre o uso dos prazeres e sobre o seu regime. (Foucault, 2014d, p.165).

Foucault (2014d) ressalta ainda que este tipo de concepção, justificando o indivíduo e a espécie em uma lógica de tempo e eternidade, vida e morte; é determinante na boa aceitação das prescrições reguladoras da atividade sexual pelos cidadãos.

O filósofo em foco realiza, ainda, uma análise sobre o desenvolvimento, nos dois primeiros séculos de nossa era, da arte da existência criada pelos gregos, na antiguidade clássica, em sua obra *História da Sexualidade 3: o cuidado de si* (2014e). Passar-se-á a desenvolver pontos específicos da configuração moral destes dois séculos, correlacionando-os com o que foi analisado sobre a Grécia Clássica e com o objeto da presente tese.

Foucault sustenta, no primeiro capítulo do citado livro, a obra *A chave dos sonhos*, de Artemidoro, este como o único texto restante na íntegra de uma literatura abundante na Antiguidade: a literatura da *onirocricia*, século II d. C. Artemidoro afirma que não teve nenhuma outra atividade que não seja se dedicar integralmente à interpretação dos sonhos.

Referindo-se a sonhos, Artemidoro realiza uma interpretação envolvendo dois homens. Foucault (2014e) afirma que Artemidoro privilegia a relação pautada na penetração, o que coloca a relação entre mulheres na categoria de atos *fora da natureza*, enquanto as relações entre homens não. A lógica funciona da seguinte forma: a relação entre dois homens é marcada pela penetração, que seria o ato viril por excelência, este não é em si mesmo uma violação da natureza, uma vez que seria própria à essência do homem penetrar, entretanto ser penetrado não. Por isso, nesta relação há um homem que será considerado vergonhoso, inconveniente. Entretanto o ato de penetrar não seria considerado transgressor da natureza, enquanto o ser penetrado sim.

No que concerne ao relacionamento entre mulheres, Artemidoro julga ser violadora da natureza esta relação, devido ao fato de que uma mulher estaria, por meio de um algum artifício, usurpando o papel do homem, tomando de forma abusiva a sua posição, possuindo uma outra mulher. Nas palavras de Foucault, sobre a análise de Artemidoro (2014e, p. 32):

Em troca, entre duas mulheres um tal ato que se efetua a despeito daquilo que elas são, e com recurso a subterfúgios, é tão fora da natureza como a relação entre um humano com um deus ou com um animal. Sonhar com esses atos significa que se terá atividades vãs, que se irá separar-se do marido, ou que se ficará viúva. A relação entre as duas pode também significar a comunicação ou o conhecimento dos ‘segredos’ femininos.

Nos escritos de Artemidoro, à luz de Michel Foucault (2014e), a penetração constitui a essência da prática sexual, como o qualificador dos atos sexuais, a partir de suas variantes: passivo ou ativo. É a penetração o aporte de análise de qualquer ato sexual, a saber quem está no polo ativo ou passivo da prática sexual. Deve-se saber quem penetra e quem é penetrado. A natureza, de acordo com a moral dos prazeres da época, continuava a estabelecer que o homem é o ser penetrante, enquanto a mulher o ser penetrável.

Em relação ao que se passa entre essas personagens e o sonhador, a sobriedade de Artemidoro é extraordinária. Não há carícias, combinações complicadas, nem fantasmagorias; mas algumas variações bem simples em torno de uma forma essencial, a penetração. É ela que parece constituir a própria essência da prática sexual, em todo caso, a única que merece ser retida, e que faz sentido para a análise do sonho. Muito mais que o próprio corpo, com suas diferentes partes, muito mais do que o prazer com suas qualidades e intensidades, o ato de penetração aparece como qualificador dos atos sexuais, com algumas de suas variantes de posição e sobretudo seus dois polos de atividade e de passividade. (Foucault, 2014e, p. 37).

Foucault (2014e) comenta, também, as análises de Galeno em relação a *aphrodisia*, que estariam situadas dentro da temática antiga das relações entre morte, imortalidade e reprodução. O autor sustenta que para Galeno, assim como para toda uma tradição filosófica, é “[...] na falta de eternidade que se enraíza a necessidade da separação dos sexos, a intensidade de sua atração recíproca e a possibilidade da geração.” (2014e, p. 133).

Em outras palavras, a necessidade de separação dos sexos estaria fundamentada na finitude da vida. Trata-se de uma lógica que estaria pautada na ideia de que como o ser humano é finito em termos de vida, para que a sua espécie não seja exterminada diante desta finitude os sexos foram divididos, de uma forma que se completam por meio da geração, por meio da progeneritura.

Uma lógica de que para se vencer a morte, dividiu-se os sexos, propiciando a estes atrações recíprocas, tornando-se, portanto, a morte um fenômeno vencido pela vida. Macho e fêmea. Os sexos estariam fundamentados na reprodução, na progeneritura.

Foucault (2014e) sustenta que Galeno encara como um desafio assegurar a salvação e a proteção da espécie humana. Seria necessário algo engenhoso. Para tanto, Galeno sustenta que Demiurgo ao dar origem aos seres vivos, dando-lhes um meio para se reproduzirem, precisou aplicar uma “artimanha” diante da corruptibilidade da matéria, por meio da qual este mundo é feito, que estaria pautada em três elementos: 1. Os órgãos que são dados a todos os seres vivos, que servem para a fecundação; 2. Uma capacidade de prazer extraordinária; 3. E no âmbito da alma, o desejo de se servir destes órgãos.

O ‘sofisma’ do sexo não reside, portanto, simplesmente numa disposição anatômica sutil e em mecanismos cuidadosamente ordenados: ele consiste também em sua associação com um prazer e um desejo, cuja força singular está ‘além até das palavras’. Para superar a incompatibilidade entre seu projeto e as necessidades de seus materiais, é o princípio de uma força, de uma *dunamis* extraordinária, que a natureza foi obrigada a colocar no corpo e na alma do ser vivo. (Foucault, 2014e, p. 134).

Aos seres vivos, portanto, ser-lhes-ia dado órgãos que tem como finalidade a reprodução, associado ao prazer extraordinário obtido em uma relação sexual que seria o caminho para a progeneritura, isto em uma lógica homem e mulher, pênis e vagina. Ademais, os seres humanos ainda seriam marcados por um desejo de fazer uso destes órgãos com fins de reprodução. Um desejo forte o bastante que não teria a necessidade de ser percebido. Como sustenta Foucault: “Os *aphrodisia*, por sua vivacidade, servem a uma razão que aqueles que a praticam nem mesmo têm necessidade de conhecer.” (2014e, p. 135).

Assim, o desejo, o prazer obtido entre um homem e uma mulher, por meio da penetração completada pela ejaculação, estaria justificado pela obtenção da procriação. Trata-se de um elemento que estaria vinculado à natureza, supostamente uma obra da natureza, por isso a divisão dos sexos.

Galeno, de acordo com Foucault (2014e), sustenta uma fisiologia dos atos sexuais que estaria marcada por elementos que se poderia identificar em tradições anteriores. Em Galeno, o aparelho anatômico da mulher seria semelhante ao avesso do homem. Ele supõe que a mulher emitiria esperma assim como o homem, entretanto, a diferença estaria na concepção de que essa emissão na mulher seria menos perfeita e menos completa da que realizada pelo homem, o que justificaria o papel menor da mulher na formação do embrião.

Michel Foucault (2014e) destaca, ainda, que Galeno trata de uma espécie de “fisiologização” do desejo e do prazer. O capítulo 9 (nove) de sua obra XIV *Do uso das partes* suscita a seguinte questão: “Por que um tão vivo gozo é ligado ao uso das partes genitais?” (Galeno *apud* Foucault, 2014e, p. 136). Trata-se de uma violência do desejo, que tem a sua intensidade ligada a uma finalidade. Para Galeno, essa finalidade não seria apenas para impulsionar os atos sexuais e sim a progenitura, a continuidade de gerações.

E logo Galeno rejeita a ideia de que a violência do desejo e sua intensidade poderiam estar simplesmente associadas, pela vontade de seus criadores, ao ato sexual, como um motivo sugerido aos homens para a ele impulsioná-los. Galeno não nega que o poder demiúrgico fez de sorte que exista essa vivacidade que nos impele: ele quer dizer que ela não foi acrescentada na alma como um suplemento, mas sim que ela foi verdadeiramente inscrita como consequência dos mecanismos do corpo. **Desejo e prazer são diretamente os efeitos de disposições anatômicas e dos processos físicos. A causa final – que é a continuação de gerações – é perseguida através de uma causa material e um arranjo orgânico: ‘Se esse desejo, se esse gozo existem nos animais, não é somente porque os deuses criadores do homem quiseram lhes inspirar um violento desejo do ato venéreo ou vincular a uma realização um vivo gozo; mas porque eles dispuseram a matéria e os órgãos para obter esses resultados.’.** (Foucault. 2014e, p. 136, grifo nosso).

Na concepção de Galeno, portanto, à luz de Michel Foucault (2014e), o desejo e o prazer são derivados de uma relação com a natureza. Estão diretamente relacionados com a disposição anatômica que o indivíduo nasce. Trata-se de uma lógica de prazer e desejo naturalmente recíprocos, diante de serem marcados por uma finalidade comum: a *procriação*.

Esta perspectiva pode ser observada, também, em Cáricles, por meio do que sustenta Michel Foucault (2014e), ao tratar da sequência das gerações. Com fins de vencer o limiar da

vida, a morte, naturalmente se teria determinado a partilha dos sexos, sendo um o responsável por espalhar o sêmen e o outro a recebê-lo, estando marcados por um desejo recíproco.

Sabendo que os seres vivos eram feitos ‘de uma matéria perecível’, e que o tempo determinado para cada ser era breve, ela arranjou (*emechanesato*) as coisas de tal maneira que a destruição de um seja o nascimento do outro: assim, através do jogo das sucessões, podem viver até a eternidade. **Para isso, ela ordenou ainda a partilha dos sexos, um destinado a espalhar o sêmen, o outro a recebê-lo; e ela verteu em cada um deles o apetite (*páthos*) pelo outro.** Da relação desses dois sexos diferentes pode nascer a sequência das gerações – mas nunca da relação entre dois indivíduos de mesmo sexo. Assim, Cáricles ancora solidariamente, na ordem geral do mundo, lá onde estão ligadas entre si a morte, a geração e a eternidade, a natureza própria de cada sexo e o prazer que convém a cada um deles. **Não convém que ‘o feminino’ se faça de macho, contra a natureza; nem que o ‘masculino, indecentemente, se efemine’.** Ao querer escapar dessa determinação não se estaria transgredindo apenas os caracteres próprios aos indivíduos; se estaria prejudicando o encadeamento da necessidade universal. (Foucault, 2014e, p. 267, grifo nosso).

Mais uma vez, pode-se perceber que o feminino e o masculino, *o ser mulher e o ser homem*, estão associados diretamente à lógica da procriação. Naturalmente, separou-se os sexos para que os mesmos, a partir de uma relação sexual marcado por prazer e desejo, procriem.

Esta lógica de procriação que marca a relação entre um homem e uma mulher estaria firmada em uma perspectiva de *casamento*. Citando Musonius, Foucault (2014e) destaca que este instituto estaria atravessado por dois efeitos, que seriam intrínsecos: formação de uma descendência comum e companheirismo de vida. Em Musonius, o criador, após ter separado os dois sexos, implantou nestes um violento desejo, com fins de reaproximá-los, um desejo concomitante de *conjunção* e de *união*.

Robustecendo essa perspectiva moral da época, Foucault (2014e) cita, também, Hierocles, quem fundamenta o instituto do casamento na natureza binária. Segundo ele, o ser humano é binário por constituição. Possui em sua essência a vivência a dois, em uma relação que tenha o condão de lhe gerar uma descendência e lhe permita a vitaliciedade com um parceiro. O homem como um ser conjugal.

É importante situar, mesmo que brevemente, o contexto em relação ao qual se está analisando, os dois primeiros séculos de nossa era. Michel Foucault (2014e) ressalta uma severidade testemunhada nos textos de Soranus e de Rudo fe Éfeso, de Musonius ou de Sêneca, de Plutarco, Epicteto ou de Marco Aurélio. Uma moral que foi tomada emprestada por autores cristãos, de forma explícita e implícita. Em relação a Grécia Clássica, tornou-se mais forte e

insistente a *questão dos prazeres*, no sentido de uma inquietação em relação aos prazeres sexuais. Uma problematização mais intensa dos *aphrosidia*.

Foucault (2014e) sustenta, entretanto, que apesar de uma nítida maior severidade, rigor expresso pelos moralistas, não se formou uma demanda de intervenção por parte do poder público. Não se encontrará, portanto, nos filósofos um projeto para uma legislação coercitiva e geral dos comportamentos sexuais. Em compensação, o que pode ser observado nos textos dos dois primeiros séculos é a importância de se dar atenção a si próprio. Trata-se do chamado *cuidado de si*.

Em compensação, o que se marca nos textos dos primeiros séculos – mais do que novas interdições sobre os atos – é a insistência sobre a atenção que convém ter para consigo mesmo; é a modalidade, a amplitude, a permanência, a exatidão da vigilância que é solicitada; é a inquietação com todos os distúrbios do corpo e da alma que é preciso evitar por meio de um regime austero; é a importância de se respeitar a si mesmo, não simplesmente em seu próprio *status*, mas em seu próprio ser racional, suportando a privação dos prazeres ou limitando o uso ao casamento ou à procriação. (Foucault, 2014e, p. 53).

Trata-se de uma majoração da austeridade sexual na reflexão moral, mas que não ganha a forma de um incremento da rigidez do código que define os atos proibidos, e sim de uma intensificação da relação do indivíduo consigo mesmo, este como sujeito de seus atos. Eis uma cultura de si que foi marcada pelo aumento do cuidado médico, atravessado pela lógica de atenção com o corpo, elemento este diretamente relacionado à alma.

Os males do corpo e da alma podem se comunicar entre si e contaminar um em relação ao outro com seus mal-estares. Neste sentido, “[...] lá, onde os maus hábitos da alma podem levar a misérias físicas enquanto os excessos do corpo manifestam e sustentam as falhas da alma” (Foucault, 2014e, p. 73). Deve-se corrigir a alma se se almeja que o corpo não prevaleça sobre ela, assim como se deve retificar o corpo se se almeja que a alma mantenha o domínio integral sobre si mesma. Trata-se, portanto, de um corpo frágil, vulnerável, que ameaça a alma diante de suas próprias fraquezas.

No âmbito da moral dos prazeres, em relação a este contexto de cuidado de si, deve-se atentar para as transformações que puderam afetar essa moral. No campo das proibições não houve nenhum tipo de ampliação, nem mesmo o interesse de se organizar sistemas de proibições mais autoritários e invasivos. A mudança no âmbito moral do sujeito está situada principalmente na maneira pela qual o indivíduo deve se constituir enquanto sujeito moral. (FOUCAULT, 2014e).

O prazer sexual continua sendo uma substância ética marcada pela força. Trata-se de uma força contra a qual é necessário lutar. O sujeito deve assegurar sua dominação, podendo-se fazer uma associação com a lógica de temperança, do autocontrole, já analisados quando se estudou a lógica moral das práticas sexuais na Grécia Clássica.

Houve uma alteração no campo do trabalho que se deve exercer sobre si próprio, a partir da *cultura de si*. Por meio de exercícios de abstinência e de domínio, o lugar atribuído ao conhecimento de si se tornou mais importante, eis a “[...] tarefa de se pôr à prova, de se examinar, de controlar-se numa série de exercícios bem-definidos [...]” (Foucault, 2014e, p. 87). Trata-se, conseqüentemente, ainda, de uma soberania do indivíduo sobre si próprio, mas que foi ampliada, para além tão somente de uma dominação do indivíduo sobre seus desejos, por exemplo, mas de um *gozo sem desejo e sem perturbação*.

Sendo assim, fazendo-se uma análise paralela entre a moral vigente na Grécia Clássica e nos dois primeiros séculos de nossa era, à luz de Foucault, pode-se identificar uma permanência, continuidade, dos princípios gerais.

De modo geral, todos esses temas da dietética permaneceram extraordinariamente contínuos desde a época clássica; os princípios gerais, como vemos, foram mantidos; no máximo, eles foram desenvolvidos, detalhados e aprimorados; eles propõem um ajuste da vida mais estrito e solicitam da parte daqueles que querem observá-los uma atenção ao corpo mais constantemente vigilante. (Foucault, 2014e, p. 132).

Ainda se está longe, nos dois primeiros séculos, de um contexto moral no qual os prazeres sexuais serão dotados de um mal, fazendo com que os comportamentos devam se submeter à forma universal da lei. Uma lógica marcada pela decifração dos desejos como pré-requisito para uma existência purificada. Trata-se da *pastoral cristã*, que exercerá uma influência direta na concepção moral dos prazeres sexuais.

Assim, no refinamento das artes de viver e o cuidado de si, esboçam-se alguns preceitos que parecem bem próximos daquelas cujas formulações serão encontradas nas morais ulteriores. Mas essa analogia não deve procurar ilusão. **Essas morais definirão outras modalidades da relação consigo: uma caracterização da substância ética a partir da finitude, da queda e do mal; um modo de sujeição na forma da obediência a uma lei geral que é ao mesmo tempo vontade de um deus pessoal; um tipo de trabalho sobre si que implica decifração da alma e hermenêutica purificadora dos desejos; um modo de realização ética que tende à renúncia a si.** Os elementos do código concernentes à economia dos prazeres, à fidelidade conjugal, às relações entre homens, poderão muito bem permanecer análogos. Eles então farão parte de uma ética profundamente remanejada e de uma outra maneira de constituir a si mesmo enquanto sujeito moral de suas próprias condutas sexuais. (Foucault, 2014e, p. 300-301, grifo nosso).

Foucault (2014e) faz uma ressalva de fundamental importância. Poder-se-ia, a partir da identificação de traços comuns, ter a impressão de que a ética sexual própria ao cristianismo, ou Ocidente moderno, já estaria instaurada a partir de alguns de seus princípios essenciais na época em que estava em vigência a cultura greco-romana. Todavia, ressalva Foucault, este pensamento seria marcado por um desconhecimento de distinções fundamentais próprias às relações que os indivíduos sustentavam consigo mesmos.

Perceber-se-á as citadas distinções fundamentais, a partir da Idade Média. Tudo passou a ser regulado, das posições sexuais até os sonhos dos indivíduos, precisava-se saber de tudo.

A essa discrição grega se oporá a meticulosidade atenta da pastoral cristã, a partir da Idade Média: então se fará com que tudo seja regulado – posições, frequência, gestos, estado de alma de cada um, conhecimento por uma das intenções do outro, signos do desejo por um lado, marcas de aceitação por outro etc. A moral helenística e romana, por seu lado, diz pouco sobre isso. (Foucault, 2014e, p. 206).

Começa-se a entender, assim, a ressalva de Foucault quanto ao possível pensamento de que a ética sexual moderna já teria alguns de seus princípios fundamentais na vigência da moral da Grécia Clássica. Passou-se de uma lógica de cuidado de si, que não estaria marcada por um aspecto de controle, para um contexto dominado pela pastoral cristã, atravessado por uma configuração de poder extremamente controladora, o que influenciou diretamente na relação do corpo, sexo e gênero.

Portanto, é importante destacar que não se pode inferir que a moral sexual própria ao cristianismo e a do paganismo formem uma continuidade. Há diversos princípios, noções e temáticas que podem ser encontradas tanto em um como em outro, mas não possuem o mesmo lugar e valor em ambos. A igreja e a pastoral cristã colocaram em vigência um princípio moral construtivo, controlador, que possuía um alcance universal. Todavia, na antiguidade, o pensamento não estava organizado sob o viés de uma moral unificada, coerente e impositiva a todos. Tratava-se apenas de uma suplementação à moral aceita comumente (FOUCAULT, 2014d).

Infer-se, portanto, quanto ao objeto da presente tese, que as concepções foucaultianas, sobre o corpo na Grécia Clássica e nos dois primeiros séculos de nossa era, indicam uma configuração moral sobre o corpo que é dotada de especificidades e não de complementaridades. Conforme se sustentou anteriormente, não é possível vislumbrar, na

antiguidade, uma moral sexual sobre o corpo controladora, colonizadora do mesmo, como é possível se identificar e desenvolver na modernidade.

Sendo assim, a partir da análise das considerações do filósofo sobre o citado período, sustenta-se que as relações de poder relacionadas ao objeto da presente tese são contemporâneas, da modernidade, citando-se especificamente o *dispositivo de transexualidade*. Uma lógica empreendedora, produtora e dominadora do corpo e de vidas. Um mecanismo moderno de poder.

2.3 RELAÇÕES DE PODER, MORAL E PRÁTICAS SEXUAIS NA MODERNIDADE

Analisar-se-á, nesta seção, a valoração moral e as relações de poder exercidas sobre o sexo, corpo e gênero, na modernidade. Para tanto, a teoria de Michel Foucault, novamente, será o principal referencial a ser considerado, especificamente a sua obra *História da Sexualidade 1: Vontade de saber* (2014c). Assim, optou-se por realizar uma inversão em relação à construção da teoria do citado filósofo, quem primeiro escreve sobre a modernidade e só depois percebe uma necessidade de voltar à Grécia Clássica, à antiguidade.

Considerando este retorno de Foucault, optou-se, nesta análise teórica, por seguir o curso histórico, estudando-se primeiro a Grécia Clássica, depois os dois primeiros séculos de nossa era, para nesta seção se passar a analisar a influência da pastoral cristã sobre o sexo e a modernidade, à luz da teoria do filósofo. Sendo assim, torna-se justificada a inversão aqui realizada.

2.3.1 A incitação do sexo e o *dispositivo de sexualidade*: o sexo como um elemento de disputa pública

Michel Foucault (2014c) inicia sua obra destacando um regime vitoriano, em relação ao qual, possivelmente, poder-se-ia dizer que se está sujeito até hoje. A partir da burguesia vitoriana, a sexualidade é cuidadosamente encerrada, internalizada dentro de casa e absorvida pela função reprodutora. Cala-se no que concerne ao sexo. Uma lógica de segredo, de mutismo. Eis a instauração de uma repressão do sexo. Trata-se de uma espécie de puritanismo moderno, que estaria baseado em um tríptico de elementos: interdição, inexistência e mutismo.

Isso seria próprio da repressão e é o que a distingue das interdições mantidas pela simples lei penal: a repressão funciona, decerto, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber. Assim marcharia, com sua lógica capenga, a hipocrisia de nossas sociedades burguesas. Porém, forçada a algumas concessões. Se for mesmo preciso dar lugar às sexualidades ilegítimas, que vão incomodar noutra lugar: que incomodem lá onde possam ser reinscritas, se não nos circuitos de produção, pelo menos nos do lucro. O *rendez-vous* e a casa de saúde serão tais lugares de tolerância: a prostituta, o cliente, o rufião, o psiquiatra e sua histérica – estes ‘outros vitorianos’, diria Stephen Marcus – parecer ter feito passar, de maneira sub-reptícia, o prazer a que não se alude para a ordem das coisas que se contam; as palavras, os gestos, então autorizados em surdina, trocam-se nesses lugares a preço alto. (Foucault, 2014c, p. 08).

Uma lógica utilitária de discursos. Normalmente, não se poderia falar sobre sexo, a não ser em locais considerados legítimos e úteis como o *rendez-vous* e a casa de saúde. Seriam considerados locais de tolerância na sociedade burguesa. Não se deveria dizer, ver, tampouco saber sobre o sexo, a não ser nos citados espaços de tolerância. Eis, portanto, uma lógica de hipocrisia burguesa, denunciada por Foucault (2014c).

Após apresentar o discurso de repressão que se correlacionou ao sexo, Foucault (2014c) passa a criticar a própria repressão, questionando se o sexo realmente foi reprimido. O filósofo aduz que o discurso de repressão moderna do sexo se sustenta facilmente diante da facilidade do mesmo ser dominado, tendo uma forte caução histórica e política. A origem da chamada *Idade da Repressão* dataria do século XVII, depois de centenas de anos de livre expressão sobre o mesmo, coincidindo com o surgimento do capitalismo, logo estaria correlacionado com a burguesia.

A este discurso de repressão do sexo, Foucault (2014c) chama de *hipótese repressiva*. O filósofo sustenta que é ilusório fazer da interdição do sexo o elemento fundamental e constituinte da história que se poderia escrever sobre o mesmo a partir da Idade Moderna. A história do sexo na idade moderna está distante de se reduzir a uma repressão, ao mutismo.

É necessário deixar bem claro: não pretendo afirmar que o sexo não tenha sido proibido, bloqueado, mascarado ou desconhecido desde a época clássica; nem mesmo afirmo que a partir daí ele o tenha sido menos do que antes. Não digo que a interdição do sexo é uma ilusão; **e sim que a ilusão está em fazer dessa interdição o elemento mais fundamental e constituinte a partir do qual se poderia escrever a história do que foi dito do sexo a partir da Idade Moderna.** (Foucault, 2014c, p. 17, grifo nosso).

Foucault (2014c) sustenta, assim, que ao invés de sofrer um processo restritivo, o sexo foi mais colocado em discurso, a partir do final do século XVI. Sendo submetido a um mecanismo de crescente incitação, com técnicas de poder que foram exercidas sobre o sexo com o intuito de disseminar e implantar sexualidades polimorfos. Ademais, a vontade de saber do sexo estaria obstinada a constituir uma ciência sobre o mesmo. A partir de fatos históricos considerados relevantes, Foucault (2014c) transcende à hipótese repressiva, assim como aos seus fatos de interdição e de exclusão.

O século XVII, para Foucault (2014c), poderia ser considerado o início de uma época de explosão discursiva em relação ao sexo, que se acelerou a partir do séc. XVIII. Destaca-se uma multiplicação dos discursos sobre o sexo no campo do exercício do poder. Uma incitação institucional a falar sobre o sexo. As instâncias de poder estavam obstinadas a ouvir e a impor a fala, em detalhes.

Falar sobre o sexo se torna um imperativo. Nas palavras de Márcio Alves da Fonseca (2003, p. 84-85), “Os séculos XVIII, XIX e XX estão marcados pelo surgimento e pela disseminação de discursos sobre o sexo, a partir de uma incitação a falar dele, cada vez mais. Isso, progressivamente, como um dever, vai se tornando imperativo a todos”.

A partir do Concílio de Trento, séc. XVI, pode-se identificar uma espécie de evolução da pastoral católica e do sacramento da confissão. Instaura-se uma configuração de detalhes. A linguagem deveria ser polida, entretanto, a extensão da confissão apenas crescia. Deve-se confessar pensamentos, desejos, sonhos, posições sexuais. Deve-se confessar detalhes da sua relação sexual. Tudo deve ser falado. Tende-se a fazer da carne a origem de todos os pecados. Logo, os atos relacionados à mesma devem ser confessados em detalhes, sob o véu de uma linguagem marcada pela discrição.

É aí, talvez, que pela primeira vez se impõe, sob a forma de uma constrição geral, essa injunção tão peculiar ao Ocidente moderno. Não falo da obrigação de confessar as infrações às leis do sexo, como exigia a penitência tradicional; porém da tarefa, quase infinita, de dizer, de se dizer a si mesmo e de dizer a outrem, o mais frequentemente possível, tudo o que possa se relacionar com o jogo dos prazeres, sensações e pensamentos inumeráveis que, através da alma e do corpo, tenham alguma afinidade com o sexo. Esse projeto de uma ‘colocação do sexo em discurso’ formara-se há muito tempo, numa tradição ascética e monástica. O século XVII fez dele uma regra para todos. [...] A pastoral cristã inscreveu, como dever fundamental, a tarefa de fazer passar tudo o que se relaciona com o sexo pelo crivo interminável da palavra. (Foucault, 2014c, p. 22-23).

Pode-se perceber, a partir da apresentação do citado contexto da pastoral cristã, uma alteração significativa na configuração moral em relação a Grécia Clássica e aos dois primeiros séculos de nossa era, analisados na seção anterior. Parte-se das chamadas artes da existência, para o cuidado de si, entretanto tais práticas perderam uma parte de seu protagonismo, importância e autonomia, conforme já destacado, a partir da incidência do cristianismo, que está baseado em uma lógica incitadora do discurso, com fins de controle, de educação, de formação de práticas constituídas e padronizadas como normais. Percebe-se, portanto, uma nítida distinção entre o paganismo e o cristianismo, distinção esta que já foi ressaltada a partir de uma ressalva de Foucault, que foi desenvolvida ao final da seção anterior.

Sendo assim, considerando o paganismo e o cristianismo, não se pode inferir uma continuidade, pois os mesmos não compartilham valores e lugares. Parte-se, no paganismo, não de uma lógica de controle, mas de suplementação moral que era comumente aceita. Enquanto sob a égide da igreja e da pastoral cristã, colocou-se em vigência um princípio moral constrictivo, com alcance universal. Um princípio controlador, deve-se dizer tudo sobre o sexo, tendo em vista que este constitui o mal, o mal está na carne, logo deve ser controlado.

Feita essa breve contextualização da lógica moral em vigência ao final do séc. XVII e início do séc. XVIII, à luz da pastoral cristã; e a ressalva em relação as peculiaridades morais do paganismo e cristianismo, partir-se-á para a análise das relações de poder incidentes sobre o sexo na modernidade, com o objetivo de analisar a lógica moral relativa ao gênero e sua relação com o corpo.

A citada análise se inicia com o destaque ao *Biopoder*, a chamada por Foucault de *Era do Biopoder* (2014c). Na modernidade, à luz da teoria do citado filósofo, pode-se identificar um mecanismo de poder marcado por um conjunto de técnicas que estariam pautadas na sujeição de corpos e no controle de populações. Em outras palavras, uma estrutura de poder que controla corpos em níveis individuais e coletivos, tendo em vista que é constituído pelos já analisados Poder disciplinar e Biopolítica das Populações.

Trata-se de um poder que é exercido sobre a vida, sobre a existência de cada indivíduo, o que propicia o acesso ao corpo do mesmo, atribuindo a este indivíduo valor e utilidade, em níveis econômicos, tendo em vista que não é mais interessante que este tenha a sua vida ceifada, no modelo do *poder soberano*, e sim resguardada, para fins de controle e exploração.

No que concerne ao sexo, esta estrutura de poder está diretamente relacionada a um dispositivo³ de poder, o chamado *dispositivo de sexualidade*. Trata-se de um dispositivo histórico, que a partir de grandes estratégias de poder encadeia a estimulação de corpos e prazeres, a incitação ao discurso, a constituição de conhecimentos (*saber-poder*) e o robustecimento de controles e resistências.

Poder-se-ia identificar um *dispositivo de aliança* em todas as sociedades, de acordo com Foucault (2014c), que estaria pautado no sistema de matrimônio, de fixação e desenvolvimento de parentescos e na transmissão de nomes e bens. Entretanto, este dispositivo perdeu a sua importância, uma vez que processos econômicos e as estruturas políticas deixaram de encontrar nele um instrumento adequado ou um suporte dotado de eficiência.

Pôde-se identificar, assim, a partir do século XVIII, uma série de conjuntos estratégicos de poder sobre o sexo, ensejadores de um *dispositivo* de saber e de poder. As sociedades modernas o inventaram e o instalaram, sobrepondo-o ao *dispositivo de aliança*. Trata-se do surgimento de uma nova tecnologia de poder, que tinha o sexo em sua centralidade. Fundamentada não mais na religião, e sim na Medicina, na Pedagogia e na Economia. Estes como vetores de poder, compatível com a lógica empreendedora do *Biopoder*, de dominação de espaços com fins de normalização.

A partir da vigência desta lógica de poder, os processos próprios à vida foram expostos a uma tentativa de controle e gerenciamento por parte deste novo mecanismo de *saber-poder*. Por meio da sua incidência sobre a vida, o acesso ao corpo foi concedido, fazendo com que os indivíduos sejam inseridos em um domínio de utilidade e valor, a partir da consideração da relação entre capitalismo e *Biopoder*, sustentada por Foucault (2014c).

Graças ao referido mecanismo de poder que o capitalismo pôde se desenvolver, seja com a organização e controle panóptico de corpos em uma escala de produção, *Poder Disciplinar*, seja com o controle de populações, com o incentivo à natalidade, por exemplo, a partir da *Biopolítica das populações*.

³ Nesta tese de doutorado, à palavra *dispositivo* se dá uma valoração compatível com a que foi atribuída por Michel Foucault, qual seja: “Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. [...] Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. [...] O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante”. (Foucault, 2011, p. 244).

A sexualidade como um dispositivo típico da modernidade, fundado em técnicas empreendedoras preocupadas em disseminar as formas de controle e o seu domínio. Nas palavras do filósofo: “De fato, trata-se, antes, da própria produção da sexualidade. Não se deve concebê-la como uma espécie de dado da natureza que o poder é tentado a pôr em xeque, ou como um domínio obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco, desvelar.” (2014c, p. 115). A sexualidade como um elemento artificial e não um dado da natureza.

A sexualidade é considerada, na teoria de Foucault, um dispositivo histórico, marcado principalmente pela “estimulação dos corpos”, “intensificação dos prazeres” e “incitação do discurso”, que se encadeiam a partir de estratégias de saber e poder (Foucault, 2014c, p. 115).

Crianças e adolescentes como seres sexuais, que precisam ser controlados, vigiados pela família, pedagogos, médicos e psicólogos. O nascimento e o casamento como objetos de um controle estatal exercido através de projetos médicos-político. O corpo social obrigado a se colocar em máxima vigilância. Incitação sexual, dizer sexual com viés político, econômico e técnico. Uma sociedade em que o sexo era considerado um perigo à saúde dos indivíduos e que por isso precisava ser controlado.

Para fins de realização do citado controle, instaurou-se uma lógica pautada na propagação da necessidade de se falar sobre o sexo, ao invés de reprimi-lo, conforme já analisado. O que está relacionado diretamente com a chamada hipótese repressiva, que é rechaçada por Foucault, no sentido de que houve inicialmente a incitação do sexo, com fins de instauração da sexualidade. Somente ao final do séc. XIX, que houve uma alteração na configuração do poder, propagando-se uma lógica de repressão da sexualidade. Logo, à luz do citado filósofo, a sexualidade não é majoritariamente reprimida, mas principalmente produzida através de discursos (MISKOLCI, 2009).

No que concerne à produção da verdade do sexo, para Foucault (2014c), a civilização ocidental foi marcada por um procedimento único e peculiar: a prática de uma *scientia sexualis*.

Nossa civilização, pelo menos à primeira vista, não possui *ars erótica*. Em compensação é a única, sem dúvida, a praticar uma *scientia sexualis*. Ou melhor, só a nossa desenvolveu, no decorrer dos séculos, para dizer a verdade do sexo, procedimentos que se ordenam, quanto ao essencial, em função de uma forma de poder-saber rigorosamente oposta à arte das iniciações e ao segredo magistral, que é a confissão. (Foucault, 2014c, p. 64).

Michel Foucault (2014c) denuncia uma sociedade marcada pela lógica da confissão, que por meio dessa atividade foi objeto de construção de um saber-poder, uma lógica de produção

da verdade a partir do ato de confissão. Trata-se de uma sociedade confessada, que não mais percebe que confessa, diante da naturalização do procedimento.

O sexo, por sua vez, é considerado a matéria privilegiada da confissão, desde a penitência cristã. Precisava-se saber detalhes do sexo, tudo deveria ser contado, diante da teoria de que este carrega um mal, este seria a origem de todos os males. Logo, nada mais razoável do que este ser o principal objeto de um instrumento propiciador de controle, como a confissão. Logo, exige-se a confissão para fins de controle. Esta como um instrumento de colheita de informações, que serão utilizadas para a produção da verdade sobre o sexo.

Trata-se de uma sociedade marcada pela instauração do *dispositivo de sexualidade*, transformador do corpo social em corpo sexuado. Eis o estabelecimento de uma lógica em que a sexualidade passa a atravessar os corpos dos indivíduos, que precisam ser cuidados e protegidos, diante do *capital patológico* próprio ao sexo, o que justifica a necessidade de saber tudo o que tinha relação com o mesmo; os desejos; as posições eróticas dos indivíduos; os seus relacionamentos; para fins de controle. Uma lógica em que a sexualidade é um produto de discursos e um instrumento de controle de corpos (FOUCAULT, 2014c).

Trata-se de uma tecnologia de poder herdeira do cristianismo, entretanto marcada por transições paradigmáticas, próprias do final do séc. XVIII e início do séc. XIX. A questão da morte e do castigo perde a sua centralidade para o caráter médico, para a afirmação de uma normalidade médica, inclusive, com a separação da medicina do corpo da do sexo, criando-se uma ortopedia sexual. Foucault (2014c) cita a *Psychopathia sexualis* de Heinrich Kaan, de 1846, como indicador da autonomização do sexo em relação ao corpo e, correlativamente, de uma medicina específica do sexo.

Atribuiu-se ao sexo uma responsabilização biológica, pautada em ideais de hereditariedade. Este foi relacionado a doenças, sendo considerado um elemento com um potencial de transmissão de patologias para as próximas gerações. Trata-se do chamado Capital Patológico da Espécie, destacado por Foucault (2014c), o que enseja a necessidade de o sexo ser controlado, evitando-se uma possível transmissão ou criação de doenças.

É neste contexto que surge um projeto médico chamado de *Teoria da Degenerescência*, que tem como base a noção de hereditariedade. Richard Miskolci (2008), considerando a teoria de Foucault, cita que psiquiatras afirmavam que o caráter dos indivíduos estaria relacionado à boa ou má herança genética, ao ponto que apenas bons casamentos proporcionavam filhos saudáveis e de bom caráter. A degeneração era considerada hereditária, incurável, em condições definitivas.

As duas grandes inovações na tecnologia do sexo, da segunda metade do séc. XIX, para Foucault (2014c), foi a medicina das perversões e os programas de eugenia. Um contexto marcado pela propagação de tais ideais por meio da teoria da *degenerescência*, que concedia uma explicação sobre a maneira como uma linha hereditária permeada por doenças produzia, ao final, um *perverso sexual*. Assim, a homossexualidade era considerada o resultado de uma transmissão das mais diversas doenças. E mais, a perversão sexual não só era considerada resultado, mas origem, também, de um esgotamento de descendência, com o *raquitismo dos filhos* e com a *esterilidade de futuras gerações*.

Ressalta-se, portanto, um *dispositivo* incidente sobre o sexo, que lhe concede um atributo patológico hereditariamente transmissível. O sexo como um perigo, que precisa ser contornado, contido, controlado. Precisava-se salvar a vida do seu potencial patológico, precisava-se protegê-la. O instrumento para essa proteção, de acordo com a teoria de Foucault (2014c), foi a sexualidade, a *sexualização dos corpos*, com fins de proteção da vida.

Diante do capital patológico do sexo, no século XVIII, instaurou-se uma lógica em que o sexo se tornou uma questão de polícia, no sentido de incremento ordenado de forças coletivas e individuais. Passa-se a instituir uma polícia do sexo, eis uma regulação do sexo por meio de discursos úteis e públicos.

Que o Estado saiba o que se passa com o sexo dos cidadãos e o uso que dele fazem e, também, que cada um seja capaz de controlar sua prática. Entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções o investiram. (Foucault, 2014c, p. 30).

O sexo passa a ser disputado em inúmeras esferas, tornando-se objeto de disputa pública, entre o Estado e o cidadão. Foucault adverte, inclusive, que os racismos dos séculos XIX e XX encontraram no sexo alguns de seus pontos de fixação. O sexo ganhou o *status* de um interesse do Estado, fazendo com que quase todos do corpo social fossem obrigados a se colocar em vigilância (FOUCAULT, 2014c).

2.3.2 Dispositivo de sexualidade e a vinculação do sexo à sua função reprodutiva na modernidade

Iniciar-se-á com uma ressalva feita por Foucault (2014c). Não há uma estratégia única, global, que seja válida para todas as sociedades e que seja uniforme em relação a todas as manifestações do sexo. Sustenta-se que houve uma tentativa de redução do sexo à sua função reprodutiva, em seu formato heterossexual, adulto, e em uma legitimidade matrimonial.

Foucault (2014c) não nega que essa tentativa ocorreu, a sua ressalva é tão somente no sentido de que esta não é suficiente para explicar os diversos objetivos almejados, os múltiplos meios colocados em prática nas políticas sexuais, considerando as múltiplas idades e classes sociais. Logo, a vinculação do sexo à sua função reprodutiva não esgota e explica de forma absoluta a estratégia de poder inerente às políticas sexuais na modernidade.

Parte-se da ideia de que ela não explica de forma absoluta, mas existiu e precisa ser explorada e pode ser relacionada ao objeto da presente pesquisa, até mesmo porque não se está buscando encontrar todos os objetivos almejados com as políticas sexuais, e sim identificar na lógica moral da modernidade, atinente às práticas sexuais, pontos determinantes na relação do corpo, sexo e gênero de cada indivíduo. Assim, o que será explanado nesta seção não está marcado pela tentativa de explicar de forma absoluta e única a configuração do poder na modernidade, no âmbito das políticas sexuais.

A partir do século XVIII, Foucault (2014c) sustenta que se pode identificar quatro conjuntos estratégicos que desenvolvem dispositivos específicos de saber e poder a respeito do sexo, são eles: *histerização do corpo da mulher*, *pedagogização do sexo da criança*, *socialização das condutas de procriação* e, por fim, *psiquiatrização do prazer perverso*.

Ressalta-se, inicialmente, o dispositivo de saber-poder histerização do corpo da mulher, dispositivo este marcado pela lógica de que o corpo da mulher foi analisado, qualificado e desqualificado. Um corpo que foi integralmente saturado de sexualidade, sendo integrado ao campo da Medicina, por meio da sustentação de uma patologia intrínseca ao mesmo. Ademais, trata-se de um corpo que foi inserido em comunicação com o corpo social, com o espaço familiar e com a vida das crianças.

Destaca-se, também, um outro dispositivo de saber-poder, a socialização das condutas de procriação. A fecundidade dos casais não está isenta da lógica de poder, da chamada biopolítica, que estabelece incitações e freios à mesma. Trata-se de uma socialização econômica, política e médica. Assim, o casal é responsabilizado perante todo o corpo social, além da atribuição de um sentido patogênico às práticas de controle de nascimento.

Pode-se desenvolver, ainda, um terceiro dispositivo de saber-poder sobre o sexo, a psiquiatrização do prazer perverso. Trata-se do isolamento do instinto sexual como um instinto biológico e psíquico autônomo, realizando-se a análise clínica de todas as anomalias que poderiam potencialmente afetá-lo. Uma lógica de normalização e patologização de toda a conduta, investigando-se uma tecnologia corretiva para tais anomalias (FOUCAULT, 2014c).

Por fim, quanto ao quarto dispositivo de saber-poder incidente sobre o sexo, *pedagogização do sexo da criança*, optou-se por não o desenvolver aqui diante da sua remota relação com o objeto da tese e com o objetivo da seção.

Trata-se de um contexto relativo ao século XVIII, marcado pela transição do dispositivo de aliança para o dispositivo de sexualidade. A família representou o ponto de fixação dos citados dispositivos, ao ponto em que a partir do século XVIII, a família se tornou o lugar obrigatório de afetos, de amor, de emoções. A sexualidade passou a ter como ponto privilegiado de eclosão a família.

Sobre a *célula familiar*, Foucault (2014c) ressalta que a mesma, sendo valorizada a partir do século XVIII, possibilitou o desenvolvimento dos principais elementos do dispositivo de sexualidade, a partir de suas duas dimensões principais: a relação marido-mulher e pais-filhos. A partir da família, portanto, pôde-se desenvolver os quatro dispositivos de saber-poder incidentes sobre o sexo, já destacados, que estariam relacionados ao *corpo feminino*, *precocidade infantil*, *regulação de nascimentos* e a *especificação de perversos* (Foucault, 2014c).

O que se passou desde o século XVII pode ser decifrado do seguinte modo: o dispositivo de sexualidade, que se desenvolvera nas margens das instituições familiares (na direção espiritual, na pedagogia), vai se recentrar pouco a pouco na família [...] Os pais, os cônjuges, tornam-se, na família, os principais agentes de um dispositivo de sexualidade que no exterior se apoia nos médicos e pedagogos, mais tarde nos psiquiatras, e que, no interior, vem duplicar e logo ‘psicologizar’ ou ‘psiquiatrizar’ as relações de aliança. (Foucault, 2014c, p. 120).

A célula familiar, portanto, passa a ser um instrumento de fundamental importância para o dispositivo de sexualidade. Nas palavras de Foucault (2014c), a família é considerada o *crystal* no dispositivo de sexualidade, tendo como condão a difusão da sexualidade, refletindo-a e a difratando. Tornando-se, assim, um dos elementos estratégicos mais importantes para o dispositivo, diante do seu potencial de penetração e repercussão externa.

Relacionado à instrumentalização da família por meio do dispositivo de sexualidade, pode-se frisar uma das linhas de ataque da estrutura de poder incidente sobre o sexo à época (o biopoder). Trata-se da *histerização da mulher*, que já foi apresentada, mas que passará agora a ser desenvolvida. Eis um dispositivo de saber-poder que está diretamente relacionado com o núcleo familiar, conduzindo o corpo e o sexo das mulheres a uma medicamentação minuciosa, em razão da responsabilidade que as mesmas possuiriam no que concerne à saúde de seus filhos, à solidificação da estrutura familiar e à própria lógica de salvação da sociedade.

No que concerne ao corpo social, o corpo da mulher é marcado por uma espécie de responsabilidade que o mesmo possui em assegurar uma fecundidade regulada. A mulher seria a responsável pela progenitura, pela continuação da espécie, diante do seu caráter de *ser reprodutor*. No âmbito do espaço familiar, a mulher possuiria uma função fundamental e funcional, a ela é atribuída as funções familiares. Por fim, na esfera da vida das crianças, a mulher é quem as produz, logo, a partir de uma lógica biológica-moral, teria uma responsabilidade sobre estas, educando-as.

Trata-se de uma vinculação do gênero ao o sexo biológico. Explica-se. O citado dispositivo de saber-poder atrela à mulher a sua função reprodutiva, diante do fato de ser um ser reprodutor, fecundável. A mulher teria, portanto, uma responsabilidade perante o corpo social, a de assegurar uma fecundidade regulada [*sic*].

Só há como se atribuir esta responsabilidade à mulher se moralmente se sustenta o conceito de mulher atrelado à sua genitália. Trata-se de um ser penetrável, que é responsável biologicamente pela progenitura do corpo social, pela transcendência à morte, o que lhe traz outras responsabilidades, seja no espaço familiar, seja em relação às crianças. Uma responsabilidade biológica-moral.

Assim, no processo de histerização da mulher, o 'sexo' foi definido de três maneiras: como algo que pertence em comum ao homem e à mulher; ou como o que pertence também ao homem por excelência e, portanto, faz falta à mulher; **mas, ainda, como o que constitui, por si só, o corpo da mulher, ordenando-o inteiramente para as funções de reprodução e perturbando-o continuamente pelos efeitos dessas mesmas funções:** a histeria é interpretada, nessa estratégia, como o jogo do sexo enquanto 'um' e 'outro', tudo e parte, princípio e falta. (Foucault, 2014c, p. 166, grifo nosso).

Conforme destacado no citado excerto, o sexo constitui o corpo da mulher. Ser mulher perpassaria pela lógica biológica, de nascer com a genitália correspondente à penetração e ainda com os órgãos responsáveis pelas funções reprodutivas [*sic*]. Identifica-se, assim, a partir do

dispositivo de sexualidade uma lógica que atrela o gênero ao sexo biológico, a partir da construção da relação direta entre mulher e ser reprodutor.

A citada lógica pode ser observada em um segundo dispositivo de *saber-poder*, já destacado, na psiquiatrização das perversões. Foucault (2014c) destaca que neste o sexo foi vinculado a funções biológicas e a um aparelho anátomo-fisiológico que lhe concede sentido. O sexo ganha sentido a partir da finalidade do citado aparelho, qual seja: a reprodução. O que estaria fora dessa lógica reprodutora seria artificial, sem sentido, portanto, perverso.

É o dispositivo de sexualidade o responsável pela criação da ideia de sexo, em um caráter biológico, natural, por meio de suas variadas estratégias, fazendo-o aparecer sobre as suas quatro grandes formas: histeria, onanismo, fetichismo e coito interrompido.

Foucault, assim, realiza uma espécie de *inversão* na lógica de que a sexualidade deriva do sexo. Para o filósofo, o dispositivo de sexualidade que cria e instaura o sexo. Um elemento que não é contemporâneo da instauração do dispositivo de sexualidade. Em sua teoria, a sexualidade existe após o séc. XVIII, enquanto o sexo após o séc. XIX. Antes, a carne. Portanto, a sexualidade atravessa os corpos, não derivando dos mesmos, mas os fazendo de objetos, investindo-os com o sexo. Trata-se do criador dos *corpos sexuados* (FOUCAULT, 2011).

O sexo enquanto conceito, instrumento de poder, elemento biológico e natural; passou a existir a partir do *dispositivo de sexualidade*, este é quem instaura a sua ideia, fazendo-o aparecer por meio das citadas formas.

Gradualmente, formou-se a chamada *Teoria Geral do Sexo*, que exerceu funções importantes no dispositivo de sexualidade, o que a tornou indispensável. A noção de sexo permitiu conjecturar, por meio de uma unidade formada artificialmente, elementos anatômicos, funções biológicas, comportamentos, prazeres e sensações; fazendo-a funcionar como um princípio causal, possuindo um sentido onipresente, sendo um segredo que se deve descobrir. Nas palavras de Foucault (2014c, p. 168), “[...] o sexo pôde, portanto, funcionar como significante único e como significado universal.”.

Portanto, não referir uma história da sexualidade à instância do sexo; mostrar, porém, como o ‘sexo’ se encontra na dependência histórica da sexualidade. Não situar o sexo do lado do real e a sexualidade do lado das ideias confusas e ilusões; **a sexualidade é uma figura histórica muito real, e foi ela que suscitou, como elemento especulativo necessário ao seu funcionamento, a noção do sexo.** Não acreditar que dizendo-se sim ao sexo se está dizendo não ao poder; ao contrário, se está seguindo a linha do dispositivo geral de sexualidade. **Se, por uma inversão tática dos diversos mecanismos da sexualidade, quisermos opor os corpos, os prazeres, os saberes, em sua multiplicidade e sua possibilidade de resistência às captações do poder,**

será com relação à instância do sexo que deveremos liberar-nos. Contra o dispositivo de sexualidade, o ponto de apoio do contra-ataque não deve ser o sexo-desejo, mas os corpos e os prazeres. (Foucault, 2014c, p. 171, grifo nosso).

À luz de Foucault (2014c), o sexo assume um sentido de construção, é produto de um dispositivo de poder, sendo apresentado a partir de uma lógica natural, biologizante. Trata-se de um ponto ideal, que se tornou necessário para o funcionamento do dispositivo de sexualidade.

Foucault (2014c) é expresso ao sustentar que para se subverter a lógica de poder sobre a qual os corpos estão submersos, colocando-se os corpos, prazeres, saberes e suas respectivas capacidades de resistência; deve ocorrer a liberação da instância do sexo. Pensamento este que é de fundamental relevância para a presente tese, sendo desenvolvido em seu momento oportuno.

Com a finalidade de especificar e robustecer a análise proposta pela presente seção, partir-se-á para o estudo da lógica médica da criação e fixação da normalidade na modernidade, investigando-se a chamada Teoria da Degenerescência e a sua possível relação com a lógica que atrela o sexo à sua função reprodutiva.

2.3.2.1 A imposição médica da normalidade na modernidade: Teoria da Degenerescência e a vinculação do sexo à sua função reprodutiva

Foucault (2014c) sustenta que, na transição do século XVIII para o séc. XIX, uma das grandes transformações que ocorreram seria a separação da medicina do sexo da medicina geral do corpo, conforme já foi destacado em seções anteriores. Trata-se de um processo de autonomização do sexo em relação ao corpo, com o aparecimento correlativo de uma medicina específica do sexo. Uma ortopedia do sexo. Eis a criação de um domínio médico-psicológico das perversões.

Refere-se a um contexto no qual, por um viés de hereditariedade, o sexo foi colocado em uma posição vinculada a uma responsabilidade biológica. Em outras palavras, as relações sexuais, as doenças venéreas, as alianças matrimoniais e as perversões foram relacionadas a uma destinação biológica, ao ponto em que estes elementos passam a ser determinantes para a saúde biológica da espécie. O sexo poderia ser afetado por suas próprias patologias, assim como se não fosse controlado poderia transmitir doenças ou criá-las para as próximas gerações.

O sexo aparecia, assim, na origem de todo um capital patológico da espécie. Podendo-se identificar um projeto médico e político de organização de uma gestão estatal dos casamentos, dos nascimentos e sobrevivências. Trata-se de uma lógica em que o sexo e a sua fecundidade devem ser gerenciados.

Eis um contexto, nitidamente, correlacionado com a já analisada Teoria da Degenerescência, que se propunha a explicar de que forma uma hereditariedade marcada por doenças – das mais diversas – ao final resultava em um perverso sexual (aquele indivíduo que não segue o padrão de normalidade criado pela lógica de poder heteronormativa, produtora de indivíduos considerados normais e anormais sexualmente). Ademais, a citada teoria explicava de que forma uma perversão sexual conduzia ao esgotamento da descendência, por meio do raquitismo dos filhos e da esterilidade das gerações futuras.

O contexto social no qual está inserida a citada discussão é marcado por uma nova tecnologia do sexo, que nasceu ao final do séc. XVIII, inteiramente nova. Uma tecnologia que estava pautada na Pedagogia, Economia e, destaca-se, na Medicina, conforme pôde ser observado nos parágrafos anteriores. O sexo passou a ser um negócio de Estado, uma questão em que quase todo o corpo social foi convocado a se colocar em vigilância.

É possível observar uma continuidade em relação a métodos já formados no cristianismo, entretanto essa nova tecnologia representava uma transformação capital. A tecnologia do sexo vai se ordenar em torno da instituição médica, da imposição de normalidade e em torno da doença e da vida.

Eis, portanto, uma tecnologia de poder que tem como objeto o sexo, realizando uma espécie de gerenciamento médico e político dos casamentos, nascimentos. De uma forma geral, o sexo e a fecundidade eram alvos da citada administração. Este é o ponto principal da presente seção, o ponto a ser desenvolvido. Pode-se perceber uma tecnologia de poder que tem como seu objeto de incidência a lógica da fecundidade, da reprodução.

Os casamentos deveriam ser controlados, gerenciados, uma vez que a sobrevivência da espécie depende da lógica familiar, de um casamento bem realizado, ou seja, que não esteja marcado pela lógica das perversões sexuais, conseqüentemente, que seja firmado entre um homem e uma mulher, com fins de reprodução, uma vez que a fecundidade seria também um objeto de incidência da citada lógica de poder.

Caso o padrão de normalidade não fosse seguido, caso o sexo não fosse controlado, poder-se-ia produzir, por meio das mais diversas doenças, um perverso sexual, que futuramente

infringiria a lógica de normalidade, pautada na reprodução; poder-se-ia gerar o raquitismo dos filhos ou mesmo a esterilidade das gerações futuras, diante da perversão sexual. Trata-se de três elementos: perversão – hereditariedade – degenerescência. Sendo assim, seria necessário o controle, com fins de se propiciar uma geração futura sadia. A saúde da progenitura dependia, assim, do controle do sexo e de sua fecundidade.

Mais uma vez, pode-se perceber uma vinculação do sexo à sua função reprodutiva. O desvio do considerado normal, sexualmente, acarretaria uma possível esterilização da descendência, das gerações futuras. A relação considerada dotada de normalidade é a relação marcada pelo casamento, entre um homem e uma mulher, tendo em vista que estes são os instrumentos capazes de reproduzirem.

Eis uma lógica médica que atesta como normal, não patológica, relações pautadas na fecundidade, na reprodução. Podendo-se extrair que, mais uma vez, a noção de normalidade está atrelada à descendência. É normal aquilo que reproduz, logo, normal é o casamento entre homens e mulheres cis [*sic*], considerando que este se resume a sua capacidade reprodutiva, conseqüentemente, à sua estrutura biológica reprodutora, que inclui as suas genitálias e órgãos correspondentes, por exemplo.

Assim, é possível identificar uma lógica que por meio do discurso vinculador do sexo à sua função reprodutiva legitima tão somente relações entre homens e mulheres cis, indivíduos que se reproduzem, estes como os seres dotados de normalidade. O que não segue esta lógica é considerado um desvio, desviantes sexuais, detentores de uma *sexualidade periférica*. Eis, portanto, uma lógica que associa o gênero de cada indivíduo ao seu sexo. O sexo, como elemento biológico, seria o bastante para definir o gênero do indivíduo.

2.3.3 A sexualização do corpo como um instrumento de controle político e econômico

Conforme já analisado sobre a *hipótese repressiva*, Foucault (2014c) sustenta que a sexualidade não foi reprimida, majoritariamente. Pelo contrário, ela foi incitada nas sociedades modernas. O caráter inventivo da referida tecnologia foi impulsionado, principalmente, em dois momentos. O primeiro, no séc. XVI, com os processos de direção espiritual e exame da consciência. Seguido do surgimento das tecnologias médicas do sexo, no início do século XIX.

Trata-se de uma Ciência do Sexo, que estaria legitimada a falar sobre o sexo, projetando-se em níveis de neutralidade e pureza, características consideradas próprias à ciência [*sic*]. Uma

dita ciência que não fala do sexo, mas de suas disseminadas perversões. Uma ciência moralista, serviente a uma ordem dominante, possuindo como objetivo a pureza moral, a eliminação das criaturas aberrantes, daqueles que não seguem à lógica heteronormativa, conforme se analisou no tópico anterior (FOUCAULT, 2014c).

No séc. XIX, criou-se uma rede causal relacionada ao sexo, considerando este como a origem de todas as doenças, como um elemento com um potencial de causar ilimitados perigos à vida dos indivíduos, o que justificava a preocupação, seguida do controle exercido sobre o mesmo. Um controle que estaria fundado na inquirição, uma vez que se a verdade quer ser válida cientificamente precisaria do ato da escuta feito pelo médico, que traria a completude a partir da interpretação. Por isso, Foucault (2014c) sustenta, a partir do séc. XIX, que a sexualidade se tornou um elemento a ser interpretado.

Considerando o caráter inventivo da citada tecnologia e a sua configuração, a sexualidade foi alvo majoritariamente de uma incitação, e não de uma repressão, com fins de controle, de gerenciamento, à luz de uma lógica de proteção da vida. Foucault (2014c) defende, inclusive, que se a sexualidade fosse controlada em níveis de repressão os primeiros a serem atingidos seriam os indivíduos considerados da classe pobre, o que não representa a forma como se sucedeu.

Vê-se claramente: a genealogia de todas essas técnicas com suas mutações, seus deslocamentos, suas continuidades e rupturas, não coincide com a hipótese de uma grande fase repressiva inaugurada durante a época clássica e em vias de encerrar-se, lentamente, no decorrer do século XX. Houve, ao contrário, inventividade perpétua, produção constante de métodos e procedimentos [...]. Outra foi a história de sua difusão e de seu ponto de aplicação. Se escrevêssemos a história da sexualidade em termos de repressão, seria necessário supor que os controles sexuais tivessem sido tanto mais intensos e cuidadosos quanto mais dirigidos às classes pobres; deve-se imaginar que tivessem seguido as linhas de maior dominação e da exploração mais sistemática [...]. Ora, não parece que as coisas se tenham passado dessa forma. Ao contrário, as técnicas mais rigorosas foram formadas e, sobretudo, aplicadas, em primeiro lugar, com mais intensidade nas classes economicamente privilegiadas e politicamente dirigentes. (Foucault, 2014c, p. 130).

As técnicas próprias à tecnologia do sexo foram formadas e aplicadas, primeiramente e com mais intensidade, nas classes privilegiadas economicamente e politicamente dirigentes. Inicialmente, a sexualidade das crianças e dos adolescentes da família burguesa ou aristocrática foi problematizada. Trata-se de uma lógica de alerta, no sentido de que as famílias burguesas e aristocráticas foram advertidas em relação ao potencial patológico do sexo, o que desencadeou a necessidade de vigiá-lo.

A família burguesa e aristocrática como os primeiros lugares em que houve a psiquiatrização do sexo, pedindo ajuda a técnicas *científicas*, aplicando-se em si próprias. Assim, a disciplina do corpo não foi aplicada, inicialmente, aos filhos do proletariado, e sim ao colegial, à criança que estava cercada por serviçais. A preocupação central era o não comprometimento de sua capacidade intelectual, o que já deixa bem marcado a hierarquia moderna em relação à mente e ao corpo. A mente, o intelecto, tinha que ser preservado, e menos o aspecto físico do corpo, uma vez que este poderia ser facilmente encontrado na *ralé*, citando o termo e o significado utilizado pelo sociólogo Jessé Souza, em sua obra *A ralé brasileira: quem é e como vive* (2011).

Trata-se de uma configuração social. Sobre as crianças e adolescentes burgueses e aristocráticos incidia um dever moral e obrigação de preservação da descendência. Eles eram obrigados a manter a descendência de suas classes sadias, evitando-se qualquer tipo de doença e perversidade, à luz do já analisado sistema perversão - hereditariedade - degenerescência, que sustentava o sexo como a origem de todas as patologias, aniquiladoras da descendência.

E como proteger a descendência das classes dirigentes? Por meio do dispositivo de sexualidade. A sua instauração não ocorreu através da limitação do prazer alheio, e sim pelo teste do mesmo nas próprias classes dirigentes. A burguesia estaria preocupada com a maximização da sua vida, com a perpetuação de sua classe, do seu controle. Uma lógica de proteção da descendência, da vida das classes dirigentes, para que estas pudessem continuar no controle.

Ao invés de uma repressão do sexo das classes a serem exploradas, tratou-se, primeiro, do corpo, do vigor, da longevidade, da progenitura e da descendência das classes que ‘dominavam’. Foi nelas que se estabeleceu, em primeira instância, o dispositivo de sexualidade como nova distribuição dos prazeres, dos discursos, das verdades e dos poderes. Deve-se suspeitar, nesse caso, de autoafirmação de uma classe e não de sujeição de outra: uma defesa, uma proteção, um reforço, uma exaltação, que mais tarde foram estendidos – à custa de diferentes transformações – aos outros, como meio de controle econômico e de sujeição política. Nesse investimento sobre o próprio sexo, **por meio de uma tecnologia de poder e de saber inventada por ela própria, a burguesia fazia valer o alto preço político de seu próprio corpo, de suas sensações, seus prazeres, sua saúde, sua sobrevivência.** (Foucault, 2014c, p. 134, grifo nosso).

Considerando o sustentado por Foucault no excerto retro transcrito, houve um investimento sobre o próprio sexo, a partir de uma tecnologia de poder e de saber, que foi, destaca-se, inventada pela própria burguesia, fazendo valer o alto preço político do seu próprio corpo.

Apontamentos e esclarecimentos precisam ser feitos para se dar continuidade a presente análise. Nas seções anteriores, ao se tratar da incidência das relações de poder para com o sexo, destacou-se que foi a partir da era do *Biopoder* que os processos relativos à vida foram expostos a uma tentativa de controle por um novo mecanismo de *poder-saber*, e que por meio da sua incidência sobre a vida o acesso ao corpo foi concedido, tornando os indivíduos peças no jogo de utilidade e valor, a partir da relação do Biopoder com o Capitalismo.

Precisou-se lembrar dessa relação entre Biopoder, acesso ao corpo e Capitalismo, para se poder realizar apontamentos sobre o que foi sustentado por Foucault no citado excerto, quando alega que a própria burguesia teria inventado a tecnologia de *poder-saber* incidente sobre o sexo. Ora, a burguesia, então, seria a responsável pela criação e instauração do dispositivo de sexualidade, a partir de interesses políticos e econômicos. Trata-se de um agenciamento político da vida, que se realizou não tão somente por meio da submissão de outrem, mas principalmente a partir de uma afirmação de si, afirmação de sua própria classe, com fins de controle.

À classe hegemônica, no século XVIII, atribuiu-se um corpo a ser cultivado e protegido de perigos e de contatos, isolando-se, para que mantivesse sua pureza, sua saúde, seu valor diferencial. Outorgando, assim, uma tecnologia do sexo, entre outras ferramentas. O sexo não foi para a burguesia um objeto que teve que ser anulado, apagado com o objetivo de colocar os dominados em uma escala de produção. Trata-se do elemento que mais lhe preocupou, cultivando-o à luz de “terror, curiosidade, deleitação e febre.” (Foucault, 2014c, p. 135).

Submetendo o seu próprio corpo, a burguesia atribuiu ao sexo a reponsabilidade por sua saúde futura, acreditando que este seria a porção para sua descendência sadia, entregando-lhe, assim, a sua alma.

Deve-se, ao contrário, vê-la, a partir da metade do século XVIII, empenhada em se atribuir uma sexualidade e constituir para si, a partir dela, um corpo específico, um corpo de ‘classe’ com uma saúde, uma higiene, uma descendência, uma raça: autosssexualização do seu próprio corpo, encarnação do sexo em seu corpo próprio, endogamia do sexo e do corpo. Havia, sem dúvida, diversas razões para isso. (Foucault, 2014c, p. 135).

A burguesia estaria empenhada na tarefa de atribuir a si própria uma sexualidade, constituindo a partir dela um corpo diferenciado, saudável, higienizado, com um potencial para descendências sadias, uma raça superior. Trata-se de um corpo sexuado.

Foucault (2014c) sustenta que a estratégia política da burguesia, com a marcação do seu corpo pelo sexo, configura uma transposição dos procedimentos utilizados pela nobreza, que também afirmava o caráter diferencial do seu corpo, entretanto a partir do seu sangue. Na lógica burguesa, o sangue seria o seu sexo. Uma lógica de sobreposição da casta burguesa sobre as demais, a partir de preceitos biológicos, médicos ou eugênicos, fulcrados na higiene e na saúde propiciados por meio do corpo sexuado.

Todavia, a preocupação da burguesia para com o corpo sexuado transcende a uma mera transposição da lógica da nobreza com fins de autoafirmação. Havia outro projeto, também, o da expansão perpétua da saúde, da vida e, conseqüentemente, da classe burguesa. Uma lógica de valorização do corpo ligada à hegemonia de classe.

Assim, a burguesia assumiu um corpo e uma sexualidade, para que a partir de um corpo sexuado possa atingir o perpétuo. A proliferação secular do referido corpo por meio do dispositivo de sexualidade, afirmando a sua diferença e hegemonia a partir desta lógica. A burguesia converteu, assim, o sangue azul da nobreza em um organismo e em uma sexualidade saudáveis.

Sustenta-se, portanto, que a burguesia utilizou da sexualização do corpo, do corpo sexuado, marcado pelo sexo, para fins políticos e econômicos. Trata-se de uma estratégia baseada na maximização da vida, criada pela burguesia e implantada pela mesma. Uma lógica de controle do corpo em relação ao sexo, uma vez que este era considerado a chave para um organismo saudável e para descendências sadias, o que permitiria a perpetuação da classe, possibilitando o seu domínio político sobre as demais, que estariam à mercê de perversidades, não restando outro espaço a ocuparem a não ser o papel de explorados pela classe burguesa dominante.

Foucault (2014c) sustenta que a classe burguesa opôs obstáculos a reconhecer um corpo e um sexo nas outras classes, nas classes exploradas. As condições de vida a quais foram submetidas eram incompatíveis com a consideração de corpo e sexo. Não se tinha como preocupação a vida destes indivíduos, uma vez que de quaisquer maneiras estes se reproduziriam sozinhos.

Somente a partir de conflitos, que o proletariado teve uma sexualidade e um corpo, que a sua saúde e seu sexo se tornaram problemas. Conflitos urbanos, a exemplo de epidemias, como a da cólera em 1832, prostituição e doenças venéreas. Trata-se de uma lógica de preocupação com a vida do proletariado em razão de seu potencial econômico, leia-se mão-de-obra. O fato determinante na origem da importância dada à saúde das classes exploradas foi o

prejuízo econômico que as classes dirigentes teriam com o aniquilamento do proletariado. Uma lógica econômica e política, pautada em critérios utilitários. Em linhas sucintas, precisava-se de mão-de-obra saudável e contínua.

Destaca-se uma alteração na lógica de instauração de um corpo e de uma sexualidade no proletariado em relação à classe dirigente burguesa. Enquanto na burguesia a instauração de tais elementos teria como ideal estratégico a sobreposição de sua classe, em relação às classes dominadas, a referida instauração teria um viés econômico, de controle, com fins de sujeição. Logo, após reconhecidos, o corpo e a sexualidade do proletariado foram colocados em vigilância.

Foucault ilustra as ferramentas utilizadas na realização de tal controle (2014c, p. 138): “escola, a política habitacional, a higiene pública, as instituições de assistência e previdência, a medicalização geral das populações, em suma, todo um aparelho administrativo e técnico permitiu, sem perigo, importar o dispositivo de sexualidade para a classe explorada [...]”. Este dispositivo apenas foi importado para o proletariado quando não mais se corria o risco de ele gerar os efeitos de afirmação de classe contra a casta dirigente. O dispositivo de sexualidade continuava a ser um instrumento de sua hegemonia.

A sexualidade, portanto, como um conjunto de efeitos gerados nos corpos, em comportamentos, nas relações sociais, a partir de um dispositivo, que é elemento de uma tecnologia política complexa. Um dispositivo que não tem funcionamento simétrico, não produzindo os mesmos efeitos (FOUCAULT, 2014c).

Logo, é preciso voltar a formulações há muito tempo desacreditadas: deve-se dizer que existe uma sexualidade burguesa, que existem sexualidades de classe. Ou, antes, que a sexualidade é originária e historicamente burguesa e que induz, em seus deslocamentos sucessivos e em suas transposições, efeitos de classes específicos. (Foucault, 2014c, p. 139).

À luz da teoria de Foucault (2014c), a sexualidade estaria originariamente relacionada à classe burguesa. Teria sua origem a partir dos seus interesses políticos e econômicos, assumindo contornos múltiplos em outras classes específicas. Eis a origem histórica da sexualidade, que seria disseminada, posteriormente, através de múltiplos instrumentos e formas, com deslocamentos sucessivos e transposições, à luz de um foco hegemônico.

A citada heterogeneidade se tornou passível de percepção, no presente estudo, quando se discutiu a configuração do dispositivo de sexualidade em relação à classe hegemônica,

pautada na maximização da vida, do cuidado; realizando-se um paralelo com o funcionamento nas classes exploradas, marcada pelo controle e viés repressor, à luz de fins de exploração, sujeição. Trata-se da generalização do dispositivo de sexualidade, dotando o corpo social de um corpo sexuado, heterogêneo.

Ao final do século XIX, a burguesia reconfigura a sua sexualidade perante a das demais classes. Sustentando uma linha diferenciadora, que a singulariza e diferencia o seu corpo, protegendo-o. Trata-se de um contexto de interdição na maneira que a sexualidade burguesa é exercida e no rigor de sua imposição. Abre-se um parêntese para afirmar que é a partir deste contexto que se fundamentou a ideia de hipótese repressiva, de que a sexualidade foi reprimida, não se considerando o seu histórico, que parte de uma incitação para depois se chegar a então repressão.

Foucault (2014c) sustenta que o fato de a sexualidade ter sido relacionada a duas formas de poder, poder disciplinar e biopolítica das populações, gerou consequências no século XIX. A sexualidade foi dessecada, examinada em detalhes. Foi desencavada nas condutas e objeto de perseguição.

[...] busco as razões pelas quais a sexualidade, longe de ter sido reprimida na sociedade contemporânea, está, ao contrário, sendo permanentemente suscitada. Foram os novos procedimentos do poder, elaborados durante a época clássica e postos em ação no século XIX, que fizeram passar nossas sociedades de uma *simbólica do sangue* para uma *analítica da sexualidade*. Não é difícil ver que, se há algo que se encontra do lado da lei, da morte, da transgressão, do simbólico e da soberania, é o sangue; a sexualidade, quanto a ela, encontra-se do lado da norma, do saber, da vida, do sentido, das disciplinas e das regulamentações. (Foucault, 2014c, p. 160).

Houve uma alteração no mecanismo de poder incidente sobre o sexo, a partir da época clássica, instaurando-se no séc. XIX, com a incitação sobre o sexo. No lugar da morte, típica da sociedade de sangue, a vida. Uma sociedade de análise da sexualidade, normalizada, que tem em sua centralidade uma preocupação com a vida, um controle sobre a mesma, exercido por meio da disciplina e da regulamentação, leia-se poder disciplinar e biopolítica das populações, já analisados ao início do presente capítulo.

Trata-se de uma sociedade marcada pelo cuidado, pelo temor, em relação à sexualidade. Eis uma lógica de maximização da vida, de proteção desta contra doenças que estariam relacionadas à sexualidade, o que justifica o seu controle permanente, para que esta não escape e represente uma ameaça à vida, à espécie.

Apesar de se tratar de duas espécies de sociedades, sociedade de sangue e sociedade de sexualidade, Foucault (2014c) sustenta que é possível se identificar justaposições entre estas, no período de transição. Destaca-se uma forma de racismo que foi formado a partir da segunda metade do séc. XIX, baseado em uma lógica biológica, um racismo de estado, exercido por meio de estratégias políticas de povoamento, do controle da família e do casamento, da educação, da propriedade, das hierarquias sociais.

Um racismo desenvolvido por meio de um conjunto de intervenções permanentes efetuadas sobre corpos, condutas, saúde e vida. Estas foram justificadas em função de uma preocupação para com a proteção da pureza do sangue e do triunfo da raça. Inclusive, Foucault cita o nazismo como a combinação “[...] mais ingênua e mais artilosa [...]” dos fantasmas do sangue com os paroxismos do poder disciplinar (2014c, p. 162).

A transição do objeto do poder, da morte à vida, trouxe consequências, também, para a configuração da violência exercida pelo Estado. Antes, na vigência do mecanismo de poder centrado na morte, poder soberano, a violência estava fundamentada no direito do soberano de se proteger contra ameaças. A partir da instauração deste novo mecanismo de poder, centrado na vida, há uma inversão lógica, no sentido de que a violência se justifica pelo direito do corpo social de ter a sua própria vida preservada.

A violência passa a ser legitimada pelo discurso de maximização da vida, que precisa ser protegida contra ameaças, perversões, contra aquilo que pode lhe prejudicar. Sob esta lógica, Foucault (2014a) realiza uma associação desta nova configuração de violência aos holocaustos sobre as próprias populações. A morte como um instrumento complementar de um controle positivo sobre a vida.

Pensando nessa nova configuração da violência em relação ao objeto da presente tese, pergunta-se: como se pode interpretar os atos realizados pela classe burguesa à luz da lógica de maximização da vida, de proteção de sua descendência, conseqüentemente, de autoafirmação de classe? Seriam atos dotados de violência?

Trata-se de uma produção de efeitos nos corpos, nos comportamentos e nas relações sociais, a partir de um dispositivo de poder. Uma lógica de violência, não necessariamente física, mas principalmente simbólica; que invade os corpos, normalizando-os, criando-os, moldando-os, com o objetivo de servir a interesses políticos e econômicos.

Sustenta-se, assim, a sexualidade como um elemento de uma tecnologia política complexa de poder, criadora e padronizadora de corpos e de modos de vida, à luz de uma

estratégia política e econômica burguesa. Instaurada em níveis de violência, justificada pela proteção à vida. Trata-se não apenas da morte de sujeitos em prol de uma eugenia, mas a morte da liberdade, de projetos de vida, de autonomia; em razão de uma lógica biologizante, comprometida com os interesses da classe burguesa.

O corpo, portanto, na modernidade é um elemento central de um mecanismo de poder, que está fundado na vida. Um controle de corpos em coletivo, associado a um controle individual – Poder disciplinar. Uma estrutura de poder que não controla tão somente indivíduos, mas realiza o controle coletivo, o controle de populações. Trata-se da chamada Biopolítica das Populações. Sobre esta, pode-se identificar na teoria de Foucault a *Biopolítica Governamental Estatal* e a *Econômica Neoliberal*.

A primeira seria exercida por meio de um controle efetuado pelo Estado. O gerenciamento dos processos biológicos do coletivo como uma política estatal, exercido por meio da chamada *arte de governar*, que tem como meta final a população, submetendo-se o coletivo a campanhas e táticas estatais, concretizando um *governo racional*.

Em seu curso ministrado no *Collège de France*, no período de 1977 a 1978, intitulado de *Segurança, Território e População* (2008b), Foucault ressaltou o instituto da arte de governar, mais especificamente na aula do dia 01 de fevereiro de 1978. Uma arte diretamente relacionada à população. Nesta aula, Foucault fornece exemplos de como as citadas campanhas e táticas estatais impactam na vida do coletivo, seja por meio da estimulação da taxa de natalidade, seja com o direcionamento de fluxos de população para determinadas regiões, para o exercício de certas atividades. Um controle efetuado pelo Estado de uma forma sutil e quase imperceptível.

A meta final do governo passa a ser a população, à luz do objetivo de que esta tenha o aumento de suas riquezas, longevidade e saúde. Para tanto, a coletividade foi submetida a uma série de campanhas e táticas por parte do Estado, propiciando, desta forma, um governo racional.

E o instrumento que o governo vai se dar para obter esses fins, que, de certo modo, são imanentes ao campo da população, será essencialmente a população, **agindo diretamente sobre ela por meio de campanhas ou também, indiretamente, por meio de técnicas que vão permitir, por exemplo, estimular, sem que as pessoas percebam muito, a taxa de natalidade, ou dirigindo nesta ou naquela região, para determinada atividade, os fluxos de população.** É a população, portanto, muito mais que o poder do soberano, que aparece como o fim e o instrumento do governo: sujeito de necessidades, de aspirações, mas também objeto nas mãos do governo. (Foucault, 2008b, p. 140, grifo nosso).

A população passa a ser objeto de um controle estatal, que é possuidor de uma condução sutil e imperceptível, em nível biológico. A vida, desta forma, assume um protagonismo. Conforme destacado anteriormente, a partir da época clássica, os mecanismos de poder passam a ser incidentes sobre a vida, devendo-se protegê-la, cultivá-la; o que influencia diretamente na violência exercida pelo Estado.

A partir deste novo mecanismo de poder, a morte passa a estar fundamentada de forma reversa, no sentido de que ela se justifica por meio do direito do corpo social de preservar a sua própria vida. Tratando sobre esta nova configuração da violência, Foucault sustenta (2014c, p. 147):

Contudo, jamais as guerras foram tão sangrentas como a partir do século XIX e nunca, guardadas as proporções, os regimes haviam, até então, praticado tais holocaustos em suas próprias populações. Mas esse formidável poder de morte – e talvez seja o que lhe empresta uma parte da força e do cinismo com que levou tão longe seus próprios limites – apresenta-se agora como o complemento de um poder que se exerce, positivamente, sobre a vida, que empreende sua gestão, sua majoração, sua multiplicação, o exercício, sobre ela, de controles precisos e regulações de conjunto. As guerras já não se travam em nome do soberano a ser defendido; travam-se em nome da existência de todos; populações inteiras são levadas à destruição mútua em nome da necessidade de viver. Os massacres se tornaram vitais.

A violência passa a estar legitimada pela vida e não mais pela figura do soberano. A vida precisa ser preservada, protegida contra perigos, *perversões*, contra tudo aquilo que tem um potencial de lhe afetar. É neste contexto de preservação da vida que Foucault ressalta o incremento do caráter sangrento dos massacres e, principalmente, da prática de holocaustos sobre as próprias populações. A morte, assim, apresenta-se como um elemento complementar de um controle positivo sobre a vida. Mata-se para viver. Como a vida deveria ser preservada, cultivada, a morte foi o instrumento utilizado para eliminar aqueles que representavam uma ameaça.

Em uma segunda abordagem, pode-se identificar na obra de Foucault a chamada *Biopolítica Econômica Neoliberal*, própria do segundo pós-guerra, século XX. Uma forma de poder que não se exerce através da exclusividade do Estado, sendo marcada por um novo agente, o Mercado, conforme é sustentado por Foucault (2008a, p. 204), em sua aula datada de 14 de fevereiro de 1979, componente do curso *Nascimento da Biopolítica*:

Eles criticam uma coisa que sem dúvida esteve no horizonte implícito ou explícito querido ou não, das artes de governar dos anos [20 aos 60]. Mas nós superamos essa etapa. Não estamos mais aí. A arte de governar programada por volta os anos 1930 pelo ordoliberalis e que agora se tornou a programação da maioria dos governos dos países capitalistas, pois bem, essa programação não visa em absoluto a constituição desse tipo de sociedade. Trata-se, ao contrário, de obter uma sociedade indexada, não na mercadoria e na uniformidade da mercadoria, mas na multiplicidade e na diferenciação das empresas.

Trata-se de um poder diretamente relacionado a tecnologias neoliberais de governo, em que o mercado assume o papel de agente regulador do coletivo, intervindo na sociedade de modo a assegurar que a concorrência possa regulá-la, eis a função reguladora, chamada por Foucault de *regulador de mercado geral da sociedade*. Uma lógica social em que o livre mercado econômico passou a ser a instância suprema de configuração de verdade na sociedade contemporânea, produzindo-se novas formas de padronização e administração de comportamentos do coletivo (DUARTE, 2015).

Considerando este contexto de supremacia do mercado, Foucault destaca a figura do chamado *homo oeconomicus*, termo que o filósofo utiliza para destacar o atributo econômico atribuído ao indivíduo, fazendo-o *empresário de si próprio*. Neste sentido, o homem representa para si próprio o seu capital, produtor do mesmo e a sua própria fonte de renda, âmbito no qual o salário recebido representa a remuneração do seu capital humano. Desta forma, tanto o indivíduo, em sua singularidade, como a população são submetidos a princípios configuradores do contexto social marcados pelos ideais do empreendedorismo e da disseminação de empresas (FOUCAULT, 2008a).

Nesta abordagem da *Biopolítica*, a politização da vida está relacionada à Biogenética, em que esta assume o papel de instrumento de seleção social. Explicar-se-á. Antes da mesma, os indivíduos e seus corpos estavam sujeitos ao destino genético de sua carga biológica. Com a biogenética, aqueles que possuem o capital para dela fazer uso, têm a possibilidade de gerar seus descendentes com uma carga genética superior, fazendo-os indivíduos com um baixo risco de adquirir certas doenças e de desenvolver efeitos nocivos à sociedade [*sic*]. Ainda sobre o capital genético superior, Foucault (2008a) destaca que equipamentos genéticos superiores serão raros, o que justifica a sua entrada em circuitos ou cálculos econômicos.

[...] esses bons equipamentos genéticos vão se tornar certamente uma coisa rara, e na medida em que será uma coisa rara poderão perfeitamente [entrar], e será perfeitamente normal que entrem, em circuitos ou em cálculos econômicos, isto é, em opções alternativas. Em termos claros, isso quererá dizer que, dado o meu equipamento genético, se eu quiser ter um descendente cujo equipamento genético

seja pelo menos tão bom quanto o meu ou tanto quanto possível melhor, terei mesmo assim de encontrar para me casar com alguém cujo equipamento genético também seja bom. (Foucault, 2008a, p. 313).

Um contexto social dominado por uma lógica neoliberal, em que a biogenética assume o papel de um instrumento que possibilita a majoração das capacidades individuais, das virtualidades dos indivíduos, tornando-os aptos a competir socialmente. Eis uma lógica de padronização, que tem como função tornar a população economicamente útil.

Nitidamente, uma questão se torna imperiosa: qual seria, então, o papel atribuído aos indivíduos que não se enquadram nos padrões da concepção econômica da vida? Um questionamento necessário, que possui relação com o objeto da presente tese, sendo analisado e respondido ao longo do referido estudo.

Exposta e analisada a teoria relativa à forma de poder que controla corpos coletivos, biopolítica das populações, em seu duplo caráter estatal e neoliberal; passar-se-á a investigar uma possível relação da citada forma de poder com o controle do corpo.

Conforme já analisado anteriormente, no século XVIII, o sexo se tornou uma questão de polícia, no sentido de que foi objeto de intenso controle em níveis de forças coletivas e individuais. Trata-se de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos, e não por meio de uma repressão. Um exemplo do sexo ter se tornado uma questão de polícia, foi a inovação no que concerne às tecnologias de poder próprias ao século XVIII, destacando-se o surgimento da população, esta como um problema econômico e político (FOUCAULT, 2014c).

[...] Uma das grandes novidades nas técnicas de poder, no século XVIII, foi o **surgimento da ‘população’, como problema econômico e político: população-riqueza, população mão de obra ou capacidade de trabalho, população em equilíbrio entre seu crescimento próprio e as fontes de que dispõe.** Os governos percebem que não têm de lidar simplesmente com sujeitos, nem mesmo com um ‘povo’, porém com uma ‘população’, com seus fenômenos específicos e suas variáveis próprias: natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência das doenças, forma de alimentação e de *habitat*. Todas essas variáveis situam-se no ponto de interseção entre os movimentos próprios à vida e os efeitos particulares das instituições: **‘Os Estados não se povoam conforme a progressão natural da propagação, mas em razão de sua indústria, de suas produções e das diferentes instituições (...)** Os homens se multiplicam como as produções do solo e na medida das vantagens e dos recursos que encontram nos seus trabalhos.’ (Foucault, 2014c, p. 28, grifo nosso).

No século XVIII, portanto, pode-se identificar um fenômeno que dá surgimento à ideia de população, no sentido de corpo coletivo, que passa a ser controlado em níveis biológicos,

possuindo um valor econômico e político. O corpo coletivo passa a ser valorado diante de questões políticas e econômicas, como a necessidade de mão de obra e a própria capacidade de trabalho. Para tanto, fenômenos próprios ao corpo coletivo são colocados sobre a incidência do citado poder, como a questão da natalidade, fecundidade, saúde, hábitos alimentares e morbidade, por exemplo. Seria necessário considerar estas variáveis, tendo em vista que as mesmas poderiam impactar diretamente no aspecto político e econômico.

A população, assim, é afetada diretamente pela estrutura de poder em análise, sendo controlada pela mesma em níveis econômicos e políticos. É de fundamental importância para a presente tese o destaque a um dos citados controles: *o controle de natalidade e fecundidade*. Como destacado por Foucault (2014c), os Estados passam a ser povoados não por uma lógica natural, e sim em razão de sua demanda industrial, de seu potencial produtivo, além de outras instituições.

A taxa de natalidade, a fecundidade, a *reprodução* entram na lógica do cálculo econômico. Obviamente, para que uma nação tenha sucesso no seu campo industrial, na sua economia, é necessária mão-de-obra, e não se pode correr o risco de não a ter na quantidade suficiente pelo curso natural [*sic*] dos desejos e da autodeterminação do corpo coletivo. *Reproduzir-se* passa a ser um fenômeno econômico e político.

No cerne desse problema econômico e político da população: o sexo; **é necessário analisar a taxa de natalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a precocidade e a frequência das relações sexuais, a maneira de torná-las fecundas ou estéreis, o efeito do celibato ou das interdições, a incidência das práticas contraceptivas** – desses famosos ‘segredos funestos’ que os demógrafos, na véspera da Revolução, sabem já serem conhecidos no campo. É verdade que já há muito tempo se afirmava que um país devia ser povoado se quisesse ser rico e poderoso. **Mas é a primeira vez em que, pelo menos de maneira constante, uma sociedade afirma que seu futuro e fortuna estão ligados não somente ao número e à virtude dos cidadãos, não apenas às regras de casamentos e à organização familiar, mas à maneira como cada qual usa seu sexo.** (Foucault, 2014c p. 29, grifo nosso).

Uma sociedade que afirma que seu futuro e sua riqueza dependem não somente da quantidade de seus cidadãos, tampouco apenas de suas virtudes, mas da forma como cada um de seus indivíduos utiliza o seu sexo. Passa-se a controlar o sexo dos indivíduos, preocupando-se em analisar a taxa de natalidade, a idade que os indivíduos estão casando-se, a periodicidade das relações sexuais, as formas como tornar estas relações fecundas.

Passa-se a regular a fecundação, a reprodução dos indivíduos em âmbito coletivo. Estes não podem se autodeterminar quanto ao assunto. Transcende-se a uma lógica moral, chegando-

se a um controle efetivo, a uma regulação, um gerenciamento pautado em interesses políticos e econômicos. O sexo virou alvo de disputa entre os indivíduos e o Estado.

A reprodução é uma pauta de fundamental importância para esta lógica de controle fundada em interesses políticos e econômicos. Explicar-se-á. Para o desenvolvimento da indústria é fundamental mão-de-obra. Esta não poderia ser deixada a cargo de uma liberdade absoluta dos indivíduos. Seria necessário regular a forma como estes indivíduos se relacionam, a constância com que mantêm relações sexuais. Seria necessário conduzir o sexo destes indivíduos para uma lógica utilitária, que servisse a interesses políticos e econômicos.

Tais interesses econômicos e políticos, nos quais o citado controle estava baseado, seriam satisfeitos, apenas, a partir de uma lógica de casamento entre homens e mulheres cis, pautado na penetração reprodutiva.

Passa-se das lamentações rituais sobre a libertinagem estéril dos ricos, dos celibatários e dos libertinos para um discurso em que a conduta sexual da população é tomada, ao mesmo tempo, como objeto de análise e alvo de intervenção; passa-se das teses maciçamente populacionistas da época mercantilista **às tentativas de regulação mais finas e bem calculadas, que oscilarão, segundo os objetivos e as urgências, em direção natalista ou antinatalista. [...] tentam fazer do comportamento sexual dos casais uma conduta econômica e política deliberada.** (Foucault, 2014c, p. 29, grifo nosso).

A partir de uma lógica de demanda de mão-de-obra, pode-se inferir que é a relação entre homens e mulheres, baseada no casamento, que seria a considerada legítima e útil ao sistema. Somente uma relação marcada pela penetração falocêntrica, considerada natural, poderia propiciar a progenitura, propiciar mão-de-obra para a satisfação dos interesses econômicos das indústrias da época.

O que se levanta, a título de hipótese, é que não se observa tão somente uma lógica moral que vincula o gênero de cada indivíduo ao seu sexo biológico por meio da sustentação de que ser mulher é reproduzir, ser passiva e penetrável por natureza. Um ser que gere frutos, progenitura, tendo uma responsabilidade perante a sociedade e com a espécie.

Identifica-se, também, uma segunda configuração moral, que não exclui a anterior, pelo contrário. Trata-se de uma moral, moderna, econômica e política que se utiliza da configuração vinculante do sexo à uma função reprodutiva. Observa-se uma lógica propagadora de normalidade para relações pautadas no casamento entre homens e mulheres cis, com base em interesses econômicos e políticos, principalmente associados à produção, à geração de mão-de-obra. O futuro e a fortuna da sociedade dependem de como os seus indivíduos, seus cidadãos,

fazem uso de seus corpos. Trata-se de vidas que passam a ser reguladas, cultivadas, para serem exploradas.

Politicamente e em um viés econômico, atrelar o gênero de cada indivíduo ao sexo biológico é útil, tendo em vista que o conceito de homem e mulher serão moldados à luz de uma lógica reprodutora. Ser mulher é reproduzir, ser passiva por natureza [*sic*]. Essa premissa moral é útil para a citada forma de poder que controla os corpos em uma esfera coletiva, tendo em vista que é com base nela que se produz a ideia de normalidade, consequentemente, torna-se desviante o indivíduo que não a segue.

Não se pode ser inocente em pensar que as relações homoafetivas não são atravessadas por interesses políticos e econômicos. Entretanto, no que concerne ao contexto destacado, uma relação que não seja pautada em uma lógica considerada *heterossexual* não corresponderia o interesse em produzir mão-de-obra, um interesse ligado a fecundação, à reprodução, que não poderia ser propiciado pelas relações consideradas *desviantes*. A citada hipótese é destacada por Foucault, em forma de questionamento.

Pois essa colocação do sexo em discurso não estaria ordenada no sentido de afastar da realidade as formas de sexualidade insubmissas à economia estrita da reprodução (dizer não às atividades infecundas, banir os prazeres paralelos, reduzir ou excluir as práticas que não têm como finalidade a geração)? **Através de tais discursos multiplicaram-se as condenações judiciais das perversões menores, anexou-se a irregularidade sexual à doença mental; da infância à velhice foi definida uma norma do desenvolvimento sexual e cuidadosamente caracterizados todos os desvios possíveis; organizaram-se controles pedagógicos e tratamentos médicos; em torno das mínimas fantasias, os moralistas e, também e sobretudo, os médicos, trouxeram à baila todo o vocabulário enfático da abominação: isso não equivaleria a buscar meios de reabsorver em proveito de uma sexualidade centrada na genitalidade tantos prazeres sem fruto?** Toda essa atenção loquaz com que nos alvoroçamos em torno da sexualidade, há dois ou três séculos, não estaria ordenada em função de uma preocupação elementar: assegurar o povoamento, reproduzir a força de trabalho, reproduzir a forma das relações sociais; em suma, proporcionar uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora? (Foucault, 2014c, p. 40, grifo nosso).

Foucault, no excerto retro transcrito, questiona, assim, se essa explosão discursiva sobre o sexo não teria o condão de afastar da realidade as formas de sexualidade que não estariam pautadas na economia restrita da reprodução. Para analisar o citado questionamento, o filósofo passa a constatar fatos que ocorreram após a explosão discursiva sobre o sexo, como o incremento das condenações judiciais das perversões menores, delimitação e fixação dos desvios sexuais possíveis.

Analisando-se os questionamentos trazidos por Foucault (2014c), entende-se que a partir da explosão discursiva sobre o sexo não se passou diretamente a reprimir as condutas sexuais que não estariam pautadas na lógica heterossexual, propagada como normal. Houve uma administração dos prazeres que não condiziam com a dita normalidade, um gerenciamento dos mesmos com fins de controle e marcação de espaços em uma dada sociedade.

Entende-se que a atenção dada à sexualidade pode estar relacionada ao objetivo de reprodução da força de trabalho, a partir da fixação de uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora. Não se deve ser inocente em pensar que este seria o único objetivo. Todavia, investigando a lógica de poder de controle do corpo em um viés coletivo, que estava baseado em interesses políticos e econômicos, pode-se identificar um interesse no âmbito de constituição de mão-de-obra para fins industriais. Logo, a fixação de uma sexualidade economicamente útil é compatível e determinante para o funcionamento dessa lógica de poder.

Foucault (2014c) ressalta que é sobre o sexo, à luz de interesses políticos e econômicos, que os racismos dos séculos XIX e XX encontraram alguns de seus pontos de fixação. Uma lógica a partir da qual o Estado sabe o que ocorre com o sexo dos cidadãos e a forma como o utilizam, e que cada um seja capaz de controlar a sua própria prática. Assim, o sexo se tornou um objeto de disputa, entre o indivíduo e o Estado. Trata-se de uma disputa pública, marcada por um complexo de discursos, de saberes, de investigações e prescrições.

O Biopoder, estrutura de poder já destacada no presente capítulo, foi determinante para o desenvolvimento do capitalismo, que só pode ser instaurado a partir da inserção dos corpos no aparelho de produção e por meio do controle dos fenômenos populacionais, ajustando-os aos processos econômicos. Logo, o controle do corpo, tanto em uma esfera individual, como coletiva, foi determinante para o desenvolvimento da lógica capitalista em sociedade.

Já não se trata de pôr a morte em ação no campo da soberania, mas de **distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade**. Um poder dessa natureza tem de qualificar, medir, avaliar, hierarquizar, mais do que se manifestar em seu fausto mortífero; não tem que traçar a linha que separa os súditos obedientes dos inimigos do soberano, opera distribuições em torno da norma. (Foucault, 2014c, p. 156, grifo nosso).

Mais uma vez, percebe-se a utilização do corpo dos indivíduos como instrumento de cumprimento de interesses políticos e econômicos. Cada indivíduo é enxergado por esta estrutura de poder como um ser vivo, em níveis biológicos, sendo distribuídos em um domínio de valor e utilidade. Tornam-se seres vivos dotados de uma utilidade econômica e política.

O corpo da população é ajustado, no sentido de que o incentivo e o freio à natalidade são regulados a partir dos interesses econômicos vigentes. Para que essa lógica utilitária possa ser cumprida, deve-se sustentar uma relação que gere frutos, uma relação pautada na reprodução. Os indivíduos passam a ser controlados, portanto, em níveis de fecundidade. A forma como os indivíduos vivenciam o seu sexo é importante, sendo legítimas as relações reprodutoras, o que ratifica a lógica de homem e mulher como seres determinados por natureza. O ser que penetra e o ser que é penetrado e que reproduz. Esta lógica é a compatível com o interesse econômico e político vigente.

Uma sociedade marcada por um controle do corpo. Uma sociedade, nas palavras de Foucault (2014c, p. 159-160), “[...] do ‘sexo’, ou melhor, ‘de sexualidade’: os mecanismos do poder se dirigem ao corpo, à vida, ao que a faz proliferar, ao que reforça a espécie, seu vigor, sua capacidade de dominar ou sua aptidão para ser utilizada”. A estrutura de poder incide sobre o corpo e sobre o seu potencial reprodutivo. Trata-se de uma preocupação, um alvo do citado poder, relacionado ao futuro da espécie humana e sua vitalidade.

Não basta que os seres se reproduzam, mas que a progenitura tenha saúde, vigor, energia; para viver à luz dos interesses políticos e econômicos vigentes, para ser explorado como mão-de-obra, caso contrário este ser não interessa, é desprovido de utilidade, podendo ser descartado. Em outras palavras, um ser matável. Identifica-se a seguinte ordem moral: *Reproduza, mas reproduza com saúde e vigor.*

O racismo se forma nesse ponto (racismo em sua forma moderna, estatal, biologizante): toda uma política de povoamento, da família, do casamento, da educação, da hierarquização social, da propriedade, e uma longa série de intervenções permanentes no nível do corpo, das condutas, da saúde, da vida cotidiana, receberam então cor e justificação em função da preocupação mítica de proteger a pureza do sangue e fazer triunfar a raça. (Foucault, 2014c, p. 162).

Toda uma lógica de controle foi instaurada por uma estrutura de poder que tinha como objeto o corpo e suas variáveis, com o objetivo de que o mesmo seja puro, tenha um sangue puro e uma raça forte, que triunfe. Nesta lógica, a partir do que era defendido pela teoria da degenerescência, não se enquadra uma relação que não seja constituída por um homem e uma mulher cis, uma vez que a relação considerada legítima é a formada a partir do casamento heterossexual e cisgênero, tendo em vista que somente esta tem a capacidade reprodutiva.

Sendo assim, entra na lógica do citado racismo de Estado o controle e a desqualificação de formas de vida que não se enquadrassem na lógica reprodutiva. São os modos de vida de

cada um que passam a ser controlados e moldados por uma lógica de poder, que não os encara com rejeição direta, mas com a marginalização social, com o controle do seu corpo, moldando-os à luz de uma lógica heteronormativa de poder; e com a relativização de seus direitos, em níveis de serem considerados *alienígenas*, termo utilizado por Galeão de Azevedo (2016).

O corpo de cada indivíduo passa a estar marcado, portanto, por este Racismo de Estado, que controla a vida dos indivíduos sobre a preocupação de uma descendência sadia, pura e triunfante. Os corpos reproduzem essa lógica, que é associada a outras questões como o interesse político e econômico vinculado à reprodução.

Um controle que não é exercido exclusivamente em níveis de visibilidade, de violência física apenas, e sim, principalmente, um controle que se introjeta em corpos, em mentes, em objetos; fazendo com que, mesmo que involuntariamente, cada indivíduo passe a reproduzir aquilo que a lógica de poder considera como adequada, como legítima. A vida, os corpos são construídos, moldados à luz de interesses externos, convencendo os indivíduos de que são autônomos, quando são apenas peças de um sistema de controle, que os molda, limita-os. Em outras palavras, mata-os. Mata a liberdade, a autodeterminação. Uma vida morta.

2.4 ORDEM MORAL RELATIVA AO SEXO, CORPO E GÊNERO: da antiguidade à modernidade, à luz da teoria de Michel Foucault

A presente seção tem um viés organizatório das exposições e análises sustentadas ao longo do capítulo. Conforme se frisou ao início do mesmo, o presente teve como objetivo realizar um estudo sobre as lógicas de poder e as concepções morais incidentes sobre os elementos corpo, sexo e gênero; utilizando-se como paradigma de análise a teoria do filósofo Michel Foucault. O estudo foi dividido em três períodos, antiguidade – Grécia Clássica e os dois primeiros séculos de nossa era – e modernidade. Utilizou-se, primordialmente, os três primeiros volumes da obra *História da Sexualidade*.

No próximo capítulo, continuar-se-á a investigação proposta, debruçando-se especificamente sob o estudo do fenômeno da coerência sexual e da genitalização do sujeito, realizando-se uma análise integrada com a teoria de Michel Foucault desenvolvida neste capítulo. Uma investigação sobre a coerência projetada sobre o corpo, de que este deve refletir o gênero que cada indivíduo se identifica.

À luz de Michel Foucault, analisando-se a antiguidade e a modernidade, pôde-se identificar uma descontinuidade na moral sexual própria ao paganismo e cristianismo. Até é possível encontrar princípios, noções, que possam ser encontradas tanto em um como também em outro, entretanto, estes não possuem os mesmos significados, valores.

Identificou-se a igreja e a pastoral cristã como elementos sustentadores de princípios morais controladores do corpo de cada indivíduo, da sexualidade, possuidores de um alcance universal. Em paralelo, na antiguidade não se identificou uma moral unificada, dotada de coerência e que fosse repassada em níveis de imposição. Eis apenas uma suplementação moral comumente aceita (FOUCAULT, 2014d).

A partir do que seria sustentado pela teoria médica da *degenerescência*, na modernidade, a figura da mulher e do homem foram atreladas a uma perspectiva reprodutiva, a partir da qual a relação considerada legítima é a permeada pelo casamento entre um homem e uma mulher cis, com fins de reprodução.

Todavia, percebe-se na modernidade uma segunda concepção moral incidente sobre o sexo, corpo e gênero. Trata-se de uma moral relacionada diretamente com interesses políticos e econômicos. Contemporânea ao capitalismo, identifica-se uma lógica de necessidade de mão-de-obra para ocupação de postos de trabalho no campo industrial, ainda emergente.

Para tanto, o instrumento propiciador de mão-de-obra seria exatamente relações entre seres com capacidade reprodutiva. Sendo assim, sustenta-se que essa segunda lógica moral está relacionada à primeira identificada, no sentido de que a segunda se utiliza dos preceitos da primeira. Em outras palavras, para o cumprimento dos interesses políticos e econômicos justificadores da lógica de poder sobre o corpo, atrelar a figura do homem e da mulher em níveis biológicos seria algo útil, tendo em vista que assim se estaria constituindo os elementos necessários para o cumprimento dos citados interesses.

Economicamente e politicamente, é útil para a segunda lógica moral identificada a vinculação do gênero ao sexo considerado biológico, ao corpo sexuado. Legitimando-se, assim, a relação marcada por eles, tendo em vista que somente esta é passível de propiciar a reprodução, um elemento de fundamental relevância à época, um período marcado por um racismo de Estado, que tinha como objetivo a pureza do sangue e uma raça triunfante, o que não seria propiciado por relações que fugissem da citada lógica biologizante do sexo, corpo e gênero. Aquilo que não se adequa à citada lógica seria considerado um desvio, uma perversão sexual, propiciador de males à progenitura ou mesmo do aniquilamento da espécie.

Percebe-se, assim, um núcleo moral sobre o corpo, que vincula o mesmo ao considerado sexo biológico, utilizando-se este como instrumento de definição do gênero de cada indivíduo. Trata-se de uma moral que correlaciona, em níveis de vinculação, o gênero ao sexo biológico, o gênero ao corpo sexuado. Para definir homem e mulher, dever-se-ia olhar para o corpo, este fala, este define, este exala. Uma lógica moral em que o corpo manifesta e o gênero representa.

3 RELAÇÕES DE PODER E CORPO: O DISPOSITIVO DE TRANSEXUALIDADE E A PRODUÇÃO DE CORPOS COERENTES

O presente capítulo está diretamente correlacionado ao anterior. Trata-se de uma análise acerca de relações de poder sobre o corpo, relacionada com as investigações já realizadas no capítulo anterior. Eis, portanto, uma continuação do estudo teórico crítico da estrutura de poder incidente sobre o corpo, responsável por criá-lo.

Especificamente, passar-se-á a investigação da produção da ideia de coerência sexual e como esta afeta o corpo e as suas alterações com fins de reenquadramento do mesmo a uma identidade de gênero. Analisar-se-á o complexo de relações de poder incidentes sobre a figura do corpo, ao ponto de produzi-lo; averiguando-se, ainda, o atravessamento da cultura por esta estrutura de poder e como esta cultura se correlaciona com a construção de um corpo sexuado.

Para tanto, estudar-se-á o que Berenice Bento intitula de *dispositivo de transexualidade*, dispositivo este que está claramente correlacionado ao *dispositivo de sexualidade* e à *sciencia sexualis*, ambos já expostos e analisados no capítulo anterior, o que justifica a sua precedência. Parte-se, assim, de uma análise teórica mais geral para uma mais específica sobre o corpo, sobre o corpo *trans*.

3.1 DISPOSITIVO DE TRANSEXUALIDADE

O termo *dispositivo de transexualidade* foi o utilizado por Berenice Bento (2006) para intitular o conjunto de saberes que produziram verdades sobre os corpos transexuais. A autora desvela uma lógica de poder a partir da qual a norma de gênero reproduz que o indivíduo é o que sua genitália informa.

Um sistema pautado na diferença sexual, pregando uma perspectiva de compatibilidade entre gênero, sexo e corpo. No prefácio da obra de Berenice Bento – *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual* - escrito por Deis Siqueira, sustenta-se a seguinte correlação: “Vagina-mulher-emoção-maternidade-procriação-heterossexualidade; pênis-homem-racionalidade-paternidade-procriação-heterossexualidade” (2006, p. 13). Eis uma suposta heterossexualidade natural dos corpos. Um mecanismo de poder a partir do qual se propaga uma norma de gênero, definidora de que o indivíduo é o que a sua genitália representa.

Para iniciar o estudo do dispositivo de transexualidade, é necessário realizar uma revisitação histórica para marcar o contexto no qual o chamado dispositivo de transexualidade surge, de acordo com Berenice Bento. Para tanto, é necessário recorrer ao referencial teórico de Michel Foucault reconstruído no capítulo anterior.

Quando do estudo da modernidade, em Michel Foucault (2014c), e a sua relação com o sexo, destacou-se que no século XVIII surgiram conjuntos estratégicos de poder sobre o sexo, por meio de dispositivo de poder/saber, como a Medicina, Pedagogia e Economia. Neste contexto, Foucault sustenta que a sexualidade foi produzida como um dispositivo, o dispositivo de sexualidade. Trata-se da estrutura de poder responsável pela sexualização do corpo, transformando-se o corpo social em um corpo sexuado.

Como já ressaltado, tem-se a construção de uma *ciência* moralista que regula a perversões correlacionadas ao sexo, determinada a eliminar as aberrações, divergências da ordem heteronormativa dominante, considerando a concepção, difundida no séc. XIX, de que o sexo representava a origem de todas as doenças, o que legitimava a sua inquirição e, conseqüentemente, a sua incitação (FOUCAULT, 2014c).

Pensar a heterossexualidade como um regime de poder significa afirmar que longe de surgir espontaneamente de cada corpo recém-nascido, inscreve-se reiteradamente através de constantes operações de repetição e de recitação dos códigos socialmente investidos como naturais. O corpo sexuado e a suposta ideia da complementaridade natural, que ganha inteligibilidade através da heterossexualidade, é uma contínua e incessante materialização intencionalmente organizada, condicionada e circunscrita pelas convenções históricas, e que se apresenta como a-histórica. (Bento, 2008, p. 30-31).

Bento (2006, p. 132), sobre o dispositivo de sexualidade, sustenta que a experiência transexual seria um dos desdobramentos do mesmo, tornando-se inclusive um acontecimento histórico passível de observação. Século XX. A partir de 1950, pôde-se identificar a construção e uma articulação sobre a citada experiência.

Eis um dispositivo que tem como condão apontar os sintomas e formular um diagnóstico específico para os indivíduos classificados como transexuais, produzindo-se o chamado *transexualismo*. É importante destacar que contemporaneamente a patologização da sexualidade continua exercendo grande força e impacto social, mas não mais a partir da lógica de perversão sexual ou homossexualismo. Trata-se de um sistema de poder empreendedor, que tem suas estratégias de dominação mutáveis. Opera-se com os *transtornos de gênero*, considerando que o gênero só consegue a sua inteligibilidade quando correlacionado à diferença

sexual e a complementaridade dos sexos. Assim, a heterossexualidade seria uma condição para a inteligibilidade dos gêneros (Bento, 2008, p. 107).

Conforme já exposto no primeiro capítulo da presente tese, pôde-se perceber no século XX, principalmente em sua segunda metade, a construção de uma série de instrumentos definidores do que seria transexualismo, patologizando os indivíduos que vivenciavam esta realidade.

Em 1949, a expressão *transexualismo* foi utilizada no sentido que contemporaneamente é atribuído a mesma. Associando-a a uma descoberta de um antigo conflito de identidade de gênero, o que representaria uma evolução da ciência [*sic*]. Eis o início do dispositivo de transexualidade, que está fundamentado na medicamentação da sexualidade, ocorrida no século XX, quando se instituiu um sistema de classificação, categorização de experiências sexuais baseadas no chamado *sexo verdadeiro*, que estaria definido em níveis de heteronormatividade (BENTO, 2006).

Houve uma alteração na composição dos peritos das experiências sexuais alheias. No lugar do padre, protagonista nas confissões da pastoral cristã, assume o posto o médico, um especialista, com técnicas de escuta, diagnóstico, classificação e registro. Trata-se não mais de uma escuta divina, uma confissão, e sim de uma escuta terapêutica.

Falar de transexualidade nos obriga a relacioná-la ao protagonismo que o saber médico assume na definição da verdade que se esconde nas 'identidades transtornadas'. A escuta terapêutica substitui a confissão. O anormal, o abjeto, o transtornado, a aberração da natureza e o psicótico substituem o fraudulento e o pecaminoso. (Bento, 2006, p. 111).

Os conflitos com as normas de gênero impostas socialmente, a partir do enlace do dispositivo de sexualidade com o dispositivo de transexualidade, são observados como problemas individuais, no sentido de enfermidades ou mesmo anomalias, que devem ser sanadas, resolvidas no hospital. Assim, põe-se em ação a construção de corpos individualizados.

Sobre esta regulação, tratamento, pode-se lembrar a atuação do médico endocrinologista Harry Benjamin, quem defendeu que a única medida terapêutica possível para transexuais, em 1953, seria a cirurgia de mudança de sexo. Abrindo-se margem a uma concepção intervencionista do corpo (BENJAMIN, 1953).

Assim como Benjamin, o especialista John Hopkins teve uma atuação relevante no contexto de criação de diagnósticos ao transexualismo. Em 1955, conforme já ressaltado, sustentou que as genitálias de um indivíduo são fundamentais para a sua experiência heterossexual. Assim, a construção de uma genitália transcenderia a criação de um órgão, e sim a criação de instrumentos e elementos para a concretização da heterossexualidade (COLAPINTO, 2001). Nitidamente, percebe-se uma associação do dispositivo moderno de sexualidade, sustentador de uma lógica heteronormativa, produzindo efeitos sobre o corpo de uma pessoa considerada transexual.

Por fim, ainda sobre o contexto de diagnóstico do transexualismo, destaca-se as contribuições de Robert Stoller no âmbito de elementos de definição de um sujeito transexual, quem sustentou que o transexualismo estaria correlacionado a elementos constituintes. Entre eles, um sentimento de identidade permanente. Um sujeito transexual não poderia ter dúvidas sobre a sua essência. Uma essência estável. Ademais, um sujeito para ser transexual teria que sentir sentimentos ligados a horror para com a sua genitália. Trata-se de um sentimento de rejeição para com a mesma. (ARÁN; MURTA; LIONÇO, 2008).

Um contexto marcado por inúmeras teorias sobre o *transexualismo*, colocando-o em patamares patológicos. Identificação e patologização de indivíduos que tinham características que poderiam se enquadrar nos critérios definidos pelas teorias criadas sobre o tema. Um falar sobre a transexualidade, patologizando-a, definindo-a. Um contexto no qual houve a materialização de uma dominação médica do corpo trans.

A Medicina como um instrumento de suma relevância ao exercício do mecanismo de poder incidente sobre o sexo e o corpo. Com o seu histórico correlacionado à inserção de um capital patológico de espécie inserido no indivíduo, a partir do seu sexo; a Medicina, neste contexto, passa a normalizar o corpo de cada indivíduo, corpos que sejam incoerentes com a hegemonia heteronormativa construída e desenvolvida a partir do século XVIII, com o dispositivo de sexualidade.

Sendo o transexualismo considerado uma disforia de gênero, criou-se processos terapêuticos formais para intervenções cirúrgicas de redesignação sexual e tratamento hormonal, o que desencadeou na criação de centros de transgenitalização e na formalidade quanto aos procedimentos de atendimento dos sujeitos, baseando-se em manuais como DSM e CID, que inclusive possuem uma aplicabilidade contemporânea, podendo-se citar o DSM V e a CID-11, já analisados no primeiro capítulo; citados nas Resoluções do Ministério da Saúde,

Parecer e Portarias do CFM, além das jurisprudências expostas e analisadas no primeiro capítulo da tese.

Percebe-se, portanto, novamente a presença da Medicina com um elemento fundamental na constituição e atuação de um dispositivo de poder. A mesma teve um papel de nítida relevância no dispositivo de sexualidade com a sua *scientia sexualis*, acompanhada de sua contribuição na dominação do corpo trans, a partir da segunda metade do século XX, sendo utilizada para curar o corpo da patologia chamada transexualismo [*sic*]. Eis uma lógica de medicalização, que tem como um de seus pressupostos a genitalização das identidades (BENTO, 2008).

O dispositivo de transexualidade como uma tecnologia precisa de poder, que associada ao dispositivo de sexualidade é responsável pela fabricação do corpo, mais especificamente, do corpo trans, um corpo que necessitaria de intervenção médica, diante do seu caráter patológico, incoerente. Eis uma lógica de poder que cria o próprio elemento que pretende controlar, entretanto, sob o viés de que este elemento é natural e em razão da natureza o controle, a cura deve ser realizada.

O corpo-sexuado (o corpo-homem e o corpo-mulher) que dá inteligibilidade aos gêneros encontra na experiência transexual seus próprios limites discursivos, uma vez que aqui o gênero significará o corpo, revertendo um dos pilares de sustentação das normas de gênero. Ao realizar tal inversão, deparamo-nos com uma outra ‘revelação’: a de que o corpo tem sido desde sempre gênero e que, portanto, não existe uma essência interior e anterior aos gêneros. Quando se problematiza a relação dicotômica e determinista entre corpo e gênero, outros níveis constitutivos da identidade se liberam para compor arranjos múltiplos fora do referente binário dos corpos. (Berenice Bento, 2006, p. 21).

À luz de Bento (2006), portanto, o corpo tem sido gênero desde sempre, no sentido de que ser mulher ou homem é definido pelo corpo que se tem, um corpo masculino ou feminino. Estrutura esta, entretanto, criada por um mecanismo de poder, pautada em uma norma de gênero, que vincula o mesmo às genitálias, aos corpos de cada indivíduo. Destaca-se, corpos sexuados, que foram alvo da sexualização produzida pelo dispositivo de sexualidade.

Como falar, portanto, de uma readequação do corpo biológico à identidade de gênero do indivíduo, discurso oficial apresentado no primeiro capítulo, se o corpo chamado de biológico no sentido de natural, essencializado, é construído? Coloca-se em discussão o próprio discurso propagado pelos canais oficiais, que promovem a realização de modificações corporais com estes fins como elementos garantidores do direito constitucional à saúde.

Os indivíduos que não se amoldam à linha heteronormativa, como transexuais, a partir do dispositivo de transexualidade, são objetos de estudo, da ingerência de um saber, como a Medicina, que está orientada sob o viés da medicalização da conduta. Entretanto, quando se discute, problematiza-se, a determinação natural das condutas, coloca-se em xeque também o viés patológico de tais experiências, em razão do corpo ser um elemento construído. Trata-se de um questionamento à heterossexualidade natural dos corpos que baseia o caráter patológico do corpo trans.

Bento (2006) sustenta que o dispositivo de transexualidade é alimentado pelas verdades socialmente sustentadas e definidas para os gêneros. Um sistema de poder produtor de verdades, verdades criadas, que são repassadas como naturais, como neutras, mas nada destes atributos possuem. Trata-se de verdades sobre o corpo, mas um corpo produzido a partir de valores construídos e derivados de uma lógica de poder, que é reproduzida e irradiada pela Medicina, esta como um saber parcial, integrante do dispositivo de poder em análise.

Especificamente sobre os procedimentos de mudança do corpo, Berenice Bento (2006) sustenta que os hospitais funcionam como fábricas de corpos dimórficos, pautando-se, para tanto, em normas de gênero construídas em níveis de determinação da natureza. Trata-se de um trabalho de limpeza de ambiguidades.

No dispositivo de transexualidade, nada é enunciação constatativa. Mais do que uma fábrica de corpos dimórficos, o hospital tenta reorganizar as subjetividades apropriadas para 'um homem/ uma mulher de verdade'. No hospital, realiza-se um trabalho de 'asepsia de gênero', retirando tudo que sugira ambiguidades e possa pôr em xeque um dos pilares fundantes das normas de gênero: o dimorfismo natural dos gêneros. (Bento, 2006, p. 67-68).

Esta produção de corpos dimórficos, pautada na determinação da natureza, é corporificada após os procedimentos de modificação do corpo, com a nomenclatura atribuída pelo saber oficial aos indivíduos que passam pelos processos de modificação corporal, sendo chamados de *transexuais femininos* ou *transexuais masculinos*. Sendo assim, ainda que tais indivíduos realizem os procedimentos considerados como necessários para a readequação do seu *corpo biológico* [sic] à identidade de gênero, estes não conseguem se desvincular, dentro da lógica de poder que está sendo desvelada, do destino biológico construído para eles.

Trata-se de uma estrutura de poder que funciona na linha lógica de criar uma norma de gênero que atrela o mesmo ao corpo do indivíduo, em uma linha de naturalidade. Produz-se a ideia de natureza essencial ao corpo humano, e a partir da mesma se propaga o discurso de

mudança de corpo, uma vez que este precisa ser coerente ao gênero que o indivíduo se identifica. Para que, posteriormente, ainda que modificado, este corpo seja taxado como anormal, como fora dos padrões da normalidade, não importando o tanto que o mesmo se esforce para chegar a níveis de similitude.

O dispositivo de transexualidade tem o seu funcionamento pautado na produção de realidades. A partir da ideia de heterossexualidade natural, que é a sua base, o mesmo passa a ser exercido por meio de intervenções no corpo, buscando esterilizá-lo, limpá-lo, de qualquer incoerência [*sic*]. Não se fala apenas de intervenções no âmbito de modificação do corpo por meio de cirurgia de redesignação sexual ou hormonioterapia. Trata-se de um projeto de poder maior, que inclui a produção de hábitos, de práticas pautadas em uma estética de gênero.

Se uma mulher de verdade é discreta na forma de se maquiar e nos modelos de roupas, se fala baixo e gesticula comedidamente e tem uma voz que não lembra os falsos das travestis, há então todo um conjunto de intervenções para construir um sujeito transexual que não tenha em suas performances de gênero nenhum sinal que os cite. A coerência dos gêneros está na ausência de ambiguidades, e o olhar do especialista está ali para limpar, cortar, apontar, assinalar os excessos, fazer o trabalho de assepsia. É o dispositivo de transexualidade em pleno funcionamento, produzindo realidades e ritualizando-as como verdade nas sentenças proferidas, seja com julgamentos, seja com olhares inquisidores dos membros da equipe médica. (Bento, 2006, p. 61).

Eis um mecanismo de poder que produz uma realidade a partir da qual há um corpo biológico, um corpo essencialmente masculino ou feminino, e com base nesta norma de gênero passa a normalizar os corpos, controlando os que não seguem a sua realidade criada, fazendo com que os mesmos sigam as suas regras, ainda que ao final não sejam reconhecidos como seus pares, e sim como anormais, como alienígenas, que passaram por uma tentativa de cura, mas que ainda são destacados do grupo, que é naturalmente coerente em seu corpo.

Parafrazeando Bento (2008, p. 22), é na condição de patológico, de doente, que o centro acolhe com prazer aqueles que fazem parte da margem, os marginais, para assim melhor excluí-los. O centro é quem cria explicações oficiais e amplamente aceitas. Em outras palavras, os ditos normais recebem prazerosamente os anormais, considerando-os assim, com essa natureza patológica, uma vez que estão diante de uma forma de os excluir e os manter na margem. A naturalização das identidades e a patologização das mesmas são elementos integrantes do fenômeno de criação de margens, que devem ser ocupadas por seres abjetos, onde devem permanecer [*sic*].

A história do corpo está intimamente correlacionada aos dispositivos modernos de poder, mais especificamente à era do biopoder. Os corpos são criados em um campo discursivo, sendo marcados, encravados, pela heterossexualidade, em um discurso oficial naturalizador, que é propagado por meio de constantes repetições das normas socialmente construídas como essenciais, biológicas (BENTO, 2006).

Um sistema de poder que organiza a vida em sociedade a partir da produção de sujeitos normais e anormais, pautando-se a verdade identitária de cada indivíduo nas estruturas corporais dos mesmos. O indivíduo é o que o seu corpo representa, com base na ideia de complementaridade natural, uma vez que esta seria a prova inquestionável de que a raça humana é heterossexual [sic]. Sendo assim, os gêneros só possuiriam sentido se relacionadas às capacidades inerentes a cada corpo. Nas palavras de Bento (2008, p. 45): “Os gêneros inteligíveis estão condicionados à heterossexualidade e esta precisa da complementaridade dos gêneros para justificar-se como norma.”.

Sustenta-se o produzido como natural. A partir da essencialização do mesmo, projeta-se os padrões de condutas e subjetividades aos indivíduos. Eis um dispositivo de poder, entretanto, que não tem o objetivo limitado ao controle das performances de gênero. Almeja-se interferir na organização da subjetividade e na padronização da sexualidade apropriada a ser seguida, por meio de um olhar médico, que nada possui de neutralidade. Trata-se de um discurso poderoso que sustenta a manutenção da prisão dos gêneros à diferença sexual, à genitalização das relações sociais (BENTO, 2006).

3.1.1 Produção do corpo sexuado, relações de poder e cultura

Ainda tratando do dispositivo de transexualidade, a partir da presente seção, passar-se-á a analisar o processo de criação do corpo sexuado e as relações de poder inerentes a este processo. Ademais, verificar-se-á a relação da cultura para com a criação e manutenção do conceito de corpo disseminado em sociedade. Para iniciar o referido estudo, recorrer-se-á a teoria de Thomas Laqueur, mais especificamente à sua obra *Inventando o sexo: Corpo e gênero dos gregos a Freud* (2001).

Laqueur é professor de história da Universidade da Califórnia e na referida obra teve como objeto principal de análise a relação entre o corpo e a diferença sexual, e a natureza da mesma, em geral. O historiador sustenta que durante milhares de anos se acreditou que a mulher teria a mesma genitália que o homem, mas sob a perspectiva de que a dela ficava para dentro

do corpo e não para fora. Trata-se do modelo de *sexo único* ou *carne única* que foi dominante desde a antiguidade clássica até o final do século XVII (LAQUEUR, 2001).

A vagina era vista como um pênis interno, assim como os lábios eram vistos como o prepúcio, o útero como o escroto e os ovários como os testículos. Laqueur (2001) frisa que durante dois milênios o ovário, que seria o órgão que no século XIX se tornou o símbolo do corpo feminino, não tinha sequer um nome específico.

Por volta do final do século XVIII, os escritores passaram a utilizar como base para as diferenças fundamentais entre os sexos masculino e feminino as distinções biológicas identificáveis.

Não só os sexos são diferentes, como são diferentes em todo aspecto concebível do corpo e da alma, em todo aspecto físico e moral. Para o médico ou o naturalista, a relação da mulher para o homem é ‘uma série de oposições e contrastes’. Em lugar disso, em certas situações, lampejos da imaginação moderna com uma insistência quase que perversa da compreensão das diferenças sexuais como uma questão de grau. Gradações de um tipo básico masculino, houve um clamor para articular distinções corporais exatas. (Laqueur, 2001, p. 17).

Neste período (final do século XVIII), houve uma transição de modelos sobre a concepção do corpo. Do isomorfismo ao dimorfismo. De um modelo a partir do qual homens e mulheres eram definidos e classificados a partir de seu grau de perfeição metafísica, calor vital, em um eixo que a causa final era masculina; para um modelo de dimorfismo radical, baseado em divergências biológicas. Uma diferença que podia ser demonstrada não apenas em corpos visíveis, assim como em níveis microscópicos. Eis o protagonismo da Medicina na classificação dos corpos masculinos e femininos.

A visão antiga sobre o corpo, *isomorfismo*, possuía evidência científica que o apoiasse. Laqueur (2001) sustenta que os avanços científicos do século XIX na anatomia do desenvolvimento, teoria do germe, concluíam por origens comuns a ambos os sexos em um embrião morfologicamente andrógino. Os isomorfismos, sustentados por Galeno, dos órgãos masculinos e femininos foram, na década de 1850, revisitados como homólogos. Cita-se o pênis e o clitóris, os lábios e o escroto, os ovários e os testículos. Estes teriam origens comuns na vida fetal.

Apesar das evidências científicas que apoiavam o isomorfismo, de acordo com Laqueur (2001), só houve interesse em buscar evidências do sistema de dois sexos distintos, que sustenta diferenças anatômicas e fisiológicas entre o homem e a mulher. E este interesse exclusivo no

dimorfismo estaria embasado em interesses, destaca-se, políticos. Diferenças sexuais profundamente marcadas pela política de poder do gênero.

As novas lentes de interpretação do corpo seriam derivadas de dois elementos distintos, um epistemológico e outro político. Laqueur (2001), na busca de explicar e contextualizar a produção de dois sexos opostos, cita uma série de elementos em relação aos quais a reconstrução do corpo foi intrínseca a cada um deles: ascensão da religião evangélica; a teoria política do Iluminismo; desenvolvimento de novos espaços públicos no séc. XVIII; as ideias de Locke de casamento como um contrato; as possibilidades de mudanças paradigmáticas de mudança social a partir da Revolução Francesa; o conservadorismo pós-revolucionário; o feminismo pós-revolucionário; o sistema de fábricas com sua reestruturação da divisão sexual do trabalho; o surgimento de uma organização de livre mercado de serviços ou produtos; o nascimento de classes. Estes, separados ou em conjunto, para Laqueur (2001), não causaram a construção de um novo corpo sexuado, entretanto a reconstrução do corpo foi intrínseca a cada um destes elementos.

O historiador (2001) sustenta que em contextos milenares da Medicina Ocidental, a genitália passou a ser relevante como elemento de oposição sexual muito recentemente. Ademais, levanta-se a ideia de que a relação entre órgão como sinal e o corpo que supostamente lhe dá vazão é arbitrária.

No modelo de sexo único a genitália não possuía uma essência ontológica naturalizada. O pênis era um símbolo de *status*, um elemento que poderia ser considerado um simples certificado que dava direitos e privilégios, como uma espécie de diploma de ensino superior. Os indivíduos com o pênis exterior eram considerados meninos e detinham de privilégios e obrigações inerentes a sua condição. Ao passo em que aquelas que tinham um pênis interno eram relegadas à categoria inferior de meninas. Neste modelo, o sexo era mais uma característica atribuída, que acarretava consequências sociais (LAQUEUR, 2001).

Ressalta-se, todavia, que o sexo era um fundamento inseguro, instável. As alterações nas estruturas corpóreas poderiam acarretar, facilmente, na modificação da categoria jurídica, de uma (feminina) para outra (masculina).

Porém o sexo era um fundamento inseguro. As mudanças nas estruturas corpóreas podiam fazer o corpo passar facilmente de uma categoria jurídica (feminina) para outra (masculina). Essas categorias baseavam-se nas distinções de gênero – ativo/passivo, quente/frio, com forma/sem forma – nas quais o pênis externo ou interno era apenas um sinal diagnóstico. Assim, para os hermafroditas a questão não era ‘a que sexo eles pertenciam **realmente**’, mas a que gênero a arquitetura de seus

corpos mais se ajustava. Os magistrados eram menos preocupados com a realidade corpórea – que o que hoje nós chamaríamos de sexo – que com a manutenção de claras fronteiras sociais, a manutenção de categorias de gênero. (Laqueur, 2001, p. 171, grifo autor).

O sexo biológico, neste modelo, não representava um fundamento sólido do gênero. Realizando uma correlação com a teoria de Michel Foucault, Laqueur (2001) sustenta que na Renascença não havia um sexo único e verdadeiro, assim como na época anterior, ao ponto que o hermafrodita possuía dois sexos entre os quais ele poderia escolher socialmente e juridicamente.

[...] Mas não havia tampouco dois sexos justapostos em várias proporções: havia apenas um sexo, cujos exemplares mais perfeitos eram facilmente julgados masculinos no nascimento, e os menos perfeitos rotulados de femininos. A questão moderna sobre o sexo ‘real’ de uma pessoa não fazia sentido naquela época, não porque os dois sexos fossem misturados, mas porque havia apenas um para escolher e esse tinha de ser partilhados por todos, do mais bravo guerreiro ao efeminado homem da corte, da mais agressiva virago à mais delicada virgem. Na verdade, na ausência de um sistema simuladamente estável de dois sexos, as rígidas leis suntuárias do corpo tentavam estabilizar o gênero – mulher como mulher e homem como homem – e as punições para os transgressores eram bastante severas. (Laqueur, 2001, p. 161).

No modelo em análise não era a genitália que definia o gênero do indivíduo. A genitália se tratava de um elemento constituinte da estrutura do corpo, que era analisada para a configuração do masculino ou feminino. Analisava-se a arquitetura do corpo do indivíduo para fins de definição de gênero. Preocupava-se menos com o sexo do que com a manutenção das categorias de gênero. Ser mulher era algo social e jurídico. O comportamento do indivíduo como relevante para questões de gênero. O que simplesmente desaparece no século XIX, quando a questão do sexo se torna biológica.

A genitália, os órgãos reprodutivos deixaram de ser apenas pontos paradigmáticos para serem elementos hierarquizantes elementares na diferenciação sexual. Eis a criação do sexo, no século XVIII, no sentido contemporâneo, um conceito moderno. De acordo com Laqueur (2001), foi nesta época que as estruturas que eram consideradas compartilháveis, comuns, ao homem e a mulher, como o esqueleto e o sistema nervoso; passaram a serem diferenciadas, ao ponto que correspondessem ao que o historiador chama de *homem e mulher cultural*. Inventou-se os dois sexos, como novos fundamentos para o gênero.

À luz do que prega Bento (2008), o discurso científico sobre as diferenças biológicas, próprio aos sécs. XVIII e XIX, teve como antecedente uma rediscussão sobre o novo estatuto

social da mulher e do homem. Nas palavras da socióloga (2008, p.25): “Por volta da segunda metade do século XVIII, as diferenças anatômicas e fisiológicas visíveis entre os sexos não eram consideradas, até que se tornou politicamente importante diferenciar biologicamente homens e mulheres, mediante o uso do discurso científico”. Neste contexto, pode-se destacar a teoria de Michel Foucault (2014c), já analisada no capítulo anterior, que desvela na modernidade uma multiplicação de discursos médicos que buscavam comprovar os comportamentos sexuais e suas origens biológicas.

Sobre a invenção dos dois sexos modernos, a forma como foram criados, sustenta-se duas explicações, uma epistemológica e outra política. No âmbito da explicação epistemológica, Laqueur (2001) apresenta duas articulações. A primeira perpassa pelo *ceticismo*, que não foi criado no século XVIII, mas intensificado por um novo grupo de especialistas que detinham de maior autoridade, passando a afirmar limitações que o corpo possui, baseando-se nas mesmas para a divisão entre o possível e o impossível, entre o *corpo* e o *espírito*, entre a *verdade* e a *falsidade*, entre o *sexo biológico* e o *gênero teatral*.

No âmbito da segunda articulação, destaca-se a transição de um contexto de semelhanças entre os corpos para um mundo reducionista, no qual o elemento que importa e é o fundamento simples, horizontal e imóvel do fato físico é o sexo.

De acordo com Laqueur (2001), o contexto para a articulação de dois sexos era político. Um contexto de lutas pelo poder e pela posição na esfera pública. Eis um campo de batalha que mudou para a natureza, para o sexo biológico. O corpo se tornou o ponto decisivo, independente do assunto. O desejo sexual, desejo do homem pela mulher e da mulher pelo homem era considerado natural, o que propiciou a máxima dos opostos se atraem.

Laqueur (2001) ressalta, entretanto, que não houve qualquer descoberta que originasse o modelo de dois sexos, ao ponto em que a natureza da diferença sexual não é comprovável por meios empíricos. Os significados de óvulo e esperma não eram estáveis, ainda. Até o início do século XIX, não havia um consenso em relação ao conceito, significado, dos mesmos, tampouco as suas finalidades reprodutivas.

Em outras palavras, tudo menos as declarações mais restritas sobre o sexo são, desde o início, carregadas de trabalho cultural feito por essas pressuposições. Apesar da nova condição epistemológica da natureza como base sólida de distinções, e apesar da acumulação de fatos sobre o sexo, a diferença sexual dos séculos pós-revolução científica não ficou mais estável do que era. Dois sexos incomensuráveis eram e são, tanto os produtos da cultura como era e é o modelo de sexo único. (Laqueur, 2001, p. 193).

Assim, ressalta-se que eventuais novas descobertas científicas não tiveram o poder de destruir o modelo antigo de sexo único e valorizar o novo. O modelo de sexo único, nas palavras de Laqueur (2001, p. 193), “[...] não morreu”. Eis um novo contexto marcado pela *biologia de incomensurabilidade*, a partir da qual não se sustenta que a relação entre um homem e uma mulher seja uma relação de igualdade ou de desigualdade, e sim uma relação de diferença, que exige interpretação, tornando-se a arma da luta cultural e política. Em outras palavras, o sexo substituiu o gênero. Ser mulher ou ser homem, a partir deste novo contexto, é ter um corpo específico. Sexo, a biologia como a base.

Ao longo do século XVIII, a ciência passou a aceitar e considerar a nova epistemologia, a partir da qual as categorias masculino e feminino estavam vinculadas ao sexo biológico [*sic*]. Abandonando-se, entre outros elementos, o isomorfismo anatômico entre homens e mulheres, assim como a limpeza da linguagem científica em relação às metáforas. Foi ao final do século XVIII que os anatomistas confeccionaram, pela primeira vez, ilustrações detalhadas do esqueleto feminino, documentando a diferença sexual como algo de extrema evidência. As genitálias, em um processo, passaram a ser sustentadas como elementos reveladores de uma diferença incomensurável (LAQUEUR, 2001).

Sobre a diferenciação sexual e a materialização dos corpos, Judith Butler destaca em sua obra *Bodies That Matter: On the Discursive Limits of "Sex"* (1993) que a matéria é parte integrante de um contexto de inscrição fálica, uma vez que a sua própria formação está a serviço de uma espécie de organização, ao ponto de estar diante de uma economia da diferença sexual, que tem efeitos de definir, instrumentalizar e situar a matéria em seu próprio benefício.

In this sense, matter is either part of the specular scenography of phallic inscription or that which cannot be rendered intelligible within its terms. The very formulation of matter takes place in the service of an organization and denial of sexual difference, so that we are confronted with an economy of sexual difference as that which defines, instrumentalizes, and allocates matter in its own service.⁴ (Butler, 1993, p. 52).

A materialização do corpo, portanto, como um elemento fruto de um complexo de poder atravessado pelos ditames da diferenciação sexual. O corpo como um instrumento a serviço de

⁴ “Neste sentido, a matéria é, bem, parte da cenografia especular da inscrição fálica, ou bem aquilo que não pode tornar-se inteligível dentro de seus próprios termos. A própria formulação da matéria está ao serviço de uma organização e da negação da diferença sexual, de tal modo que estamos perante uma economia da diferença sexual que define, instrui e coloca a matéria em seu próprio benefício.” (Butler, 1993, p. 52, tradução nossa).

uma economia, que se utiliza do mesmo para concretização dos seus próprios interesses, angariando para si benefícios.

Estabelecidos os preceitos gerais da transição de um sistema de isomorfismo para o de dimorfismo, no séc. XVIII e XIX, julga-se como relevante e necessário para a análise do objeto da presente tese desenvolver os interesses políticos correlacionados a essa transição, que são citados por Laqueur (2001), todavia, não especificados. A partir da leitura do referido autor, complementada com as do filósofo Michel Foucault, propor-se-á, em nível de tese, uma linha de interpretação sobre a criação dos sexos e o interesse político subjacente.

A partir do que já foi exposto no capítulo anterior, mais especificamente quando se tratou da sexualização do corpo como um vetor de controle político e econômico, pode-se estabelecer uma ponte entre a transição do modelo do isomorfismo para o dimorfismo com os interesses e contexto político da burguesia na modernidade.

Foucault (2014c) sustenta a criação de uma ciência do sexo, no séc. XIX, responsável por colocá-lo na posição de origem de todas as doenças, justificando-se o seu controle. A sexualidade se tornou um elemento interpretável, neste período. Eis uma tecnologia do sexo dotada de técnicas rigorosas, que foram formadas e aplicadas, antes de tudo, nas classes economicamente privilegiadas e que exerciam direção política.

Conforme já sustentado anteriormente, foram as famílias burguesas e aristocráticas que foram advertidas inicialmente sobre o caráter patológico do sexo e o seu potencial, aplicando-se essa vigilância, controle, sobre si mesmas. Uma lógica de preocupação com a preservação da descendência, que seria protegida a partir do dispositivo de sexualidade. Eis aqui a presença do interesse político. A instauração do citado dispositivo ocorreu a partir do teste do citado nas próprias classes dirigentes, à luz de uma preocupação com a maximização da vida, da sua vida, da sua classe.

A lógica é complexa, sutil, produtora e dominadora de corpos. Cria-se o sexo, no modelo dimórfico, instaurando-o nos corpos. Cria-se o discurso biológico de que os corpos sempre estiveram marcados por este sexo, sendo uma descoberta moderna. E mais, que há outra descoberta quanto ao perigo inerente ao sexo, que o corpo carrega consigo. Assim, estariam justificados o controle e as técnicas aplicadas ao corpo pelas classes dominantes, tanto em si próprias, inicialmente, para em um segundo momento atingir as classes menos abastadas.

Uma lógica de poder pautada em interesses políticos (entre outros interesses, considerando que estamos diante de uma estrutura de poder empreendedora), na longevidade

da dominação política das classes dirigentes, que projetam seus corpos, a saúde dos mesmos, como arma de dominação. Eis uma ciência do sexo, em consonância com o dispositivo de sexualidade, inventados e aplicados pela própria burguesia, que na metade do século XVIII, estava empenhada em se atribuir uma sexualidade e se constituir de um corpo específico, dotado de saúde, higiene, descendência sadia. Fala-se da autosssexualização do seu próprio corpo (FOUCAULT, 2014c).

Desvela-se, assim, a partir de uma leitura conjunta de Laqueur (2001) com Foucault (2014c), um desenvolvimento político subjacente ao modelo dimórfico, que implantou uma lógica de genitalização do sujeito. O sexo, projetado em linhas biológicas, como o definidor do gênero. O gênero é o que o corpo exala [*sic*]. Uma lógica de poder produtora do sexo e do corpo sexuado, com base em interesses políticos da burguesia, sustentadora de uma perspectiva de valorização do corpo para fins de hegemonia de classe.

Estabelece-se, desta forma, uma *cultura do corpo*, baseada na relação do corpo, sexo e uma espécie de racismo, conforme destaca Foucault (2014c, p. 137, grifo nosso):

A valorização do corpo deve mesmo ser ligada ao processo de crescimento e de estabelecimento da hegemonia burguesa; mas não devido ao valor mercantil alcançado pela força de trabalho, e sim pelo que podia representar política, econômica e também, historicamente, para o presente e para o futuro da burguesia, a **'cultura' do seu próprio corpo**. Sua dominação dependia dele em parte; não era apenas uma questão de economia ou de ideologia, era também uma questão 'física'. Testemunhos disso são as obras publicadas em número tão grande, no fim do século XVIII, sobre a higiene do corpo, a arte da longevidade, os métodos para ter filhos de boa saúde e para mantê-los vivos durante o maior tempo possível, os processos para melhorar a descendência humana; eles atestam, portanto, a correlação entre essa preocupação com o corpo e o sexo e um certo 'racismo'. [...] Trata-se de um racismo dinâmico, de um racismo de expansão, embora só encontrado ainda em estado embrionário e tendo tido que esperar até a segunda metade do século XIX para dar os frutos que acabamos provando.

Identifica-se, assim, uma *cultura do corpo*, do próprio corpo burguês, a partir da assunção, pela burguesia, de um corpo e de uma sexualidade, para que este corpo sexuado possa atingir uma perpetuidade, longevidade. Uma espécie de racismo, no sentido de que a burguesia afirmava a sua distinção e hegemonia não a partir de um sangue nobre e sim de um organismo e sexualidade sadios.

Uma cultura criada sobre o corpo, que inclui a sua produção em níveis biológicos. Um corpo marcado por um potencial patológico, que precisava ser cuidado, controlado. Um corpo com novos valores, em detrimento de um modelo de sexo único. Um corpo marcado por

genitálias, por uma estética de gênero, definidoras do gênero de cada indivíduo. Um corpo natural [*sic*].

Sustenta-se na presente tese, assim, uma correlação entre o surgimento de um modelo dimórfico para com os interesses de longevidade, maximização da vida, burgueses na modernidade, a partir de um dispositivo de sexualidade. Um contexto marcado pela criação de um corpo, instaurado em uma cultura, que na presente tese será intitulada de *cultura do corpo sexuado*.

Sustenta-se que o corpo, no significado contemporâneo, é um elemento criado por uma estrutura de poder, que o produz, sexualizando-o, atravessando-o pelo elemento sexo, em níveis biológicos. Corpo este que é naturalizado, essencializado, por meio de uma cultura, que teve, e que ainda tem, como um de seus objetivos e efeitos a naturalização da ideia de que os corpos são naturais, e que a diferença entre eles é obra divina, a partir da distinção entre pênis e vagina, o que desencadearia, de forma direta, o significado de ser homem e mulher.

Sobre o dimorfismo, suas consequências e sua relação com a organização social, é interessante destacar as palavras de Berenice Bento (2008, p. 32, grifo nosso):

Ao problematizar o dimorfismo contrapondo-o ao isomorfismo, não me preocupo em discutir se os anatomistas do isomorfismo eram limitados pelas condições técnicas de sua época, mas apontar a impossibilidade de haver divergência ou conflito entre gênero atribuído e o corpo sexuado em períodos anteriores à modernidade. **A existência de um corpo único dificulta pensarmos na existência da transexualidade, experiência identitária resultado da medicalização das condutas. O principal desafio é perceber os desdobramentos que o dimorfismo trouxe para o âmbito da organização social, quais os valores que foram estabelecidos como verdades, por quem foram estabelecidos, a favor de quem e quais foram silenciados. Pensar a distribuição dos corpos na estrutura social como o resultado de disputas de visões significa considerar o próprio discurso científico como elemento prenhe de ideologia de gênero e como um dos guardiões das normas de gênero.**

É de fundamental importância a reflexão sobre a distribuição dos corpos na estrutura social, a partir da implementação do discurso científico legitimador do corpo como uma plataforma de relações de gênero. Tal distribuição seria um efeito das normas de gênero, produzidas e naturalizadas em sociedade.

Estabelece-se uma cultura do corpo sexuado, que projeta o corpo como um dado natural, estando implementada sobre a base das normas de gênero. Contemporaneamente, não é necessário o nascimento de uma criança para que sobre a mesma sejam projetadas uma série de desejos e expectativas para o seu futuro, considerando o *chá de revelação do sexo da criança*,

momento em que fica latente as expectativas de gênero centralizadas em ser um menino ou uma menina, ou seja, ter um corpo que possui um pênis ou uma vagina.

A maneira como os homens e as mulheres se comportam em sociedade corresponde a um intenso aprendizado sociocultural que os ensina a agir conforme as prescrições e as normas sociais e de gênero que foram/são estabelecidas como determinantes e hegemônicas. Há uma expectativa social e de gênero em relação às maneiras como os homens e as mulheres devem atuar nos espaços privados e públicos: seja no vestir, no andar, no mostrar o corpo, na prática da sexualidade, no exercício dos cuidados, no gasto e na administração do dinheiro, no lazer, no modo de ingerir bebidas, dentre outras. (Küchemann; Bandeira; Almeida; 2015, p. 73).

Não há naturalidade no comportamento de homens e mulheres, tampouco em relação aos espaços que ocupam e profissões que se permitem a se dedicar. Conforme tratado pelas professoras Berlindes Küchemann, Lourdes Bandeira e Tânia Mara Almeida (2015), trata-se de um aprendizado de gênero, construído socioculturalmente, que é repassado aos indivíduos em caráter hegemônico. Ensina-se a agir em obediência às normas de gênero difundidas em sociedade, satisfazendo-se os anseios sociais de gênero correspondentes, também criados, artificiais.

Trata-se de expectativas que estão embasadas numa complexa rede de pressuposições sobre comportamentos, desejos, gostos e subjetividades próprios a um menino ou a uma menina. Destaca-se brinquedos, roupas, profissões, linguagem. O próprio uso das cores fica muito bem marcado, a partir do citado chá de revelação, em que comumente o menino e seu corpo são correlacionados ao azul, e a menina e seu corpo são atrelados à cor rosa. Leva-se em consideração pressuposições do que seria mais apropriado e natural para uma vagina ou um pênis.

Diante deste contexto cultural, projetor de expectativas de gênero em sociedade e estereótipos correlacionados ao mesmo, Bento (2008, p. 35) realiza a seguinte pergunta: “Como afirmar que existe um referente natural, original para se vivenciar o gênero, se ao nascermos já encontramos as estruturas funcionando e determinados o certo e o errado, o normal e o patológico?”. A socióloga complementa que o natural já nasce atravessado, contaminado pela cultura. Não há um corpo anterior ao discurso, ele já nasce em um campo discursivo.

A interpelação “é um menino, uma menina” prescreve, para além de descrever. Trata-se de uma invocação performativa, instaurando-se expectativas e suposições sobre aquele corpo. Sobre estas que se estruturam as performances de gênero. À luz de Paul Preciado (2014),

tal interpelação além de prescrever, possui efeitos protéticos: produz corpos. O corpo como uma prótese, este como um produto de tecnologias. Enquanto o gênero seria o resultado de tecnologias sofisticadas produtoras de corpos sexuados.

Não há corpos livres, anteriores aos investimentos discursivos. A materialidade do corpo deve ser analisada como efeito de um poder, e o sexo não é aquilo que alguém tem ou uma descrição estática. O sexo é uma das normas pelas quais ‘alguém’ simplesmente se torna viável, que qualifica um corpo para a vida inteligível. Há uma amarração, uma costura, ditada pelas normas, no sentido de que o corpo reflete o sexo, e o gênero só pode ser entendido, só adquire vida, quando referido a essa relação. As performatividades de gênero que se articulam fora dessa amarração são postas às margens, pois são analisadas como identidades ‘transtornadas’ pelo saber médico. (Bento, 2006, p. 89).

O citado excerto é extremamente rico. Não há corpos livres. Liberdade e corpo não são elementos compatíveis. A materialidade do corpo, o corpo contemporâneo é dominado. Não há espaços livres no mesmo, considerando que o mesmo é construído, é fruto de tecnologias sofisticadas de poder, já aqui desveladas e correlacionadas ao dispositivo de sexualidade e de transexualidade.

À luz de Judith Butler (2003), em seu ensaio *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*, pode-se sustentar o sexo como uma das normas por meio das quais o indivíduo se torna inteligível socialmente, que legitima o corpo, qualificando-o, para a vida dentro de um contexto cultural.

Neste sentido, o que constitui a fixidez do corpo, seus contornos, seus movimentos, será plenamente material, mas a materialidade será repensada como o efeito do poder, como o efeito mais produtivo do poder. Não se pode, de forma alguma conceber o gênero como um construto cultural que é simplesmente imposto sobre a superfície da matéria – quer se entenda essa como o ‘corpo’, quer como um suposto sexo. Ao invés disso, uma vez que o próprio ‘sexo’ seja compreendido em sua normatividade, a materialidade do corpo não pode ser pensada separadamente da materialização daquela norma regulatória. **O ‘sexo’ é, pois, não simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é: ele é uma das normas pelas quais o ‘alguém’ simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural.** (Butler, 2003, p. 155, grifo nosso).

A materialidade do corpo, este sexuado, como um efeito de um complexo de poder. A vinculação de um corpo a um gênero como um produto de relações de poder, ao ponto que a materialização do mesmo não pode ser separada da materialização do sexo. O sexo e o corpo como elementos artificiais, produzidos.

Neste campo de poder, o sexo se faz um elemento de suma importância, a partir da consideração do mesmo como um elemento de inteligibilidade. A pessoa passa a ter vida em sociedade se se amoldar à lógica do sexo. Trata-se de um instrumento de viabilidade, considerando o que Bento (2008) chama de *costura normativa* vinculante do corpo ao sexo, que se expande à ideia de que o gênero só se torna inteligível quando referido a essa relação. O que estaria fora disso seria transtorno, identidades transtornadas, patologizadas pela Medicina.

Há uma amarração entre corpo e sexo, fruto de relações de poder. O corpo reflete o sexo, ao ponto de que o sexo é definido naturalmente [*sic*], masculino ou feminino, e o corpo reproduz este sexo, um *corpo sexuado*. Sendo determinante para o reconhecimento do gênero do indivíduo em sociedade, que só adquire vida na mesma quando está vinculado a este binômio, a este corpo sexuado.

O corpo já nasce atravessado, produzido, pela cultura. Não existe corpo que esteja livre de investimentos discursivos. À luz de Preciado (2014), todos são mais ou menos operados por tecnologias de poder, tecnologias especiais precisas. Todos nascem pós-operados. Trata-se de relações de poder que criam um corpo sexuado, eis a primeira operação. Entretanto, no que concerne aos indivíduos transexuais, esta primeira operação não teria sido bem-sucedida.

A experiência transexual nos diz que a primeira cirurgia não foi bem-sucedida, que o corpo-sexuado que lhe foi atribuído não serve para lhe conferir sentido. No entanto, este processo de reconstrução do corpo é marcado por conflitos que põem às claras as ideologias de gênero e colocam os/ as transexuais em posição de permanente negociação com as normas de gênero. Essas negociações podem reproduzir as normas de gênero, assim como desestabilizá-las ao longo dos processos de reiterações. (Bento, 2006, p. 89).

Considerando a criação de um corpo sexuado, baseado em esquemas heteronormativos que vinculam sexo, em níveis biológicos, ao corpo; a experiência transexual se torna incompatível com esta lógica de padronificação de vidas. Por isso, para estes indivíduos a primeira operação, que é a que cria os corpos amoldados ao sexo, corpos coerentes; não foi bem-sucedida, ocasionando consequências diversas nas experiências de vidas destas pessoas, assunto este que será aprofundado em linhas futuras.

Identifica-se, assim, uma cultura que produz e atravessa os corpos, a materialidade dos mesmos, projetando-os à sociedade como um elemento natural. É possível se falar em uma espécie de aliança entre a cultura e as tecnologias sofisticadas de poder incidentes sobre o corpo, sexo e gênero. Ou melhor, seria possível pensar na cultura como um instrumento, um vetor

destas relações de poder, possuindo uma nítida importância na naturalização do artificial, na essencialização do corpo sexuado, uma vez que é instaurada e repassada em níveis automáticos mesmo antes da vida do indivíduo, a exemplo das expectativas de gênero em sociedade.

São essas disposições duráveis que produzem os corpos-sexuados. Dessa forma, os atos que fazem os corpos também são experiências compartilhadas pelas significações culturais, sendo ‘atos coletivos’, não apenas um ‘assunto individual’. O corpo é uma situação histórica, uma maneira de ir fazendo-se, tornando-se, dramatizando e reproduzindo uma situação histórica que o gera, que o torna real, que o corporifica. A corporização manifesta claramente um conjunto de estratégias materializadas em uma estilística da existência que nunca se auto-estiliza totalmente, pois é dada pelas condições históricas que limitam suas possibilidades. (Bento, 2006, p. 97).

Para entender o funcionamento da cultura como vetor de poder, recorrer-se-á, ainda que de forma breve, a teoria de Émile Durkheim (1972), mais especificamente seus ensinamentos sobre *fato social*. O sociólogo sustenta maneiras de agir, pensar e sentir que estariam fora do campo das consciências individuais, mas que as atravessariam por meio das consciências coletivas. Eis um trabalho de atravessamento do interno pelo externo.

Trata-se de uma dominação exercida sobre o campo de individualidade, de autonomia, em que a *maioria* dos passos, sentimentos e pensamentos que se imagina que seriam próprios ao indivíduo são frutos de uma estrutura de poder, que os projeta como seus. Os fatos sociais são dotados de *generalidade*, *externalidade* e *coercitividade*. Respectivamente, atingem a todos de forma indistinta, advindo do externo, das consciências coletivas. E o mais importante, a adesão aos mesmos não é de forma voluntária, todos são atravessados, dominados de forma coercitiva, ao ponto em que ao tentar ir contra um fato social, haver-se-á uma sanção. Seja social ou jurídica.

Entende-se que a cultura é um fato social. Estar-se submerso a uma cultura, que atinge a todos, que foi criada sem a participação destes. Basta se pensar que ao nascer a cultura já estava posta e comandando as vidas dos indivíduos, mesmo antes de seu nascimento. Ademais, um possível confronto com a cultura ocasionaria sanções àquele que não se amolda a mesma.

Apesar de sua importância em termos de identificação social, reconhecimento e compartilhamento de valores e conhecimentos de um certo grupo de indivíduos, que vivem em sociedade; não há espaço pra ingenuidade, a mesma é um instrumento de relações de poder. O principal fundamento de respostas que questionam práticas, pensamentos e sentimentos em sociedade é que os mesmos seriam culturais. Destaca-se uma falsa resposta, uma vez que por ser cultural não há isenção de construção, de poder, de dominação.

É neste contexto que se destaca a *cultura do corpo sexuado*. Esta como um instrumento de um mecanismo complexo de poder, que projeta a criação de um corpo marcado pelo sexo, um corpo que reflete o sexo. O sexo como um elemento natural, que nasce com o indivíduo. Conforme já destacado, entende-se que o sexo como natural é uma criação, fruto de relações de poder, que possuem interesses políticos subjacentes.

Muitos consideram que a sexualidade é algo que todos nós, mulheres e homens, possuímos ‘naturalmente’. Aceitando essa idéia, fica sem sentido argumentar a respeito de sua dimensão social e política ou a respeito de seu caráter construído. A sexualidade seria algo ‘dado’ pela natureza, inerente ao ser humano. Tal concepção usualmente se ancora no corpo e na suposição de que todos vivemos nossos corpos, universalmente, da mesma forma. No entanto, podemos entender que a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e plurais. **Nessa perspectiva, nada há de exclusivamente ‘natural’ nesse terreno, a começar pela própria concepção de corpo, ou mesmo de natureza. Através de processos culturais, definimos o que é – ou não – natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros – feminino ou masculino – nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura.** (Louro, 2003, p. 11, grifo nosso).

Seria preciso que o artificial fosse repassado como natural. Nesta passagem, a cultura exerce um papel determinante, ao pré-dispor as consciências individuais de que estão agindo, pensando e sentindo com autonomia, quando estão, porém, sendo comandadas por consciências coletivas. A cultura do *corpo sexuado* instaura a naturalização da materialidade corporal contemporânea, moderna. Um corpo marcado por genitálias, que falam, que representam.

Uma cultura que essencializa o corpo como reflexo do sexo. E mais, naturaliza que o gênero estaria atrelado aos mesmos. Ser homem/mulher, culturalmente, é exercer comportamentos, sentimentos, gostos, desejos, expectativas em sociedade. Elementos estes que se tornam naturais, não estando, majoritariamente, no campo da reflexão. Identificar e se emancipar dessa cultura é um desafio, uma vez que ela já está inserida nos corpos dos indivíduos.

À luz de Judith Butler (1993), pode-se sustentar a materialidade como efeito de um poder, ou melhor, como o poder em seus efeitos constitutivos. Produz-se uma espécie de naturalização, ao ponto em que a materialidade dos corpos é reconhecida como um dado primário, soando com indiscutível.

‘Materiality’ designates a certain effect of power or, rather, is power in its formative or constituting effects. Insofar as power operates successfully by constituting an object domain, a field of intelligibility, as a taken-for-granted ontology, its material effects are taken as material data or primary givens. These material positivities appear outside discourse and power, as its incontestable referents, its transcendental signifieds. But this appearance is precisely the moment in which the power/discourse regime is most fully dissimulated and most insidiously effective. When this material effect is taken as an epistemological point of departure, a *sine qua non* of some political argumentation, this is a move of empiricist foundationalism that, in accepting this constituted effect as a primary given, successfully buries and masks the genealogy of power relations by which it is constituted.⁵ (Butler, 1993, p. 34-35).

A materialidade dos corpos vinculada a um poder. Todavia, esta é repassada como um dado da natureza, indiscutível. Mascaramento de relações de poder sobre o corpo. Sustenta-se a cultura como um elemento que tem uma função ímpar na naturalização da concepção de que existe um sexo biológico e que este está no corpo, e que o gênero está vinculado às mesmas. São ideias repassadas a cada um em sociedade, não necessariamente com estas palavras, mas com símbolos sociais criados e reproduzidos, sob o véu da inocência e da ausência de problematização. Não é por acaso que a problematização do social é vista com maus olhos, sendo correlacionada a desocupação, “vitimismo” e a pessoas socialmente marginalizadas.

Conforme sustenta Louro (2008), os corpos são materializados na cultura. O corpo assume um significado culturalmente, tornando-se marcas de raça, de gênero, de etnia; marcas estas que se tornam elementos propiciadores de hierarquias sociais. Marcas de poder, instrumentalizadas pela cultura.

Uma cultura que define indivíduos como meninas ou meninos desde antes de nascer, não em caráter de descrição, mas de produção de masculinidades e feminilidades correlacionadas, ou melhor, vinculadas ao corpo criado em níveis biológicos e naturalizado em sociedade (BENTO, 2008).

Uma sociedade marcada culturalmente por estereótipos de gênero, os quais projetam ideias como a de que à mulher se reserva a cozinha, a casa, o espaço interno, sendo sempre delicada, sentando-se de pernas fechadas e falando baixo. Enquanto ao homem é reservado o

⁵ “A ‘Materialidade’ designa um certo efeito de poder ou, mais precisamente, é o poder em seus efeitos formativos ou constitutivos. Na medida em que o poder opera com sucesso, constituindo o terreno de seu objeto, um campo de inteligibilidade, como uma ontologia que é dada como certa, seus efeitos materiais são considerados fatos materiais ou primários. Essas positividades materiais aparecem fora do discurso e do poder, como seus referentes indiscutíveis, seus significados transcendentais. Mas essa aparência é precisamente o momento em que o regime de poder / fala é mais dissimulado e insidiosamente eficaz. Quando esse efeito material é julgado como um ponto de partida epistemológico, um *sine qua non* de certa argumentação política, o que é dado é um movimento do fundacionalismo epistemológico que, ao aceitar esse efeito constitutivo como um dado primário, enterra e oculta efetivamente as relações de poder que o constitui.” (Butler, 1993, p. 34-35, tradução nossa).

papel de luta, de provedor, o guerreiro, a quem se dá a permissão para falar alto, para falar em público, uma vez que é de sua natureza o gerenciamento, a administração.

[...] Parece que nada escapa à 'Panóptica dos gêneros'. O mundo infantil se constrói sobre proibições e afirmações. Essa pedagogia dos gêneros tem como objetivo preparar aquele sujeito para a vida referenciada na heterossexualidade, construída a partir da ideologia da complementariedade dos sexos. É como se as 'confusões' nos papéis provocassem, direta e imediatamente, 'perturbações' na orientação sexual. (Bento, 2006, p. 89-90).

Trata-se de uma lógica desvelada por Pierre Bourdieu (2014), quando comenta sobre a mão esquerda e a mão direita do Estado. A mão direita como a mão masculinizada, dotada de força, com características de público. Culturalmente produzida, cabe ao homem o público, a fala em público, o gerenciamento público. Cargos que sejam vinculados a administração, a finanças. A política seria essencialmente masculina, não havendo espaço para o feminino, por não ser da natureza do mesmo.

À luz do que defende Pedro Paulo de Oliveira, em sua obra *A Construção Social da Masculinidade* (2004), sustenta-se a masculinidade como um espaço simbólico de significação, de sentido. Padroniza-se comportamentos, emoções, objetos e o corpo. Os seguidores dos modelos reproduzidos, para além de serem atestados como homens, não são questionados socialmente pelos demais que compartilham de tais modelos.

Trata-se da masculinidade como um espaço construído, uma instituição artificial, que nos séculos XVIII, XIX e parcialmente no séc. XX, teve uma vinculação a características correlacionadas a coragem, firmeza, racionalidade, inteligência e força. Estes como elementos positivos de reconhecimento social, valorizando-se o indivíduo masculino em detrimento da fragilidade feminina.

O que é facilmente identificável em um contexto nacional, quando se tem uma presidenta, Dilma Rousseff, e a mesma é atacada das mais variadas formas e, arbitrariamente, destituída de seu cargo. Obviamente, o discurso oficial não é este, mas o discurso não oficial, desvelador das relações de poder, muito mais tem a nos dizer. Um cargo de Presidente de um país não é compatível com a fraqueza feminina [*sic*]. Não faz parte do seu estereótipo de gênero este espaço. Não faz parte do que se espera de uma mulher, do que se planeja enquanto projeto de vida feminino.

O processo de atravessamento do indivíduo pelo gênero é marcado por uma obrigação, imposição. Não há escolha. Parafraseando-se Judith Butler (1993), com a definição de que a

criança é uma menina se inicia o processo mediante o qual a mesma será obrigada a adotar a posição de menina. Por meio de um poder simbólico, governa-se a formação de uma feminilidade interpretada por meio do corpo que não se assemelha integralmente, e nunca se assemelhará, ao feminino reproduzido pela norma de gênero.

To the extent that the naming of the 'girl' is transitive, that is, initiates the process by which a certain 'girling' is compelled, the term or, rather, its symbolic power, governs the formation of a corporeally enacted femininity that never fully approximates the norm. This is a 'girl', however, who is compelled to 'cite' the norm in order to qualify and remain a viable subject. Femininity is thus not the product of a choice, but the forcible citation of a norm, one whose complex historicity is indissociable from relations of discipline, regulation, punishment. Indeed, there is no 'one' who takes on a gender norm. On the contrary, this citation of the gender norm is necessary in order to qualify as a "one," to become viable as a 'one', where subject-formation is dependent on the prior operation of legitimating gender norms.⁶ (Butler, 1993, p. 232).

Trata-se de um indivíduo que é coagido a reproduzir a norma de gênero caso queira ascender ao *status* de ser viável, conservando-o. Assim, Butler (1993) sustenta que a feminilidade não é produto de uma decisão, e sim de uma obrigação imposta pela norma que não está vinculada historicamente a relações de disciplina, regulação e castigo. Não há escolha em relação ao gênero, ninguém acata um gênero, o mesmo é encravado nos corpos, funcionando como um pré-requisito para que o indivíduo seja alguém em sociedade, um ser viável socialmente.

À mulher é reservado, culturalmente, a mão esquerda do Estado, a mão mais frágil, feminina, assistencialista. A força não é o seu principal atributo. Seu espaço é o interno, dentro de casa, gerenciando a casa, a família, a cozinha. Profissões como magistério infantil, assistente social, relacionadas a embelezamento, bem-estar. Eis um trabalho cultural que é iniciado muito cedo, com a própria socialização por meios dos brinquedos direcionados a cada gênero (BOURDIEU, 2014).

⁶ “Na medida em que a denominação de ‘menina’ seja transitiva, isto é, inicie o processo mediante o qual se obriga alguém a adotar a ‘posição de menina’, o termo ou, mais precisamente, seu poder simbólico, governa a formação de uma feminilidade interpretada corporalmente que nunca se assemelha completamente à norma. No entanto, esta é uma ‘menina’ que é obrigada a citar a norma para que seja considerada um sujeito viável e para poder conservar essa posição. De modo que a feminilidade não é produto de uma decisão, mas sim da citação obrigatória de uma norma, uma citação cuja complexa historicidade não pode ser dissociada das relações de disciplina, regulação e castigo. Na realidade, não há ‘alguém’ que acate uma norma de gênero. Pelo contrário, esta citação da norma de gênero é necessária para que se considere como ‘alguém’, para se tornar ‘alguém’ viável, já que a formação do sujeito depende da operação prévia das normas legitimantes de gênero.” (Butler, 1993, p. 232, tradução nossa).

Uma criança que recebe de presente bonequinhos para cuidar, dar de mamar, fogãozinho e panelinhas onde predomina a cor rosa, está sendo preparada para o gênero feminino (passiva, cuidadosa, bondosa) e que terá na maternidade o melhor e único lugar para exercer estes atributos. Ou então, se esta criança ganha revólveres, carros, bolas e outros brinquedos que estimulam a competição e exigem esforços mentais e corporais está em curso o trabalho de fabricação do corpo para o mundo público. Os brinquedos continuam o trabalho do/a médico/a que proferiu as palavras mágicas: produzem o feminino e o masculino. Funcionam como próteses identitárias. (Bento, 2008, p. 37).

Os brinquedos direcionados às crianças em sociedade são apetrechos de um instrumento das relações de poder, da cultura. Por meio deles se continua o trabalho de produção de corpos sexuados, produzidos e reproduzidos em escala sob a perspectiva de expectativas de gênero. Antes de qualquer crítica que ligue tal pensamento ao passado, como se o mesmo não mais existisse em plena quase segunda década do séc. XXI, apresenta-se um exemplo, com ampla produção e distribuição em sociedade.

Figura 1 - Resultado de uma pesquisa sobre brinquedos *femininos* em uma loja de varejo online (brinquedo tábua de passar roupa).

The screenshot shows the Americanas.com website interface. At the top, there is a red navigation bar with the Americanas.com logo, a search bar containing the text 'brinquedo tabua de passar roupa', and icons for user login, heart, and shopping cart. Below the navigation bar, there are several category links: 'compre por departamento', 'celulares', 'beleza & perfumaria', 'móveis', 'brinquedos', 'notebooks', 'eletrodomesticos', and 'produtos da Amazônia'. The main content area is divided into a left sidebar with filters and a main grid of product listings. The filters include 'tipo de produto' with checkboxes for 'tábua passar (273)', 'ferro (61)', 'mesa (54)', 'brinquedo tábua passar (38)', 'capa (32)', 'suporte (25)', and 'brinquedo ferro passar (14)'. There is also a 'tipo de compra' filter for 'nacional (417)'. The product grid displays eight items:

- brinquedo anjo tabua de passar roupa c/ferro ref. 984 - R\$ 49,99
- brinquedo mercio toys tabua de passar roupa c/ferro fashion re... - R\$ 42,99
- tabua de passar roupa infantil - R\$ 31,90
- tabua mesinha de passar roupa infantil menina - R\$ 19,90
- tabua de passar roupa infantil - R\$ 49,99
- tabua de passar roupa infantil em madeira - R\$ 42,99
- kit mini tábua de passar roupa familia fénix - 2826 - R\$ 31,90
- tabua de passar roupa rosa ursinho - mep - R\$ 19,90

(Fonte: Página da loja americanas.com⁷)

Eis uma imagem fruto de uma rápida busca em um dos principais sites de lojas de varejo do país, realizada em 13 de novembro de 2019. Destaca-se, há uma gama diversa de modelos de tábuas de passar roupa de brinquedo, nitidamente, direcionadas para meninas. Basta se observar a estética, as cores. A cor rosa, mais uma vez, aparece na composição das relações de poder, conquistando a criança, fazendo-a reconhecer que este é um tipo de objeto que lhe faz parte, que deve fazer parte de sua socialização. Ademais, pode-se identificar a descrição do quarto brinquedo da linha superior, “tábua mesinha de passar roupa infantil menina”.

Elizabeth Grosz, em sua obra *Volatile Bodies: toward a corporeal feminism* (1994), sustenta o aspecto reprodutivo das mulheres como uma das características, destaca-se, culturais que as definem. Ao mesmo passo que a reprodução estrutura o conceito de mulher, Grosz defende que esta torna a mulher vulnerável, como um ser que necessita de proteção ou de um tratamento especial. Uma perspectiva reproduzida de cuidado produzida pelo patriarcado e repassado socialmente, por meio de uma dominação simbólica, como gentileza e cordialidade masculina.

Sobre esta perspectiva, o corpo da mulher seria atravessado, em termos constitutivos, pelo patriarcado. O corpo como um produto da cultura. Um corpo frágil, debilitado, que necessita do auxílio, da proteção própria do masculino. Um corpo produzido, este como um lugar construído diante de lutas econômicas, políticas, sexuais e intelectuais (GROSZ, 1994).

Sim, estar-se em uma sociedade que cria corpos, corpos sexuados, corpos femininos. E mais, que cria os mesmos para serem serviçais de seus maridos, para passar as roupas dos mesmos. Antes de mulheres, cria-se mulheres subjugadas ao homem. Uma exímia materialização do patriarcado a partir da cultura.

Além disso, os estudos feministas sobre a violência de gênero consideram, em especial, a violência contra a mulher como um dos pilares do patriarcado e, de modo correlato, a posição de dominação simbólica masculina. Contudo, reconhecem que há outros elementos que compõem a dinâmica da violência. Dessa forma, o patriarcado e a dominação masculina, se tomados isoladamente, seriam causas insuficientes para se explicar a violência contra a mulher. Apesar das fragilidades que ambos os conceitos apresentam na sociedade contemporânea, bem como das críticas que lhes são atribuídas, ainda trazem consigo significados e desdobramentos importantes para

⁷ Disponível em: www.americanas.com.br/busca/brinquedo-tabua-de-passar-roupa?rc=brinquedo+t%C3%A1bua+de+passar+roupa. Acesso em 13 de novembro de 2019.

que se possa compreender a manutenção dos ordenamentos familiares. (Almeida, 2014, p. 339).

O sexo, portanto, é uma das normas por meio das quais se atribui humanidade, viabilidade, à matéria corpórea. Entretanto, os atos que produzem os corpos sexuados são experiências compartilhadas por significações culturais. Como já ressaltado anteriormente, não há corpos livres de investimentos culturais, discursivos. Não existe um corpo pré-discursivo. A primeira intervenção cultural seria responsável por construir este corpo-sexuado, alinhando-o à genitália. Acompanhada de outras cirurgias simbólicas, que possuem como objetivo controlar estes corpos, produzindo a sexualidade normal em corpos que foram produzidos à luz de valores dicotômicos (Bento, 2008).

O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo vivo da história do processo de (re) produção sexual. Neste processo, certos códigos naturalizam-se, outros, são ofuscados e/ou sistematicamente eliminados, posto às margens do humanamente aceitável, como acontece com as pessoas transexuais. (Bento, 2008, p. 38).

Eis um dispositivo de poder, dispositivo de sexualidade, que é responsável por criar o sexo e introduzir o mesmo na sociedade em níveis biológicos, incorporando-o ao corpo. A partir de sua produção, é necessária sua manutenção, que ocorre por meio do controle de corpos, com a sustentação de padrões de comportamentos e experiências de vida, que devem ocorrer em níveis naturais [*sic*], ou seja, heterossexuais.

É justamente neste ponto que o dispositivo de sexualidade se encontra com o dispositivo de transexualidade, no sentido de que este segundo dispositivo está diretamente intercalado com os efeitos do primeiro, ao ponto em que atua sobre a base solidificada pelo dispositivo de sexualidade. Regula-se a transexualidade como uma patologia, controla-se o corpo transexual, a partir da construção dos corpos sexuados, da regulação dos mesmos. O dispositivo de transexualidade tem seu campo de atuação proporcionado, justamente, pela padronificação heteronormativa de corpos e experiências de vida, de um contexto de complementaridade sexual.

Criou-se o sexo. Produziu-se os corpos sexuados. Realizou-se o trabalho de naturalização, que ocorre no mesmo momento da produção de tais elementos. Controla-se o corpo, empreendendo-se pelo falar. Incitar, ao invés de reprimir. Padroniza-se comportamentos, experiências. Estabelece-se o normal. A vida normal. A pessoa normal. O corpo normal. Produz-se o transexual, sujeito que não povoa o centro, e sim a margem. Exclusão e patologias,

produzidas por uma lógica patológica de poder. Cria-se a doença. Classifico um grupo de pessoas como doentes. O mesmo sistema de poder que cria a doença, projeta-se como aquele que a cura, produzindo intervenções sobre este corpo.

A interpretação de que existem dois corpos diferentes, radicalmente opostos, e de que as explicações para os comportamentos dos gêneros estão nesses corpos, foi uma verdade que, para se estabelecer e se tornar hegemônica, empreendeu uma luta contra outra interpretação sobre os corpos: o isomorfismo. Sugiro que a transexualidade esteja relacionada ao dimorfismo. [...] Ao se retirar o conteúdo histórico dessa experiência, apagam-se as estratégias de poder que se articulam para determinar que a verdade última dos sujeitos está em seu sexo. (Bento, 2006, p. 109).

À luz do que foi sustentado sobre a teoria de Laqueur (2001), assim como de Bento (2006; 2008), pode-se sustentar que a transexualidade é um instituto que surge após a hegemonia do dimorfismo. Só é possível falar em corpos transexuais a partir da transição do isomorfismo ao dimorfismo, uma vez que não há o que se falar de incompatibilidade de gênero em relação a um corpo nos moldes conceituais da transexualidade no modelo isomórfico.

Entende-se, assim, que a transexualidade é moderna. É uma experiência criada a partir de relações de poder modernas sobre o sexo, corpo e gênero. A transexualidade surge a partir do dispositivo de sexualidade, sendo este associado, posteriormente, ao dispositivo de transexualidade.

Uma experiência patologizada, que tem suas raízes na naturalização da coerência sexual, na norma de que o corpo, sexo e o gênero devem ter uma correspondência. Trata-se de um corpo estável. Passar-se-á a desenvolver a referida estabilidade, coerência, a partir da próxima seção.

3.1.2 Produção de corpos coerentes: estabilidade entre sexo, corpo e gênero

Intrinsecamente correlacionado aos dispositivos de sexualidade e transexualidade, pode-se sustentar a construção de uma lógica de coerência sexual implantada sobre os corpos. Eis uma perspectiva de atravessamento do corpo pela estabilização dos elementos sexo e gênero.

Construiu-se um corpo, atravessando-o pelo sexo, alinhando-o à uma estética da qual a genitália faz parte. Corpos esculpidos a partir de uma destinação biológica. O discurso é de que existem corpos naturais. Corpos naturalmente femininos e masculinos. E o natural é a

genitália. Esta fala pelo corpo. O corpo de uma mulher, o corpo de um homem, representados pelos seus órgãos genitais.

Eis um corpo sexuado. Eis a estabilidade de um corpo que carrega um sexo, sendo compatível, coerente com o gênero. Em linhas claras, ser mulher é ter um corpo feminino, e este corpo feminino está vinculado a ter uma vagina, seios, curvas. Ser homem é ter o corpo correspondente, um corpo atrelado ao pênis, sem seios desenvolvidos [*sic*]. Uma estética corporal de gênero.

Projeta-se, desta forma, um modelo de corpo. Um corpo sexuado, dimórfico. Um corpo que é ligado ao gênero a partir do sexo, da genitália, dita natural. A questão primordial é perceber que este modelo de corpo está pautado numa lógica de coerência, coerência sexual. Projeta-se a necessidade de se ter corpos coerentes para *ser*. A coerência como critério de inteligibilidade de um corpo. Este só adquire vida, espaço, reconhecimento social [*sic*] quando é coerente.

Uma lógica de poder que invade a sociedade, construindo-a, moldando-a, vendando-a; por meio da cultura. Socialmente, o corpo aceito é o corpo coerente. Mais especificamente, o corpo *naturalmente* [*sic*] coerente. Uma lógica de poder sobre o corpo que está embasada na ideia de complementaridade natural, esta como uma prova inquestionável sobre a verdade dos corpos. O gênero só alcançaria inteligibilidade a partir das capacidades inerentes a cada corpo, o que estaria pautado em uma lógica heterossexual (BENTO, 2008).

Os gêneros inteligíveis obedecem à seguinte lógica: vagina-mulher-feminino versus pênis-homem-masculino. A heterossexualidade daria coerência às diferenças binárias entre os gêneros. A complementaridade natural seria a prova inquestionável de que a humanidade é necessariamente heterossexual e que os gêneros só têm sentido quando relacionados às capacidades inerentes de cada corpo. [...] Os gêneros inteligíveis estão condicionados à heterossexualidade e esta precisa da complementaridade dos gêneros para justificar-se como norma. (Bento, 2008, p. 44-45).

Pode-se perceber duas etapas de pensamento. Duas esferas resultantes de uma lógica de poder. Primeiro, domina-se o imaginário do indivíduo, culturalmente, no sentido de que o mesmo naturaliza a ideia de que há um corpo pré-discursivo, um corpo natural, sem a intervenção de relações de poder. Naturaliza-se o conceito de um corpo sexuado, um corpo masculino e feminino, assim como a sua existência. Reproduz-se, socialmente, tais corpos como verdades, prontamente, aceitas e essencializadas.

O próximo passo, a segunda esfera de incidência dessa lógica de poder, envolve uma dissonância no sistema, quando o corpo natural [*sic*] do indivíduo não é coerente com o gênero

naturalmente atribuído a partir do corpo. Para tanto, é necessário que haja um corpo sexuado naturalizado em sociedade e que, a partir deste corpo, haja o surgimento de dissonâncias neste sistema naturalizado de coerência. Uma coerência entre sexo, corpo e gênero.

É neste contexto que é imperioso tratar da transexualidade. Esta surge na modernidade, enquanto dispositivo de poder. O dispositivo de transexualidade nasce vinculado ao dispositivo de sexualidade, conforme já analisado. O transexual é um sujeito criado, um indivíduo produzido por relações modernas de poder. Cria-se um sexo, um corpo sexuado, um gênero a partir deste corpo e deste sexo; criando-se, ainda, um sujeito que seria transgressor das normas estáveis, coerentes, reproduzidas em uma estrutura heteronormativa de poder.

Produz-se a ideia de que existe indivíduos marcados, naturalmente, por uma incongruência entre o seu sexo biológico [*sic*] e o seu gênero, sendo dotados de uma patologia, que seria resolvida a partir de alterações sobre este corpo. Trata-se de um discurso oficial, eivado, maculado, por uma lógica moderna de poder, empreendedora, *patológica e patologizadora*.

Há uma amarração, uma costura, no sentido de que o corpo reflete o sexo, e o gênero só pode ser entendido, só adquire vida, quando referido a essa relação. As performatividades de gênero que se articulam fora dessa amarração são postas às margens, analisadas como identidades transtornadas, anormais, psicóticas, aberrações da natureza, coisas esquisitas. (Bento, 2008, p. 45).

O transexual é produzido. Por consequência, as alterações do corpo de um indivíduo para fins de readequação do seu sexo biológico [*sic*] a sua identidade de gênero, também, estão incluídas neste campo de poder. São apetrechos de tecnologias específicas de poder sobre um corpo, que seduzem o indivíduo sob a ideia de que o mesmo para ser homem ou mulher precisaria ter o corpo coerente a este gênero, ainda sobre o discurso de direito à saúde.

Cria-se a doença, que não é uma doença. A partir dessa pseudo patologia, cria-se sujeitos a serem marginalizados e considerados doentes em sociedade. O ciclo é dotado de complexidade. Primeiro, adoece-se o indivíduo, para que depois, controlando o seu corpo, que o próprio sistema criou, este possa ser considerado curado pelas mesmas instituições que o tornaram *socioculturalmente* doente, posto que é uma patologia criada e reproduzida em sociedade, por meio da cultura. O indivíduo transexual não é um ser doente, mas culturalmente, foi reproduzido assim em sociedade pela mesma estrutura de poder que se propõe a curá-lo. Adoece-se o indivíduo para apagá-lo sob o viés de cura.

Bento (2008) realiza uma interessante correlação da homossexualidade com o transtorno de gênero. A socióloga sustenta que, contemporaneamente, a homossexualidade não é mais considerada uma doença, que não mais se considera a mesma em níveis patológicos. Entretanto, levanta-se uma desconfiança em relação a possibilidade de se ainda estar patologizando a homossexualidade, todavia, sob o novo viés do transtorno de gênero.

A patologização da sexualidade, evento já analisado no capítulo anterior, continua o seu funcionamento com grande impacto. Como se está falando de um mecanismo de poder empreendedor, moderno, o mesmo não mais se apresenta sob a esfera de definição de perversões sexuais ou mesmo a partir do homossexualismo. Trata-se de um dispositivo de poder que é realizado na criação dos transtornos de gênero, entre os quais está a transexualidade, patologizada: transexualismo.

O único mapa seguro que guia o olhar do médico e dos membros da equipe são as verdades estabelecidas socialmente para os gêneros. **Não existe um só átomo de neutralidade.** Estamos diante de um poderoso discurso que tem como finalidade manter os gêneros prisioneiros à diferença sexual. (Bento, 2008, p. 111, grifo nosso).

Explica-se. A concepção é a de que o gênero só consegue alcançar inteligibilidade quando atravessado pela diferença sexual e pela complementaridade dos sexos. É necessário produzir, culturalmente, corpos masculinos e femininos. A própria masculinidade e feminidade são construídas. Logo, a heterossexualidade é a base, é a condição para dar vida aos gêneros. Sob esta perspectiva a patologização da homossexualidade, assim como qualquer outra forma de vida que não se enquadre na experiência heterossexual, ainda continua a existir, mas sob o viés do transtorno de gênero, daquele que tem desarranjos na coerência do gênero com o corpo, com o seu sexo biológico [*sic*] incrustado ao corpo, um corpo sexuado.

Trata-se do que Bento (2008, p. 174) intitula de *Heteroterrorismo*, um fenômeno diretamente correlacionado aos dispositivos de poder retratados ao longo da presente tese, que projeta a heterossexualidade como norma, heteronormatividade, exercendo impactos de violência em sociedade. Reserva-se aos divergentes, aos incoerentes, espaços específicos, que são os dos congressos do saber médico e das cadeiras de sala de espera das clínicas. Espaço de encontrar sujeitos que foram produzidos enquanto patológicos, taxados, limitados e atravessados por uma lógica de poder empreendedora, que ainda se projeta como salvadora, como a que cura os mesmos de uma enfermidade.

Dois pontos devem ser destacados nesta seara de análise. Primeiro, a criação da experiência transexual. O transexual existe a partir de normas de estabilidade, criadas entre o corpo, sexo e o gênero. Surge como experiência divergente ao que se criou e se reproduziu em níveis de naturalidade em sociedade. Segundo, criada a experiência transexual a mesma foi patologizada. Ainda que não mais inserida como patologia nos cadastros internacionais de doenças, já analisados no primeiro capítulo, as mesmas ainda estão mencionadas em tais cadastros e, sobretudo, destaca-se, no discurso oficial do Estado como uma questão de saúde. Leia-se, Ministério da Saúde, Conselho Federal de Medicina e Poder Judiciário.

Ao nascer, apresenta-se uma única possibilidade de construção de significados para a sexualidade e gênero, intrinsecamente correlacionado com a produção da heterossexualidade. A estabilidade produzida sobre o corpo, sexo e gênero, está vinculada ao próprio controle e produção da heterossexualidade. Como se está tratando de experiências privadas, relações privadas, a forma de reproduzir a heterossexualidade é por meio da marcação do gênero como vetor da mesma.

Ser mulher, ser homem, é ser essencialmente reproduzido em sociedade a partir de um viés heterossexual, colocando-se em vigilância os pais sobre os seus filhos, quando os mesmos aderem a apetrechos culturais que desviam do estereótipo de um gênero que lhe é pré-fixado, antes mesmo de nascer.

É neste contexto que a transexualidade representa um perigo. Uma ameaça ao dispositivo de sexualidade, que está baseado em preceitos heteronormativos. A experiência trans desestabiliza a coerência projetada, criada e reproduzida sobre os corpos; ameaçando os próprios efeitos do referido dispositivo. Ser coerente, à luz da estrutura de poder empreendedora que está sendo considerada, é de fundamental relevância para a manutenção das bases heterossexuais em sociedade.

Projeta-se um conceito natural de mulher, um conceito natural de homem, de gênero. A heterossexualidade como um elemento deste conceito, que é marcado pela perspectiva de que você nasce com um sexo, um corpo sexuado, este sexo te faz ser mulher ou homem; que naturalmente sente desejo pelo sexo oposto [*sic*]. A partir desta concepção essencializa-se a linha corpo – sexo – gênero - desejo sexual, em uma perspectiva estável, coerente e natural.

[...] For, if to identify as a woman is not necessarily to desire a man, and if to desire a woman does not necessarily signal the constituting presence of a masculine identification, whatever that is, then the heterosexual matrix proves to be an *imaginary* logic that insistently issues forth its own unmanagability. The heterosexual logic that

requires that identification and desire be mutually exclusive is one of the most reductive of heterosexism's psychological instruments: if one identifies as a given gender, one must desire a different gender.⁸ (Butler, 1993, p. 239, grifo da autora).

Os padrões sócio culturalmente construídos e reproduzidos sobre a masculinidade e feminilidade influenciam na definição do que vem a ser um transexual *de verdade*. A experiência trans é influenciada pelas construções de gênero em sociedade, pelos estereótipos de gênero, que são reproduzidos e instrumentalizados por médicos e profissionais da saúde em contato com um sujeito *trans*.

Sócio culturalmente, fruto de dispositivos de poder, afirma-se que o normal é a heterossexualidade, o que influencia no conceito disseminado sobre o que é ser homem ou ser mulher, na modernidade. Esta, inclusive, é repassada como um dado natural, determinando a construção de coerência dos corpos sexuados. As mudanças efetuadas nos corpos, baseadas no discurso oficial de readequação do mesmo a identidade de gênero, seriam para possibilitar o exercício da heterossexualidade (BENTO, 2006). Nitidamente, sustenta-se que há uma relação entre as intervenções realizadas sobre o corpo e a heteronormatividade, heteroterrorismo.

A experiência transexual destaca os gestos que dão visibilidade e estabilidade aos gêneros e estabelece negociações interpretadas, na prática, sobre o masculino e feminino. **Ao mesmo tempo quebra a causalidade entre sexo/gênero/desejo e desnuda os limites de um sistema binário assentado no corpo-sexuado (o corpo-homem e o corpo-mulher)**. Diante da experiência transexual, o observador põe em ação os valores que estruturam os gêneros na sociedade. Um de batom e silicone? Uma mulher que solicita uma cirurgia para tirar os seios e o útero? Mulheres biológicas que tomam hormônios para fazer a barba crescer e engrossar voz? Ela é ele? Ele é ela? (Bento, 2008, p. 22, grifo nosso).

Há um discurso oficial que coloca a transexualidade em um contexto de doença ou, no mínimo, de saúde pública. Ratificando-se, desta forma, uma lógica empreendedora de poder, que se introjeta nas mentes, de uma forma doce, convencendo de que as suas armas são *direitos* garantidos e proporcionados aos indivíduos. Neste sentido, é a patologização das identidades ou a sua inclusão em assuntos de saúde pública, que confere poder aos que estão no centro para

⁸ “Porque, se se identificar como mulher não implica necessariamente desejar a um homem e se desejar a uma mulher não indica necessariamente a presença constitutiva de uma identificação masculina, seja qual for esta, logo a matriz heterossexual se manifesta como uma lógica *imaginária* que demonstra insistentemente que não pode ser manejada. A lógica heterossexual que exige que a identificação e o desejo sejam mutuamente excludentes é um dos instrumentos psicológicos mais redutores do heterossexismo: se se identifica como um determinado gênero, deve querer alguém de um gênero diferente.” (Butler, 1993, p. 239, grifo da autora, tradução nossa).

realizar, pessoalmente, com as suas próprias mãos, uma espécie de assepsia de corpos incoerentes em sociedade.

Sustenta-se uma assepsia do corpo, que pode ser realizada de inúmeras formas. Fala-se de mudança do corpo com fins de torná-lo coerente. Hormonioterapia. Cirurgia de redesignação sexual. Estes repassados à sociedade em nível *opcional*. Mas será que existe opção? Para muitos, conforme será visto no capítulo ulterior, a cirurgia de redesignação sexual é o portal para que haja um reconhecimento social, buscando-se humanidade por meio do seu corpo. A mudança dos corpos como uma forma de se alcançar inteligibilidade, em uma sociedade que corpos incoerentes são vistos como impossíveis de existirem, diante das normas de gênero.

Fala-se de sujeitos marginalizados em sociedade por serem incoerentes, e os que buscam deixar, pelo menos em uma parcela, essa margem se tornando mais coerentes, ainda que não consigam concluir essa trajetória, porque o sistema de poder é cruel. Ainda que se sustente a necessidade de mudança, de coerência, o sujeito transexual não é aceito em sociedade como um sujeito *cis*. Ainda que com um corpo coerente, a pessoa ainda será classificada como diferente, marcada como mulher trans ou homem trans.

Escolhas? Será que há escolha a ser feita entre ser marginalizado e continuar sendo marginalizado? A inteligibilidade do gênero está na coerência entre o corpo e o sexo. De qualquer modo, há um espaço reservado ao sujeito transexual, a margem. A margem em relação ao centro. A margem da calçada da rua, onde o corpo trans está ensanguentado, morto ou exposto à morte, diariamente, em sociedade.

Corpos materializadores das normas de gênero, de sexo, como *corpos que pesam*, que *importam* em detrimento de seres abjetos. O corpo trans como abjeto, como um habitante de uma zona socialmente inóspita e inabitável, fruto de um repúdio. Eis um espaço social reservado ao povoamento por aqueles que não se qualificam como sujeitos. Destaca-se a necessidade de se sustentar a existência do inabitável. Este possui um significado em existir, em linhas de estabelecer os limites, a própria conceituação do sujeito. Só é possível definir o sujeito a partir da marcação daquele que não é sujeito (BUTLER, 2003).

Eis um contexto de violência, de ódio, de exclusão, de higienização e limitação de formas de vida. Trata-se de um modelo social pautado na genitalização das identidades. A genitália como o fundamento, como a base, do gênero de cada indivíduo. A genitália como o núcleo sob o qual o dispositivo de transexualidade incide, depositando no mesmo uma chave para a definição de gênero de cada indivíduo, naturalmente. Abre-se uma possibilidade, excepcionalmente, para que o indivíduo possa ser identificado em um gênero a partir de um

corpo não natural [*sic*], mas a esta se atribuirá um sufixo, *trans*. Até se pode atribuir a categoria mulher, homem, mas o sufixo *trans* o acompanha.

Uma cultura reproduzida socialmente, sedutora e dominadora, que prega uma estética corporal, marcada pela genitália, como elemento vinculante do gênero. Fruto de dispositivos de poder, as consciências são invadidas pela naturalização da ideia de que para você ser, seja homem ou mulher, é necessário ter o corpo correspondente. Não se questiona, reproduz-se. Nas palavras de Bento (2008, p. 90) “Para a concepção que genitaliza as sexualidades, um homem gay sem pênis seria a própria impossibilidade de existência.”. Perspectiva sintomática de uma estrutura de poder que se configura sob a luz da coerência sexual.

[...] O original, segundo as normas de gênero, está referenciado no corpo (corpo-vagina-mulher, corpo-pênis-homem). Aí residiria a verdade dos gêneros, e aqueles que constroem suas performances fora do referido biológico são interpretados como uma cópia mentirosa do homem/ da mulher de verdade. Nesse processo, os gays, as lésbicas, os/as transexuais, as travestis, a mãe ‘desnaturada’ são excluídos daquilo que se considera humanamente normal. Para uma concepção essencializadora, essas práticas performativas não passam de cópias burlescas das mulheres e dos homens de verdade. [...] (Bento, 2006, p. 103).

A genitalização do sujeito como um retrato de um sistema de poder embasada na diferença sexual, no modelo dimórfico construído e reproduzido na modernidade. Uma relação de poder que nos seduz, fazendo-nos acreditar que é necessário haver uma concordância para fins de definição do gênero de um indivíduo.

A construção do corpo sexuado é um produto de uma tecnologia biopolítica de poder, um conjunto de estruturas regulatórias que controlam a relação entre os corpos, as subjetividades dos indivíduos e os desejos. Trata-se de um mecanismo de poder com um alto potencial empreendedor e reprodutor, seduzindo e vendando os próprios dominados (BENTO, 2006).

Aqueles que são atingidos diretamente pelos dispositivos aqui denunciados muito possuem a compartilhar, em termos de riqueza de conteúdo, sobre as relações de poder que atravessam os seus caminhos. No próximo capítulo, problematizar-se-á a existência do elemento escolha na mudança do corpo, correlacionando esta questão a uma análise de conteúdo de textos escritos por pessoas trans, em que compartilham suas experiências, vivências em sociedade.

4 VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E A *ESCOLHA DE MUDAR O CORPO*: ANÁLISE DA TEORIA DA DOMINAÇÃO SIMBÓLICA E DE CONTEÚDO DE ESCRIVIVÊNCIAS DE PESSOAS TRANS

Um possível questionamento sobre o que está sendo apresentado na presente tese, sobre o seu objeto e seu embasamento teórico, seria sobre a realização das modificações corporais sustentadas gratuitamente pelo SUS serem opcionais. Não há uma obrigatoriedade oficial imposta pelo Estado. Um questionamento que vinculasse a não obrigatoriedade à liberdade, logo, à ausência de problematização do assunto, sob a bandeira de que modifica o corpo quem deseja, supostamente não havendo controle de corpos, desta forma.

Como se poderia estar controlando corpos, limitando experiências de vida, formas de vida, se não há obrigatoriedade quanto a realização de modificações corporais? Escolhe-se iniciar a busca para responder tal questionamento com outras perguntas. Será que não há apenas uma não obrigatoriedade oficial? Será que há escolhas socialmente? Será que existem escolhas? Qual o grau de liberdade em decidir quando se está falando da busca pelo reconhecimento social? Será que a voluntariedade não é uma falácia?

Para buscar responder e compreender este quadro complexo apresentado, recorrer-se-á ao sociólogo Pierre Bourdieu e seus conceitos de *dominação masculina*, *violência simbólica*, *habitus* e *dominação simbólica*.

Por sua vez, também neste capítulo, aplicar-se-á o método de *análise de conteúdo*. Para a concretização do referido, utilizou-se como base os ensinamentos de Martin W. Bauer e George Gaskell, mais especificamente a sua obra *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som* (2010). Parafraseando os citados autores, a análise de conteúdo é um método de análise de texto que foi desenvolvido dentro das ciências sociais empíricas, realizando uma espécie de ponte entre o formalismo estático e análise qualitativa de materiais (BAUER; GASKELL; 2010).

Sobre a estruturação de uma *análise de conteúdo*, sua organização, identificou-se etapas a serem atingidas para a concretização da mesma. Inicialmente, deve-se proceder com as *considerações teóricas e textos*. É a teoria aplicada e o problema de pesquisa que são os responsáveis pela seleção e categorização dos materiais de texto (BAUER; GASKELL; 2010).

Considerando-se a presente tese, escolheu-se a obra *Nós, Trans: escrituras de resistência* (2017) diante do quadro de análise teórica próprio à mesma e da problemática de

pesquisa, sob a perspectiva de que os textos apresentados na referida obra possuem um potencial informativo e problematizador de relevância para a pesquisa.

Justifica-se a referida escolha, também, pela importância de ratificar o protagonismo e visibilidade de uma obra que muito tem a representar e não só para os sujeitos sobre quem se fala na presente tese. Trata-se de um livro, inteiramente, feito e pensado por pessoas trans. Da ilustração da capa à gerência da editora (*Litera Trans*).

Ademais, entende-se que é de fundamental importância reconhecer o lugar de voz daquele que já a possui, reconhecer a voz de quem se escreve sobre e de quem sofre com obstáculos, impostos sócio culturalmente, para ocupar um espaço como este, a Universidade Pública de excelência em nível de doutorado. Sendo assim, a forma considerada mais adequada na presente tese para tanto foi a referida obra, sendo um bom exemplo de materialização de uma articulação entre sujeitos marginalizados em sociedade, que muito podem nos informar sobre as suas experiências.

Deve-se reconhecer, também, os inúmeros privilégios do presente autor. Homem cis, branco, o que provavelmente limitaria o acesso a uma fonte primária, ou ainda que esta fosse concretizada, talvez, o nível de profundidade das informações obtidas não seria o mesmo das *escrevivências* compartilhadas na citada obra, dotadas de espontaneidade.

Eis um livro dotado de liberdade, sendo um compilado de relatos de pessoas trans, por meio de poemas, reflexões e histórias de vidas. Os autores do livro integram o chamado *Grupo Transcritas Coletivas*, que se intitula como uma comunidade que está disposta a tomar a gramática, criando uma *Trans-língua*, um conhecimento sobre as pessoas trans a partir das suas próprias vivências, que foram escritas e por isso *escrevivências*.

Escolhidos os textos específicos, o próximo passo seria a realização de uma amostra, caso existissem muitos textos para proceder com uma análise concreta. Apesar da obra em análise ser marcada por 47 (quarenta e sete) participantes, analisou-se todos os textos componentes da mesma, em um total de 57 (cinquenta e sete), uma vez que há participantes que escrevem mais de um texto; não sendo necessária a concretização de uma amostra.

Em ato seguinte, o próximo passo para a concretização da análise seria a constituição de *categorias e codificação*. Um referencial de codificação como um conjunto de questões, de códigos, por meio do qual o material será tratado, obtendo-se respostas a partir do mesmo. O método análise de conteúdo interpreta o texto apenas considerando o referencial de codificação (BAUER; GASKELL; 2010).

Na presente tese, optou-se por realizar adaptações ao método apresentado, para que o mesmo pudesse melhor servir aos objetivos da presente pesquisa. Sendo assim, inicialmente se explorou os 57 textos compartilhados pelos participantes do projeto. A partir de uma primeira leitura exploratória, identificou-se três núcleos de categorias, por meio do qual os textos puderam ser destacados e posteriormente analisados, considerando o problema e o referencial teórico da tese.

Os textos dos participantes, assim, foram selecionados e, posteriormente, interpretados por meio dos seguintes núcleos: 1. *Construção de realidades sobre gênero*; 2. *Efeitos de relações de poder em sociedade*; 3. *Mudança do corpo e as relações de poder*. Uma vez definidas as categorias de análise, voltou-se às anotações manuais feitas sobre cada texto, elencando quais estariam atravessados pelas citadas categorias, citando-se textos de 29 (vinte e nove) participantes, quem foram qualificados por meio das informações identitárias fornecidas pela própria obra em análise.

Assim, manualmente (lápiz e caneta), em uma espécie de *livro de codificação*, realizou-se as correlações de cada texto para com as categorias, selecionando-os. Uma vez identificados e selecionados, foram organizados nas citadas categorias, procedendo-se com a análise a ser desenvolvida no presente capítulo, à luz dos objetivos, referencial teórico e problemática da presente pesquisa.

4.1 VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E A INCORPORAÇÃO DE UMA DOMINAÇÃO

Bourdieu é um sociólogo francês, com trabalhos de referência na área da antropologia e sociologia. Na presente tese, estudar-se-á principalmente sua teoria da *dominação simbólica* para poder compreender a (in)existência de escolhas quanto ao processo de mudança do corpo, para fins de readequação de um corpo biológico [*sic*] a uma identidade de gênero; utilizando-se precipuamente a sua obra *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica* (2014) e *Poder Simbólico* (2001).

O referido sociólogo escreve tendo como base uma sociedade em específico, chamada Cabília, realizando-se algo comparável ao que ele chama de *análise de laboratório*, analisando-se uma sociedade de tradição mediterrânea, por meio de suas estruturas objetivas e cognitivas. Sustenta-se nesta sociedade uma naturalidade quanto a divisão sexual, sendo reproduzida em

níveis de ordem das coisas. Incorporou-se esta lógica de divisão sexual nos corpos e nas coisas, considerando o conceito de *habitus* em Bourdieu.

O *habitus* como um conceito de extrema relevância para a presente tese e discussão travada neste momento. Trata-se de princípios reproduzidos, repassados, corpo a corpo, para além da consciência e do discurso. Em grande parte, princípios que escapam à tomada de controle consciente. O *habitus* habita o inconsciente, sugestionando as ações, pensamentos e discursos. Um instrumento de reprodução de uma dominação, uma violência que se introjeta nas pessoas e nas coisas, objetos. (BOURDIEU, 2014).

Bourdieu (2014) correlaciona a tradição da Cabília ao que ele chama de *mito fundador*, que seria o fundamento da divisão sexual disseminada socialmente. Um mito que teve uma reverberação em níveis de ordem cósmica, ao ponto em que se torna intrínseco à figura do homem e da mulher.

Conta-se a história de um encontro em uma fonte, de um homem com uma mulher. A mulher esperava para coletar um pouco de água, quando um homem chegou e a empurrou. Eis o primeiro contato entre um homem e uma mulher. O ato do homem levou a mulher ao chão, o que ocasionou que a suas coxas ficassem em evidência, sendo observadas pelo homem, que automaticamente percebeu que as dela eram *diferentes* das suas. Trata-se do momento em que houve o ensinamento do homem sobre o que era prazer sexual, ensinado pela mulher, que acariciou o seu pênis, até este ganhar a ereção, e atingindo o ápice do prazer.

A referida história ganha relevância por conta dos efeitos ocasionados pela mesma. Sustenta-se que o homem, então, passou a seguir a mulher, pois esta era a mais sábia. Todavia, houve o momento em que o homem decidiu mostrar o que sabe fazer, deitando-se sobre ela e sentindo o mesmo prazer. A partir disto, firmou-se a lógica de que na fonte é a mulher quem manda, mas em casa o homem quem dava as ordens.

Por meio do mito fundador, instituiu-se a chamada *oposição constituinte*, que envolve a oposição entre a natureza e a cultura. Implantou-se a ideia de que a sexualidade da natureza está vinculada à fonte, espaço essencialmente feminino. Já a cultura tem a sua sexualidade exercida na casa, sob a concepção de domesticação da mulher pelo homem. A casa como o espaço da natureza cultivada. O feminino representa a selvageria, que deve ser controlada pela razão, pela cultura.

Em Bourdieu (2014), portanto, a ordem social é influenciada pela subordinação do feminino ao masculino, pela lógica da superioridade da masculinidade. A ordem social como

um instrumento de legitimação da dominação masculina, no sentido de que é o mundo social que constrói a concepção sexuada do corpo, aplicando sobre o mesmo divisões sexualizantes. As diferenças reproduzidas por meio da ideia de sexos biológicos como uma construção, pautadas na dominação masculina.

A teoria sustentada por Bourdieu (2014) ratifica a concepção levantada na presente tese, de que o corpo é uma criação, uma produção de dispositivos de poder, que constroem a lógica dimórfica, propagando-a como natural, quando é artificial. Em Bourdieu (2014), a concepção social que constrói a divisão anatômica entre homem e mulher. Identifica-se a existência de uma retórica quanto a temática, sob a ideia de que a força da *sociodiceia masculina* é fruto de um condensamento de duas operações.

[...] Longe das necessidades da reprodução biológica determinarem a organização simbólica da divisão sexual do trabalho e, progressivamente, de toda a ordem natural e sexual, é uma construção arbitrária do biológico, e particularmente do corpo, masculino e feminino, de seus usos e de suas funções, sobretudo na reprodução biológica, que dá um fundamento aparentemente natural à visão androcêntrica da divisão de trabalho sexual e da divisão sexual do trabalho e, a partir daí, de todos os cosmos. A força particular da sociodiceia masculina lhe vem do fato de ela acumular e condensar duas operações: **ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria, uma construção social naturalizada.** (Bourdieu, 2014, p. 40, grifo do autor).

A divisão anatômica entre homem e mulher como elemento construído socialmente, sendo reproduzida como uma divisão natural, sendo que é esta naturalidade que fundamenta a visão social, que proporciona a naturalidade. Eis a existência de uma retórica, marcada por uma circularidade teórica, que consolida uma dominação masculina. Dominação esta reproduzida pelo que Bourdieu chama de *Poder simbólico*, quanto ao modo de imposição em sociedade e a forma que a mesma é vivenciada.

O poder simbólico como uma espécie de poder que se espalha, onipresente, está em toda parte. Um poder invisível, que só é exercido com a aderência dos dominados. É necessária uma cumplicidade daqueles que sofrem a incidência das relações de poder, porém, ignorando-as. Eis um poder de construção de realidade. Uma lógica sedutora, que convence os dominados, ao ponto de aderirem ao poder, reproduzindo-o (BOURDIEU, 2001).

Eis um poder que exerce sua dominação por esquemas de percepção, avaliação e ação, que constituem o *habitus*, sendo transmitidos corporalmente, para além da consciência. O que influencia diretamente em uma incongruência entre discurso, declarações e práticas. Isto porque onde se afirma o consciente, o inconsciente domina. Ainda que se afirme uma ideia, o poder

simbólico aparece no comportamento, nas ações, assim como no discurso; isto porque ele está no indivíduo, no seu corpo, nos objetos utilizados pelo mesmo.

O poder simbólico é exercido diretamente sobre os corpos, envolvido por uma *mágica social*, que o desvincula de qualquer coação física. Para a referida mágica ocorrer é necessário contar com predisposições inseridas nos corpos, em profundidade. Trata-se das chamadas *molas propulsoras*, que ilustra a força do poder simbólico como uma espécie de macaco mecânico, comparável em sua leveza diante de efeitos complexos.

Trata-se de predisposições intrínsecas aos indivíduos, derivadas de um trabalho de inculcação e incorporação sob os sujeitos, que são capturados pelo poder simbólico, a partir de tais instrumentos.

Em outros termos, ela encontra suas condições de possibilidade e sua contrapartida econômica (no sentido mais amplo da palavra) no **imenso trabalho prévio que é necessário para operar uma transformação duradoura dos corpos e produzir as disposições permanentes que ela desencadeia e desperta**: ação transformada ainda mais poderosa por se exercer, nos aspectos mais essenciais, de maneira invisível e insidiosa, através da insensível familiarização com um mundo físico simbolicamente estruturado e da experiência precoce e prolongada de interações permeadas pelas estruturas de dominação. (Bourdieu, 2001, p. 60-61, grifo nosso).

Eis um poder pautado em um trabalho prévio, determinante na transformação duradoura dos corpos e da mente, trabalhando de maneira invisível, silenciosa. Um poder poético, que para funcionar, para dominar, precisa da aderência do dominado, que nem sabe que está sendo dominado, pois acredita em sua autonomia, quando esta não existe. É uma peça de uma máquina que lhe roda, lhe controla. Uma máquina que usurpa suas peças, mas sem demonstrar seu caráter perverso, produtivo, criador e dominador.

O poder simbólico é exercido por meio de uma violência simbólica. Trata-se do seu meio de exercício, efetuado por uma classe sobre a outra, com fins de dominação. Classe esta que pode ser, no presente contexto, correlacionada ao masculino, mais especificamente, à sobreposição do masculino sobre o feminino. A dominação masculina sendo exercida por uma violência simbólica sobre corpos e objetos.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (**violência simbólica**) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo

assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados. (Bourdieu, 2001, p. 11, grifo nosso).

Uma violência exercida em níveis de invisibilidade, sutileza e insensibilidade. Suas vítimas são atingidas de uma forma que as mesmas não percebiam, por meio de vias simbólicas de conhecimento e de comunicação. Slavoj Žižek, em sua obra *Violência: seis reflexões laterais* (2014), comenta a violência em questão, destacando a necessidade de entender a base de uma *violência subjetiva*, a mais conhecida, evidente e visível.

Para Žižek (2014), é necessário se observar a base que conduz às manifestações de violência visível, de terror. É a violência invisível que propicia o cenário para a sua expressão, explosão, em níveis de violência subjetiva. Em sua teoria, portanto, é a violência objetiva (simbólica e sistêmica), que conduzem à violência subjetiva. Enquanto a violência simbólica estaria correlacionada à linguagem, a violência sistêmica estaria vinculada ao sistema econômico e político.

A violência objetiva não transparece uma violência evidente, sendo marcada pelo que Žižek chama de *grau zero de não violência*, o que a faz ser vinculada a um contexto de normalidade e pacificidade do estado das coisas. Aqui um ponto importante na aderência das vítimas à lógica de poder, uma vez que há um estado de normalidade, torna-se muito mais difícil identificar, perceber, o controle efetuado sobre os corpos, assim como o efeito de docilização se torna mais possível e eficiente. Em um contexto de violência simbólica, o conflito não está presente, o que a torna silenciosa e mais perigosa que uma violência física. É uma violência ardilosa, que conquista as suas vítimas, tornando-as aliadas de sua própria dominação.

A violência simbólica está alicerçada na alienação, na falta de possibilidade de refletir sobre a dominação, tampouco sobre a relação entre dominante e dominado, isto porque todos os instrumentos de conhecimento estão mergulhados em uma realidade construída, produzida pela dominação, o que a torna natural.

Correlacionando com o objeto da presente tese, o discurso oficial do Estado é parceiro da estrutura de poder que projeta os corpos em um modelo dimórfico. As vítimas, sociedade em geral, são seduzidas e convencidas de que este modelo é natural e normal, por meio de uma violência simbólica. Tornam-se aliados da estrutura de poder, fazendo-a funcionar. O sujeito *trans* se torna um aliado do poder, mesmo sendo uma vítima, quando adere a perspectiva patológica, à perspectiva de readequação do seu corpo a uma identidade de gênero.

Considerando que corpo e gênero, na presente tese, são sustentados como elementos construídos.

Está-se diante de um poder que cria realidade. Há a produção de uma realidade sobre o corpo, que convence socialmente os indivíduos que este é natural, não havendo inteligibilidade em outro modelo. Cria-se uma realidade em que um modelo diferente do que foi criado e reproduzido sequer é possível de ser pensado, isto porque o conhecimento que seria utilizado para se pensar em outras realidades é dominado para que não represente um potencial emancipatório.

Trata-se de afetação do indivíduo em sua profundidade, uma vez que o mesmo não consegue ter uma compreensão, reflexão, para além do *habitus* a ele imposto. O indivíduo com as suas predisposições inculcadas em seu corpo e em seus objetos se torna prisioneiro de si, não conseguindo ascender a uma perspectiva emancipatória. E mais, deve-se ter o cuidado ao analisar o discurso emancipatório, posto que este possivelmente também não está isento de dominação, já que estamos diante de uma estrutura de poder doce e empreendedora.

Portanto, a construção simbólica tem como finalidade a imposição de formas de pensar, de percepção do corpo, ambas marcadas pela esfera da superioridade masculina, que é naturalizada por meio do *poder simbólico* a partir do discurso do natural, da naturalização biológica. Como produto, a exclusão. Tende-se a excluir do plano da realidade, do pensável e do factível, aquilo que fere a produção naturalizada de gênero, estabilizada sobre dois modelos: *homem viril e mulher feminina*, ambas construções sociais, atravessadas por uma lógica de poder multifacetada (BOURDIEU, 2014).

A inferiorização do feminino é inculcada nos corpos e nas coisas, o que produz a incorporação da dominação pelo dominado. Sendo mais claro, o sujeito que é inferiorizado pela lógica de poder, por força do poder simbólico exercido por uma violência simbólica, reproduz a sua própria dominação. É o caso da mulher que reproduz, de forma irreflexiva, a inferiorização do feminino.

Não há espaço para reflexão. Está-se diante de um poder que domina a realidade de um indivíduo, não lhe possibilitando um campo de emancipação, majoritariamente. O nível de atravessamento de tal poder é forte o bastante para se incorporar aos corpos dos indivíduos, ao ponto em que ainda que haja uma reflexão sobre uma esfera de dominação, aquele poder ainda continua no corpo e materializado nas coisas, fazendo-o retornar aos seus atos, pensamentos e sentimentos. Eis a configuração do *habitus*.

Sobre as tentativas de subversão, Bourdieu (2014) sustenta que os dominados aplicam as categorias dominantes para questionar as relações de dominação, justamente porque essencializam estas como naturais e como únicas no plano do realizável e factível. A lente de análise das relações de dominação é produto das mesmas, o que ratifica a situação de alienação do indivíduo. Nesta lógica, subverter a partir das armas do dominador tem como destino a limitação e insuficiência.

Há uma espécie de ratificação da dominação feita pela vítima sobre si própria, diante da força invasiva e alienadora do poder simbólico. Involuntariamente, o indivíduo é atravessado por uma imposição invisível a aceitar categorias de percepção dominantes, alinhadas a uma realidade criada pelo próprio mecanismo de poder. Um dos exemplos sustentados por Bourdieu (2014) envolve a interface da sexualidade e dominação, tratando-se da necessidade de em uma relação homoafetiva se ter a divisão de papéis sexuais, ativo e passivo, o masculinizado e o feminizado.

A utilização das armas do dominador para fins de resistência, o que representa a materialização da incorporação da dominação pelo dominado, é intitulada por Bourdieu (2014, p. 167) como uma das “[...] mais trágicas antinomias de dominação simbólica.”. O sociólogo se refere à tentativa de resistência às estruturas sociais e cognitivas por meio das categorias criadas pela própria estrutura de poder.

O movimento que contribuiu para lembrar que, assim como a família, a religião, a nação ou qualquer outra entidade coletiva, o estatuto gay ou de lésbica não passa de uma construção social, baseada na crença, pode contentar-se com uma revolução simbólica capaz e dar visibilidade, conhecida e reconhecida, a essa construção, como conferir-lhe a existência plena e total de uma *categoria realizada*, invertendo o sinal de estigmatização para transformá-lo em emblema – como o faz o *gay pride* em sua manifestação pública, pontual e extra-ordinária da existência coletiva do grupo invisível? Ainda mais porque, ao fazer ver que o estatuto de gay ou de lésbica é uma construção social, uma ficção coletiva da ordem ‘heteronormativa’, *que se construiu, aliás, em parte contra o homossexual*, e lembrando a diversidade extrema de todos os membros dessa categoria construída, o movimento tende (é outra antinomia) a dissolver de certo modo suas próprias bases sociais, aquelas mesmas que ele tem que construir para existir enquanto força social capaz de reverter a ordem simbólica dominante e para dar força à reivindicação de que é portador. (Bourdieu, 2014, p. 168, grifo do autor).

Bourdieu utiliza o movimento *gay pride* à título de contextualização de sua teoria, no que concerne a utilização de elementos de dominação para fins de resistência, pelo próprio dominado, mais especificamente categorias, como por exemplo a categoria homem e mulher.

Criadas socialmente, tais categorias criam uma realidade essencializada pelos indivíduos, por meio da educação, da cultura.

A teoria do Poder Simbólico adquire evidente relevância no presente trabalho, quando se considera o questionamento inicial da presente seção, que paira sobre a voluntariedade na realização de procedimentos de mudança corporal e a sua possível desvinculação de um controle, diante da ausência de obrigatoriedade.

Pensar em níveis de violência simbólica corrobora para elucidar a questão. Defende-se que o fato de não haver obrigatoriedade nos instrumentos de alteração do corpo não os isenta de relações de poder, de serem apetrechos de um mecanismo moderno, complexo, de poder. Entende-se que o controle é efetuado antes, já está inserido nos corpos, que inclusive foram produzidos também por relações de poder.

Sustenta-se que houve uma construção moderna do corpo, representada pela transição do modelo de isomorfismo para dimorfismo, embasado numa concepção de divisão sexual e complementaridade sexual, conforme já retratado ao longo do capítulo. Aliada aos dispositivos de *sexualidade* e de *transexualidade*, defende-se uma violência simbólica realizada pelos mesmos, em níveis de criação de uma realidade, reiterada e reproduzida em níveis culturais.

Culturalmente, em uma sociedade moderna ocidental, houve a produção de uma realidade na qual ser homem e ser mulher perpassa por uma estética corporal, marcada pela genitália. O gênero como um elemento compatível e vinculado ao corpo, ao sexo biológico [*sic*] do indivíduo. Realidade esta criada e repassada em níveis de verdade, de natureza, aos indivíduos.

Eis uma lógica de poder que atravessa simbolicamente os indivíduos, dominando as consciências individuais de forma profunda e complexa, na medida em que passe a habitar os corpos que a própria criou, assim como os objetos, fazendo com que os indivíduos estejam presos a uma redoma de realidade produzida, que naturaliza categorias como as do *corpo*, do *sexo*, *mulher* e *homem*.

Defende-se a existência de uma espécie de *bolha* de poder, invisível, na qual os indivíduos estão inseridos, fazendo-a funcionar involuntariamente. Com um funcionamento doce e empreendedor o bastante ao ponto de ter como aliados os seus próprios dominados, que apenas seguem a ordem hegemônica vigente, sem questionamentos, sem discussões.

No que tange ao objeto da presente tese, ainda que os procedimentos de alteração do corpo com fins de readequação do mesmo à identidade de gênero não sejam obrigatórios,

entende-se que os sujeitos taxados como pessoas trans que manifestam *vontade* em realizar procedimentos deste tipo estariam atravessados pela lógica do poder simbólico, que os coloca em um nível construído de realidade, constituído por categorias essencialmente criadas e naturalizadas por relações de poder modernas.

Sustenta-se que a manifestação de *vontade* em realizar procedimentos de alteração do corpo é uma materialização da incorporação de uma dominação simbólica, no sentido de que o indivíduo, de forma irrefletida, reproduz uma configuração de poder que produz corpos, controlando-os. O indivíduo estaria inserido em uma realidade construída sobre o corpo, que o convence de que o mesmo possui uma vinculação com o gênero de cada indivíduo. Produz-se uma realidade. Produz-se corpos. Produz-se um corpo sexuado naturalizado. Produz-se o desejo de alterar o corpo com fins de readequação.

Passamos a interiorizar essas verdades como se fossem uma pele, algo que está conosco desde sempre, o que nos faz esquecer dos inúmeros, cotidianos, reiterados ‘ensinamentos’: a sexualidade normal e natural é a heterossexual. **Depois de uma minuciosa e contínua engenharia social para produzir corpos-sexuados que tenham na heterossexualidade a única possibilidade humana de viver a sexualidade**, como se pode continuar atribuindo à natureza a responsabilidade daquilo que é o resultado de tecnologias gerenciadas e produzidas pelas instituições sociais? (Bento, 2008, p. 42, grifo nosso).

Como sustentado por Bento no excerto retrotranscrito, realiza-se um trabalho de interiorização de verdades nos indivíduos, em profundidade, ao ponto de serem introduzidas como se fossem uma pele. Desde antes do nascimento estas verdades já estão presentes nos indivíduos, por meio de uma engenharia social que produz corpos-sexuados, produz uma realidade marcada pela naturalização da genitalização do sujeito.

É necessário, entretanto, ressaltar que a estrutura de poder desvelada na presente tese, que se introjeta nas consciências individuais em nível simbólico de profundidade, não tem o controle integral dos indivíduos. Recorre-se à noção de *desvio* formulada por Bourdieu. Apesar do *Habitus* ser uma matriz social, há uma esfera de individualidade, representada por sistemas de disposições individuais, que são construídos ao longo da vida a partir de constantes reestruturações ou ajustamentos, variando a depender das experiências de cada indivíduo.

O desvio em relação a matriz é o campo onde se localiza a subjetividade. É considerando a possibilidade de existência deste desvio que Bourdieu sustenta que as ações dos indivíduos podem ter o caráter de ações coordenadas, mesmo que não integralmente. Há uma variação resultante do impacto de diferentes *habitus*.

É a partir desta perspectiva que se pode falar em variação de *desejo* em relação a mudança do corpo. Não é raro identificar indivíduos que se identificam como homem trans ou mulher trans e que não sentem a necessidade de realização da cirurgia de redesignação sexual, ou outra ferramenta que tenha a finalidade de alterar o corpo para readequá-lo a uma identidade de gênero.

Trata-se de um campo de subjetividade de cada indivíduo, no sentido de que estes são atingidos de forma complexa e peculiar pelo sistema de poder, isto porque o mesmo não tem um controle integral. Parafraseando Michel Foucault (2014c), onde há poder há resistência, o que significa que as relações de poder são acompanhadas de espaços de *contra poder*, o que só é possível pela ausência de controle integral do mesmo, ainda que seja majoritário.

Está-se diante de um mecanismo moderno de poder, complexo, representado pelo dispositivo de sexualidade e de transexualidade. Fundamentado em uma série de argumentos morais e *científicos*, assim como em interesses de Estado, de gênero, de classes e religiosos. Produz-se a verdade de que ser mulher é ser mãe. Pautada em uma naturalidade, a sociedade atribui funções a esta mulher, ao ponto em que os seios são provas incontestes de sua diferença em relação a um homem, assim como os seios lactantes são símbolos da pureza materna [*sic*].

Os efeitos dessas verdades interiorizadas fazem com que se tente agir de acordo com aquilo que se supõe natural. É a pressuposição de uma natureza agindo sobre as condutas que irá organizar as subjetividades, de forma que se tentam reproduzir ações que sejam as mais 'naturais'. No entanto, a existência de sujeitos que não agem de acordo com as expectativas do dimorfismo nos leva a pensar nas fissuras das normas de gênero e que suas verdades não alcançam uma eficácia total. (Bento, 2006, p. 122).

Uma vez que as verdades são interiorizadas, os sujeitos atingidos pelas mesmas passam a vivenciar uma realidade criada, buscando seguir ações, comportamentos e modelos que julgam normais e naturais, à luz das verdades impostas aos mesmos. Trata-se de uma organização de subjetividades a partir das relações de poder, produzindo *desejos* compatíveis com a busca pela naturalidade, pela compatibilidade com a realidade interiorizada no indivíduo.

Um desdobramento dessa fábrica de desejos viciados é a subjetividade de indivíduos que não se reconhecem em seus corpos diante de uma suposta incongruência de seu corpo-sexuado com o gênero que se identifica. Trata-se dos transexuais, não em sua totalidade. Há subjetividades trans que estão marcadas pelo desejo, em nível de necessidade, de alteração do seu corpo para readequá-lo a uma identidade de gênero. É válido ressaltar, mais uma vez, que

este desejo não se faz presente de forma absoluta na subjetividade trans, isto porque as normas de gênero e suas verdades não possuem uma eficácia total.

Entretanto, o próprio fato de se categorizar um grupo de indivíduos que não reconhece o gênero lhe atribuído biologicamente [*sic*] como *transexuais* e ter que destacar que neste há indivíduos que não querem realizar procedimentos de alteração corporal e outros sim; por si só, já é estar vinculado ao processo de interiorização de verdades dimórficas sobre o corpo. Isto porque para que se classifique um indivíduo como *transexual*, e não simplesmente como um ser humano, é necessário estar baseado na naturalização da ideia de um corpo sexuado, que não se adequa ao gênero atribuído a este corpo, à luz de um discurso de natureza que, destaca-se, não existe, por ser uma construção.

Enquanto a discussão estiver em níveis de categorizar um indivíduo como *transexual*, dividindo-os entre os que *querem* ou que *já realizaram* procedimentos de alteração do corpo, e os que *não* sentem *vontade* ou *necessidade* de alterar o seu corpo, continuar-se-á preso a uma verdade construída sobre o mesmo, naturalizada.

Neste contexto, até mesmo o indivíduo que se identifica como um homem trans ou uma mulher trans, declarando a não realização de mudanças corporais, está preso ainda à uma realidade construída por relações de poder, que o qualificam por meio das categorias criadas pelo dominador, fazendo-o ter que discutir ou não a necessidade de alteração corporal, quando esta também é um elemento construído por uma realidade artificial.

[...] É o desejo de serem reconhecidos(as) socialmente como membros do gênero identificado que os/as leva a realizar os ajustes corporais.

Enquanto não realizarem o corte físico, na carne, o corte simbólico, por meio de técnicas para dissimular os signos que ‘os denunciam’ como membros do gênero rejeitado, é efetivado. A utilização de faixas que apertam os seios, técnicas para esconder o pênis, camisetas com gola alta para não mostrar o pomo-de-adão, perucas, maquiagens para disfarçar os sinais de barba são algumas das técnicas utilizadas na busca de uma coerência entre as performances de gênero e o corpo apropriado para desenvolvê-la. (Bento, 2006, p.195).

Produz-se em profundidade nos sujeitos a certeza de anormalidade, por meio de um discurso introduzido sobre os mesmos de forma simbólica. Uma realidade que os projeta como anormais, como destituídos de espaço, seres habitantes da margem. Trata-se de normas de gênero produtoras de categorias, estabelecadora da ordem de que a inteligibilidade do gênero está no corpo. “Dois corpos, dois gêneros, uma sexualidade.” (BENTO, 2008, p. 178).

As próprias normas de gênero propiciam os conflitos identitários com elas mesmas. Estabelece-se ordens, produzindo-se sujeitos com conflitos identitários com as suas próprias ordens. Ademais, concentra-se sobre o próprio sujeito a fonte única de explicação do seu conflito, viabilizando a patologização do mesmo, a categoria de *identidades transtornadas*. Logo, o próximo passo é buscar formas de curá-lo. A alteração do corpo como um instrumento de cura [*sic*]. Entretanto, cura de algo que não é doença? A efetivação de uma cura pela estrutura de poder de uma pseudo doença que ela própria criou. Eis um ciclo complexo de um sistema de poder empreendedor, controlador e produtor de corpos.

Um elemento que pode ser utilizado para a análise dos referidos produtos das relações de poder ressaltadas é o discurso. Michel Foucault (2014a), em sua aula inaugural no *Collège de France*, posteriormente publicada como *A ordem do discurso*; ressalta a produção dos discursos, em sociedade, como algo controlado e organizado por procedimentos limitadores dos seus poderes e seu potencial de perigo. Controla-se a aleatoriedade do discurso e quem são os sujeitos que os proferem. Destaca-se a atividade das instituições, ao criarem e reproduzirem discursos, que são repassados à sociedade como verdades, naturalizadas.

Relações de poder e o discurso. A estrutura de poder, em Foucault (2014a), possui uma nítida relação com o discurso. Os discursos são produzidos por meio do atravessamento de relações de poder. Por sua vez, os discursos produzem verdades. Pode-se sustentar, portanto, que o discurso se trata de um elemento do ciclo de funcionamento das relações de poder modernas, que produzem e controlam corpos-sexuados, tornando-os naturais, em níveis de verdade.

Considerando o discurso como um elemento passível de atravessamento por relações de poder, realizar-se-á uma análise de conteúdo de *escrivivências* de *peessoas trans*, buscando-se averiguar em que medida, em seus textos, há a presença de materializações de dispositivos de poder. Mais especificamente, buscar-se-á analisar em que medida os citados textos reproduzem uma perspectiva dominadora de corpos, responsável por produzi-los em níveis sexuados, alinhavando-os com a coerência entre corpo, sexo, desejo e gênero.

4.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO DE ESCRIVIVÊNCIAS: **realidade social de gênero construída**

Iniciar-se-á a *análise de conteúdo* dos textos dos participantes da obra *Nós, Trans: escrituras de resistência* (2017). Trata-se de 47 (quarenta e sete) pessoas que contribuíram para a concretização do projeto, publicizando as suas experiências, concretizando 57 (cinquenta e sete) textos, que não foram todos utilizados no presente capítulo, considerando as categorias criadas e o conteúdo dos mesmos. Participantes de variados locais do país, com formações heterogêneas. Todos integrantes do grupo *Transcristas Coletivas*.

A primeira categoria a ser destacada nos textos dos participantes é a *construção de realidades sobre o elemento gênero*. Identificou-se a sustentação e a reprodução de estereótipos de gênero, de comportamento e de gostos, construídos socialmente, que atravessam a história dos indivíduos, suas vivências, sua infância. Assim, passar-se-á à análise de conteúdo, considerando a citada categoria de análise.

Iniciar-se-á com a participante 1 (optou-se por enumerar os participantes, preservando as suas identidades), quem é uma mulher trans, brasileira; artista; estudante de Teoria, Crítica e História da Arte na Universidade de Brasília. Tinha 21 anos quando participou da obra em análise. A participante 1 denuncia os estereótipos de gênero que marcaram sua vida.

[...] Salva ela, travesti, mulher de peito e pau
 Você quer? você quer? você quer? você quer? você quer? você quer?
 VOCÊ QUER
 Lambe lambe lambe lambe lambe lambe lambe lambe
 Mulher de peito e pau
 Peito e pau, e a semente de melancia plantada deu melão
**Daí me encontraram pra fazer uma propaganda publicitária onde
 só queriam colonizar Minha existência, nada**
**Original; daí que me disseram: ‘Ei, você, aí, pra fazer parte da nossa
 propaganda publicitária você precisa fazer**
**Sentido, e pra fazer sentido você precisa pintar suas unhas, ajeitar
 seu cabelo e perder uns kilinhos, volte mais Tarde’**
Daí, pensei: ‘Quem precisa ser salva?’
 Salve salve salve salve salve salve salve salve
 Bata na sua cara antes que eu bata [...] (Participante 1; Grupo Transcristas
 Coletivas, 2017, p. 48, grifo nosso).

No discurso da referida participante se pode identificar um primeiro ponto que denota a construção social de gênero, o que envolve, no caso, o corpo feminino, conforme já discutido no presente capítulo. Identifica-se uma realidade construída a partir da qual para se fazer sentido é necessário seguir os estereótipos construídos para um gênero específico.

A participante 1, para fazer sentido, teria que ajeitar o cabelo, pintar suas unhas e perder peso. Só assim faria sentido para uma sociedade que está embasada em performances de gênero. Há uma estética de gênero, que deve ser seguida para que socialmente aquele indivíduo seja inteligível, caso contrário não faz sentido, logo não possui o mínimo de reconhecimento. É um corpo marginalizado, anormal, sem vida. Um corpo incoerente que viola a lógica de poder heteronormativa, violadora do corpo trans, utilizando-o e o descartando [sic].

[...] **Tudo que eu queria era esquecer a percepção do outro sobre a minha pessoa**

Aquele outro, falso, que não te respeita me respeita quase nos matam
Mas não matam

Porque o que vocês nem desconfiam é a quantidade de macho que
enfia o dedo no cu pra Poder sentir um

Prazer esvaído, já que tua sociedade limita o imaginário de sexo

Homem de pau penetra mulher de vagina

Homem de pau penetra mulher de vagina

Risos risos risos risos risos risos

O ponto G do macho, incluindo aquele que me matou, o ápice do gozo do transfóbico, sem fins lucrativos, tá no

Cu. Dentro do cu. Próstata. [...] (Participante 1; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 49, grifo nosso).

Nas palavras da referida participante, percebe-se uma lógica social pautada em regras de heterossexualidade. Homem cis realiza sexo falocêntrico, com penetração, com Mulher cis. Uma ordem heteronormativa que projeta os corpos masculinos e femininos de forma natural, complementares. Ao mesmo tempo que viola o corpo trans, utiliza-o para matar seus desejos *proibidos*, para matar aquele que não tem inteligibilidade, que não faz sentido [sic].

A coerência sexual exigida socialmente de uma mulher ou de um homem fica evidente, também, no texto da participante 2 (identificada como mulher trans, carioca, de São Gonçalo; estudante de Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ).

É difícil se amar. É difícil se querer bem.

Coluna reta! Boca fechada! Pernas cruzadas! **Senta igual homem!** Essa maquiagem tá muito forte! **Quer ser mulher?**

Mulheres não falam isso. Mulheres não escrevem isso. Mulheres não postam isso. **E o silicone, tá juntando dinheiro? Mas não pode ser muito grande, vai parecer uma puta. E a buceta? Ah não! Mulher de pau não pode! Mulher tem que ter buceta, mulher é buceta!** E os namorados? Mas como vocês se relacionam? Ah tá, ele é gay. Ué, mas você não é gay? Trans não é gay? Vamos falar a verdade, é tudo igual né. **Pouca vergonha. Falta de respeito. Isso é falta de Deus. Falta de amor**

próprio. Doença. Eu não entendo direito como funciona esse negócio de nascer de um sexo, mas se perceber de outro. Me explica? Ah não, explica não. Agora tô sem tempo. Eu não entendo, mas respeito, isso que importa. Drama! E daí que o Brasil é o país que mais mata pessoas trans? Morre gente todo dia. Todo tipo de gente. É muita vitimização. E quem garante que essas travestis não estavam fazendo algo errado? Prostituição? Quem quer trabalha. Você mesma trabalha, por que as outras não fazem igual? Transfobia?! Ah não, é muita palavra nova. Muito esquerdismo. Mimimi. (Participante 2; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 123, grifo nosso).

Eis uma sociedade cruel. Uma cultura da coerência, da estabilidade entre sexo, corpo, desejo e gênero; maligna. Membros da sociedade, atravessados por relações de poder, cobram dos outros requisitos para reconhecerem um indivíduo seja como mulher ou homem. É necessário ter um corpo, um corpo correspondente. Silicone, pênis, vagina. É imprescindível que o indivíduo tenha um corpo coerente com o gênero que se diz se identificar, ainda que a própria sociedade não o reconheça assim posteriormente.

Uma realidade construída de *genitalização do sujeito*. “[..] Mulher é buceta!” (Participante 2; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 123). Uma realidade em que ser mulher é ter a genitália que foi vinculada à mesma. Um reducionismo de gênero à genitália. Consequentemente, redução do gênero ao corpo, ao sexo, ao corpo sexuado.

Neste contexto, faz-se presentes as formas de modificação do corpo, estas como ferramentas de enquadrá-lo a uma identidade de gênero, à luz de um discurso oficial; que possuem a função de torná-lo coerente perante uma ordem social que cobra estabilidade para fins de reconhecimento. Um reconhecimento questionável, tendo em vista uma realidade social que não reconhece pessoas trans como normais, independente da alteração de corpos, e sim como *alienígenas sexuais* (GALEÃO DE AZEVEDO, 2016).

Por sua vez, destaca-se de forma complementar, tratando também da construção de realidades sobre o gênero, o texto do participante 3, homem trans, identificado como bissexual, tendo 19 anos na constituição da obra.

Com hormônio, posso mudar meu corpo, minhas características, minha voz; ninguém iria perceber depois de feito. **Mas o que eu faria com meu jeito? Eu não sei falar alto, abrir as pernas, nem deixar de demonstrar afeto.**

Será que eu conseguiria ser um homem sem ser... um macho? Sem cuspir, sem silenciar, sem levantar a mão; eu poderia ser um homem assim? Existem homens assim, né? Os que são chamados de viadinhos, os nem-tão-homens. Por mim, tudo bem.

A ‘macho-linidade’ é um clube difícil de ter acesso, e eu não quero passar perto. Por mais que esperem isso de mim, eu não preciso ser um macho. **‘Mas assim será mais difícil convencê-los’, dizem. Tô fodido!**

Então vou tentar, pois é isso que eu quero, e é assim que eu me enxergo e quero me construir. Eu já sou um homem, eles só não sabem disso, ainda.

Eu já vou romper com o que eles escolheram para mim, não faz sentido eu me parir e viver novamente algo falso. **Eu sou um homem de jeito mole, que chora, que ouve, que se importa.** Gosto de acolher, em vez de intimidar. Sou um homem ao meu jeito, não abrirei mão de mim outra vez. (Participante 3; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 57, grifo nosso).

O compartilhamento do participante 3 possui uma correlação direta com a ideia de estética de gênero, de comportamentos, gestos e linguagens que seriam próprias de um gênero específico. Novamente, a partir do seu discurso, identifica-se a construção de sentidos sobre o que vem a ser um homem macho e como isso é reproduzido socialmente, ao ponto que o referido participante usa a expressão “Tô fodido” justamente por não se enquadrar em uma estética de gênero reprodutora de gestos que seriam próprios de um macho. Como se trata de um fato social, citando-se Durkheim, o mesmo é punido com uma espécie de sanção, por isso o medo de não ser reconhecido, uma vez que há um alto potencial de exclusão, marginalização social.

Nota-se uma preocupação em ser reconhecido como um homem em sociedade, em alcançar inteligibilidade socialmente. Para o participante 3 é algo a ser conquistado a partir de uma conjuntura de elementos. Eis a utilização de hormônio, ao ponto que ninguém perceba a sua transição, acompanhado de uma transição comportamental. Percebe-se, assim, no discurso do participante em questão uma naturalização sobre o gênero masculino, que estaria vinculado a uma construção de realidades, a uma construção sobre o que é ser homem em uma sociedade moderna ocidental, perpassando por um corpo específico e por uma performance de gênero correspondente.

A dominação, as relações de poder dominantes, empreendedoras, são incorporadas no discurso do participante 3. Como já se destacou na presente tese, trata-se de uma incorporação da dominação pelo dominado, quando o mesmo passa a operacionalizar as categorias criadas pelo seu dominador. Incorporação esta que é retratada pelo participante 4, quem foi identificado como um homem trans, paulista; estudante de direito; descendente de índios e negros; e que no momento da publicação da obra tinha 21 anos.

Durante muito tempo, eu tive aversão a tudo que era feminino, eu tentava me distanciar o máximo possível de tudo que era feminino. **Inclusive no começo da minha transição, eu sofria muito porque eu não sou ‘o machão’,** eu só mudei isso quando eu conheci outros homens trans e mulheres feministas que me mostraram que **homem não é esse ser másculo, robótico e sem sentimentos. Eu finalmente me libertei quando eu descobri que era um homem trans e que existem vários tipos de homens, e por isso representatividade é tão importante. Se minha mãe soubesse o que era um homem trans, ela não teria me forçado a vestir vestidos**

quando eu era criança. Se eu soubesse o que era um homem trans, talvez não tivesse tentado suicídio quando eu tinha 14 anos, e talvez eu não teria que tomar tantos remédios, não teria problemas pra dormir, ou pra socializar com as pessoas. (Participante 4; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 59, grifo nosso).

O participante 4 traz em seu discurso a identificação de um contexto de naturalização das relações de poder, momento quando o mesmo sofreu por não se enquadrar em modelo de performance atribuída ao gênero masculino, sofrimento este correlacionado com a citada incorporação da lógica dominante.

O referido ainda destaca os atos de sua mãe, quando de sua infância, em forçá-lo a utilizar roupas que correspondessem ao seu papel de menina em sociedade. Eis uma construção de realidades, que produz uma série de elementos que são atribuídos aos indivíduos, causando-lhes consequências, como uma tentativa de suicídio. Um poder cruel, que atravessa os corpos e as mentes dos indivíduos em sociedade, por meio de uma rede de instituições e instrumentos aliados que constroem e ensinam uma estética.

Desde a infância, somos ensinadas rigorosamente como uma mulher deve ser, aparentar e se comportar. Somos bombardeadas pela televisão, por revistas e pelo cinema de imagens de mulheres artificiais, de uma beleza ideal e intangível; se não por monstruosas dietas, maquiagem e penteados impecáveis, roupas e acessórios caros e, muitas vezes, apenas através de alguns recursos, como a edição digital. Impor sobre nós um padrão tão inalcançável e, ainda assim, tão urgente de se alcançar, é essencialmente uma doutrinação da mulher – um recurso para mantê-la diligente e obediente. Jogamos um jogo programado para nos fazer perder.

Nesse jogo, travestis e mulheres trans tem uma desvantagem maior ainda. E não é à toa, já que transversalizamos a função mais primordial da mulher dentro da sociedade patriarcal – o sexo. **Pelo bem do sistema sexista, somos marginalizadas, excluídas do meio acadêmico e empurradas para a prostituição. É do interesse desse sistema que a gente conviva com o estigma de não ser mulher o bastante, e, ainda assim, não ser digna de ocupar o espaço privilegiado de um homem. Não somos homens, e também não somos mulheres de verdade: somos ‘coisas’.** (Participante 5; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 61-62, grifo nosso).

Conforme destacado pela participante 5 (identificada como ativista travesti, estudante de licenciatura em música na Universidade de Brasília – UNB – quem tinha 20 anos na data da publicação da obra em análise) no excerto retrotranscrito, desde a infância há uma rede de ensinamento rigoroso sobre a estética de gênero. Inúmeras instituições reproduzem a lógica de poder heteronormativa, permeada por interesses capitalistas.

Um jogo social de produção de estereótipos e de desejos, inalcançáveis, distantes da possibilidade e mais ainda da possibilidade de pessoas trans, conforme destaca a participante 5, uma vez que a configuração de poder não reconhece aqueles que fogem da lógica da

normalidade. Produz-se indivíduos normais e aqueles que não seguem os padrões podem até ser pseudo acolhidos por um discurso oficial, mas são excluídos, marginalizados em seus direitos e em suas vivências.

Pessoas trans não estão isentas do jogo social, são atravessadas também pelos mesmos, incorporando lógicas dominantes, que fazem dos seus corpos tabuleiros manipuláveis de poder. Na realidade criada pelas relações de poder, alinhado ao sustentado pela participante 5, há duas possibilidades, ser homem ou mulher. Neste contexto, mulheres trans, dentro da construção sociocultural, não são vistas como mulheres o bastante, porque não são consideradas naturais [*sic*], tampouco são homens. Assim, são coisas.

Eis uma cultura que produz, naturaliza e reproduz um modelo de homem, de mulher. Um modelo de corpo masculino, feminino. Produz a transexualidade. Produz os indivíduos transgêneros, e ao mesmo tempo que os produz, exclui-os. Trata-se de sujeitos que são anormais para uma estrutura de poder moderna ocidental, que naturaliza o corpo, sexo e gênero.

Dentre as instituições que colaboram para a reprodução de tais relações de poder, destaca-se a figura da escola, conforme se pôde observar no texto da participante 6 (residente da cidade de Recife, identificada na obra como uma mulher trans; negra; profissional do sexo; formada em Turismo).

Ela já era vista como anormal pela professora e diretora. Estas não entendiam sua identidade de gênero. **Era uma pessoa diferente dos meninos, e nas brincadeiras no horário de intervalo era quando se começava a guerra, porque sempre queria ir para o espaço das meninas; queria brincar com as brincadeiras destas, tipo: pular corda, brincar de amarelinha, fazer comidinha para as bonecas, entre outras coisas. Ela se sentia realizada só de olhar as meninas brincando, e, de um jeito ou de outro, ela sempre conseguia entrar no meio delas, e era aí que começava a brigar e, logo mais, já estava na direção. Só porque foi brincar com as meninas!** Não se via brincando com os meninos de jogar bola, de carrinho de mão ou de luta. Odiava tudo ali. Todos os dias não eram diferentes, aliás se lembra que, às vezes, ficava cabisbaixa, chorando. Certa vez, a diretora da escola falou pra sua mainha que ela não era normal, que teria de levá-la ao psicólogo... aff... lembra-se disso como se fosse hoje. Mainha simplesmente 'abalou' com a cara da diretora, e foram para casa. (Participante 6; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 61-71, grifo nosso).

Trata-se de um complexo de poder invasivo, que atravessa corpos e objetos, necessitando de aliados, como a instituição *escola*, sem falar dos próprios dominados. No discurso da participante 6 fica, nitidamente, identificada a participação da escola na construção de realidades masculinas e femininas. A escola como reprodutora de espaços eminentemente de meninas e de meninos, reverberando a criação de objetos específicos a cada um deles.

E mais, como é uma lógica que atravessa pessoas, compatível que a diretora da escola também reproduza a perspectiva dominante. É como Foucault sustenta (2014c), estabelece-se uma rede de vigilância sobre o corpo, desde a mais tenra infância, sendo exercida por meio de variadas instituições, na posição de pessoas que tenham algum tipo de relação hierárquica de poder para com o vigiado, como a diretora da escola, por exemplo.

A escola como um local reiteradamente citado como espaço de poder, de humilhação, de exclusão. Faz sentido que assim seja, tendo em vista os efeitos malignos na formação e na própria vida daquelas pessoas trans que sofrem violência neste espaço, como a evasão escolar e a marginalização social.

Trata-se de uma espécie de *violência do racismo institucional*, que integra a classificação de *Violência interpessoal*, neste caso, manifestada em espaços públicos durante o processo de sociabilidade constituído por alunos, professores e outros profissionais ocupantes do ambiente escolar. Uma violência que se repete na convivência, por meio de variados atos reprodutores de assédios, abusos e violações; conforme sustenta a socióloga e professora Lourdes Bandeira (2017).

A participante 7 (identificada na obra como mulher trans; ativista; profissional do sexo; caloura de Direito e com 27 anos à data da publicação) também desvela este campo de realidade nas escolas.

Comecei a vestir roupas de mulher escondida. Saí de casa com uma roupa, e, na esquina ou numa casa abandonada, eu trocava. E foi assim todos os dias. Comecei a notar que se havia **bullying** quando eu me comportava como homossexual, agora, como trans, ficou ainda pior. Era um absurdo para aquelas pessoas me verem vestida de mulher na escola. As pessoas achavam que era zoação, que era um gay vestido de mulher, e não era! Era a minha identidade. Até que as meninas da escola disseram que tinha um gay no banheiro, e elas não queriam que eu o usasse mais. **O próprio pedagogo do colégio me chamou e disse para eu não usar mais o banheiro feminino. Então, eu não fui mais à escola.** (Participante 7; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 81, grifo nosso).

No discurso da referida participante, também, identifica-se uma rede, uma articulação de indivíduos que exercem relações de poder para com a mesma. Trata-se tanto de pares, como de sujeitos que possuem uma hierarquia para com o excluído. O motivo? Todos compõem uma mesma sociedade, marcada por uma cultura do corpo estável, do corpo coerente, que é reproduzido a todos, por meio de um poder invasivo; irrefletido; simbólico, que atravessa as consciências individuais ao ponto de que os indivíduos reproduzam tal exclusão, simplesmente, pelo discurso de naturalidade.

Eis uma perspectiva de construção de realidades, culturalmente, que é destacada também na fala da participante 8 (identificada com 24 anos à data da publicação, diarista, mulher transexual e militante), quem destaca a estabilidade do gênero para com o corpo e o sexo, denotando uma exclusão decorrente:

Desde que me conheço por gente, nunca vi pessoas trans terem o direito de se relacionarem afetivamente com outras pessoas cis. Isso acontece porque pessoas cis foram educadas e ensinadas a nos ver como escórias, aberrações, seres abjetos que têm supostamente um corpo errado, inválido, inadequado; portanto, não fica difícil entender o porquê de homens e mulheres trans serem preteridos/as por pessoas cis na hora de ter um relacionamento afetivo.

Pessoas cis aprendem, desde sempre, que homens nascem com pênis e testículos, e que mulheres nascem com útero, ovário, e vagina. Assim o que for diferente disso esteticamente ou anatomicamente se torna **algo desprezível que não merece atenção nem sequer um bom dia.** (Participante 8; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 85, grifo nosso).

Eis uma realidade construída e repassada a todos desde a infância, por isso as próprias crianças alunas da escola não estão isentas da dominação efetuada pelas relações de poder que criam e vinculam o gênero ao corpo sexuado. Tampouco os profissionais que naquele espaço trabalham, considerando o que Foucault (2014c) intitula de *poder-saber*, no sentido de construção de campos de conhecimento, como a Pedagogia, o Direito e a Medicina; que reproduzem relações de poder. Àqueles que não são coerentes, reserva-se a margem, a escória.

Tampouco aquele que se identifica em uma identidade trans está isento de poder. Em uma sociedade marcada por uma cultura do corpo estável, todos são atravessados por uma formação social pautada em valores como binarismo, machismo e transfobia. Sair deste ciclo é um desafio, diante da doçura do poder simbólico que é cravejado nos indivíduos componentes da sociedade.

No texto do participante 9 (identificado na obra como homem trans, 16 anos; negro; soteropolitano; militante LGBT e feminista interseccional) é possível identificar essa incorporação de dominação pelo dominado, como um sintoma de uma lógica de poder invasiva, empreendedora.

Vivenciar uma identidade trans é uma guerra com o mundo e, muitas vezes, consigo mesmo. Todos nós passamos por uma criação, uma formação social que é binarista, cisheteronormativa, sexista, machista, transfóbica, e muitos outros 'istas' e 'fóbicas' por aí, e um dos ensinamentos básicos da nossa criação é: **homens têm pênis, sempre e mulheres têm vagina, sempre. Então, todos nós, trans ou cis, temos nosso gênero determinado no nascimento por conta do genital que carregamos, sem**

que sequer tenhamos conhecimento do que significa ‘genital’ ou ‘gênero’. Assim nós crescemos e, na maioria das vezes, essa fórmula ‘dá certo’ e a pessoa se identifica com aquele gênero que decidiram que era o dela, mas, algumas vezes, essa fórmula nos mostra o quanto ela é falha e preconceituosa, e essas vezes são quando as pessoas simplesmente crescem e não se identificam com aquele gênero que lhes impuseram no nascimento por conta do seu genital, e aí começa todo o problema. [...] **Você é deslegitimado em casa, na escola, entre amigos, na universidade e etc. As pessoas tentam (e algumas vezes conseguem) te fazer acreditar que você é uma pessoa louca, dizem que você nunca será um homem ou uma mulher de verdade, e reduzem você a um genital ambulante.** Além de que você tem que **passar a vida provando a médicos cisgêneros que tem o poder de falar por si mesmo, sobre a sua identidade de gênero, que você é ‘trans de verdade’.** Enfim, é uma série de processos e violências que vem de um só lugar: da nossa incapacidade de respeitar o outro como esse outro quer ser respeitado. (Participante 9; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 139-140, grifo nosso).

Socialmente, é repassada a informação de que gênero é sexo, ideia essa que é naturalizada de forma indistinta em sociedade. O gênero é determinado no nascimento do indivíduo, ou melhor antes mesmo dele nascer. Aquilo que foge a isso é considerado estranho, anormal. Lógica esta que afeta, também, a figura dos pais ou quem cria uma criança. Sustenta-se projetos de vida, estéticas, comportamentos, esportes, cortes de cabelo; considerando o sexo do indivíduo, nesta perspectiva, o gênero do mesmo.

Nas palavras do participante 10 (identificado como homem trans, brasileiro; 30 anos; estudante de artes plásticas pela Universidade de Brasília – UNB – e militante) fica evidente as projeções de sua mãe sobre a sua vida.

Olha que vestido lindo, filha!

Veja, ela dança balé

Meu sonho é ver você vestida de noiva, que orgulho! Seus cabelos? São lindos. Cortar? Bobagem

E os namorados, filha? Quero tanto que você encontre um bom homem

Você é minha bonequinha Te amo!

[...]

Quero poder te abraçar e dizer:

- Mãe, é lindo o vestido, para a senhora!

- Balé? Posso até dançar, mas **prefiro futebol ou vôlei**

-Meu sonho? É você sorrindo no meu casamento e dizendo: ‘Filho! Eu te amo e tenho orgulho de você’

Meus cabelos? São eras venenosas, incomodam,

No quarto, **prendo no boné, somente para ter a sensação do cabelo curto**

Mãe! Quero ser o bom homem para alguém, ser pai, **marido**, filho

Não sou sua bonequinha, mãe

Sou seu **soldado** quebrado
 Perdedor da batalha que nem travei,
 Perdedor, mãe, porque seu amor nunca foi meu! Porque você nunca me conheceu
 E agora, mãe, o que faço? (Participante 10; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 87-88, grifo nosso).

Trata-se de um texto atravessado, diretamente, pela reprodução de estereótipos de gênero. Em uma primeira análise se poderia destacar tão somente as projeções da mãe do referido participante sobre o mesmo, de modo que naturaliza esportes, cortes de cabelo, cobranças afetivas em uma perspectiva patriarcal. Entretanto, o mais interessante é perceber como este complexo de poder que se desvela no presente capítulo é um poder silencioso, doce, que se incorpora ao dominado.

Na fala do participante em análise é possível identificar, também, uma naturalização de papéis de gênero, de uma estética de gênero, sobretudo. Naturaliza-se esportes masculinos em detrimento do balé, que é essencialmente vinculado ao feminino em sociedade. Naturaliza-se o uso de acessórios como o de boné, para fins de ter um cabelo curto, socialmente vinculado ao masculino. Naturaliza-se o casamento, o papel de bom marido, e a figura da força do homem, quando se fala em soldado.

Uma lógica de poder envolvente, que domina os corpos dos indivíduos, introjetando-se aos mesmos, ao ponto em que o indivíduo denuncia estereótipos criados para ele, pela sociedade e reproduzidos por sua mãe, porém, em detrimento de um poder empreendedor, acaba por afirmar e reproduzir outros estereótipos sobre si.

Uma incorporação de elementos de construção de gênero que também é identificada na fala da participante 11 (identificada como mulher trans, brasileira; estudante de psicologia e militante; 37 anos).

Bom, o começo é bem clichê, já que eu também me percebia como uma criança diferente das demais. Mas o clichê meio que parou por aí. **Eu não gostava de bonecas, sempre gostei de carrinhos, bicicletas e videogames, tanto que tenho os três até hoje!** E dois de cada, ainda por cima! **Dois bikes, dois carros e dois videogames!** Mas desde que eu me entendo por gente, eu nunca me vi como menino, no sentido estrito da palavra. Eu tinha um desejo forte de compartilhar a **aparência fragilidade** das meninas. Eu me lembro de me frustrar por não ser uma na época, então ficava tentando elencar vantagens de ser menino, já que era o que restava pra mim. E isso se estendeu por tempo demais.

A minha primeira lembrança foi de um êxtase inexplicável que eu tive lá pelos meus 4 anos de idade, quando, não sei como, eu encontrei uma **calcinha amarelinha** com um desenho atrás. Interessante que eu me lembro de ter experimentado essa calcinha. Era uma sensação maravilhosa. E olha que eu tinha 4 anos, hein! E já nessa época eu sabia que era **'errado'** fazer isso. Eu me lembro de estar sozinha e escondida.

Me lembro também de ter escondido a calcinha depois de ter usado. (Participante 11; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 115, grifo nosso).

Criou-se apetrechos de socialização de meninos e meninas em sociedade, marcados por uma base natural e heterossexual. A partir dessa ideia, a fala da participante 11 reproduz uma concepção naturalizadora de realidades. A negativa de gostar de bonecas e sim de carrinhos, bicicletas e videogames, é vazia. Sim, vazia! Tais brinquedos são tão somente instrumentos de uma dominação, que produz e controla corpos, seus comportamentos e desejos.

Auto afirmar-se como quem gosta de brinquedos considerados masculinos é incorporar uma perspectiva de poder exercida sobre a própria vítima. É estar preso ainda na redoma de poder, no *Habitus*, que condiciona ações, comportamentos e sentimentos. O que fica mais nítido ainda na fala da participante 11 quando a mesma afirma uma aparente fragilidade própria ao feminino e o uso de uma calcinha como algo errado. Errado para uma sociedade cruel, que marca os corpos dos indivíduos com seus interesses empreendedores e castradores, que limitam as experiências de vida, introjetando a figura da culpa na mente dos indivíduos desde muito cedo. Culpa por fazer algo supostamente errado, à luz de uma força externa que não se consegue explicar, mas que se aceita e se essencializa.

Essa incorporação de relações de poder também pode ser observada no texto do participante 12 (reconhecido como homem trans, 21 anos; brasileiro; produtor de eventos e fotógrafo; militante), quando o mesmo compartilha a sua estranheza para com o seu corpo ainda quando criança.

Ainda me lembro bem como se fosse hoje, quando aquele garotinho de apenas sete anos olhava seu reflexo no espelho e percebia seu **corpo exatamente com traços de um corpo oposto. Aquele corpo biologicamente feminino não se encaixava com o que, de fato, ele via naquele reflexo.** Era confuso, e isso trouxe dúvidas à tona, trouxe perguntas pelas quais ele teria que ir em busca de respostas sabe-se lá onde, mas ele continuou observando ele mesmo dia após dia. Então, aquele mesmo garotinho foi crescendo e, a cada dia e ano que se passava, ele ainda estava em busca da caça ao tesouro: as tão sonhadas respostas para as suas muitas perguntas. Eu contei para meus pais, assim que tive essa percepção sobre minha imagem no espelho. Mas eles não entenderam, achavam que era apenas coisa de criança e passaram a ignorar, além de me obrigar, cada vez mais, a adentrar em um certo **'padrão', aquele da princesinha de vestidos e laços na cabeça.** (Participante 12; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 164, grifo nosso).

O depoimento do referido é interessante para a reflexão sobre a naturalização do corpo, da existência de um corpo sexuado. Eis mais uma evidência da incorporação de dominação pelo dominado. Para que um indivíduo se perceba como detentor de um corpo com traços de um

corpo oposto é necessária uma base, um referencial para analisar o que seria o corpo oposto. Logo em seguida, o participante 12 desvela qual seria este embasamento, a ideia de corpo biologicamente definido. Percebe-se, portanto, um depoimento reprodutor de relações de poder, uma naturalização de um corpo biológico sendo utilizado como base para justificar o estranhamento para com o mesmo.

Trata-se de uma temática complexa, ao ponto que é possível sustentar que o referido estranhamento passa a existir a partir da existência de modelos de corpos, a partir da existência da categoria corpo masculino, corpo feminino, em suma, corpos sexuados. O estranhamento em relação ao corpo feminino estaria embasado na própria criação de um corpo, que carrega uma série de elementos consigo, dentre eles uma estética de gênero, o que inclui o uso de vestidos de *princesinha* e *laços na cabeça*, para seguir os exemplos dados pelo participante em análise. A pergunta que fica é: e se não houvesse essa concepção de corpo biologicamente feminino? O referido estranhamento se faria presente?

Este primeiro momento de análise de conteúdo ratifica o que já foi discutido ao longo do presente capítulo, no que concerne a uma lógica de poder empreendedora, que cria realidades. Nos depoimentos dos participantes se pode observar uma realidade sociocultural construída sobre as bases das relações de poder desveladas ao longo da presente tese. Trata-se de uma lógica que genitaliza indivíduos.

Percebe-se uma construção social, reproduzida sócio culturalmente, que atrela o gênero de cada indivíduo a uma naturalidade correlacionada ao seu corpo. O indivíduo já nasce com o seu gênero definido, para não falar que o mesmo já é definido antes mesmo de nascer. Pauta-se a inteligibilidade humana nesta lógica, ao ponto que apenas corpos coerentes possuem vida, são analisadas como normais. E mais, corpos coerentes naturais.

Produz-se uma realidade cruel que marca e divide os indivíduos entre normais e anormais. Entre coerentes e incoerentes. Entre o centro e a margem. O que causa os mais variados efeitos na vida dos indivíduos, diante de uma lógica de poder exercida em níveis simbólicos, invisíveis, dominando corpos e objetos. Introjetando-se, até mesmo, na consciência individual do dominado, que passa a utilizar as categorias, valores e apetrechos do dominador.

Feita a análise de conteúdo à luz de sua primeira categoria, passar-se-á a um segundo bloco, que corresponde aos efeitos, impactos desta realidade construída sobre a vida dos participantes. Analisar-se-á como essa lógica de poder impacta na história, na experiência enquanto sujeito social, dos indivíduos envolvidos na obra que está sendo estudada.

4.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO DE ESCRIVIVÊNCIAS: **efeitos de relações de poder em sociedade**

Iniciar-se-á com o depoimento da participante 13, quem é identificada como uma mulher trans, de 47 anos; natural de Uruguaiana/RS; artista plástica e tatuadora; pagã; anarquista; feminista; militante pelos Direitos Humanos e da população Trans. A partir de seu texto, primeiramente, identifica-se um efeito do quadro de realidade construído socialmente, a *exclusão social* vivenciada na *escola* por pessoas identificadas como *trans*.

Um dia na escola, os meninos começam a **zoar comigo no refeitório, falando que eu era bicha**. Respondi dizendo que todas as meninas eram bichas, porque davam o cu pros meninos. Na mesma hora, uns três meninos vieram pra cima de mim e começaram a me **bater, levei uma canecada na cabeça que cortou a minha testa. Chamaram o meu padrasto e ele me esbofeteou na frente dos professores.**

Se eu pudesse, tinha parado de ir para a escola naquela época. (Participante 13; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 101, grifo nosso).

Diretamente, a partir do depoimento da referida se pode identificar a escola como um espaço que reproduz a realidade social criada sob o estepe da naturalidade heteronormativa do corpo e gênero. Agora sobre um outro viés, percebe-se a escola como uma instituição de poder que violenta pessoas trans, o que lhes causa uma exclusão social naquele espaço, ratificando a sua colocação em uma posição de marginalizados.

A perspectiva da participante 13 é corroborada pelo depoimento da participante 7, já apresentada e citada na presente tese. A participante 7 compartilha o *bullying* sofrido na escola, por conta de sua experiência sexual, quando se entendeu como gay e assim passou a se comportar no campo da escola, apesar de sua tentativa de se esconder dentro de casa.

Desde então, eu me entendi como gay e comecei a me comportar como tal, mas, em casa, eu continuava tentando me esconder. Quando ia para a escola, eu me soltava, apesar do bullying ter aumentado: ‘veadinho’ pra lá, ‘bichinha’ pra cá. Até ser levada para a diretoria eu fui. O motivo foi terem me visto ‘beijando o amigo no banheiro’. Isso foi uma mentira que inventaram, um absurdo! O resultado disso foi uma suspensão. E desde então, a escola passou a acreditar que eu e meu amigo gay tínhamos um caso. Esse foi meu primeiro contato com a crueldade das pessoas dentro de um espaço educativo, onde todos tinham quase a mesma idade, de 13 a 14 anos. Se já era assim na escola, imagina depois que a minha família souber?

Isso aconteceu, enfim, depois de um professor ter contado para minha mãe que, de um dia para o outro, um menino, até então comportado, começou a adotar

comportamentos e trejeitos de **'bicha'**. Assim eu assumi para minha mãe que eu era gay. Ela ficou muito arrasada, me proibiu de ir a outros lugares, chegou a pensar em me levar a um psicólogo. Mas no fim, **preferiu me levar para o pastor**. Não importa o que me dissessem ou tentassem fazer, eu estava me sentindo livre, de certa forma. (Participante 7; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 80-81, grifo nosso).

Inicialmente, cabe destacar a menção a um *comportamento de gay*. O que seria exatamente se comportar como gay a não ser uma reprodução de estereótipos sexuais? Neste ponto, percebe-se uma naturalização de categorias de poder pelo participante, que limitam a experiência de cada indivíduo e sua liberdade.

Identifica-se uma lógica de exclusão, de violência perpetrada pelos demais estudantes e pelos agentes da escola, quem possuem algum tipo de poder para com a participante 7, quem sustentou que tais condições foram intensificadas quando a mesma deixou de se comportar como um homossexual, passando a se comportar como uma mulher *trans*.

Comecei a vestir roupas de mulher escondida. Saí de casa com uma roupa, e, na esquina ou numa casa abandonada, eu trocava. E foi assim todos os dias. Comecei a notar que se havia bullying quando eu me comportava como homossexual, agora, como trans, ficou ainda pior. Era um absurdo para aquelas pessoas me verem vestida de mulher na escola. As pessoas achavam que era zoação, que era um gay vestido de mulher, e não era! Era a minha identidade. Até que as meninas da escola disseram que tinha um gay no banheiro, e elas não queriam que eu o usasse mais. O próprio pedagogo do colégio me chamou e disse para eu não usar mais o banheiro feminino. **Então, eu não fui mais à escola**. (Participante 7; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 81, grifo nosso).

Com o citado excerto do texto da participante 7, inicia-se um novo capítulo na experiência trans, não homogênea, a *evasão escolar*. A escola se torna um espaço de violência, a partir do não reconhecimento da pluralidade de formas de vida, de experiências para com o corpo, tornando-se um espaço insustentável, muitas vezes, o que ocasiona a evasão destas pessoas do núcleo escolar.

De forma complementar, a participante 13, já apresentada, emite um relato específico sobre o papel da escola na sua experiência e a evasão da mesma correlacionada às múltiplas violências sofridas dentro e fora daquele espaço.

Passei a não gostar mais de ficar em casa, saía para rua sem saber para onde ir, **muitas vezes, me escondia na escola para dormir**, porque tinha **medo** de que entrassem no meu quarto de noite. Apesar de ter sido uma péssima aluna na escola, procurava lugares para me refugiar. Até que alguns alunos mais velhos me descobriram trancada no banheiro feminino. Me bateram muito, e **mais uma vez fui violentada. Me obrigaram a fazer sexo oral em um deles. Depois parei de ir para a escola**.

Comecei, assim, a querer trabalhar e, nesse tempo, consegui um emprego em uma pequena quitanda. A primeira coisa que fiz, quando recebi meu primeiro salário, **foi comprar uma faca de caça. Dormia com ela embaixo do travesseiro, e ia para todos os lugares com ela.** Até que, um dia, fui abordada pela polícia, e tomaram a minha faca, depois me levaram de volta para escola. **Onde, logo em seguida, chamaram a minha mãe que descobriu que eu não estava indo para a escola a quase um mês e que fui pega com uma faca na rua. Minha mãe tentou a todo custo me fazer voltar a estudar. Até tentei por um tempo.** A história da faca deu um baita converseiro na escola, um monte de gente começou a me ver como uma marginal, professores **desistiram** de me manter na sala e os outros alunos pararam de mexer comigo. (Participante 13; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 107, grifo nosso).

A exclusão social efetuada pelo espaço escolar está alinhada com a exclusão propagada nas ruas, pelos mais variados espaços da sociedade. O medo faz parte do cotidiano de pessoas trans que habitam uma realidade marcada por violência, preconceito e exclusão. A escola como um lugar simbólico da somatória de violências efetuadas contra tais indivíduos, seja a violência dos colegas de turma, dos profissionais da educação e da escola, seja dos pais.

Trata-se de um efeito nocivo e proposital do complexo de poder que está sendo desvelado na presente tese. Destaca-se, a escola não é um lugar para aqueles que não são considerados normais, e sim marginalizados em sociedade. A escola não foi feita para eles, pois a margem é o lugar reservado aos mesmos e não o campo privilegiado da educação e os seus frutos em termos de mercado de trabalho e qualidade de vida [*sic*].

Está-se diante de uma lógica de poder cruel e empreendedora, que conquista e domina múltiplos agentes, quem se tornam pertencentes a uma rede de vigilância, construção e controle. O complexo de poder sofre, é abalado, quando espaços de fala, de protagonismo, são ocupados por pessoas trans, que naturalmente [*sic*] não eram para estar ali. São professores, mestrandos, doutorandos, agentes políticos. O sistema se contorce quando o considerado anormal vence, quando o mesmo ocupa o espaço essencialmente branco, cis e heterossexual.

Resta a pergunta, intencionalmente e de forma material, qual o espaço reservado às pessoas trans? Há algum? Para tal análise, iniciar-se-á com o depoimento da participante 14, identificada como uma garota negra que milita para sobreviver, 22 anos; periférica; graduanda do curso de Letras Bacharelado em Estudos Literários na Universidade Federal de Goiás.

[...] Hoje, entendo porque muitas pessoas trans falam sobre solidão. A afetividade não foi feita para os nossos corpos; somos a anomalia da sociedade. Mas além da hipersexualização da transexual e da travesti, nós, pessoas trans negras, somos duplamente sexualizadas, objetificadas e exploradas. **Nós somos vistas como os seres mais deprimentes que existem. A maioria das meninas trans que conheço e que se prostituem são negras, e não por opção, mas por falta de oportunidades**

mesmo. Não sei o que seria de mim se eu me reconhecesse trans antes de entrar na Universidade. Provavelmente, eu não estaria onde estou hoje, escrevendo esse texto. **Talvez, eu não estivesse nem mesmo terminado o ensino médio devido à dificuldade que seria de encontrar um colégio que me aceitasse com a minha identidade. Talvez, eu não estivesse nem mesmo viva!** Eu reconheço, todos os dias, o quanto sou uma pessoa privilegiada e, mesmo assim, ainda sofro diversas opressões estruturais e culturais, dentro e fora da Universidade. Nada menos esperado do país que mais mata travestis e transexuais no mundo, não é mesmo? Torço para que estejam entendendo a proposta deste texto. Ele é puramente informativo; parte da minha vivência e da minha concepção sobre o mundo. (Participante 14; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 157, grifo nosso).

A referida, ao dividir sua vivência e olhar sobre o mundo, destaca uma conjunção de elementos de exclusão, ao compartilhar que a maioria das meninas trans que conhece e que se prostituem são negras. Há uma dupla exclusão social, de raça e de gênero. Ademais, a participante 14 coloca em dúvida o espaço onde estaria se tivesse se reconhecido como trans antes de ingressar na Universidade, diante das múltiplas dificuldades de acesso à escolaridade, consequentemente à falta de oportunidades. Surge, assim, como um dos caminhos a prostituição.

A prostituição é uma realidade citada e vivenciada por outros participantes analisados, como a participante 6, já apresentada anteriormente.

Em 2015, pediu pra sair da Contax. Hoje, vive para o movimento trans; sempre na luta, aqui, em seu estado, Pernambuco. É coordenadora geral da Natrape – Nova Associação de Travestis e Transexuais de Pernambuco, **e, mesmo sem gostar, sua atual ocupação é como profissional do sexo. Já não tem mais forças pra entrar em uma empresa e passar por tudo que passou novamente.**

Vive sozinha, não por uma escolha sua, mas assumir sua identidade a fez sair do laço familiar de respeito e carinho que existia antes. Tem muitas lembranças boas, mas acredita que, a cada dia, se supera.

‘Pessoas trans, como eu, não sabem o verdadeiro sentido da adolescência, pois a luta pela sobrevivência nos faz chegar a um grau de maturidade que nunca imaginamos!’ (Participante 6; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 74, grifo nosso).

A referida compartilha uma vivência compatível com a sustentada pela participante 14, de ausência de oportunidades. Diante de uma realidade social excludente e estigmatizante, a prostituição se torna o caminho diante da falta de escolha, diante do cansaço ocasionado pelas relações de poder sobre a limitação de experiências. Mesmo sem gostar, a participante 6 se identifica como uma profissional do sexo, já que não há mais forças naquele corpo para suportar as violências inerentes a espaços que não comportam, e que não foram feitos para isso, a sua presença.

A participante 7, citada ainda há pouco quando se discutia a violência sofrida no campo escolar, compartilha de experiência de vida similar, colocando a prostituição como um caminho após a sua evasão escolar, devido aos inúmeros momentos de violência sofridos naquele espaço, e fora do mesmo, por variados agentes. Um caminho que a mesma não projetava para a sua vida.

Em casa era um caos, na escola também, e agora? Tenho a opção da rua ainda. Foi quando eu comecei a conhecer outras coisas que me levariam e constituir a Melissa.

Eu jamais imaginaria na minha vida que um dia me tornaria uma garota de programa. Mas acredito que depois das coisas que eu falei, dá pra entender um pouco de como foi difícil essa transição de fases e de gêneros. Porém também acredito que, devido ao despertar prematuro do sexo em minha vida, cresci uma jovem sexualmente ativa até me tornar, hoje, uma profissional do sexo. (Participante 7; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 81-82, grifo nosso).

A citada participante atribui aos inúmeros eventos difíceis de violência e exclusão que passou, e também ao que chama de *despertar prematuro*, a sua vida ter se encaminhado para ser uma profissional do sexo, uma atividade que nitidamente não perpassa pela ideia de escolha, quando a mesma passa a compartilhar as suas experiências e violações subjacentes à prostituição.

Eu passei por todas as etapas dessa profissão, desde a puta da rua, drogada e bêbada até a acompanhante de luxo. Antes, eu não sabia como era fazer programa, não tinha ideia de por onde e como começar. E não é só tirar a roupa! Toda uma sistematização acontece dentro da gente. Primeiro, não sabemos com quem estamos transando, segundo, **não sabemos como encontrar uma forma de tornar aquilo o mais rápido e indolor possível**, algumas vezes são até prazerosas, mas não é a maioria. Mas tudo isso se aprende e, quando se percebe, já se está completamente inclusa nesta vida.

Para você que não trabalha com programa é natural fazer sexo, mas **este já não tem mais o mesmo significado para mim que trabalho com isso cotidianamente. Porém a vida de programa vai muito além do sexo. Existe um mundo, um universo todo por trás. E essa é a pior parte. É um mundo de violência, exploração, doenças e humilhação.** Nenhuma puta é bem vista pelas pessoas. Procurar por seus serviços sexuais é fácil, o difícil é respeitá-las. E é nesse mundo que possui um misto de glamour, luxúria, insatisfação, frustração, dinheiro, depressão, euforias e exclusão que eu vivo por mais de 5 anos. (Participante 7; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 82, grifo nosso).

Eis o cotidiano da participante 7, marcado pelo atravessamento do seu corpo, pela ocupação do mesmo. Já que este não pôde ser dominado integralmente sob os moldes oficiais das relações de poder incidentes sobre o corpo e gênero na modernidade, reserva-se a este um

espaço em que ele não será ainda do indivíduo, e sim do complexo de poder, que o macula, viola, por meio de novas formas de dominação.

Sustenta-se a prostituição como um elemento fruto e reprodutor das relações de poder, com uma configuração específica. Já que se está diante de um corpo desviante da lógica heteronormativa natural [*sic*], o mesmo ainda assim será dominado, ainda que acredite que escapou do complexo de poder. Propositamente, a margem, a miséria, a violência são direcionadas a este corpo, a título de punição ou mesmo de demonstração da perspectiva de que não haveria escolha. Trata-se da coercitividade do fato social. Ouse lutar contra ele e esteja preparado para sofrer as consequências do mesmo.

Não se trata somente do ato de se prostituir, mas também de todos os elementos que o acompanham socialmente, conforme sustentado pela participante 7. Para além do sexo, há um universo de elementos que compõem a realidade do indivíduo, expondo-se a situações de violências (para além das que já passou ao longo de sua vida), exploração, doenças e exposição social, humilhações. Eis uma experiência compatível com o espaço dado ao corpo trans socialmente, a margem.

Vale ressaltar que as correlações que estão sendo feitas a partir dos textos apresentados não são absolutas, tendo em vista que as histórias de vida, experiências dos indivíduos, são múltiplas e diversas. É o caso da participante 15 (identificada como mulher trans, negra, 25 anos; psicóloga; graduada em Gênero e Diversidade pela Universidade Federal da Bahia – UFBA; moradora de Salvador) quem também apresenta uma vivência de prostituição, entretanto, que não está desvinculada de estudos, de escolaridade.

Dentre todas essas várias agressões, houve mais uma: fui expulsa de casa novamente. **Como eu já sabia que era uma mulher, minha única saída foi a prostituição para me manter e comprar minhas coisas, já que minha mãe pagava meu aluguel.** A prostituição foi fundamental para que eu fizesse as minhas escolhas. Lá eu pude reviver, sentir na pele, mais uma vez, o que era **humilhação, agressões físicas e verbais de outras travestis e de clientes, estupros e todos os tipos de vulnerabilidade que podemos imaginar.** Isso tudo me tornou forte, o que fez, então, **com que eu não desistisse dos estudos. E assim, se dava minha rotina: durante as tardes, eu dava continuidade ao meu ensino médio, e, à noite, fazia prostituição.** (Participante 15; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 130, grifo nosso).

Apesar dos obstáculos enfrentados, a referida participante buscou não desistir dos seus estudos. Trata-se uma análise que não perpassa pela perspectiva da meritocracia, muito longe desta falácia, e sim que considera as oportunidades e privilégios múltiplos variantes da vida de um para outro. Como já se observou na fala da participante 14, até mesmo o momento de

reconhecimento do indivíduo como uma pessoa trans pode influenciar em seu destino, no jogo de obstáculos e violências que sofrerá ao longo de sua vida.

Associado a isto, a ideia de que a estrutura de poder desvelada sobre o corpo possui fissuras, falhas. Como Foucault ressalta (2014c), onde há poder há resistência, ainda que haja uma realidade construída para pessoas *trans* não terem formação educacional, vivendo nas margens, é possível identificar sujeitos que transcendem a essa lógica, a partir das variadas complexidades e possibilidades presentes em vida. Neste contexto, estudar, adquirir uma formação, é resistir.

Está-se diante de um complexo de poder que possui efeitos e um funcionamento empreendedor. Ao mesmo tempo que cria corpos e realidades, por exemplo, insere-se na mente dos indivíduos, e nos elementos que fazem parte do seu cotidiano, convencendo-os de uma anormalidade que não está na norma, mas no próprio indivíduo [*sic*].

Um poder simbólico que ao criar um *corpo sexuado*, conseqüentemente, produz um corpo normal e efeitos colaterais em quem não sustenta essa normalidade criada, falsa. Identificou-se, em detrimento das relações de poder sobre o corpo, diversos depoimentos que destacam a rejeição do próprio corpo, situações de depressão e até mesmo suicídio; todos correlacionados à existência de um corpo trans e sua marginalidade em relação ao estabelecido pela norma.

Iniciar-se-á tal análise com o participante 16 (26 anos, brasileiro; homem trans; estudante de Filosofia e das Artes; militante), quem destaca uma perspectiva de auto rejeição em detrimento da realidade social.

Eu tô preso no meu quarto. Sinto o jardim pela janela e ousou enxergar a vontade de absorver o sol, o verde - me deixar todo verde! Mas então, ouço os barulhos do corredor - toda a existência que já havia antes de mim, os papéis traçados e as linhas que deveria seguir, caber, compreender. Minha ânsia é escrever pro mundo minha revolta, pegar minha mãe pelos cotovelos, a olhar nos olhos e dizer que ela é livre também desse sistema, que todos somos vitoriosos de estarmos aqui, de pé, nesse dia horrivelmente frio e claro. **Mas eu nem saio da cama. Eu não sou daqui. Eu não devo ser daqui, porque as linhas que me deram pra decorar não me descem a garganta e isso me faz - muitas ou todas as vezes - querer cortá-la pra arrancar e encarar o nó que mora ali. [...]**

Estou planejando um funeral, mas não paro de fazer massagem cardíaca em minha gana de mártir - no proposto defunto. Eu não deixo ir e não me permito ficar. **Eu me odeio - porque foi isso que eu aprendi.** Aprendi que felicidade é busca que não pode ser finalizada, que satisfação é padrão e querer é bom, desde que se queira dentro de possibilidades que escolheram por você. Aprendi que não se deve existir, resistir... o que se tem é a sensação de dever cumprido - aquele mesmo dever que te faz sentir o nó correção da corda te apertar a traqueia. (Participante 16; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 42-43, grifo nosso).

A partir dos excertos destacados do texto do referido, observa-se um estranhamento do mesmo para com o circo de realidade construído sobre o seu corpo, sobre o corpo trans. Um estranhamento para com os modelos, categorias, que lhe foram entregues como prontas e que não conseguem ser assimiladas pelo mesmo, diante do controle efetuado a partir delas.

Por meio da cultura como instrumento de reprodução de relações de poder, ensina-se indivíduos em sociedade sobre o que é um corpo normal e um corpo anormal. Doutrina-se. Por meio de uma violência simbólica, estes *ensinamentos* são aprendidos de forma naturalizada por indivíduos em sociedade, colocando-os no pedestal de dado natural ou ciência.

Naturaliza-se um modelo adequado de corpo, um corpo normal, concedido pela natureza. Por via de consequência, ensina-se que ter um corpo diferente daquele é um equívoco, é errado, digno de repulsa. Este sentimento de rejeição do próprio corpo, de prisão em um corpo errado pode ser identificado, também, no texto do participante 17 (22 anos, homem trans; morador de Salvador; escritor).

[...]

Quando eu era pequeno,
 Mas cada dia menos criança,
 Eu mudei de todos os jeitos errados
 Meu corpo criou curvas,
 Sinuosidades,
 Nuances
Que me enojava olhar no espelho,
 Porque aquele
 Não
 Era
 Eu
 Porque cada olhar,
 Cada toque,
 Cada gesto de afeto
Direcionado a esse corpo,
Era como uma sentença
Sendo pronunciada de novo
 E de novo
 E de novo:
Prisão perpétua
Em um corpo mentiroso,
 E pena de morte

À alma discordante
 Porque eu aprendi a aceitar,
 Calado,
 De olhos secos,
 Que ninguém
 Nunca
 Saberá me amar para além
Desse cárcere privado,
 Que ninguém
 Jamais
 Conseguiria tocar
 As mãos estendidas
 [...] (Participante 17; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 92, grifo nosso).

Compatível com a fala dos participantes 16 e 17, sustenta-se uma cultura de ensinamento do ódio, de se auto odiar, de se auto repudiar; devido a anormalidade de seu corpo [*sic*] em sociedade. Sentimentos que são decorrentes da estruturação de uma sociedade cruel, violenta e alienada.

Entretanto, a base para este repúdio, para este sentimento de estranhamento em relação ao próprio corpo, seria a construção de modelos, de categorias de corpos naturais. A própria estrutura de poder é a responsável por criar um corpo, reproduzi-lo como normal e disseminar a concepção de corpos equivocados perante aqueles que não seguem a regra de coerência corporal produzida, artificialmente. Produz-se, assim, o sentimento de repúdio, de estranhamento, como uma forma de alinhar estes corpos incoerentes à ordem, aos ditames das relações de poder.

Trata-se de um ciclo de poder, que culmina na produção do sentimento de repulsa ao próprio corpo, uma vez criado um modelo normal do mesmo. Assim, por conta de uma violência simbólica, o indivíduo adere a um modelo normal de corpo, comparando o seu ao mesmo. Diante de um possível conflito entre os mesmos, surge o sofrimento. Surge a repulsa ao próprio corpo e, muitas vezes, uma imediata solução: *a modificação deste corpo incoerente*.

Em paralelo, o participante 12, já qualificado anteriormente, também, compartilha sua experiência de sofrimento em detrimento de sua vivência em sociedade, enquanto pessoa trans.

Acho importante lembrarmos de onde viemos, lembrarmos do que precisamos passar pra estarmos aqui, lembrarmos das **cicatrices criadas após ouvirmos palavras que carregaremos pra sempre por toda nossa vida. É importante, para mim, lembrar das vezes em que entrei no quarto e chorei aos prantos me mutilando, das vezes em que gritei por socorro e todos ignoraram**, quando precisei ser forte mesmo que

esteja difícil, quando pedi proteção ao sair de casa e voltei vivo, ou até mesmo, lembrar dos dias em que enxuguei as lágrimas que teimaram em cair pelo fato da sociedade ser tão preconceituosa a ponto de soltar piadinha sem nexos. (Participante 12; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 165, grifo nosso).

Assim como os participantes 16 e 17, o participante 12 compartilha um contexto de cicatrizes ocasionadas pela realidade social a qual ambos tiveram que se submeter, ainda que em níveis de intensidade distintos. O referido conta que a automutilação fez parte da sua história, em momentos de sofrimento, nitidamente, também correlacionada com a rejeição ao próprio corpo, que nesta tese é sustentada como um fenômeno fruto das próprias relações de poder que convencem o indivíduo dominado a acreditar que o mesmo possui o corpo errado. E mais, uma vivência marcada para além da auto rejeição, diante do silenciamento, do descaso para com a dor da pessoa trans.

Trata-se de invisibilidade. De rejeição. De ódio. Ódio este que é transmitido de forma indistinta em sociedade, sendo incorporado à pessoa trans que odeia o seu corpo, que aprende a se odiar, conforme fala do participante 16; assim como aos demais indivíduos da sociedade, que mesmo que não consigam refletir sobre o motivo, também, transmitem o ódio.

A participante 18 (25 anos, mulher transgênero, brasileira; estudante de Serviço Social; militante), em seu texto, questiona, buscando entender quem é o culpado em geral pela sociedade odiá-la como mulher trans; questiona-se a origem do ódio, ainda que irrefletido, para com aqueles que possuem uma experiência de vida considerada marginal.

Todas essas pessoas – médicos, juízes, policiais, seguranças, porteiros, vendedores, garis, entre outros – junto de suas famílias sabem, no seu dia a dia, em meio à sociedade, sorrir e proporcionar sorrisos. **Mas em suas vidas, as pessoas trans não podem ser inseridas, não são bem vindas.** E até mesmo bem antes de nossa presença em seus espaços de socialização, já somos renegadas. Às vezes, eu fico pensando: **‘De quem é a culpa por essas pessoas nos odiarem?’ e ‘Será que simplesmente é assim que as coisas funcionam: nós sendo os inimigos mortais dos ‘normais’?’**

Está na hora das pessoas cis naturalizarem a existência de pessoas trans em seus meios sociais. Porque como pode uma mesma pessoa proporcionar atitudes e atividades sociais do bem, e, por outro lado, ser um monstro com homens e mulheres transexuais? Acredito que é a criação baseada nas desigualdades sociais que dá as inclinações necessárias para que os indivíduos sejam mocinhos em determinados momentos e monstros em outros. (Participante 18; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 149, grifo nosso).

O depoimento da referida participante está centrado no binômio *bem e mau*. Como podem indivíduos em sociedade serem reconhecidos por praticarem o bem, de forma indistinta,

sendo adorados por todos, porém ainda assim conseguirem ser vetores de violência, de exclusão de pessoas trans? Eis uma pergunta que pode ser refletida à luz do que já foi discutido na presente tese sobre a teoria de Pierre Bourdieu e a incorporação de relações de poder pela sociedade.

Está-se diante de um complexo de poder impiedoso e diversificado. Quando se pensa que se conseguiu identificar sua lógica de funcionamento, o mesmo se reproduz por uma outra perspectiva. Ainda que o sujeito tenha condutas socialmente reconhecidas como aprováveis, ninguém está isento de reproduzir a violência propagada como normal pelas relações de poder. Não se reflete sobre os males que podem ser ocasionados às pessoas trans, das mais variadas formas, como se está observando a partir dos compartilhamentos dos participantes aqui analisados.

Naturaliza-se a violência, a exclusão, sob o escudo de que é o certo. Sob a justificativa de que se está cumprindo as leis divinas, a lei natural da vida, de que existe um corpo de homem e um corpo de mulher, essencialmente, e que compartilhar com uma perspectiva que fuja dessa lógica seria compactuar com o pecado e isso, por si só, já justificaria a exclusão destes indivíduos da sociedade. Trata-se de lógicas de pensamento que não surgem do indivíduo, são externas a ele, ensinadas por meio da cultura, que é um instrumento de relações de poder, um elemento da realidade construída pelo poder.

Um campo de poder que além de ocasionar rejeição do corpo do indivíduo pela sociedade e pelo próprio, possui outros feitos gravosos vinculados às relações de violência ensinadas e reproduzidas em sociedade; como a *depressão* e o *suicídio*. Identificou-se, também, um núcleo de depoimentos com este conteúdo, que passarão a ser analisados. Iniciar-se-á com o discurso do participante 19 (identificado como homem trans, 18 anos; afro-indígena; pansexual; anarquista e militante).

Cara depressão
Tenho um laço contigo
Que me conforta, me preenche e me deixa longe de todo
o mundo
Tenho um laço contigo
Que me amarra, me tortura e me condena
Busquei socorro em remédios, meditações, corpos, lábios, músicas, amores
e paixões
Porém você permaneceu aqui
‘Já pode ir embora, não há mais espaço para tu cresceres», eu disse

Estava enganado
 Você tomou proporções inimagináveis
 Não há mais corpo, mente, vida...
 Apenas o nosso laço. (Participante 19; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 163).

O discurso do citado participante está nitidamente voltado, unicamente, para a figura da depressão em sua vida. Ele escreve sobre, e para, a sua relação com a depressão e a proporção que a mesma tomou em caráter incontornável, não existindo mais corpo, mente, vida. Trata-se de um efeito correlacionado à realidade construída socialmente em relação aos corpos.

A depressão como um efeito do poder, das relações de poder. Pode-se afirmar, inclusive, que a depressão, neste caso, estaria correlacionada com a crueldade da configuração das relações de poder incidentes sobre os corpos. Em geral, o sofrimento psicológico como um sintoma proposital do campo de poder exercido sobre os corpos, diante da fixação sociocultural da vinculação entre normalidade e coerência.

A participante 20 (21 anos, identificada como travesti; bissexual; estudante de Direito, atriz; escritora e militante), em seu discurso, compartilha essa espécie de sentimento, correlacionando-o com o mundo externo, com a sociedade.

[...] Deparei-me, então, com uma sensação de crise que me derrotou: eu amava o que tinha construído em mim; meus processos externos e internos; minhas transformações corporais; meu imaginário sobre mim mesma e com o mundo; mas, parecia que, ainda, assim, o certo seria abandonar tudo. A maior dor veio com a constatação de que não conseguiria deixar para trás toda aquela estética que fiz para mim e que, portanto, **seria melhor largar tudo o que está ao meu redor tudo o que me enxerga, que me toca, que se relaciona comigo. A lógica que alcancei, então, foi a seguinte: se eu passar a não existir mais para o mundo externo, eu não precisaria ser interpelada por ele nem colocada à prova, e, assim, só me teria para mim. Logo se eu tivesse que continuar viva, eu viveria somente para mim mesma; afastada de todos, sem ninguém para questionar-me, para duvidar de quem eu sou.** (Participante 20; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 27, grifo nosso).

A lógica sustentada pela referida está correlacionada com uma realidade social que a coloca a prova continuamente, que a interpela e a testa sobre a sua identidade, sobre o seu corpo, sobre o sexo e coerência. O pensamento perpassa pela perspectiva de se afastar daquele núcleo que lhe violenta, que lhe viola.

A participante, então, em um momento de sua vida, relatada anteriormente, sentiu que o correto a ser feito era se apagar. O apagamento como solução. Já que o que a violava era o mundo externo, apagando-se deste mundo o potencial violador do seu corpo é neutralizado. Por

consequência, afastar-se-ia de todos, pois assim aqueles tipos de constrangimentos, questionamentos sobre a sua identidade, deixariam de se fazer presentes.

Trata-se, mais uma vez, de um contexto intencional das relações de poder que estão sob análise. Cria-se um quadro de realidade excludente, propositivo e fixador de normas, de padrões de gênero, de corpo. A regra não oficial é simples, adeque-se. Ainda que o indivíduo não queira, ele será cobrado socialmente. A definição é a bandeira da cobrança. O indivíduo precisa se definir, e para se definir como homem ou mulher o corpo foi colocado como elemento essencial. Um contexto de sofrimento, de conflitos, que não termina com a alteração do corpo.

A participante 13, já qualificada anteriormente, compartilhou um momento de grande sofrimento em sua vida decorrente de aspectos sociais, quando o suicídio se tornou a única saída em sua mente, estando correlacionado a uma situação de estupro em seu ambiente doméstico.

E assim, fui surpreendida por ele, dentro da minha casa, que, sem dizer qualquer coisa, correu na minha direção e me agarrou pelo pescoço. Depois deu um soco na minha barriga e começou a falar, perguntando se eu era viado, se eu queria dar o cu. Deu outro soco na minha barriga e pegou o meu braço esquerdo e o torceu para trás me fazendo virar de costas pra ele. Soltou o meu pescoço e passou a pressionar minha cabeça contra a parede, tentei gritar mas não consegui. Não tinha força para me defender, ele era muito maior e muito mais forte que eu. Tudo em mim era medo, desespero e sensação de impotência. Tremia dos pés à cabeça. Sentia como se os meus dentes fossem trincar. Completamente imobilizada pela força e pelo peso do corpo dele sobre o meu, não consegui fugir nem mesmo reagir quando **ele começou a me estuprar. A dor me deixou sem fôlego e cheguei a apagar por alguns segundos. Me sentia sendo rasgada. Quando ele parou e saiu de cima de mim senti o calor do sangue escorrendo pelas minhas coxas. A dor era insuportável. Sei que ele me pegou pelo pescoço e falou alguma coisa que imagino que fosse para eu ficar calada, e foi embora.** (Participante 13; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 106, grifo nosso).

O estupro como um elemento sociocultural. As condições que conduzem a um estupro como frutos de uma realidade social e cultural construída, sob as bases de uma sociedade misógina, machista, heteronormativa e reprodutora de violência. A dor da participante, física e psicológica, como elemento correlacionado às relações de poder modernas incidentes sobre o corpo, sexo e gênero. Para a referida, uma dor insustentável, que a levou a tentar suicídio.

Ver a cara daquela criatura me dava tanto ódio que só passava pensamentos de morte na minha cabeça: **matar todo mundo; pôr fogo na casa; e cortar aquele verme em pedaços.** Meu ódio foi aumentando à medida que entendia que era impossível me vingar. **E passei a acreditar que a minha única saída era o suicídio. Aquilo foi tomando conta dos meus pensamentos. Até que, realmente, decidi fazer isso.**

Peguei uma corda de nylon e uma caixa de madeira para usar como escada, amarrei a corda no cano do chuveiro e dei um nó envolta do meu pescoço. Depois deixei o corpo esticar a corda e chutei a caixa, quando já estava sem consciência o cano do chuveiro quebrou com o meu peso, parecia ser bem forte, era de metal porem estava enferrujado por dentro, esqueci de calcular que a casa era muito antiga. Cai no chão do banheiro e o barulho chamou a atenção do meu padrasto que arrebentou o trinco da porta e me tirou do chão. Viu que eu estava com a corda no pescoço, mas apenas tirou e fez eu acordar. Como ele era espírita, depois veio conversar comigo e dizer o que acontece com o espírito das pessoas que se suicidam: viram espíritos perdidos. Depois disso, ele passou a me tratar diferente, com mais atenção e menos piadas. Eu tinha quase 13 anos, mas passei a viver como se tivesse 20. (Participante 13; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 107, grifo nosso).

O depoimento da citada participante mapeia uma situação de sofrimento ocasionada por uma espécie de violência física e simbólica, sociocultural, que atravessou o seu corpo, a sua mente; levando-a a uma situação extrema de tentativa de suicídio diante da insustentabilidade de sua existência em sociedade. Um sofrimento acompanhado de revolta e impotência, diante da ausência de responsabilização, social pelo menos, de quem a violentou, tendo em vista uma sociedade que justifica atos como este em corpos trans.

Nas palavras do participante 4, “Quando vocês (pessoas cis) matam a nossa carne, nosso espírito já está morto há muito tempo.” (Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 107); eis uma sociedade que viola, que mata corpos trans, seja realizando pela suas próprias mãos ou pelas mãos da pessoa trans, porém em ambos precedido de uma morte, a morte de espírito, diante de uma sociedade que não os aceita, respeita, que os viola, que os exclui.

Apresentou-se, neste segundo bloco de categorias de análise, efeitos ocasionados às pessoas trans diante de uma realidade social produzida e excludente, a partir da análise do conteúdo de *escrevivências*. Todavia, a vivencia da transexualidade não é homogênea, apesar da identificação de uma continuidade de efeitos sobre tais indivíduos, é possível se identificar falhas nos efeitos dominatórios sobre os corpos trans, o que se justifica, como já mencionado anteriormente, pela ideia de que o poder não tem eficiência integral, ele apresenta brechas, que são espaços de resistência.

Por isso, destaca-se que as *escrevivências* aqui analisadas mostram uma homogeneidade até um certo nível, sendo marcadas pela multiplicidade de experiências trans e suas complexidades. A participante 21 (24 anos, mulher trans; formada em letras pela UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas; escritora) destaca a ausência de uma fórmula que conceitue o que é ser trans, marcando a pluralidade e as falhas das narrativas.

Vamos lá: sobre algumas coisas básicas sobre transgeneridade e subjetividade. Ser trans não é sobre ser inequivocamente alguma coisa tal como: **ser normativo, ‘odiar o seu corpo’, e seguir determinadas narrativas rígidas sobre o que se convencionou em certo imaginário social ou senso comum sobre o que é ser trans de ‘verdade’.** Você não ‘tem que’ ser alguma coisa de forma predefinida para ser trans. Você ‘não tem que’ odiar o seu corpo para ‘ser trans’. Você ‘não tem que’ alguma coisa para ‘ser trans de verdade’. Você não tem que ‘se odiar’ para ser trans. Ódio a si mesmo em nenhum momento pode servir como base ontológica para ‘ser trans’. Não compreendemos a questão do ‘ser trans’ através de certos pré-requisitos para serem cumpridos. Não existe uma única forma de ser trans. As narrativas são plurais e falhas; falhas em relação a elas mesmas. (Participante 21; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 30, grifo nosso).

Apesar da realização de um mapeamento dos principais efeitos nas experiências de vida de pessoas trans, diante de uma realidade construída por relações de poder, não há como afirmar tais efeitos em caráter absoluto, tampouco colocá-los em posição de pré-requisitos para a definição da categoria transexual, considerando, inclusive, que o presente autor adere à teoria de que as categorias são instrumentos de dominação de formas de vida, sendo instrumentos de um campo de poder (GALEÃO DE AZEVEDO, 2016). E mais, a participante 21 complementa, a vida trans não se resume à dor.

Algo deu errado e nós resistimos. **A vida de pessoas trans e nossas subjetividades não se resumem à dor. A subjetividade trans não se resume a um ódio a si mesmo que seria condicionado pelas narrativas normativas, pelo exercício do poder como mera negatividade.** A norma funciona pela falha, e vivemos a partir dessa brecha: **as relações de poder são tensionáveis.** O nosso erro foi ter a audácia de resistir, de procurar viver no presente, com a total radicalidade que isso implica. **A vida de pessoas trans é também potência de vida a partir da resistência.** Transgeneridade é também afirmação da vida. **A transgeneridade não é produto nem re- produtora de dor e sofrimento a partir de um funcionamento tautológico de uma relação de poder fechada sobre si mesma.** As relações de poder são abertas às contradições que as constituem. Por isso pense duas vezes antes de falar sobre como pessoas trans reproduzem estereótipos de gênero e de como o mundo supostamente seria ‘melhor’ se pessoas trans não existissem. **Nossas vidas extrapolam a teoria cisgênera de compreensão do mundo.** (Participante 21; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 31, grifo nosso).

Dor. Rejeição ao próprio corpo. Ódio. Apesar de tais elementos existirem em *escrevivências*, conforme já analisado, em níveis de repetição, os mesmos não podem ser considerados em absoluto. A vida de pessoas trans não se resume a tais elementos, ou melhor, estes elementos não se fazem presentes nas experiências de todas as pessoas trans; entretanto, ainda que não existam em todas, fazem-se presentes na vida de vários sujeitos, sendo de extrema relevância marcar os efeitos de relações de poder sobre estas vidas, desde que considerando as falhas do complexo de poder, ao ponto de não serem reproduzidas de forma absoluta.

A partir do depoimento do participante 22 (65 anos, cartunista, trans), também, é possível perceber essa complexidade de histórias, de experiências de vida, que não podem ser restringidas ou generalizadas.

Um amigo me sugeriu a hipótese de que a transgeneridade, no meu caso, possa funcionar como um adequador – para uma situação de conflito não apaziguado com a homossexualidade. Nessa hipótese, o pânico ainda subsistiria; e a solução seria eu me ‘tornar mulher’. Achei que podia fazer sentido. Ao mesmo tempo, não mudava nada – sinto que minha transgeneridade faz parte de mim de modo harmonioso e sólido.

Tem sido um processo tranquilo – o que, mais uma vez, é diferente da experiência da maior parte das pessoas trans que conheço. Fiz o meu movimento numa idade de poucos sobressaltos, com filhos crescidos, situação profissional firme, tendo um círculo de familiares e amigos acolhedores. (Participante 22; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 56, grifo nosso).

Não há espaços para generalização quando se está diante de relações de poder. Onde há poder há espaço pra resistência (FOUCAULT, 2014c). Sendo assim, as identificações de conteúdo sustentadas na presente tese não possuem o objetivo de afirmar um modelo de vivência trans, muito menos corroborar da ideia de que há pré-requisitos para tanto. Coaduna-se com a ideia de diversidade de elementos que compõe a vida de cada um.

Analisado o segundo bloco de conteúdo dos compartilhamentos dos participantes, sobre as relações de poder e seus efeitos nas vivências de pessoas trans, passar-se-á ao terceiro e último bloco de análise, a partir do qual se analisará a relação da realidade social construída, e vivenciada pelos participantes, e a sua vinculação com a mudança corporal.

4.4 ANÁLISE DE CONTEÚDO DE ESCRIVIVÊNCIAS: **mudança do corpo e relações de poder**

Iniciar-se-á a análise de conteúdo dos textos dos participantes à luz da esfera da *transição corporal*, tendo-se como objetivo analisar, a partir da identificação de materializações em seus textos, a relação da estrutura de realidade criada e declarada pelos participantes para com o fenômeno da *modificação de corpos*.

Iniciar-se-á com o participante 23 (22 anos à data da publicação da obra, carioca; homem transexual e estudante de Mecânica Industrial), quem sustenta uma expectativa em sua transição corporal.

Eu sempre pensei muito na minha família. Aos 12 anos me assumi como ‘lésbica’ para eles, fui muito bem aceito, e muito amado por parentes e amigos. Aos 16, me assumi transexual (que digamos não é uma tarefa nada fácil). Desde então, eu acompanhei muito a vida de outros transexuais e fui tendo cada vez mais vontade de assumir a minha verdadeira identidade.

Hoje, com 22 anos, me sinto como se tivesse voltado aos 12, pois irei aplicar minha primeira dose de testosterona e junto com ela estão vindo vários tipos de sentimentos, tais como ansiedade, medo e angústia.

Ansiedade por querer que chegue logo o dia de aplicar minha primeira dose de muitas que vão vir, medo por não saber como vai ser o sentimento naquele instante e a angústia é por causa de todos os outros fatores que acabei de citar.

[...]

Ser transexual é, pra mim, também, algo bem ‘aterrorizante’. Pelo simples fato de o ‘novo’ me causar muito medo, mas eu tenho certeza que esse ‘novo’, que está por vir, vai me fazer a pessoa mais feliz do mundo. (Participante 23; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 14-15, grifo nosso).

A partir do texto do referido, identifica-se um depósito de expectativas sobre a sua *transição corporal*, a ser iniciada por meio da hormonioterapia. O participante vincula o *ser* transexual ao seu corpo, estimando que será a *pessoa mais feliz do mundo*. Eis um complexo de sentimentos que cercam a transição do corpo.

Entretanto, para além da expectativa que a cerca, não há por parte do participante qualquer justificativa, ou ao menos uma tentativa, de fundamentar a importância de mudar o seu corpo para fins de *ser*. Pelo contrário, identifica-se uma naturalização da transição do corpo e o seu papel no ser.

Trata-se de uma espécie de essencialização da mudança do corpo para a concretização de uma identidade de gênero, similar ao discurso oficial perpetrado, conforme analisado no primeiro capítulo; que pode ser identificado em discursos de outros participantes, também, como no do participante 24 (identificado como transgênero, pansexual, 29 anos; tocaninense; mestrando em estudos de Cultura e Território na Universidade Federal do Tocantins – UFT; militante).

Comecei minha transição corporal (sim porque na minha cabeça eu sempre fui assim), em fevereiro de 2014, com o uso da testosterona. Minhas mudanças foram notáveis logo de início, **porque aquela era minha alma, porque aquele era eu.**

Me sinto respeitado por onde passo. Minha identidade é reconhecida por todos. Eu não escondo quem sou e para quê vim a esse mundo. E sei porque isso acontece: porque na cabeça das pessoas eu era ‘sapatão’ e ‘virei’ homem e ser homem é um bom lugar. Reconheço esse privilégio. Além do mais, sou escolarizado, sou professor, ora essa! Tenho lugar de fala! **Só não sou reconhecido pelo estado do Tocantins o qual negou a alteração do meu nome nos documentos, baseado na justificativa**

de cirurgia de ‘mudança de sexo’. Quem disse que preciso de cirurgia genital para ser homem?

Para mim, o que muda na minha vida isso? Sem hipocrisia, é muito pesado ser trans. **Mas é maravilhoso se transformar no que você curte ser, construir um lugar só seu, um corpo físico em que você se sinta aconchegado.** Eu gosto disso! Mas não posso negar que sinto o peso da exclusão... Sinto muito! (Participante 24; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 16-17, grifo nosso).

A partir da análise do texto do referido participante, pode-se perceber uma essencialização de categorias sobre o corpo, assim como uma contradição. O participante também naturaliza a alteração do seu corpo, a partir da sustentação da hormonioterapia como uma ferramenta de viabilização da sua identidade de homem trans. Vivenciando a transição corporal.

Entretanto, ao mesmo tempo em que coloca o seu corpo em uma mudança para fins de identidade de gênero, critica o Estado do Tocantins negar a alteração do seu nome sob a justificativa de que o mesmo deveria ter se submetido a uma cirurgia de redesignação sexual. Não se irá discutir o conteúdo da decisão do Estado do Tocantins, até mesmo porque este assunto já está pacificado e superado a partir de decisão do Supremo Tribunal Federal, que reconheceu o direito de alteração do nome em cartório, sem a necessidade de cirurgia. Discute-se a contradição entre mudar o corpo por hormonioterapia e criticar a necessidade de cirurgia de redesignação sexual para fins de ser homem.

Qual seria o critério, portanto, para a definição de um indivíduo como homem, atrelando isto ao corpo? Por que a *hormonioterapia* é um instrumento utilizável para fins fixação da identidade de gênero e a *cirurgia de redesignação sexual* não? Entende-se que ambas não podem ser desarticuladas, tendo em vista que são instrumentos de alteração do corpo. O ponto é a naturalização do corpo como elemento de vinculação do gênero.

E mais, naturaliza-se um corpo. Um *corpo aconchegante*, sendo o mesmo correlacionado ao gênero. Trata-se da construção de um lugar que seja compatível com a estética sociocultural construída de gênero. Tem-se uma estética de corpo masculino e feminino. Construir um lugar aconchegante para si, *um lugar seu*, como sustenta o participante 24, seria ter um corpo compatível com essa estética. Eis a alteração do corpo correlacionada a elementos sócio culturalmente construídos sobre o gênero, o que pode ser observado, também, no discurso do participante 4, já qualificado anteriormente.

[...] É agonizante não saber quem você é, e com 14 anos eu tentei me **suicidar**.

Dos meus 14 anos até os 18 anos, todo dia da minha vida era um inferno. Com 16 anos, eu descobri o que eram pessoas trans e, finalmente, descobri o que eu sou, **mas junto disso veio a vontade de mudar tudo em mim, veio o sentimento de não pertencimento do meu corpo que só amenizou quando eu comecei o tratamento hormonal com 18 anos.** (Participante 4; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 59, grifo nosso).

Mais uma vez, identifica-se no discurso do participante uma naturalização da vinculação da experiência transexual a um corpo específico, seguida de um estranhamento para com o corpo biológico [*sic*] e criação de uma *vontade* de mudar o corpo, diante de um não pertencimento ao corpo que habita. Essencializa-se a vinculação da experiência trans à transição corporal.

O corpo antes da transição como uma prisão na concepção do participante 25 (identificado como homem transgênero, 23 anos; paraibano e funcionário público), quem destaca a importância da transição em sua experiência de vida.

[...] Eu, enquanto ‘Fulana’, apenas existia e isso não é exagero. **Não exagero quando falo que, antes da minha transição, eu era prisioneiro e refém da pessoa que vivia por mim, e essa pessoa existiu por muito tempo, não me deixava viver; embaixo da pele dela, eu me sentia aprisionado, embaixo da maquiagem, do vestido, do cabelo longo, eu ficava esperando pelo dia que poderia sair.**

Infelizmente, um crime teve de ser cometido. **Eu a matei, sem remorso, sem nenhuma culpa ou piedade.** Afinal, era ela ou eu, e eu precisava viver, ela já tinha vivido muito as minhas custas, às custas da minha felicidade. O crime que cometi foi em legítima defesa, ela vinha me maltratando, e, uma hora ou outra, eu iria sucumbir. Mas fui mais forte, peguei minhas armas e a enfrentei. Eu fui sozinho e quase perdi, mas tive uma ajuda na segunda tentativa, um amigo me ajudou, mesmo sem saber.

A garota então deu seu último suspiro... fiquei todo arranhando, foi uma briga que não desejo a ninguém, mas me curei de todos os arranhões e estou livre para viver.

Que ela descanse em paz e que eu seja feliz na minha caminhada. (Participante 25; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 122, grifo nosso).

O relato do referido coloca a transição corporal como elemento determinante em sua experiência enquanto transexual, ou melhor, enquanto ser dotado de felicidade. Projeta-se na mudança corporal as chaves de uma prisão que o indivíduo vivia em si. Mais uma vez, identifica-se uma naturalização do corpo como elemento determinante para fins de identidade de gênero.

O citado participante, por meio da sua transição, projeta-se como autor de um crime, de ter matado a *garota* em que ele habitava, adquirindo felicidade e liberdade. Deposita-se no corpo a responsabilidade de ser o elemento definidor de gênero. O estereótipo de gênero como um fenômeno presente antes e depois da transição. Antes, a maquiagem, o vestido e o cabelo

longo eram grades de sua prisão. Entretanto, quando se afirma um corpo como elemento definidor de gênero, novos estereótipos, uma outra estética, fazem-se presentes na experiência do indivíduo.

A vinculação do corpo, por meio da transição corporal, ao gênero, também, é identificável no discurso da participante 14, já identificada na presente tese, quem destaca a mudança do corpo como elemento proporcionador de *completude*.

Alguns meses depois de assumir minha ‘nova identidade’, **comecei a terapia hormonal, e, a cada dia, eu me sentia mais completa, mais mulher, mais realizada.** Daí que os choques de realidade realmente começaram a vir à tona. O primeiro foi com a mudança do olhar das pessoas sobre mim. As meninas, agora, me viam como uma ameaça; nós mulheres sabemos que somos criadas para sermos competitivas umas com as outras. O olhar dos homens, por outro lado, beira, em diversas vezes, a perversão, a curiosidade; não sei... a criação masculina é sexualizada desde sempre, por isso vale lembrar, aqui, que o Brasil também está na lista dos países que mais assistem pornografia com travestis e transexuais. **O segundo choque foi com as oscilações de humor que a minha Terapia Hormonal (TH) me proporcionou; algumas meninas gostam de chamar de TPM. Comecei a ser mais emotiva e, ao mesmo tempo, temperamental. Embora, a libido diminua, o prazer de se sentir mais mulher, a cada dia, é uma coisa única.** E além de tudo isso, não dá para deixar de falar do maior medo das pessoas trans: a não aceitação social. É super comum conhecer pessoas T que sofrem de Fobia Social. Não tem como fugir dos olhares alheios! Algumas deixam de sair e vivem meses em casa até se sentirem confortáveis novamente. Outro choque é o rolê de sermos sempre sexualizadas. É impressionante, em todos os ambientes em que estamos, o assunto vai acabar passando pelo tema ‘sexo’. A hipersexualização de uma mulher trans é algo inacreditável. (Participante 14; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 156, grifo nosso).

A partir do discurso da referida, observa-se a importância dada à transição corporal para fins de ser. Ser mulher se torna um elemento mais completo, estável, com a alteração do corpo [*sic*]. À medida que a transição avançava, a participante se sentia mais mulher, a cada dia, inclusive absorvendo a estética de gênero fixada sobre a categoria mulher em níveis de verdade, como a emotividade e a temperamentalidade consideradas femininas.

Na *escrivivência* do participante 26 (25 anos, identificado como homem trans; jornalista; editor e diagramador), também, é possível identificar uma valorização atribuída ao corpo para fins de identidade de gênero, a começar pelo título de seu texto, *Santa testosterona*. O gênero em sua completude dependente do corpo.

Então eu saí do consultório com a tão desejada receita. Depois de meses sendo jogado de mãos em mãos, ter feito inúmeros exames de sangue, ter meu psicológico analisado (para evitar que, sei lá, eu fosse um excêntrico que hoje acha que é um

homem e talvez amanhã acredite ser um cavalo), eu consegui aquele pedaço de papel minúsculo que me liberava comprar uma caixa de testosterona.

Ah, a **Santa Testosterona**.

(Participante 26; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 113, grifo nosso).

A partir de tais textos dos participantes, consegue-se observar uma repetição de conteúdo que vincula o gênero ao corpo. A identidade de gênero à transição corporal. Para fins de *ser* é necessário *ter*, reproduzir um corpo correspondente ao gênero identificado. Compartilha-se, de forma irrefletida, relações de poder sobre este corpo, já analisadas na presente tese, que pregam uma linha estável entre corpo, sexo e gênero.

Um complexo de poder que é reiterado, reafirmado, pelos próprios sujeitos que são atingidos pelo mesmo. Os próprios dominados como elementos estruturantes da dominação, tendo em vista o poder simbólico, a violência simbólica, exercido sobre os mesmos, fazendo-os acreditar em um discurso de garantia constitucional, de libertação, de liberdade plena. Uma lógica de poder convincente, doce, que domina corpos na modernidade, por meio de práticas inconscientes e reiteradas.

Analisou-se, ao longo do presente capítulo, a realidade criada na modernidade no que se refere a corpos transexuais. A violência, crueldade e exclusão como elementos que se tornaram corriqueiros no cotidiano de uma pessoa *trans*, principalmente, por meio do medo. Neste quadro, estrategicamente, e por questões de sobrevivência, lança-se mão de instrumentos de proteção. A participante 27 (identificada como transalien, recifense; artista e DJ; 21 anos) compartilha a sua vivência, sustentando tais instrumentos de proteção.

No caminho de volta pra casa, lembrei da minha época de escola, quando passei a transbordar minha transgeneridade e, conseqüentemente, meu estilo 'extravagante' aos olhos da sociedade. A partir daí, as opressões diárias que eu sofria naquele lugar deram espaço a olhares curiosos, espantados e quase sempre silenciosos. **Foi aí que percebi que minha expressão funcionava como uma afronta a todos aqueles que me oprimiam e me violentavam; minha aparência se tornou meu escudo, minha armadura, e é assim até hoje.** (Participante 27; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 18, grifo nosso).

Aparência. Diante de um complexo de poder sustentador de normas de gênero pautadas em uma pseudo naturalização do sexo e sua estabilidade para com o corpo, a estética de gênero se torna um escudo, um instrumento de proteção de pessoas trans contra uma realidade de opressão construída. Corpos trans como corpos vulnerabilizados em sociedade, estando mais

bem protegidos quando estão mais próximos da linha do considerado normal, do cisgênero, da estética do masculino e feminino.

Em um discurso sobre a sua história de vida, com reflexões sobre a sua relação para com a sociedade, a participante 21, já qualificada na presente tese, cita de forma crítica as correlações sociais para com as alterações corporais.

O fato de pessoas trans se verem **muitas vezes forçadas a fazerem alterações corporais justamente desvela a existência da transfobia e da não aceitação de pessoas trans enquanto trans em nossa sociedade.** Vejam só: as alterações que pessoas trans almejam realizar virem a ser um dos requisitos para a inserção social demonstra, justamente, como a cisgeneridade é vista como o modelo humano de saúde e normalidade.

Um discurso muito pernicioso afirmaria que se trata de uma su-posta norma para que pessoas sejam trans. Contudo a norma que subjaz é justamente para que elas fiquem mais próximas da cisgeneridade.

Obter passabilidade cisgênera não é uma excrescência do sistema de gênero produzido pelas pessoas trans - é a forma com que elas encontraram para poderem habitar uma sociedade profundamente excludente. (Participante 21; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 34-35, grifo nosso).

Para a referida, identifica-se que muitas vezes as pessoas trans são forçadas a mudar o seu corpo em detrimento de um contexto de transfobia e de marginalização, com os seus corpos incoerentes, em sociedade. Na mesma perspectiva da participante 27, o corpo seria um escudo contra a transfobia, a estética deste corpo.

A participante 21 ainda desvela uma lógica de discurso pautado em uma norma definitiva do conceito de trans, da experiência trans, que estaria correlacionada a uma proximidade da cisgeneridade. Funciona da seguinte forma, em uma sociedade que possui a categoria do normal vinculado à cisgeneridade, o transgênero é visto como anormal e excluído desta sociedade. Para que tenha um reconhecimento neste espaço, é necessário que se amolde à perspectiva dominante. Neste contexto, surgem as alterações corporais, as pessoas trans como sujeitos forçados, sócio culturalmente, a alterarem seu corpo para fins de sobrevivência, de reconhecimento, tornando-os mais compatíveis com a lógica cisgênera.

Por meio da mudança corporal, aproxima-se do modelo cisgênero, que é sustentado sob a base de um corpo masculino dotado de uma genitália específica, natural, assim como de um corpo feminino dotado de uma genitália específica, também natural. Com as alterações corporais, com fins de readequação a uma identidade de gênero, aquele corpo absorve uma espécie de *passé* perante o contexto de corpos cisgêneros, ainda que de modo distinto por ser

artificial [*sic*], possibilitando que o mesmo habite a sociedade moderna, extremamente excludente.

A participante 5, já identificada, compartilha, também, de um viés crítico acerca das mudanças corporais, correlacionando-as a uma tentativa de enquadramento a um padrão cisgênero do corpo, assim como a uma exclusão estrutural.

Nesse jogo, travestis e mulheres trans tem uma desvantagem maior ainda. E não é à toa, já que transversalizamos a função mais primordial da mulher dentro da sociedade patriarcal – o sexo. Pelo bem do sistema sexista, somos marginalizadas, excluídas do meio acadêmico e empurradas para a prostituição. **É do interesse desse sistema que a gente conviva com o estigma de não ser mulher o bastante, e, ainda assim, não ser digna de ocupar o espaço privilegiado de um homem. Não somos homens, e também não somos mulheres de verdade: somos ‘coisas’.**

Como forma de reparar essa exclusão estrutural, é comum que mulheres trans e travestis tentem se enquadrar no padrão hegemônico de mulher. Algumas buscam inúmeras cirurgias de feminilização, muitas seguem uma rotina perseverante para com seu cabelo, sua maquiagem e roupas. Além disso, apesar do estereótipo de serem violentas, observamos travestis e mulheres trans assumirem um comportamento passivo e dócil demais, permitindo que as pessoas passem por cima delas, ignorando suas vontades sem serem questionadas.

Não há nada de errado em ser vaidosa ou ter uma personalidade passiva, mas temos que ter em mente que, muitas vezes, esse comportamento não é natural e saudável, mas condicionado – **uma medida desesperada de nos sentirmos aceitas. Mas não somos.**

O momento mais libertador da minha transição foi perceber que eu jamais seria, de fato, respeitada enquanto mulher. Eu dedicava boa parte do meu tempo, meu dinheiro e minha energia para ter o cabelo, a maquiagem e as roupas das mulheres que eu via na TV, na esperança de ter meu gênero reconhecido. Ainda assim, a transfobia permeava minha rotina, porque eu jamais seria como essas mulheres da TV, porque eu sou travesti. (Participante 5; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 62, grifo nosso).

A referida compartilha um texto marcado por sua experiência diante de sua transição e seu olhar sobre a realidade que a cerca. A participante destaca a anormalidade e ausência de encaixe nas categorias cisgêneras dos corpos trans, fazendo com que os mesmos não sejam considerados nem homens, tampouco mulheres, e sim coisas. Trata-se de uma classificação diante do descumprimento do requisito da naturalidade sustentada pelo complexo de poder moderno criador e fixador de normas de gênero.

Diante da exclusão social que marca os corpos trans, a participante 5 destaca a tentativa de mulheres trans e travestis de tentarem se enquadrar nas categorias hegemônicas, como uma medida desesperada de serem aceitas, quando não são. A citada desvela, assim, que as mudanças corporais efetuadas, assim como a própria adesão a estereótipos de gênero, são

medidas realizadas para que se alcance uma aceitação social, diante de uma sociedade marcada por uma lógica de poder excludente e marginalizadora.

À luz de tais críticas, questiona-se o discurso de que às pessoas trans é reservado o direito de escolha de passar pela transição de seus corpos. Um discurso oficial de opção, de escolha de coerência, quando não há escolha. Um poder impiedoso, que convence os corpos a segui-lo, com uma espécie de recompensa, mas que ao final não existe.

Um discurso de reconhecimento social pós-cirurgia, pós-alteração do corpo. Entretanto, ainda que com o corpo alterado, o indivíduo ainda é visto em sociedade como anormal, como artificial, como *coisa*. O participante 28 (27 anos, residente em Brasília e servidor público) sustenta a sua história marcada por dois partos, e a partir do segundo ele não foi aceito como humano.

A transgeneridade me deu um segundo parto. A transfobia o violentou. Não nasci humano da primeira vez. Não me aceitaram humano na segunda.

Não sou APENAS trans. Sou vento, grito, diurese e borracha. **Não humano.**

[...]

Sempre fui vento. Depois do meu segundo parto me tornei tempestade. Agora penetro na existência alheia. Os humanos conseguem me enxergar. Eles apertam os olhos, inclinam a cabeça para a direita (quase sempre é para a direita) e questionam ‘ISSO é um homem ou mulher?’. Em seguida não tenho mais corpo, olho - mesmo sem ter olhos - ao redor e já não consigo mais fingir. Não entendo as palavras, os passos, vejo tudo como se fosse a primeira vez. Não estou mais ali. Nunca estive.

[...]

Sempre fui borracha. Depois do meu segundo parto sou a própria madeira sem sistema nervoso. É um lugar tão estranho. Planeta Cadastro, condições ideais de vida, o Escolhido. Penso que posso ser como uma pessoa. Estou pisando no mesmo chão que elas, executei ações seguidas de agradecimentos, estou quase compreendendo a linguagem dos humanos. Ensaio para não desconfiarem da minha natureza [...]. ‘Não é possível. Você não é possível’. Finco meus dentes na borracha: cada vez mais força, cada vez mais dormência. E silêncio. (Participante 28; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 45, grifo do autor).

Eis uma realidade social construída sobre a base da natureza. Ainda que haja a alteração do corpo, o indivíduo, para esta lógica de poder, não desfruta de uma essência. Continua não sendo um integrante da normalidade, continua não pertencendo à categoria homem ou mulher. Trata-se de uma coisa, marginalizada, marcada por uma impossibilidade de existir [*sic*].

Até o presente momento, nesta seção, identificou-se um discurso que se repete em termos de uma naturalização da modificação do corpo com fins de readequação a uma identidade de gênero, inclusive, discursos conscientes que atrelam a transição corporal a uma busca por uma aceitação social. Todavia, diante das brechas do complexo de poder, pode-se

identificar, ainda, uma série de discursos críticos que correlacionam a alteração do corpo às relações de poder, desvelando-as. Trata-se de um exímio exemplo de que o sistema de poder é falho, estando acompanhado de resistência.

Iniciar-se-á esta análise com a *escrevivência* do participante 24, já identificado anteriormente quando se destacou uma naturalização em sua fala sobre a hormonioterapia e uma contradição por criticar a cirurgia de mudança de sexo para fins de ser, apesar de ter essencializado a hormonioterapia como um requisito para tanto. Em um momento posterior de sua fala, o referido vincula o uso de hormônios a uma normal social rígida de gênero.

Enfim, penso que antes das pessoas tomarem a decisão de transicionar de fato, com uso de hormônios, precisam pensar muito, mas muito mesmo. O fato de transicionar vai te levar para outras sociabilidades que você talvez não esteja 'socializado (a)', e que pode te causar muitos problemas existenciais. **Uma coisa eu tenho certeza: se não houvesse uma rigidez tão firme do gênero, não haveria necessidade de uso de hormônios, não mesmo! Eu poderia ser homem mesmo não tendo a forma física de agora, eu sei disso!** De certa maneira, concordo que a tecnologia médica é muito importante nesse processo de construção e/ou externalização da nossa identidade. No fundo, eu queria viver em um mundo em que pudéssemos ser considerados apenas gente sem outras categorizações.

Mas já que elas existem, SOU HOMEM TRANS E QUERO DIGNIDADE E RESPEITO! (Participante 24; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 17, grifo nosso).

O participante é direto ao afirmar que há uma vinculação entre as normas rígidas de gênero reproduzidas em sociedade e a necessidade de uso de hormônios por pessoas trans. Trata-se de uma exímia manifestação das relações de poder, que cria uma realidade pautada em uma ordem de gênero fixa, que projeta corpos correspondentes ao gênero. Caso esta ordem não estivesse em vigor, o referido sustenta que poderia ser homem sem ter passado pela transição que se submeteu para chegar ao corpo do seu texto

Normas de gênero como elementos vinculantes da mudança do corpo. Transição do corpo com fins de enquadramento, de reconhecimento social. A vigência de uma ordem que é absorvida pelos indivíduos em sociedade, fazendo-os acreditar que não há possibilidades para além de um corpo de homem e um corpo de mulher, sob o fundamento do natural.

O participante 29 (identificado como trans, 31 anos; radicado em terras soteropolitanas; militante), em sua *escrevivência* destaca uma sociedade perversa, categorizadora, dominadora de formas de vida.

Pessoas trans não nasceram no corpo errado, mas numa sociedade perversa, que tenta, a todo tempo, nos enquadrar, nos rotular, nos encaixar em papéis previamente definidos, sem levar em consideração as nossas singularidades. Uma vida pensada pra Nós

Sem nós

Mas os corpos escapam

E os desejos transbordam

Transmutação

(Participante 29; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 128, grifo nosso).

O erro não está no corpo, não há um corpo errado. E sim um corpo construído em moldes que o tornam errado. Como o participante sustenta, o erro está na sociedade que tenta, repetidamente, enquadrar os sujeitos nos seus padrões de formas de vida, de experiências, previamente definidos. A questão é que estes padrões são definidos por relações de poder, por um dispositivo de sexualidade e transexualidade, que projeta corpos incoerentes como anormais.

Poderia se questionar o próprio estranhamento com o corpo e o *desejo* [sic] de alterá-los como elementos que são atravessados por esta realidade de poder. Já que o corpo é construído externamente por um campo de poder, o estranhamento para com o mesmo seria fruto também de uma absorção deste poder, assim como o *desejo* de alterá-lo, uma vez que a alteração está pautada em dois modelos, o corpo masculino e o feminino. Estes dois como as únicas possibilidades inteligíveis de um corpo em sociedade.

A partir desta perspectiva, o participante 29 sustenta o corpo como um elemento puro de revolução, diante do seu potencial de transcender às normas de gênero: “Minha Masculinidade | Transviadal Se forja é nas gentilezas | Trans-vejo | Uma buceta masculina | Destruindo a normatização | Meu corpo | Pura revolução” (Participante 29; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 53). *Uma buceta masculina*, eis o corpo como elemento de desconstrução das amarras de gênero.

O corpo como revolução, para além da genitália. Nas palavras da participante 2 (já identificada), “[...] Essas coisas fazem eu ser a mulher que sou. A mulher que muitos duvidam. A mulher que eu vivo. A mulher que resiste. A mulher que brota e floresce diariamente. A mulher de pau. A mulher humana. [...]” (Participante 2; Grupo Transcritas Coletivas, 2017, p. 124).

Ser mulher como um florescer diário, livre da genitália, mulher de *pau*, homem de *buceta*, o gênero desvinculado do corpo. O corpo como revolução. Como o título da escrevivência da participante 2, *florescer no feminino*.

4.5 RELAÇÕES DE PODER, VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E A *ESCOLHA* DE ALTERAR O CORPO: a (in)existência de vontade na transição corporal

O presente capítulo tem como objeto de análise o elemento *escolha* na alteração do corpo, com fins de readequá-lo a uma nova identidade de gênero. Conforme sustentado ao início do capítulo, estar-se debruçado sobre um possível questionamento, ou discurso, de que ao não ser obrigatória a alteração do corpo, proporcionada pelo SUS, não haveria uma perspectiva de dominação, ou mesmo controle de corpos.

A presente seção, a partir do que foi apresentado sobre a teoria de Pierre Bourdieu, assim como à luz da exposição e análise das escrevivências de pessoas trans; preocupar-se-á em responder os questionamentos levantados acerca da mudança do corpo ser uma opção do indivíduo que se submete a mesma.

A partir da análise de conteúdo das experiências compartilhadas pelos participantes citados, pode-se identificar e estabelecer núcleos temáticos de alta relevância para a composição de uma linha de reflexão sobre o objeto estudado. Em um primeiro momento, identificou-se a construção de uma realidade declarada e vivenciada por pessoas trans. Uma realidade que se reverbera principalmente na sociedade, que reproduz uma estética muito bem marcada de gênero. São cores, esportes, profissões e, sobretudo, espaços de convivência eminentemente masculinos, femininos, de normais e anormais.

Identificou-se normas de gênero, que são reproduzidas socialmente e absorvidas. Compartilha-se uma genitalização do sujeito, no sentido de que o indivíduo é, em termos de gênero, o que a sua genitália representa, o que o seu corpo representa. O que é compatível e atinente às relações de poder sustentadas pelo dispositivo de sexualidade e de transexualidade, que pregam uma estabilidade e coerência entre corpo, sexo e gênero. Eis uma sociedade coerente, ainda que hipócrita, que cobra estabilidade do indivíduo para fins de reconhecimento.

Uma realidade social em que há a criação, fixação e reprodução de uma estética de gênero, incrustada nas consciências individuais dos indivíduos, de forma irrefletida. Para ser homem, ser mulher, é necessário ter um corpo específico, objetos determinados e

comportamentos definidos. Seguir uma estética que é repassada como natural, integrante da essência de um gênero. E o principal, identifica-se a produção de um corpo. Um corpo sexuado, um corpo de homem e um corpo de mulher, ambos como as únicas hipóteses de inteligibilidade em sociedade.

A partir de tal quadro social, notou-se efeitos que estariam sendo ocasionados às pessoas identificadas como trans, ainda que não absolutos. Consequências como *rejeição de si, rejeição do próprio corpo, depressão e tentativas de suicídio* foram relatados nos textos analisados. Interpreta-se os mesmos como frutos da realidade construída sobre a experiência de um indivíduo para com o seu corpo em sociedade.

Há um corpo normal, um corpo reconhecido, um corpo valorizado, um corpo natural. Quando o indivíduo não o possui, o surgimento de conflitos de ordem identitária para com o seu próprio corpo seria um efeito, ocasionando, portanto, a figura da rejeição e os outros efeitos relatados. Trata-se de uma cultura do corpo sexuado que é repassada desde a mais tenra infância ao indivíduo.

A pessoa já nasce em um contexto de normalização, produtor de uma realidade que é absorvida como natural, ao ponto de não se conseguir vislumbrar possibilidades para além da que é vivenciada. Ao ponto de não ser incomum relatos de estranhamento com o próprio corpo na infância, porque ninguém está isento dessa construção de poder.

Destaca-se a construção, por relações de poder, de um quadro de realidade que fixa o gênero ao corpo, à genitália. Uma fixação artificial que é repassada como natural, em níveis de uma violência simbólica que atravessa o indivíduo, fazendo parte do mesmo, ocupando seus pensamentos, comportamentos e sentimentos. Ocupando os seus objetos. Ocupando o próprio indivíduo, que dificilmente consegue subverter ao campo de dominação, apenas o reproduzindo.

Correlaciona-se tal reflexão ao conteúdo identificado nos textos das pessoas participantes citadas na seção anterior. Percebe-se uma naturalização da transição corporal como um elemento indispensável para fins de identidade de gênero. O corpo como elemento que, necessariamente, deve ter uma forma específica para fins de ser homem ou mulher.

É compatível com a configuração das relações de poder, incidentes sobre o corpo, convencer os seus dominados a se enquadrarem em sua lógica construída, entretanto, reproduzida como normal e natural. Majoritariamente, por meio do irrefletido, reproduz-se

corpos sexuais, a partir de uma vinculação dos mesmos a um gênero. Neste ponto está a transição corporal.

E mais, identificou-se, também, que diante da construção de uma realidade social perversa, desagregadora e violenta, a mudança do corpo assume o papel de um instrumento de socialização, pelo menos no plano teórico, o que na prática possui variações e críticas. A aparência coerente, por meio do corpo e sua estética, como uma espécie de escudo contra a violência efetuado cotidianamente contra os corpos trans. Uma forma de melhor estar protegido, ainda que de uma forma insuficiente e mínima.

Ademais, identificou-se também uma fundamentação de alterações corporais com base na expectativa de ser aceito em uma sociedade que exclui o incoerente. Diante da marginalização efetuada pela realidade social, a transição do corpo como um elemento que concede esperança aos sujeitos para que os mesmos possam vislumbrar um acolhimento social.

Ressalva-se, entretanto, conforme já relatado na seção anterior, que tais experiências de vida são consideradas, porém não generalizadas, uma vez que não se pode disseminar discursos que se repetem em textos como falas que representam um grupo por inteiro, de forma universal. Desta forma, buscou-se considerar e frisar diferentes histórias de vida, assim como destacar que tais percepções não são uníssonas, apesar de que se repetem na maioria dos textos analisados.

A partir de tais percepções provenientes de análise de conteúdo de textos, pode-se realizar uma correlação das mesmas para com a teoria de Bourdieu, a fim de analisar o elemento *escolha* na realização de mudanças corporais para fins de readequação a uma identidade de gênero.

A nível de tese, sustenta-se que as relações de poder incidentes sobre o corpo são reproduzidas por meio de uma violência simbólica, que predispõe os sujeitos em sociedade a reproduzirem a sua lógica de poder. O campo do irrefletido está correlacionado à crença de que mudar o corpo é essencial para se afirmar em um gênero. Sendo assim, entende-se que o discurso que sustenta a existência da escolha é falacioso. Não se escolhe quando alguém já tomou uma decisão prévia pelo indivíduo e o mesmo é simplesmente conduzido a seguir uma configuração de poder externa.

A concepção de que a alteração do corpo é uma opção, a partir da presente análise, torna-se fantasiosa, uma vez que o sistema de poder, apresentando-se de forma doce, não dá opção a quem é atravessado pelo mesmo, a não ser segui-lo, acreditando que está usufruindo

de liberdade sobre o seu corpo, beatizando o Estado, que suspostamente permitiria o seu corpo ser como ele sempre deveria ser [*sic*].

Trata-se de uma reprodução de padrões corporais. Não existe corpo correto ou incorreto quando se fala de gênero. Existe um corpo criado e vinculado a cada um dos gêneros, sendo reproduzido como o correto e o adequado. A lógica de estranheza é produto, é um fruto de relações de poder incidentes sobre corpo, sexo e gênero.

Ademais, deve-se também destacar um outro núcleo de conteúdo identificado nos textos dos participantes, que indica que ainda que o indivíduo tenha consciência das normas de gênero incidentes sobre o seu corpo, ou seja, não estando mais no plano do inconsciente; o mesmo se vê coagido a realizar a mudança corporal por questões sociais. Por acreditar que sua trajetória de vida se tornará menos violenta, e mais bem reconhecida, ao seguir os padrões de gênero disseminados em sociedade. Trata-se de um elemento em que se deposita a expectativa de aceitação social.

Ainda no campo da consciência, um indivíduo que tem noção das normas rígidas de gênero e adere às mesmas por conta da sanção social que o ameaça, não realiza uma escolha. Realiza-se a hormonioterapia, por exemplo, não porque se quer, por espontânea vontade, e sim diante dos obstáculos de socialização, de reconhecimento, apresentados cotidianamente. O indivíduo se vê colocado em uma situação em que opta entre a sua morte e uma tentativa de sobrevivência. Morte em variados sentidos.

Entretanto, ressalta-se as brechas da estrutura de poder, o que permite a ascensão de sujeitos que transcendem à lógica de dominação, ainda que parcialmente, refletindo sobre a desnecessidade de alteração do corpo para fins de gênero. Assim, o discurso não é absoluto em termos de alteração do corpo, o que explicaria homens trans ou mulheres trans que não desejam passar por mudanças corporais. Trata-se de um contexto de complexidade frente aos efeitos das relações de poder modernas. O que não significa, porém, que não há controle de corpos e de vidas a partir do discurso de direito à saúde marcado por uma suposta escolha, sustentado pelo Estado. Muito pelo contrário, a percepção de resistência é minoria.

Sustenta-se a existência de uma estrutura de poder que domina corpos em sociedade, por meio de uma cultura do corpo sexuado. Inconscientemente ou não, as relações de poder marcam a realidade social, limitando a possibilidade de reflexão. Todavia, todo poder tem espaço pra resistência, tem uma fissura, por meio da qual o corpo é um trunfo de revolução. Sendo assim, identifica-se um núcleo minoritário de reflexão que transcende a corporalidade

para fins de gênero e que teria um grau de ingerência ao negar a realização de mudanças em seu corpo, ainda que o mesmo esteja sendo dominado em outras múltiplas esferas.

Em linhas de conclusão do presente capítulo, sustenta-se, se ainda não está claro, a inexistência da figura *escolha*, de forma majoritária. Afirma-se que, por meio de relações de poder sobre o corpo, não se pode sustentar que a transição corporal é uma opção do indivíduo. De forma consciente ou não, o sistema de poder é implacável, condenando o incoerente à figura da morte, ainda que o sujeito tenha a vida material. Morte de seus sonhos, morte de sua liberdade, morte de sua dignidade, morte de sua vida. E a ele, a margem. A modificação corporal representa uma esperança, um desejo naturalizado, a solução de problemas, a parte que faltava; considerando o minoritário grupo de reflexão sobre a mesma.

Não se escolhe, quando não há escolhas, porque já se escolheu.

5 GÊNERO, CORPO E COERÊNCIA: O DISCURSO OFICIAL DE GARANTIA DE DIREITO A SAÚDE COMO UM INSTRUMENTO DE NORMALIZAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DE FORMAS DE VIDA

Trata-se do último capítulo da presente tese, que tem como objetivo responder as perguntas que aqui foram propostas. Mais especificamente, buscar-se-á responder em que medida o discurso oficial do Estado, relativo à transição do corpo de pessoas trans, que é sustentado como uma garantia constitucional, direito à saúde; é um instrumento de apagamento de formas de vida, de higienização de corpos?

Eis um questionamento que não começa a ser respondido no presente momento, pelo contrário, ao longo do desenvolvimento da pesquisa há elementos que são agregados, somados, para que se possa ter o substrato material para a concretização da reflexão sobre a citada pergunta de tese.

No atual momento da tese, considerando o que foi construído até então, proceder-se-á com uma análise sobre a figura do gênero, este como um elemento culturalmente construído, à luz da *Teoria Queer*, principalmente. Averiguando-se, assim, a sua correlação com os dispositivos de poder já estudados, ao ponto de se possibilitar a reflexão sobre o fenômeno da mudança do corpo com o objetivo de readequação, objeto da presente pesquisa.

Analisar-se-á, em um segundo momento, o papel do Direito na referida discussão, o lugar que o mesmo ocupa diante das relações de poder envolvendo o corpo, sexo e gênero. Refletindo-se, por fim, sobre as normas de gênero componentes de uma realidade social produzida e espaços de resistência à mesma.

5.1 GÊNERO E ARTIFICIALIDADE: uma análise do gênero como um produto de relações de poder

Estudar-se-á o elemento gênero e sua artificialidade, considerando a sua correlação para com as relações de poder. Para tanto, utilizar-se-á, principalmente, a teoria de Judith Butler, filósofa estadunidense, conhecida e considerada como uma das principais estudiosas da chamada *Teoria Queer*; professora do departamento de retórica e literatura comparada da Universidade da Califórnia, em Berkeley.

Iniciar-se-á o estudo, principalmente, com base na obra *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade* (2014), da referida filósofa. O primeiro ponto a ser destacado em sua teoria, é a ênfase dada a uma naturalização do gênero, ao ponto de o conceder o caráter de permanente. A mulher como um conceito amplamente aceito, tornando-se ontológico, diante de sua fixação e rigidez. Butler (2014) se propõe a estudar uma espécie de *genealogia da ontologia do gênero*, diante de sua constatação de rigidez, analisando o referido elemento não como origem e causa, e sim como um efeito de instituições, de relações de poder.

Sexo e gênero, em sua teoria, são considerados elementos construídos culturalmente, ao ponto de não poderem ser considerados permanentes, uma vez que não são naturais e sim produzidos, artificiais, por uma cultura heterossexual e heterossexista, que possui objetivos como a manutenção e reprodução de seus preceitos em níveis compulsórios. Uma cultura implementadora de normas de gênero, que são socialmente criadas e mantidas (SALIH, 2013).

Guacira Lopes Louro (2014) comenta sobre a artificialidade do sexo e do gênero, ao apontar a sustentação de Butler de que ambos seriam construídos culturalmente. Não haveria distinção entre sexo e gênero. O sexo é desde sempre gênero. Sustenta-se que constatações como esta são ameaçadoras dos pilares de uma realidade construída, interferindo no modo que a sociedade pensa e vive.

Quando se passa a dizer que não apenas o gênero, mas também o sexo é culturalmente construído, quando alguém sugere, como faz Judith Butler, que **'talvez o sexo tenha sido, desde sempre, gênero, de maneira que a distinção sexo/gênero não é, na verdade, distinção alguma'**, está se pondo em risco noções fortemente enraizadas na lógica e na existência de todos. Na medida em que se questiona a normatividade do gênero e da sexualidade se põe em xeque algo que pode ser visto como um dos 'pilares' do modo como pensamos e vivemos. A **lógica binária** que define os sujeitos como macho ou fêmea também implica que os gêneros serão dois e que a sexualidade deve ser exercida com alguém de sexo/gênero oposto. **A heteronormatividade que dá suporte a essa lógica, como todas as outras normas, se exercita de modo silencioso, invisível, disseminado [...]**. (Louro, 2014, p. 37, grifo nosso).

A sustentação da ideia de que *o sexo sempre foi gênero* é revolucionária no que concerne as relações de poder criadoras e reprodutoras de um modelo de realidade propagado como natural e normal. Desvela-se, com esta perspectiva, a artificialidade do sexo, vinculando-o a um segundo elemento artificial, o gênero. Subverte-se a lógica de um corpo dotado de um sexo natural, isto porque o sexo teria sido construído culturalmente, assim como o gênero.

Donna Haraway, em seu *Manifesto Ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX* (2009), ratifica a perspectiva do gênero como um elemento

social e historicamente construído, componente de um discurso reiterado socialmente de naturalidade. O gênero como um elemento artificial, porém reproduzido socialmente em linhas de essência, o que legitimaria o discurso de ser mulher como algo natural e, portanto, unificador de um grupo de indivíduos.

Depois do reconhecimento, arduamente conquistado, de que o gênero, a raça e a classe são social e historicamente constituídos, esses elementos não podem mais formar a base da crença em uma unidade ‘essencial’. **Não existe nada no fato de ser ‘mulher’ que naturalmente una as mulheres. Não existe nem mesmo uma tal situação – ‘ser’ mulher.** Trata-se, ela própria, de uma categoria altamente complexa, construída por meio de discursos científicos sexuais e de outras práticas sociais questionáveis. A consciência de classe, de raça ou de gênero é uma conquista que nos foi imposta pela terrível experiência histórica das realidades sociais contraditórias do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado. (Haraway, 2009, p. 47, grifo nosso).

A categoria mulher como um produto de práticas sociais problemáticas, assim como de discursos *científicos* sexuais, que inclusive já foram discutidos na presente tese, quando se elucidou os dispositivos de poder incidentes sobre o corpo. A consciência de gênero como um fruto da experiência histórica, artificial, socialmente reproduzida como natural em níveis de valores e interesses capitalistas, coloniais e patriarcais. O gênero como um construto.

Tal perspectiva é compatível com o que foi sustentado ao longo dos segundo e terceiro capítulos da presente tese, quando se destacou dispositivos de poder incidentes sobre o corpo, responsáveis pela criação do sexo, do corpo sexuado, naturalizando-o e o vinculando a um gênero. Sexo e gênero em uma linha de estabilidade, coerência e normalidade.

[...] O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual a ‘natureza sexuada’ ou ‘um sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra **sobre a qual** age a cultura. [...] Na conjuntura atual, já está claro que colocar a dualidade do sexo num domínio pré-discursivo é uma das maneiras pelas quais a estabilidade interna e a estrutura binária do sexo são eficazmente asseguradas. (Butler, 2014, p. 25, grifo da autora).

A sustentação do sexo como uma base natural, pré-discursiva, enquanto o gênero como um elemento culturalmente construído a partir do sexo; possui um lugar e uma função na lógica de configuração das relações de poder incidentes sobre o corpo. Trata-se de um discurso estratégico para a produção de estabilidade à estrutura binária, uma vez que ao colocá-la em

níveis naturais o seu questionamento, em nível social, torna-se mais remoto, diante de ser reproduzido como um dado da natureza. O corpo e o sexo como elementos naturais [*sic*], eis a chamada *metafísica da substância*.

O gênero, à luz da *Teoria Queer*, seria um elemento limitado pela própria estrutura de poder da qual ele faz parte, restringindo-se ao gênero masculino e feminino, determinados por uma *escolha* prévia realizada em nível de relações de poder. Sara Salih, em sua obra *Judith Butler e a Teoria Queer*, traduzida por Guacira Lopes Louro (2013); relaciona a citada limitação ao ato de escolha de uma peça de roupa em um armário. Assim como neste momento, quando se fala de gênero não há uma livre escolha, ou mesmo escolha, considerando que a mesma se propaga dentro de uma realidade criada de poder, lei ou cultura.

A metáfora da escolha da peça de roupa está vinculada à figura do gênero, no sentido de que no referido ato de escolha há uma série de expectativas sociais que se deve atender, a depender da ocasião, local e horário, por exemplo. Socialmente, a escolha da roupa é variável às pessoas com quem se irá socializar, também. Ressalva-se, entretanto, que a citada metáfora sugestiona a existência de um indivíduo antes do discurso, o que seria incompatível com a teoria de Butler, a partir da qual não há sujeito anterior à cultura e ao discurso, sendo a sua identidade produzida por estes (SALIH, 2013).

Ainda que o indivíduo subverta a lógica da naturalidade, identificando-se como uma mulher trans ou homem trans, o mesmo ainda estará preso a uma lógica binária de gênero. Ou é homem ou é mulher, atendendo a uma estética própria. Restrito, entretanto, a estas duas possibilidades. Trata-se de uma matriz heterossexual, da qual o gênero é um elemento sustentador, funcionando como uma espécie de moldura em relação a qual o sujeito social é submetido.

Identifica-se a transição corporal como um elemento diretamente relacionado à perspectiva limitante da lógica de gênero. Muda-se o corpo na busca de se readequar a uma realidade binária, presa a escolhas realizadas externamente por relações de poder e repassadas como naturais ao indivíduo, atravessando o seu corpo e os objetos que compõem a sua realidade social, por meio de uma violência simbólica.

Neste sentido, seria possível falar de liberdade em linhas de gênero? Respeito a diferentes formas de vida em um contexto de gênero? Liberdade em existir em compatibilidade com o gênero? Propõe-se tais perguntas diante da vinculação do gênero a um controle, a uma espécie de escolha realizada previamente pelo indivíduo, sem o seu consentimento, porém repassado ao mesmo como natural. Sustenta-se, a partir da presente tese, a impossibilidade de

uma liberdade sobre o corpo, sobre as múltiplas experiências de vida, a partir da lógica de gênero.

Sustenta-se não ser possível o exercício de uma liberdade sobre o corpo, sobre suas experiências para com outras pessoas e para consigo mesmo; em uma redoma de gênero. Não há liberdade quando suas experiências já foram previamente limitadas, pensadas e possibilitadas, em uma lógica binária moderna de ser.

De acordo com Butler (2014), sexo e gênero podem ser performativamente reinscritos. Trata-se da ideia de *performatividade*. O gênero como um fazer, ao invés de ser, uma vez que é artificial. Logo, se é dotado de artificialidade o mesmo poder ser performado. Trata-se de uma encenação.

Culturalmente, indivíduos em sociedade são ensinados a reproduzir uma encenação de gênero. Normas de gênero são aprendidas e seguidas. Eis comportamentos, pensamentos, falas, gostos; todos construídos por uma estrutura de poder complexa, que domina os corpos dos indivíduos em sociedade. O gênero, assim como o sexo, como elementos performativos. Encena-se um papel atribuído pela cultura, linguagem e discurso.

Butler complica a noção de 'identidade de gênero'. Afirma que gênero não é algo que somos, mas algo que fazemos. Não é algo que se 'deduz' de um corpo. Não é natural. Em vez disso, é a própria nomeação de um corpo, sua designação como macho ou como fêmea, como masculino ou feminino, que 'faz' esse corpo. O gênero é efeito de discursos. O gênero é performativo. [...] Um grande investimento vai ser empreendido para confirmar tal nomeação. Ela não está absolutamente garantida. Precisar ser repetida, citada e recitada incontáveis vezes, nas mais distintas circunstâncias. E poderá, igualmente, ser negada e subvertida. O devir pode tomar muitas direções. O terreno do gênero é escorregadio e cheio de ambivalências. (Louro, 2013, p. 32).

Sexo e gênero como elementos que são indispensáveis para a composição da identidade do personagem, performativo, produzido por relações de poder. Em linhas de dominação simbólica, não há uma escolha a não ser seguir o roteiro pré-fixado para aquele papel, para aquela identidade, artificial. Diante da artificialidade do gênero, sustenta-se a artificialidade da identidade de gênero que encena ser. Eis o homem masculino e a mulher feminina, como produtos artificiais de uma lógica de poder. A masculinidade e a feminilidade como performances.

A ideia de performatividade, portanto, ataca diretamente a naturalidade e estabilidade dos elementos sexo e gênero, assim como o do corpo também vinculado a um suposto sexo

natural, o corpo sexuado. Ambos são artificiais, frutos de uma construção de poder, de dispositivos de poder, a se nomear o dispositivo de sexualidade e transexualidade.

Entretanto, a referida constatação pode ser utilizada também como instrumento de destaque ao caráter produzido do gênero e de suas identidades, a partir de um contexto binário e heterossexual. Trata-se da utilização da performance como elemento de resistência ao complexo de poder. (BUTLER, 2014).

Butler (2014) sustenta o caráter paródico do gênero, no sentido de imitação, destacando as dimensões contingentes da corporeidade, a ideia de sexo anatômico, identidade de gênero e performance de gênero. A partir de tais elementos, o caráter paródico pode assumir um efeito subversivo, quando a norma da coerência heterossexual é substituída pela artificialidade do sexo e gênero, por meio de uma paródia que destaca a distinção entre eles, encenando a unidade fabricada pela cultura reprodutora de relações de poder e instauradora de uma realidade social.

Performance não é sinônimo de subversão, entretanto. Apesar do gênero e do sexo serem performáticos, é possível uma performance de gênero que reproduza as estruturas de poder, ratificando uma dominação heteronormativa. Trata-se do indivíduo que reproduz uma estética criada para o gênero, aderindo à mesma. Eis o objetivo das relações de poder, a aderência do dominado e a reprodução de sua lógica, sendo realizadas por meio de uma encenação diante de sua artificialidade (BUTLER, 2014).

O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser. A genealogia política das ontologias do gênero, em sendo bem-sucedida, desconstruiria a aparência substantiva do gênero, desmembrando-a em seus atos constitutivos, e explicaria e localizaria esses atos no interior das estruturas compulsórias criadas pelas várias forças que policiam a aparência social do gênero. (Butler, 2014, p.59).

O caráter performativo do gênero não pode ser afastado da prática compulsória e reiterativa das normas de regimes sexuais regulatórios, ao ponto de entender a performatividade não como o ato por meio do qual o sujeito coloca em prática aquilo que nomeia. Pelo contrário, a performatividade como poder reiterativo do discurso com fins de produzir os fenômenos que ele regula e constrange (BUTLER, 2003).

A partir da concepção butleriana de performance e a sua ressalva quanto as relações de poder, sustenta-se em nível de tese ao menos três possibilidades de experiências para com o corpo, em níveis de performance. Inicialmente, uma performance reprodutora das categorias

dominadas, construídas e reproduzidas em nível cultural. Trata-se da performance padrão de gênero, em que o indivíduo adere integralmente à estética direcionada ao masculino e ao feminino, inclusive aos padrões sobre o corpo sexuado correspondente.

Chamar-se-á tal performance na presente pesquisa de *performance normalizada*, termo este que possui um significado complexo, uma vez que carrega a informação de que o indivíduo que a exerce está diante de elementos artificiais, sexo e gênero, por conseguinte o corpo; assim como reproduz tais elementos artificiais como naturais, aderindo à lógica de poder, que dociliza corpos no sentido de que os mesmos obedeçam normas externas construídas e reproduzidas socialmente, sob um discurso de naturalidade.

Em um segundo contexto, sustenta-se uma *performance limitada*, no sentido de que o indivíduo transcende à lógica de estabilidade e coerência entre sexo, corpo e gênero; todavia, sua encenação ainda está presa às categorias construídas externamente por relações de poder. Uma subversão que ainda está amarrada a categorias como corpo sexuado, sexo biológico e ao próprio gênero. A exemplo de experiências de vida enquadradas no conceito de homem trans ou mulher trans.

Ainda que se subverta a naturalização de um sexo biológico em um corpo e a vinculação dos mesmos para com o gênero, identifica-se uma reprodução de categorias produzidas pela lógica dominante. O indivíduo não é enquadrado como tão somente um ser humano, e sim como um homem ou uma mulher marcada pelo sufixo *trans*, destacando-se a fronteira que lhe cerca, diante da normalidade fixada ao indivíduo cisgênero.

Por fim, vislumbra-se um terceiro contexto. Intitulado, na presente tese, de *performance abandonada*. Esta seria um tipo de experiência marcada por uma perspectiva subversiva. A partir da reflexão das categorias artificialmente criadas e alinhadas em caráter biológico essencialista, consegue-se entender o conceito de performance, diante da artificialidade produzida pelas relações de poder incidente sobre o corpo, sexo e gênero; entretanto, não se aderindo a tais categorias.

A performance, nesta experiência, é conhecida, porém abandonada. Uma vez que não se está encenando um gênero específico, muito menos um sexo. O indivíduo se liberta, abandona as amarras do gênero, do sexo, do corpo sexuado; sem a produção de uma performance de gênero, uma vez que tem consciência de que o mesmo foi construído para lhe dominar. Ao invés de uma encenação subversiva limitada, uma arte de viver não mais pautada no corpo sexuado, sexo e gênero. Uma experiência para além do corpo sexuado. Uma identidade desvinculada de tais categorias de dominação.

Considerando a artificialidade do gênero e o referencial teórico revisitado na presente tese, assim como a análise de conteúdo de escrituras de pessoas *trans*; passar-se-á, em uma seção específica, a analisar a transição corporal e a sua vinculação para com relações de poder.

Ressalva-se que pela leitura do presente estudo, ao longo do mesmo, já se pode extrair inúmeras considerações e reflexões sobre a mudança do corpo diante de um complexo de poder, não se deixando para analisar o seu objeto apenas no último capítulo. Entretanto, ainda que ciente de que a tese foi construída a partir de uma análise contínua da temática, para fins metodológicos e de elucidação, optou-se por construir um momento específico para tanto.

5.2 ALTERAÇÃO DO CORPO E RELAÇÕES DE PODER: **ratificação e incorporação de um complexo de poder**

A partir de várias formas, o indivíduo pode submeter o seu corpo a alterações corporais com fins de readequação. Entretanto, conforme sustenta Berenice Bento (2006), ainda assim estará preso ao destino biológico. Explica-se. A própria nomenclatura oficial atribuída aos indivíduos carrega uma limitação quanto ao sujeito que se tornará após a realização dos procedimentos médicos.

Caso se esteja falando de um transexual masculino ou de uma transexual feminina, a própria nomenclatura já denuncia a negativa de atribuição de veracidade àquele sujeito. Trata-se de uma essencialização realizada pela própria experiência transexual, de que aquele indivíduo jamais será considerado um homem ou uma mulher de verdade pela sociedade que o recebe após os procedimentos *terapêuticos* [sic]. Nas palavras da autora (Bento, 2006, p. 44):

Ainda na mesma lógica da patologização, o saber oficial nomeia as pessoas que passam pelo processo transexualizador de mulher para homem, de ‘transexuais femininos’, e de homem para mulher, de ‘transexuais masculinos’. Segundo esse raciocínio, mesmo passando por todos os processos para a construção de signos corporais socialmente reconhecidos como pertencentes ao gênero de identificação, os/as transexuais não conseguiram descolar-se do destino biológico, uma vez que o gênero que significará ‘transexual’ será o de nascimento.

Este processo de alteração do corpo e de identificação com outro gênero é de extrema complexidade, e pode sofrer variações até mesmo sobre o número e quais procedimentos interventivos o indivíduo *deseja* ou *precisa* passar para se identificar, ou mesmo se vai se identificar em outro gênero, mesmo depois das alterações corporais.

Bento (2006), ainda sobre a temática, sustenta que há uma diversidade de interpretações e de sentidos para os conflitos existentes entre os corpos e a subjetividade na experiência transexual. Para o sujeito sustentar o pertencimento a um outro gênero é necessário um sentimento, que é marcado por inúmeras variações para existir, isso quando existir. Neste ponto, a autora relata, a partir de seu trabalho de campo, que para uns a transformação do corpo por meio de hormônios já é o bastante para lhes garantir o sentimento de identidade, de pertencimento àquela, enquanto para outros não.

Trata-se de uma questão que não pode ser encarada em níveis de simplicidade e naturalização, como sustentado pelo discurso oficial de direito a saúde. Afirma-se assim, que os procedimentos de alteração corporal produzem uma nova condição de gênero, e *podem* propiciar uma nova identidade de gênero.

A cirurgia de redesignação sexual, assim como a cirurgia de mastectomia, ou mesmo a hormonioterapia, entre outros instrumentos de alteração do corpo; são considerados como meios de propiciar a construção de uma condição feminina ou masculina ao indivíduo. Não se pode esquecer, entretanto, que o próprio conceito do que vem a ser uma condição masculina e feminina é construído, podendo-se destacar a sua relação com a figura da estética de gênero.

Sobre as marcas do corpo, Guacira Lopes Louro, em sua obra *Um Corpo estranho: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer* (2008), comenta que os corpos, por meio dos símbolos que os atravessam, são significados culturalmente, tornando-se marcas, ou não, de raça, de gênero e de classe, por exemplo.

Ao longo dos tempos, os sujeitos vêm sendo indiciados, classificados, ordenados, hierarquizados e definidos pela aparência dos seus corpos; a partir dos padrões e referências, das normas, valores e ideais de cultura. Então, os corpos são que são na cultura. A cor da pele ou dos cabelos; o formato dos olhos, do nariz ou da boca; a presença de vagina ou do pênis; o tamanho das mãos, a redondeza das ancas e dos seios são, sempre, significados culturalmente e é assim que se tornam (ou não) *marcas* de raça, de gênero, de etnia, até mesmo de classe e de nacionalidade. Podem valer mais ou valer menos. Podem ser decisivos para dizer do lugar social de um sujeito, ou podem ser irrelevantes, sem qualquer validade para o sistema classificatório de certo grupo cultural. Características dos corpos significados como marcas pela cultura distinguem sujeitos e se constituem em marcas de poder. (Louro, 2008, p. 75).

Mudar o corpo no contexto aqui refletido é muito mais que uma questão restrita a genitália. A alteração do corpo representa uma alteração de marcas, de símbolos que aquele carrega consigo e que culturalmente possuem um valor. Os procedimentos interventivos citados produzem alterações de significado sobre o corpo, causando também uma alteração,

consequencial, na marca de gênero daquele corpo. Culturalmente, com a alteração do mesmo, há uma alteração na condição de gênero do indivíduo, que seria fruto da interpretação, do significado cultural atribuído ao mesmo. Mas o que não necessariamente significa a construção de uma nova identidade de gênero.

Ressalta-se, entretanto, que para defender a produção de uma nova condição de gênero pautada no significado atribuído a este corpo culturalmente, é necessário sustentar que não há corpo anterior à cultura. Não há corpo que não seja objeto do discurso da cultura ou mesmo feito por ela. Ainda nas palavras de Louro (2008, p. 81), “Não há corpo que não seja, desde sempre, dito e feito na cultura; descrito, nomeado e reconhecido na linguagem, através dos signos, dos dispositivos, das convenções e das tecnologias.”.

Cultura esta que não está isenta de relações de poder. A cultura pode, inclusive e muitas vezes, ser um vetor de relações de poder. Ser um produto de relações de poder e, ao mesmo tempo, um instrumento condutor de poder, em semelhança com o que se irá discutir no presente capítulo sobre o *Direito* e a *norma*, no sentido de que o Direito é normalizado e, concomitantemente, normalizador. Eis o *Direito normalizado-normalizador*, termo utilizado por Márcio Alves da Fonseca (2002).

Desse modo, podem-se mencionar diferentes e interrelacionados níveis na constituição da pessoa, que constroem, qualificam, tornam perceptível seu gênero. O fundamental nesse enfoque é seu caráter não essencializador, desnaturalizador, dessubstancializador. Isso quer dizer que o horizonte da natureza não é considerado determinante do que se entende numa determinada tradição sociocultural por homem e mulher, masculino e feminino, assim como as expectativas de comportamento relativas à orientação sexual, à atitude erótica e aos papéis sociais desempenhados não estão presas a um plano biológico, mas se erigem das interações da cultura, da socialização e dos desejos individuais, conforme mencionado anteriormente. (Küchemann; Bandeira; Almeida; 2015, p. 74).

O gênero em uma perspectiva não essencializadora, no sentido de que não há nada de natural nos conceitos de mulher e de homem. Este como fruto de uma construção social e histórica, da cultura. O corpo, nesta perspectiva, também como um elemento íntimo à cultura. Associado a este impacto da cultura no corpo, pode-se pensar em padrões corporais que são representantes do masculino e do feminino em uma sociedade ocidental. Há um padrão, uma lista de símbolos, de marcas, no corpo que denunciam uma condição feminina ou uma condição masculina. Mais especificamente, pode-se sustentar uma estética de gênero, que claramente está atravessada pela cultura.

Sustenta-se que a realização de intervenções no corpo, como as já citadas aqui indistintas vezes, são capazes de tornar um corpo, que não seguia um padrão estético cultural de gênero, mais adequado à estética do gênero *desejado* com a cirurgia, por exemplo. Trata-se de um conjunto estético complexo que é marcado por uma divisão de símbolos considerados culturalmente masculinos e femininos.

Sobre a estética de gênero, Berenice Bento sustenta (2006, p. 162):

[...] Como cobrir o corpo? Como escolher a cor, a roupa, o sapato, o penteado que darão estabilidade ao corpo? Se o corpo-sexuado é um efeito protético das tecnologias fundamentadas na heterossexualidade, a moda constitui-se como prótese desse corpo. [...] Se o corpo é plástico, manipulável, operável, transformável, o que irá estabilizá-lo na ordem dicotomizada dos gêneros é a sua aparência de gênero.

Inicialmente, deve-se partir do entendimento de que há uma ordem dicotomizada dos gêneros, entre o masculino e o feminino. Sendo imperiosa a adequação do indivíduo a uma dessas duas possibilidades. No padrão da normalidade, fruto de relações de poder, não há uma terceira possibilidade, ou você se enquadra no padrão masculino ou feminino, ou você é anormal, alienígena (GALEÃO DE AZEVEDO, 2016).

Bento (2006), considerando essa ordem dicotômica de gênero, sustenta que o corpo é manipulável, operável, podendo ser alterado externamente para assumir uma posição estável na citada ordem. Logo, as alterações corporais aqui destacadas seriam instrumentos de estabilização do corpo a uma aparência de gênero legitimada sócio culturalmente.

Alcançar um corpo esteticamente mais próximo ao considerado feminino ou masculino é de nítida relevância para a fixação de uma nova condição de gênero, em um campo imerso por relações de poder. Como se alterar o corpo fosse o caminho para vivenciar uma nova condição, em resposta a uma aparência de gênero construída com base no corpo, um corpo sexuado, idealizado e interpretado a partir de uma perspectiva cultural, atravessada por uma lógica dicotômica de gênero.

Ressalta-se. A própria condição de gênero, nos termos retratados na presente pesquisa, é fruto de um complexo de poder, construída com base em relações de poder heteronormativas e higienistas, dominadoras do corpo. Constrói-se padrões sobre o que é corporalmente masculino e feminino, reproduzindo-os de forma simbólica.

O ato de vestir uma calcinha, combinada com o sutiã, uma saia justa que valorize as nádegas, uma blusa justa, o penteado, o salto alto, o vermelho e o dourado como cores preferidas entre as transexuais femininas, são interpretações que lhes possibilitam inserir-se no campo do gênero identificado. (BENTO, 2006, p. 174).

São inúmeros os elementos que compõem a estética de gênero, como vestimentas, formas de se comportar, símbolos corporais e até cores, que culturalmente são atribuídos a um gênero específico. Conforme retratado por Bento (2006), no excerto retrotranscrito, trata-se de interpretações sobre o corpo que permitem uma inserção no campo do feminino, no caso em questão, ou masculino. Trata-se de uma escala de *capital de gênero*. Permite-se, a partir da estética de gênero, uma nova condição de gênero, construída culturalmente, que não se confunde com a concretização de uma identidade de gênero.

Estas estéticas de gênero, entretanto, não são homogêneas. Há inúmeras divergências sobre a forma considerada apropriada [*sic*] de um homem ou uma mulher se vestir, portar-se, comportar-se. Estas divergências tornam a experiência transexual complexa o bastante para não haver uma receita estanque e pronta no que concerne a alteração do corpo e o seu potencial de readequação do mesmo a uma identidade de gênero.

O gênero como um elemento fora de sua perspectiva essencialista. Não se acredita na ideia de que o gênero é fruto da natureza, que ele é determinado pelo sexo. Diferentemente, sustenta-se o gênero como um fazer, sendo inclusive marcado por performances de gênero, citando-se a filósofa Judith Butler. O gênero como um elemento que precisa da prática para existir e que tem a sua constituição embasada na reiteração da ordem dicotômica do masculino e do feminino, de instrumentos que fixam e robustecem a citada ordem.

Se uma mulher de verdade é discreta na forma de se maquiar e nos modelos das roupas, se fala baixo e gesticula comedidamente e tem uma voz que não lembra os falsetes dos travestis, há então todo um conjunto de intervenções para construir um sujeito transexual que não tenha em suas performances de gênero nenhum sinal que os cite. (Bento, 2006, p. 61).

Portanto, entende-se a estética como um elemento que propicia a construção e a fixação de uma nova condição de gênero. As intervenções corporais, aqui analisadas, ao produzirem um movimento na estética de gênero do indivíduo, acabam por concretizar uma nova condição de gênero ao mesmo, em reflexo a cultura e sociedade ao qual o indivíduo está inserido, marcada por relações de poder. Todavia, sustentar que tais intervenções propiciarão uma nova identidade de gênero é problemático e leviano, tendo em vista a complexidade da temática.

Fala-se de normas de gênero. Os indivíduos considerados transexuais como elementos de uma negociação permanente com as normas fixadas pela ordem dicotômica de gênero. Sustenta-se, assim, que o indivíduo que se submete a elas dá passos na citada negociação, alcançando uma posição mais próxima, para alguns mais favorável, ao gênero almejado. Constrói-se uma condição feminina ou masculina, a partir da ratificação, da reiteração de padrões.

A transição corporal, portanto, como um dos instrumentos de indexação do indivíduo às relações de poder. Eis um instituto que atravessa os indivíduos, amoldando-os a uma lógica de poder moderna e complexa sobre o corpo, sexo e gênero. O indivíduo, conforme já ressaltado, assume uma nova condição de gênero, entretanto está adstrito, preso, às categorias de poder criadas, à realidade construída e incorporada no plano da possibilidade imaginária do indivíduo. O que se viabiliza como possível em sociedade é construído e reproduzido como normal e único, por meio de relações de poder.

A partir do apresentado na presente tese, sustenta-se a mudança do corpo com os citados fins como um apetrecho de poder, higienizador de corpos. Produz-se na sociedade, de forma indistinta, a necessidade de mudança do corpo para fins de identidade. Uma estratégia de poder inerente à configuração dos dispositivos modernos. Só faz sentido mudar o corpo, nestes contextos, a partir da naturalização das categorias construídas, considerando-se uma realidade artificial e reproduzida como natural.

Alterar o corpo, para o mesmo ser readequado a um gênero, apenas faz sentido em um aquário de realidade criado pelas próprias relações de poder, que utilizam a ideia de transição como um instrumento de controle de vidas, de corpos. Mudar o corpo, a partir da naturalização de que existe um corpo sexuado, um sexo biológico, um corpo naturalmente de menino e de menina, e que estas são as únicas possibilidades inteligíveis em sociedade.

Eis um fenômeno vinculado às normas de gênero produzidas e reproduzidas socialmente. Continua-se adstrito a uma estética de gênero, que pressupõe comportamentos, pensamentos, roupas e, sobretudo, um corpo. Um corpo específico, um corpo sexuado, um corpo com as curvas e genitálias naturalizadas como tais, de um gênero correspondente. Trata-se de uma reprodução de relações de poder e não uma subversão ao mesmo.

No capítulo anterior, quando se analisou o conteúdo dos textos dos participantes do projeto *Nós, trans*, identificou-se a ausência, majoritariamente, do elemento escolha na realização da mudança do corpo, a partir da observação de sujeitos que naturalizaram a necessidade de transição corporal para fins de ser, assim como aqueles que conscientemente,

sabendo que a mesma está relacionada a um controle externo, realizam tais alterações para serem aceitas socialmente, ou ao menos viver de uma forma mais segura. Ressalvando-se, como já destacado, as fissuras de poder.

Portanto, a transição corporal como uma arma do dispositivo de sexualidade e de transexualidade, um molde produzido, reproduzido e posto em prática. Precisa-se padronizar indivíduos, eliminar aqueles que fogem à linha de coerência, de continuidade. Não há espaço para incoerentes, para corpos incoerentes. Corpos que não possuem inteligibilidade na sociedade.

Para tanto, o complexo de poder não declara em seu discurso oficial, marcado por um empreendedorismo, as suas intenções para com a transição corporal. Oficialmente, trata-se de uma questão de sanar problemas psicológicos eventualmente resultantes de uma incompatibilidade entre o corpo do indivíduo para com o seu gênero. E o mais importante, trata-se de uma escolha dada ao cidadão e não uma obrigação [*sic*]. Como já visto, não há escolha quando a própria sociedade na qual o indivíduo está inserido escolhe por você. Não há escolha, quando o próprio complexo de poder já a realizou anteriormente. Tem-se uma estética de escolha, mas vazia.

Reproduzir indistintamente a não obrigatoriedade da transição do corpo para fins de identidade de gênero possui um alto potencial de convencimento de que o Estado, eivado pelo complexo de poder citado, não está usurpando vidas, destruindo sonhos e limitando a experiência de cada um; pelo contrário, o Estado como o provedor do bem-estar social, garantindo o direito a saúde até mesmo aos indivíduos marginalizados. *Olhe como nós somos bondosos e eficientes, possibilitamos uma atenção integral a sua saúde* [*sic*], inclusive em níveis panópticos.

5.3 DISCURSO DE GARANTIA DO DIREITO CONSTITUCIONAL À SAÚDE E PADRONIZAÇÃO DE CORPOS E DE FORMAS DE VIDA: **o direito como instrumento de normalização**

O primeiro capítulo da presente tese teve como objetivo mapear e reconstruir o discurso oficial de direito à saúde, em níveis de garantia constitucional, relacionado ao instituto da transição do corpo com o objetivo de readequar um corpo biológico [*sic*], a uma identidade de gênero.

Estrategicamente, o citado discurso foi reconstruído logo ao início da presente pesquisa por dois motivos. Inicialmente, para que se possa justificar em termos materiais a pergunta de pesquisa, que faz menção direta ao referido instituto. E segundo, também dotado de alta relevância, para que o leitor possa conhecer o discurso oficial e questioná-lo a partir da leitura dos capítulos que seguem, chegando a uma análise mais direcionada, a do presente momento, com um histórico de análises, mapeamentos e críticas.

O discurso oficial exposto ao início da presente tese é construído a partir de Portarias do Ministério da Saúde; Parecer e Resoluções do Conselho Federal de Medicina; no âmbito jurisprudencial, cita-se uma manifestação do Ministério Público Federal, além de entendimentos dos seguintes tribunais: Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Tribunal de Justiça do Pará e Supremo Tribunal Federal.

No que concerne às *portarias do Ministério da Saúde*, destaca-se a menção ao termo *transexualismo*, com a definição de que esta seria a situação em que o indivíduo gostaria de viver e ser aceito na condição do *sexo oposto* que estaria acompanhado, geralmente, de um sentimento de inadaptação ao *sexo anatômico*. De pronto, identifica-se um discurso que correlaciona a experiência trans a uma patologia, seguida da necessidade de cura.

Ademais, observa-se uma ratificação de categorias de poder, quando se conceitua o *transexualismo* a partir da concepção de sexo oposto e sexo anatômico, dois conceitos que são artificiais, conforme já analisado, levando-se em consideração uma estrutura de poder responsável por criar a categoria sexo, reproduzindo-a como natural em sociedade.

No âmbito da Resolução nº 2.265/2019, publicada em 09 de janeiro de 2020, o Conselho Federal de Medicina ratificou também as categorias dominantes, frutos da estrutura de poder; ao apresentar os seguintes conceitos, em seu art. 1º.

Art. 1º Compreende-se por transgênero ou incongruência de gênero a não paridade entre a identidade de gênero e o sexo **ao nascimento**, incluindo-se neste grupo transexuais, travestis e outras expressões identitárias relacionadas à diversidade de gênero.

§ 1º Considera-se identidade de gênero o reconhecimento de cada pessoa sobre seu próprio gênero.

§ 2º Consideram-se homens transexuais aqueles **nascidos com o sexo feminino** que se identificam como homem.

§ 3º Consideram-se mulheres transexuais aquelas **nascidas com o sexo masculino** que se identificam como mulher.

§ 4º Considera-se travesti a pessoa que **nasceu com um sexo**, identifica-se e apresenta-se fenotipicamente no outro gênero, **mas aceita sua genitália**.

§ 5º Considera-se afirmação de gênero o procedimento terapêutico multidisciplinar para a pessoa que necessita adequar seu **corpo** à sua identidade de gênero por meio de hormonioterapia e/ou cirurgias. (Brasil, CFM, Resolução 2.265/2019, grifo nosso).

Identifica-se, mais uma vez, a ratificação de elementos de poder quando se sustenta o sexo em níveis naturais, e mais, associado às genitálias que estariam correlacionadas a características próprias de um sexo, que seriam diferentes das do outro. Assume-se as categorias de poder como verdades, utilizando-as como critérios para fins de definição de identidade de gênero do indivíduo.

Assim como no discurso do Ministério da Saúde, pode-se observar uma vinculação da transexualidade a distúrbios, necessitando-se da ausência de *outros* transtornos mentais, o que inclusive foi objeto de alteração posterior na Portaria 2.803 do Ministério da Saúde, corrigindo-se o texto para a ausência de transtornos mentais, em uma tentativa de não sustentar o transexualismo como um deles, conforme já comentado no primeiro capítulo.

Além de *Resoluções e Portarias*, expôs-se, também, um parecer do Conselho Federal de Medicina, emitido pelo médico Lúcio Flávio Gonzaga Silva, incitado pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, que requisitou informações ao CFM sobre o suporte legal que embasava o processo transexualizador na época. No referido parecer, que foi citado *in verbis* parcialmente à presente tese no primeiro capítulo, há a menção à figura do transtorno da identidade de gênero e a proposição para que haja uma intervenção médica o mais precocemente possível, com um bloqueio da puberdade do *gênero de nascimento* não desejado e o induzimento da puberdade do gênero oposto.

Para além da nítida patologização da experiência transexual, há uma vinculação do gênero a um elemento natural, que supostamente o indivíduo nasceria com o mesmo. Propõe-se o bloqueio da puberdade do gênero de nascimento. Para se sustentar o gênero vinculado ao nascimento é necessário considerar que o mesmo é fruto do sexo, uma consequência do mesmo. Logo, nascendo com uma genitália específica, a partir do referido parecer, poder-se-ia presumir que o indivíduo é menino ou menina, homem ou mulher.

Trata-se, claramente, de uma reprodução de categorias de poder, ao reproduzir o sexo como um elemento natural, vinculando-o em níveis de estabilidade a um corpo, a um gênero específico. Um discurso reprodutor de relações de poder, da configuração programada pelo complexo de poder sobre a estrutura do corpo, a partir de um sexo e gênero naturalizados. Pautando-se no referido parecer *sexo é gênero*, o que evidentemente constrói uma base de naturalidade do corpo.

Em paralelo, expôs-se também uma reconstrução do entendimento jurisprudencial correlacionado ao objeto da presente pesquisa. Iniciar-se-á com o discurso do Ministério Público Federal, na Ação Civil Pública Nº 2001.71.00.026279-9 – RS, perante o Tribunal Regional da 4ª Região, ajuizado por este contra a União. Sob o pleito da garantia de implantação de cirurgias de readequação sexual no SUS, em sua petição inicial fica clara a vinculação da mudança do corpo a um aspecto de saúde, acompanhado de outros direitos como dignidade humana e igualdade.

No mérito da referida ação, o relator Roger Raupp Rios citou uma abordagem intitulada por ele como *biomédica da transexualidade*, que prega a transexualidade como um distúrbio, em níveis de que a alteração da *designação sexual* [sic] seja necessária, sob o risco de automutilação e suicídio, vinculando-se ainda a transexualidade a uma doença. Apesar da ressalva do relator de que não é a única abordagem sobre a sexualidade, sustenta-se a mesma como predominante.

Em paralelo à primeira, citou-se a chamada *abordagem social* da transexualidade, que estaria embasada em uma análise por duas interfaces, direito à saúde e direito à autodeterminação da identidade sexual. Uma perspectiva que privilegia a concretização do direito à saúde, sob o viés da liberdade, igualdade e dignidade da pessoa humana; sob a necessidade de balizamento de direitos fundamentais envolvidos, o que o relator chama de *método hermenêutico constitucional contextual*.

O Tribunal Regional da 4ª Região, em seu acórdão, utilizou como base de sua decisão a ideia de que a cirurgia de redesignação sexual, assim como a realização de procedimentos secundários, é uma questão de saúde pública, diante da transexualidade estar vinculada a uma patologia. Na mesma linha de fundamentação os Tribunais do Estado de Santa Catarina e do Pará proferiram decisões similares no que concerne à condenação de planos de saúde à realização de procedimentos secundários, ao considerar uma questão de direito à saúde.

Na decisão do relator desembargador Jorge Luís Costa Beber, na apelação cível n. 0002669-80.2014.8.24.0005 - TJSC, utilizou-se o termo *diagnosticado* para embasar a ideia de que uma cirurgia de mastectomia, neste caso, ultrapassava a linha do estético, de embelezamento. Sustentou-se a transexualidade como um transtorno psicológico de identidade, o que concederia fins terapêuticos, portanto, à cirurgia. Afirmou-se a cirurgia como uma espécie de ponte de readequação do fenótipo manifestado com o que culturalmente, socialmente e psicologicamente o indivíduo é.

No que concerne ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em maio de 2019, por meio de uma liminar, no procedimento comum cível nº 0805517-92.2019.8.14.0301, condenou-se um plano de saúde a realizar uma cirurgia de mastectomia em um homem trans. Trata-se de uma decisão interlocutória proferida pelo magistrado Cesar Augusto Puty Paiva Rodrigues, embasada na ideia de incongruência de gênero e vinculação ao direito à saúde.

Por fim, expôs-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade 4275/DF, julgada em 01 de março de 2018, com o relator o Ministro Marco Aurélio. Ação muito conhecida pelo entendimento de que não seria necessária a cirurgia de *transgenitalização* ou *tratamento hormonal* ou *patologizante* para a alteração do prenome e sexo no registro civil. No respectivo acórdão é possível se identificar inúmeras citações à palavra saúde, patologizando-se, mais uma vez, a figura da transexualidade. Sendo uma questão patológica, é um assunto de saúde pública [*sic*]. A partir do discurso da ministra Rosa Weber, para além de saúde pública, trata-se de uma questão de dignidade humana, ao se possibilitar uma vida compatível com a identidade de gênero vivida pelo indivíduo.

Analisando em bloco o conjunto de jurisprudências trazidas à presente tese, consubstancia-se, em níveis de complementariedade, o discurso oficial do Estado sobre a alteração do corpo. Jurisprudencialmente, há uma vinculação da transexualidade à aspectos patológicos e, por conseguinte, a consideração da transição corporal como um elemento de saúde pública. Trata-se da ideia de promoção de instrumentos que propiciem a mudança corporal de pessoas trans, uma vez que esta representaria um método terapêutico de seu transtorno de gênero [*sic*].

Identifica-se, assim, um discurso oficial do Estado que promove a ideia de que a transição corporal seria um direito constitucional de todos, uma vez que é um elemento garantidor do direito à saúde de tais indivíduos, além de outros direitos correlacionados, como dignidade da pessoa humana, autodeterminação e igualdade. Um discurso que é sustentado de forma uníssona por diferentes sujeitos, integrantes do Estado. Um discurso preso a categorias dominadas e dominantes, vinculadas às relações de poder citadas na presente tese.

Pode-se sustentar que tal discurso oficial é reprodutor de relações de poder, as quais foram tratadas ao longo da presente tese. Inicialmente, identifica-se uma reverberação de categorias que foram criadas e reiteradas em sociedade como naturais, como a própria ideia de gênero de nascimento, vinculando-se o gênero do indivíduo à sua genitália, ao seu corpo sexuado.

Percebe-se um discurso preso às amarras de uma realidade previamente construída pelas relações de poder e introjetada nos corpos e objetos, inclusive nas referidas instituições que proferem o discurso oficial. Um poder simbólico que inviabiliza a inteligibilidade do corpo para além do modelo coerente, fundado na estabilidade dos elementos sexo, corpo e gênero.

Para além de servir ao dispositivo de sexualidade, o discurso oficial em análise é um exímio reprodutor do dispositivo de transexualidade. Cria-se o sexo. Injeta-se no corpo o sexo, criando-se um corpo sexuado. Produz-se um modelo de corpo e gênero, vinculando-os. Produz-se a ideia de que corpo, sexo e gênero são elementos contínuos, naturais e normais. Qualquer desvio dessa norma: doença. O indivíduo que não se enquadra às normas de gênero criadas para limitá-lo: transexual. Cria-se o transexual, o mesmo não é natural. A experiência transexual só existe em comparação com a experiência cis.

A defesa do direito à saúde de pessoas transexuais por meio da transição corporal é uma nítida reprodução de uma configuração de poder, de uma estratégia de poder em funcionamento. Um discurso preso na redoma de realidade criada, reproduzindo verdades artificiais sobre o corpo, sobra a experiência de vida de indivíduos.

Um discurso que reproduz a alteração do corpo como cura, como salvação. Utilizando-se a discussão da seção anterior, um discurso que normaliza corpos, dominando-os, tornando-os padronizados. Os corpos precisam ser coerentes. Trata-se de uma questão de saúde mental.

Corpo biológico? Corpo produzido, projetado, padronizado. Um elemento furtado do indivíduo. O corpo que ele habita não é dele, mas da sociedade, da realidade construída pelas relações de poder, que dominam ininterruptamente a performance deste corpo. O corpo como marionete do poder. O corpo como moeda de inteligibilidade social. Adeque-se! Torne-se coerente! Para você sair, quem sabe, da zona de morte em vida, de marginalidade, criada para você!

Sustenta-se a título de tese, portanto, que o discurso de garantia do direito constitucional à saúde por meio da transição corporal com fins de readequação do corpo biológico à identidade de gênero, *em níveis teóricos*, representa uma reprodução de relações de poder, ao ponto de limitar formas de vida, higienizando corpos. A reiteração da ausência de inteligibilidade para corpos incoerentes, precisando estes serem coerentes para viver em sociedade [*sic*].

Ressalta-se, entretanto, que a referida reflexão está sedimentada em níveis teóricos, no sentido de que outros elementos devem ser levados em consideração para realizar tal afirmação em níveis práticos, considerando a realidade social. Ressalva-se que a presente tese não tem

como objetivo defender a extinção do serviço de transição corporal oferecido gratuitamente pelo Estado, muito menos julgar os indivíduos que querem ou que já se submeteram a tal procedimento. Não se trata deste plano de análise.

Não se tem como objetivo, com a presente tese, que a transição corporal seja extinta, tampouco convencer indivíduos de que cometeram um erro, ou algo do tipo. Com a presente pesquisa acadêmica, pretende-se introduzir nas discussões relativas à temática um novo olhar sobre um fenômeno naturalizado em sociedade. Pretende-se gerar discussão e reflexão sobre o tema, para que o presente e o futuro possam ser pensados, possibilitando-se a redução de danos a corpos e mentes de indivíduos. Trata-se de uma tentativa de contribuição a uma nova realidade, em que indivíduos não sejam mais medidos, taxados, pelos seus corpos para fins de ser. Que se possa viver um *tornar-se*, em que o corpo não fala pelo indivíduo, tampouco se precise alterá-lo para satisfazer uma regra social e ter inteligibilidade na sociedade.

No plano prático, considerando-se a realidade social construída, o discurso oficial vinculado à transição corporal funciona no sentido de garantia de direitos, do direito à saúde, autodeterminação e dignidade, por exemplo. Isto porque está preso no complexo de poder. Desta forma, vislumbra-se dois espaços a partir dos quais se poder responder à pergunta de pesquisa proposta.

O primeiro seria o espaço de fora, externo ao complexo de poder. O espaço teórico, a partir do qual é possível sustentar uma higienização de corpos e controle de experiências de vida por meio da promoção da transição corporal com fins de readequação, buscando-se o ser. Análise esta que foi construída ao longo da presente tese. Todavia, é necessário falar de um segundo espaço que precisa ser considerado, um espaço interno ao complexo de poder.

Buscando-se enxergar de dentro da realidade construída sobre o corpo, sexo e gênero (ressalvando-se que o presente autor não vivencia na pele esta realidade), a mudança do corpo possui um papel de relevância em algumas esferas. Conforme a análise de conteúdo dos textos dos participantes, realizada no capítulo anterior, pode-se identificar que alterar o corpo tem uma função no campo do psicológico do indivíduo, que muitas vezes rejeita o seu corpo, rejeita a si próprio, desde cedo.

Ademais, também a partir do citado espaço de análise, identifica-se uma importância em níveis de violência, no sentido de se realizar a mudança do corpo com fins de buscar ser aceito, ainda que de forma parcial, pela sociedade que abomina corpos incoerentes. Assim, sustenta-se que é passível de entendimento os atos de modificação do corpo realizados por pessoas trans, todavia dentro de um campo de poder.

Tais justificativas para a realização da transição corporal estão presas às estruturas de dominação, não se defendendo as mesmas na presente tese. Pelo contrário, desvelou-se o caráter perigoso e dominador das mesmas. Entretanto, são justificativas que existem materialmente e não podem ser apagadas abruptamente.

Defende-se uma transição não de corpos, mas de realidades. Que ascenda a uma realidade em que os indivíduos não sejam mais identificados por meio do seu corpo, seu sexo, seu gênero. Que possam exercer uma arte de viver desvinculada, não taxada. Todavia, para que isso ocorra é necessário considerar a realidade construída pelo poder, que se vivencia no hoje e traçar estratégias de transição, que não perpassam pelo Direito, tão somente. Uma vez que este não seria o responsável por sua implementação, mas apenas um dos seus elementos.

Defende-se, portanto, uma transição de modelos. É necessário despir-se daquilo que foi construído artificialmente por relações de poder, implodir as categorias dominantes sobre corpo, gênero e sexo; para que haja a implementação de uma arte de viver, livre de poder, de identificação e hierarquização entre normais e anormais. Uma realidade atravessada por seres humanos com múltiplas experiências de vida e com corpos que não sejam taxados, dominados e utilizados como elementos de identificação.

O Estado, por meio de um discurso jurídico, reproduz as categorias dominantes sobre o indivíduo. O Direito como um dos elementos que compõem o arsenal das relações de poder na tarefa de sustentação e reprodução de uma realidade construída e introjetada nas consciências individuais de forma indistinta, por meio de uma violência simbólica. O Direito como reproduzidor de um complexo de poder, que projeta a figura do corpo vinculado ao sexo e gênero de cada indivíduo, colocando a transição corporal na categoria de cura, de resolução de problemas de saúde, quando é uma estratégia de poder.

Utilizando-se o termo do filósofo Márcio Alves da Fonseca (2002), identifica-se um *direito normalizado-normalizador*. Está-se diante de uma relação entre Poder e Direito, este sendo atravessado por um campo de poder e, conseqüentemente, passa a reproduzi-lo, em uma espécie de contaminação do agente e agente contaminador, por derivação.

Trata-se de um conceito de Direito em uma concepção não essencialista, compatível com a teoria de Michel Foucault, em que o Direito não é marcado por uma uniformidade, assumindo faces diferentes em variância com a sua relação com o complexo de poder. Na modernidade, não há separação entre Direito e normalização. A ideia de um Direito puro, isento de relações de poder se torna insustentável, considerando-se a concepção foucaultiana de que

todo saber, como o Direito, é permeado pelo poder, inexistindo saber livre de normalização (FONSECA, 2002).

Para Fonseca (2002), o direito normalizado-normalizador é uma imagem do Direito que pode ser observada na teoria de Michel Foucault. As relações de poder atravessam o Direito, fazendo do mesmo um objeto, assim como um vetor reprodutor de poder, ocorrendo uma implicação entre Direito e norma. Por um processo gradativo, a lei passa a funcionar como norma.

Eis uma concepção do Direito como um instrumento de dominação, que carrega relações de poder, reproduzindo-as. Sob a interface do poder disciplinar, sustenta-se o Direito como agente de controle de corpos. Citando-se a aula de 25 de janeiro de 1978 de Michel Foucault, inserida no curso *Segurança, Território e População* (2008b), sustenta-se a imposição de um molde, um padrão a ser seguido, em consonância com a configuração da estrutura de poder.

A partir de tal modelo, inicia-se a hierarquização social entre normais e anormais. Os indivíduos que possuem inteligibilidade e os que não merecem tê-la em sociedade. Trata-se, portanto, de uma prévia fixação do normal, do padrão, pelo poder disciplinar, que exerce o que Foucault (2008b) chama de *normação*.

A referida normação exercida pelo Direito, a partir da teoria de Michel Foucault, pode ser associada, principalmente, à legislação penal, por meio de um controle efetuado em níveis de virtualidades dos indivíduos, produzindo-se o conceito de *periculosidade* (FOUCAULT, 2013a). Todavia, correlacionando tais concepções ao objeto da presente tese, pode-se sustentar, também, a normação pelo Direito no campo do corpo, quando por meio de uma pré-definição de uma norma, passa-se a definir o normal e o anormal.

Considerando o objeto da presente tese, pode-se sustentar o Direito como reprodutor de uma norma que define a normalidade no que concerne ao corpo. O corpo normal é o natural, coerente, aquele que possui uma genitália em consonância com o gênero do indivíduo. Um corpo que soma sexo e gênero como sinônimos. Controle de corpos individuais. Tal norma atravessa o Direito, contaminando-o, fazendo com que o mesmo passe a reproduzi-la ao utilizar do discurso de garantia constitucional para promover a transição do corpo, conforme já ressaltado ao longo da presente tese.

Sustenta-se também que, no que concerne a relação do Direito para com o controle do corpo, o campo jurídico reproduz relações de poder em níveis coletivos, à luz de uma biopolítica das populações. Um controle na esfera coletiva, marcado pelo cálculo, gerenciamento do

biológico, da população. Logo, defende-se que o Direito é um instrumento de reprodução de poder sobre o corpo em níveis individuais e coletivos, de normalização, o que inclui a normação.

No âmbito das materializações da instrumentalização do Direito pelas relações de poder, em nível da biopolítica das populações, destaca-se a forma de aplicação de leis e de decisões judiciais, reguladoras de situações vinculadas a um controle coletivo de indivíduos, da população. Envolvendo, por exemplo, questões de saúde pública, nos moldes do que foi destacado acerca do discurso oficial sobre a transição corporal, esta como uma questão de saúde pública. Neste caso, o Direito seria um instrumento de *normalização em sentido estrito*.

Eis o que François Ewald (1986) chama de Direito social, que teria suas bases atravessadas por uma essência discriminatória, de desigualdades. A coletividade sendo identificada por peculiaridades, que tornam grupos desiguais na sociedade, à luz de uma concepção de solidariedade. Próprio da modernidade, um Direito que gerencia e manipula a população, em níveis biológicos, conduzindo os grupos mais desfavoráveis em termos de normalidade aos mais favoráveis. Aplicando-se à presente pesquisa, dos incoerentes aos coerentes. O Direito em uma relação de engavetamento com a norma, incidindo sobre corpos e a vida, em uma esfera individual e coletiva.

A partir da presente tese, portanto, defende-se a mudança do corpo com fins de readequação a uma identidade de gênero como a consubstanciação de dispositivos de poder. Consequentemente, que o discurso jurídico que legitima a citada transição é um elemento de um complexo de poder que incide sobre o corpo, sexo e gênero.

O Direito como um instrumento da lógica de poder, na fixação e reprodução das normas de gênero. Por meio de um discurso de promoção da transição corporal, sob o viés de garantia do direito a saúde, dignidade, autodeterminação e igualdade; sustenta-se a instrumentalização do Direito por relações de poder.

Controla-se corpos em uma esfera individual, por exemplo, pelos entendimentos jurisprudenciais que condenaram planos de saúde a efetuar cirurgias em corpos trans, sob a fundamentação da garantia do direito à saúde. Assim como em níveis biológicos, quando sob o mesmo discurso se institui programas oficiais de atendimento de saúde a tais indivíduos, incluindo a mudança de seus corpos.

Sustenta-se um Direito que projeta um discurso oficial de salvador, de propiciador da garantia dos direitos fundamentais dos indivíduos; entretanto, por meio de um discurso não

oficial, defende-se que o mesmo é apenas reprodutor, um apetrecho das engrenagens de um complexo de poder empreendedor, que se veste de igualdade, de saúde e liberdade; quando é o responsável por criar a doença que se projeta a curar, por criar o doente que se projeta a tratar.

Em outras palavras, defende-se que os indivíduos foram convencidos de aderir a pautas de lutas, quando as mesmas já haviam sido pré-fabricadas. E mais, sob o olhar de um pseudo melhor bem-estar social, acreditou-se em conquistas, quando os corpos que foram conquistados. Acreditou-se em avanços por meio do Direito, em cidadania.

Sustenta-se que tudo não passa de uma encenação das relações de poder, que arquiteta um jogo no qual todos são peões. A estratégia é fazer os indivíduos em sociedade acreditarem que este é o desafio a ser conquistado, impondo-se alguns obstáculos, para que eles consigam supostamente vencê-los, para que posteriormente se sintam seguros. Bem-estar dentro de uma realidade que domina os corpos. Uma pseudo cidadania, limitada às amarras de um poder empreendedor, que é doce ao ponto de fazer os indivíduos acreditarem em um conto, um conto de conquista de garantias, de direitos.

5.4 PARA ALÉM DO CORPO SEXUADO: o exercício de uma arte de viver

Levando-se em consideração a configuração dos dispositivos de sexualidade e de transexualidade, desvelados ao longo da presente tese, e seus efeitos para fins de criação de um corpo sexuado, vinculado naturalmente a um sexo e um gênero; sustenta-se a construção de uma nova realidade, universal, marcada por um esvaziamento do corpo, um corpo sem órgãos. Defende-se uma reestruturação conceitual.

Para além da necessidade de mudar o corpo para que haja uma readequação, sustenta-se a transição de modelos, uma proposta de realidade em que não haja um corpo pré-definido que seja vinculado a um sexo específico e a um gênero. Em outras palavras, uma realidade na qual não haja o conceito de corpo feminino ou masculino, que se esvazie a noção de naturalidade de um corpo, assim como a de homem e mulher.

Defende-se a existência de seres humanos com experiências múltiplas, inclusive que poderiam ser julgadas como contraditórias, por que não? Ao ponto de o contraditório deixar de existir. A coerência, estabilidade do corpo e de suas experiências como elementos limitantes do mesmo. Defende-se uma lógica transcendental, na qual o corpo, para fins de gênero e sexo, não signifique nada.

Sob a luz de uma chave teórica que abra a possibilidade de se pensar o corpo como um instrumento subversivo a uma lógica de poder, destaca-se que o conceito de corpo deve ser relacionado e articulado com o de corporalidade, considerando-se o que é sustentado por Elizabeth Grosz em sua obra *Volatile Bodies* (1994). A filósofa desvela o corpo como um ponto cego conceitual, tanto no pensamento filosófico ocidental, como na teoria feminista, que estaria baseado em uma oposição naturalizada com a mente, que o coloca em uma posição de inferioridade.

Para a autora, a especificidade dos corpos deve ser mais compreendida em sua concretude histórica do que biológica, sustentando que não há um corpo em si mesmo, mas corpos, estes como um campo no qual a raça e possivelmente a classe, a casta ou a religião formam especificações corporais. Grosz sustenta, ainda, que se os corpos são sempre sexualmente e radicalmente distintos, estes se tornam incapazes de serem incorporados em um modelo universal, uma vez que são sempre sexualmente específicos, relacionados a particularidades raciais, culturais e de classe (GROSZ, 1984).

Grosz (1984) se propõe, assim, a refletir sobre uma análise alternativa do corpo, mais positiva. Trata-se de buscar uma compreensão não dicotômica do corpo, na qual a corporalidade assume um valor importante. A filósofa sustenta que se deve evitar o impasse imposto pelas análises dicotômicas do indivíduo, que partem o sujeito nas categorias mutuamente exclusivas de mente e corpo. Mesmo que não haja na linguagem nenhuma terminologia que não seja dominada por tal polarização, para Grosz (1984), é necessário desenvolver um entendimento sobre a subjetividade corporificada, corporalidade psíquica. Uma noção de corporalidade que evite o dualismo, que recuse o reducionismo. Uma corporalidade que não deve mais ser associada a apenas um sexo.

A cultura como um elemento impositor de limites à forma de se pensar a materialidade, o que implica na necessidade, de acordo com Grosz (1984), de se refletir e desenvolver concepções completamente inéditas de corporalidade, que identifiquem a materialidade humana como continuidade da matéria orgânica e inorgânica. Um materialismo para além de explicações em termos de leis, princípios e termos da física.

Trata-se de uma lógica de desarticulação entre o biológico e o psicológico, entre o interno e o externo do corpo. Trata-se de uma corporalidade que inclui uma representação psíquica do corpo que é vivido pelo sujeito. Grosz (1984) defende, por fim, que tanto a dimensão psíquica do corpo como a social, considerando que para a autora o corpo é um lugar

de inscrições políticas, sociais, culturais e geográficas; devem compor uma reconceitualização do corpo, de uma forma articulada, interativa, e não oposicional.

Aderindo-se à teoria de Michel Foucault (2014f), defende-se o corpo a partir de uma arte criativa, livre das amarras identitárias fixadas ao mesmo. O corpo como força criativa, propiciando novas formas de vida, de se relacionar socialmente.

- Na prática, uma das conseqüências dessa tentativa de elucidação do segredo é que o movimento homossexual não foi mais longe do que a reivindicação dos direitos cívicos ou humanos relativos à sexualidade. Isso quer dizer que a liberação sexual continuou no nível de uma exigência de tolerância sexual.

- Sim, mas é um aspecto que é preciso sustentar. É importante, primeiramente, para um indivíduo, ter a possibilidade – e o direito – de escolher a sua sexualidade. Os direitos do indivíduo concernentes à sexualidade são importantes, e existem muitos lugares ainda onde eles não são respeitados. Não se devem considerar esses problemas como resolvidos, na hora atual. É perfeitamente correto que houve um verdadeiro processo de liberação no início dos anos 1970. Esse processo foi muito benéfico, tanto no que concerne à situação tanto no que concerne às mentalidades, mas a situação não se estabilizou definitivamente. **Devemos, ainda, dar um passo à frente. E creio que um dos fatores dessa estabilização será a criação de novas formas de vida, de relações, de amizades, na sociedade, na arte, na cultura, novas formas que se instaurarão através de nossas escolhas sexuais, éticas e políticas. Devemos não somente nos defender, mas também nos afirmar, e nos afirmar não somente como identidade, mas como força criadora.** (Foucault, 2014f, p. 252, grifo nosso).

Uma ressignificação do corpo. Um corpo esvaziado, desconstruído. Quanto ao sexo e ao gênero, o descarte de tais conceitos. Entende-se que os dois citados elementos são produzidos por relações de poder, enquanto o corpo foi atravessado. É possível se pensar em um corpo ressignificado, um novo conceito de corpo, porém com o descarte dos conceitos de sexo e gênero.

Uma nova realidade social em que todos possuam corpos, mas que estes não sejam elementos de hierarquização, tampouco de identificação. O corpo como um elemento desvinculado de gênero, não sendo possível por meio do corpo identificar o indivíduo como homem ou mulher. Defende-se, inclusive, uma mudança de modelos. O descarte do gênero e a utilização de uma nova categoria, o ser humano. Independente da forma do corpo, das curvas do mesmo, elas não mais dizem nada. O indivíduo é um ser humano, com o seu corpo, este marcado pela multiplicidade de prazeres.

— A assimilação do prazer ao sexo é, então, ultrapassada.

— É exatamente isso. **A possibilidade de utilizar nossos corpos como uma fonte possível de uma multiplicidade de prazeres é muito importante.** Se consideramos, por exemplo, a construção tradicional do prazer, constata-se que os prazeres físicos,

ou os prazeres da carne, são sempre a bebida, a comida e o sexo. É aí que se limita, penso eu, nossa compreensão dos corpos, dos prazeres. Frustra-me, por exemplo, que se examine sempre o problema das drogas exclusivamente em termos de liberdade ou de proibição. Eu penso que as drogas deveriam tornar-se elemento de nossa cultura. (Foucault, 2014f, p. 263).

Questiona-se a transição corporal neste novo modelo. Ela não faria qualquer sentido. Se estamos diante de um conceito de corpo sem órgãos e o mesmo desvinculado do gênero e do sexo, ao passo que os mesmos não mais existem como categorias de identificação; não faz qualquer sentido alterar o corpo para readequar o que seria biológico a uma identidade de gênero.

Parafraseando Michel Foucault (2014f, p. 255), sustenta-se uma lógica social para além de identidades sexuais. Relações sociais transcendentais às identidades, ao ponto de serem relações criadoras, de diferenciação, componentes de uma arte. Apesar de útil, sustentar a existência por meio de identidades é limitante, considerando a existência de um direito de todos, o direito de ser livre. Uma realidade marcada pelo tornar-se e não mais pelo ser.

Sustenta-se uma nova realidade em sintonia com as discussões de Donna Haraway e a sua teoria sobre o *Ciborgue* (2009), que nitidamente pode ser correlacionada a um sujeito transgênero, por meio da ideia de um corpo em opacidade, um corpo opaco. Em linhas subversivas, Haraway sustenta um mito ciborgue com a tarefa de recodificação da comunicação e da inteligência, com fins de subverter o controle e o comando.

O ciborgue é uma criatura de um mundo pós-gênero: ele não tem qualquer compromisso com a bissexualidade, com a simbiose pré-edípica, com o trabalho não alienado. O ciborgue não tem qualquer fascínio por uma totalidade orgânica que pudesse ser obtida por meio da apropriação última de todos os poderes das respectivas partes, as quais se combinariam, então, em uma unidade maior. Em certo sentido, o ciborgue não é parte de qualquer narrativa que faça apelo a um estado original, de uma ‘narrativa de origem’, no sentido ocidental, o que constitui uma ironia ‘final’, uma vez que o ciborgue é também o *telos* apocalíptico dos crescentes processos de dominação ocidental que postulam uma subjetivação abstrata, que prefiguram um eu último, libertado, afinal, de toda dependência – um homem no espaço. (Haraway, 2009, p. 38, grifo nosso).

Haraway (2009) defende, para além do pertencimento a um sexo ou gênero, a marcação de uma nova posição enquanto sujeito, a posição ciborgue, representada por uma espécie de desmembramento e deslocamento de corpos. Trata-se de uma necessidade de alteração da forma como se interpreta os corpos, corpos que pesam e corpos abjetos. O corpo ciborgue como uma

potência, em níveis de questionamento da aparência e suposta transparência cisgênera, ao ponto de considerar sua construção histórica e social.

O ciborgue, ainda que como mito, como habitante de um mundo sem gênero. Uma realidade pós-gênero, a partir da consideração de sua artificialidade. Defende-se a necessidade de ressignificação do corpo. Os corpos como mapas de poder e de identidade. O corpo do ciborgue como um corpo que não busca uma identidade unitária, para além de dualismos, que assume a ironia como elemento natural (HARAWAY, 2009).

Defende-se *um corpo sem órgãos*, fazendo-se citação às reflexões de Artaud, posteriormente revisitadas por Gilles Deleuze e Félix Guattari, na obra *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia vol. 3* (1996). Um corpo com órgãos como um recinto de censura, de repressão, fruto de relações de poder. Órgãos aqui encarados como elementos inúteis, limitantes.

No dia 28 de novembro de 1947, Artaud declara guerra aos órgãos: Para acabar com o juízo de Deus, 'porque atem-me se quiserem, mas nada há de mais inútil do que um órgão'. É uma experimentação não somente radiofônica, mas biológica, política, atraindo sobre si censura e repressão. Corpus e Socius, política e experimentação. Não deixarão você experimentar em seu canto. (Deleuze; Guattari; 1996, p. 09).

Eis um corpo que ganha sentido em uma perspectiva prática, de experimentação. É necessário vivenciá-lo para que o mesmo possa ser compreendido, funcionando como um limite de pretensão a se vivenciar, porém inalcançável; assim como uma espécie de superfície em que se está, marcada por intensidades. Para vivenciar este corpo é necessário se despir, no sentido de esvaziar seus órgãos das funções habitualmente atribuídas aos mesmos.

Para constituir um corpo sem órgãos é necessário transcender em relação ao agenciamento de órgãos e suas funções atribuídas. Uma perspectiva subversiva a uma espécie de dominação elaborada e fixada sobre os órgãos, intitulada de *organismo*, este como um elemento de limitação do corpo, por meio de uma organização orgânica dos órgãos. Organismo e corpo como elementos que não são sinônimos em Deleuze e Guattari (1996).

Percebemos pouco a pouco que o CsO não é de modo algum o contrário dos órgãos. Seus inimigos não são os órgãos. O inimigo é o organismo. O CsO não se opõe aos órgãos, mas a essa organização dos órgãos que se chama organismo. É verdade que Artaud desenvolve sua luta contra os órgãos, mas, ao mesmo tempo, contra o organismo que ele tem: O corpo é o corpo. Ele é sozinho. [...] O organismo já é isto, o juízo de Deus, do qual os médicos se aproveitam e tiram seu poder. O organismo não é o corpo, o CsO, mas um estrato sobre o CsO, quer dizer um fenômeno de acumulação, de coagulação, de sedimentação que lhe impõe formas, funções,

ligações, organizações dominantes e hierarquizadas, transcendências organizadas para extrair um trabalho útil. (Deleuze; Guattari; 1996, p. 19-20).

O organismo como uma espécie de relação de poder incidente sobre o corpo, à luz de uma instrumentalização da Medicina, ao ponto de impor um sentido específico a este corpo, marcado pela imposição de formas, funções, relações e organizações externas, coercitivas e hierarquizantes; alinhadas para extrair um trabalho útil do corpo, atravessado pelo organismo (DELEUZE; GUATTARI; 1996). Sustenta-se, assim, um corpo produzido, dominado e limitado pelo organismo.

Parafrazeando Deleuze e Guattari (1996) o tempo inteiro não paramos de ser estratificados, ao ponto em que o *eu*, o *sujeito*, assim como o organismo; pertence a um estrato. Integralmente, por meio de uma dominação exercida sobre o corpo, atravessado pelo organismo, o mesmo é objeto de hierarquizações. Os órgãos deste corpo passam a ser direcionados, alinhados e vinculados a funções determinadas por um sistema, chamado organismo.

Um corpo livre deste atravessamento, um corpo sem órgãos, gritaria, nas palavras dos referidos filósofos, “[...] fizeram-me um organismo! Dobraram-me indevidamente! Roubaram meu corpo!” (Deleuze; Guattari; p. 20, 1996). A dominação de um corpo por um organismo, neste sentido, corresponderia à própria perda do corpo à uma lógica de poder, capitalista, pautada na transformação do mesmo em um elemento útil.

Deleuze, no texto *Desejo e Prazer* (1996), debruça-se sobre a teoria de Michel Foucault, analisando principalmente a relação do poder, dos dispositivos de poder, para com a sexualidade, em níveis de produção de verdade. Mais especificamente, discute-se o conceito de *prazer*, em Michel Foucault, comparando-o com o de *desejo*, em Deleuze.

Inicialmente, Deleuze ressalta (1996), a partir da teoria de Foucault, que os dispositivos de poder não se limitam a normalizar, a desempenhar a função normalizante. Os mesmos tendem a ser constituintes da sexualidade, em níveis de produção de verdades, a serem disseminadas socialmente.

Deleuze considera essencial a concepção foucaultiana de que os dispositivos de poder possuem com o corpo uma relação direta e imediata, desde que se consiga ascender à ligação de tais dispositivos à instituição de uma organização aos corpos. Os dispositivos de poder como elementos vinculados a um organismo dominador de corpos. Em detrimento de tal dominação, Deleuze defende um corpo sem órgãos, o que estaria correlacionado ao agente de

desterritorialização, em níveis de subversão ao que Michel Foucault aborda como *biopoder*, que exerce uma espécie de reterritorialização do corpo.

Em subversão aos dispositivos de poder que possuem um papel determinante na construção do corpo, este marcado pelo organismo, defende-se a necessidade de se cultivar um corpo sem órgãos. Eis uma perspectiva teórica compatível e alinhada com os preceitos defendidos na presente tese, inclusive em aspectos universalistas. Constituir um corpo sem órgãos é um processo de abandono da produtividade externa atribuída ao mesmo, em um aspecto de utilidade capitalista, e conquista de intensidade para si próprio. O corpo não como um instrumento de utilidade mercantil, mas como um complexo de sensações, de intensidade. Uma perspectiva não limitante, a partir da qual o corpo assume um viés de potência, diante de suas múltiplas possibilidades.

Trata-se de uma atribuição inovadora, múltipla, revolucionária, de atribuições à órgãos que comumente desempenhavam uma função no sistema construído pelo organismo. Por meio da experiência, abre-se um corpo para fazer do mesmo um vetor de possibilidades. *A desordem para fins de intensidade. O corpo como instrumento de revolução. O corpo como um devir.*

Seria talvez necessário dizer também que fazer amor é sentir o corpo refluir sobre si, é existir, enfim, fora de toda utopia, com toda densidade, entre as mãos do outro. Sob os dedos do outro que nos percorrem, todas as partes invisíveis de nosso corpo põem-se a existir, contra os lábios do outro os nossos se tornam sensíveis, diante de seus olhos semicerrados, nosso rosto adquire uma certeza, existe um olhar, enfim, para ver nossas pálpebras fechadas. O amor, também ele, como o espelho e como a morte, sereniza a utopia de nosso corpo, silencia-a, acalma-a, fecha-a como se numa caixa, tranca-a e a sela. É por isso que ele é parente tão próximo da ilusão do espelho e da ameaça da morte; e se, apesar dessas figuras perigosas que o cercam, amamos tanto fazer amor, é porque no amor o corpo está *aqui*. (Foucault, 2013b, p. 16).

Aplicando-se à presente tese, defende-se um corpo como *revolução*. O corpo como um instrumento de subversão, ao ponto em que não haja uma norma a subverter, tornando-se um elemento de liberdade, de livre experiência. O corpo como uma superfície sob a qual se ensaia uma arte, marcada pela fluidez de um teatro, de uma peça, porém sem um roteiro, sem limitações que tornem os atores desprovidos de vida, ou melhor, dos seus próprios corpos.

Um corpo desprovido do próprio conceito de corpo, uma vez que este está eivado de um aspecto sexuado. Sustenta-se um conceito de corpo transcendental ao que sócio culturalmente se conhece do mesmo, no sentido de que é necessário implementar uma nova realidade marcada por um novo conceito, que não seja um instrumento de limitação de formas de vida.

Defende-se o corpo como superfície, desprovido de um roteiro, de uma significação prévia dada aos seus órgãos, às suas curvas; sustenta-se um corpo sem organismo, em que o ator possa desempenhar no palco o que pretender, sem estar encaixado em noções prévias limitantes do que é permitido em termos de sua experiência para com o mesmo.

O que se defende na presente tese tem correlação com a chamada *Contrassexualidade* de Paul Preciado, em sua obra *Manifesto da Contrassexualidade* (2014), quando o mesmo sustenta não a criação de uma nova natureza, e sim o fim da natureza como o elemento legitimador da sujeição de certos corpos a outros. Defende-se a destituição da natureza como elemento hierarquizante de corpos, corpos valorizados e desvalorizados, corpos que pesam e corpos abjetos.

Sustenta-se a criação de uma sociedade contrassexual, na qual os corpos deixam de ser reconhecidos como de homens ou de mulheres, e sim como *corpos falantes*, que reconhecem os demais também como falantes. Corpos que não se limitam, que reconhecem em si mesmos a possibilidade de todas as práticas significantes, renunciando a uma identidade sexual predestinada naturalmente.

Para Preciado (2014), as diferenças de gênero e de sexo são frutos de um contrato social heterocentrado, que foi reproduzido ao ponto de atravessar os corpos, marcando-os como verdades biológicas indiscutíveis, constituintes de uma arquitetura política do corpo, mais especificamente, constituintes de órgãos sexuais que não existem em si.

Os órgãos sexuais não existem em si. **Os órgãos que reconhecemos como naturalmente sexuais já são o produto de uma tecnologia sofisticada que prescreve o contexto em que os órgãos adquirem sua significação (relações sexuais) e de que se utilizam com propriedade, de acordo com sua ‘natureza’ (relações heterossexuais).** Os contextos sexuais se estabelecem por meio de delimitações espaço-temporais oblíquas. A arquitetura é política. É ela que organiza as práticas e as qualifica: públicas ou privadas, institucionais ou domésticas, sociais ou íntimas. (Preciado, 2014, p. 31, grifo nosso).

Se os órgãos sexuais são produtos de uma tecnologia de poder, significados externamente, e reproduzidos em níveis de naturalidade; também é possível se sustentar a partir da teoria de Preciado (2014) a perspectiva de que a transição corporal, como elemento de readaptação do corpo biológico à identidade de gênero, é um instituto atravessado pelo poder, uma ferramenta estratégica de dominação de corpos, amoldando-os à uma configuração de poder.

Defende-se, assim, um corpo que não seja utilizado como parâmetro de gênero, que não esteja vinculado à mulher ou ao homem e que não tenha uma genitália por natureza. Defende-se o corpo como uma superfície transcendental e universal, que não está maculada ou vinculada ao gênero ou ao sexo. Inicialmente, porque se compartilha da ideia de que o sexo é artificial, que assim como o corpo, é fruto de relações de poder, de um dispositivo de poder. E mais, assim como o sexo, o gênero é um elemento criado, produzido; o que impede, em um viés subversivo, a reprodução de tais elementos.

Sustenta-se um corpo como experiência, como uma superfície, que nada tem a nos falar, revelar, sobre o gênero ou o sexo do indivíduo. E mais, defende-se uma nova realidade, da qual este novo conceito de corpo se faz presente, em que não faz mais sentido buscar identificar o sexo ou mesmo definir o gênero do indivíduo, uma vez que estes se tornaram ofuscados, inexistentes. Defende-se uma nova realidade, marcada por pessoas, e não por homens e mulheres; por pênis e vagina; por corpo de homem; por corpo de mulher.

Em decorrência desta nova realidade, extingue-se também o fenômeno da transição corporal, porque não há um corpo a ser alterado com fins de readequação a uma identidade de gênero. Há corpos, que diante de sua realidade são corpos e nada mais, nada mais têm a nos dizer, desprovidos de expectativas de gênero, de estereótipos de gênero; porque não há mais elementos de definição, de comparação, de sofrimento.

Sustenta-se uma arte de viver, em que se possa ter um corpo sem vinculação, sem preocupação, que o mesmo se despida de seu apetrecho de socialização. Corpos desvinculados. Abrindo-se espaço para que se possa gozar de experiências sem o mal-estar da incoerência, da anormalidade. Viver em uma realidade que não limite.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do que foi construído ao longo da presente tese, pode-se inferir que o centro de análise, que compõe a problemática da presente pesquisa, perpassa pela figura da transição corporal, à luz da relação do corpo para com o elemento gênero. Buscou-se compreender a lógica que sustenta a mudança do corpo para fins de readequar o sexo biológico a uma identidade de gênero.

Para tanto, conforme ressaltado na introdução, optou-se pela estruturação em cinco capítulos, construídos à luz da problemática de pesquisa e seus objetivos, geral e específicos. Em um primeiro momento, revisitou-se o instituto da transexualidade, analisando-se historicamente, ainda que de uma forma breve, a construção do *transexualismo* e suas normatizações em termos de cadastros internacionais de doenças. Identificando-se que se tratou de um fenômeno moderno de patologização, especificamente da segunda metade do século XX.

Mapeou-se o discurso oficial do Estado sobre a transição corporal, também no primeiro capítulo, estudando-se notícias, Parecer, Portarias e Resoluções do Ministério da Saúde e do Conselho Federal de Medicina; que consubstanciam um discurso reprodutor de uma naturalização do sexo, em uma perspectiva biológica, sustentadora de que a alteração do corpo seria uma ferramenta de adequar o sexo biológico à identidade de gênero do indivíduo. Com fins de robustecer a fixação do aquário discursivo do Estado, analisou-se jurisprudências de Tribunais pátrios.

No âmbito dos tribunais estaduais, identificou-se nos Tribunais dos Estados de Santa Catarina e do Pará decisões que condenam planos de saúde, privados, a arcarem com cirurgias de mastectomia em pacientes homens transexuais, sob o discurso de que se trata de indivíduos diagnosticados, uma questão de saúde, terapêutica, e não de estética.

No âmbito do Tribunal Federal da 4ª Região, assim como do Supremo Tribunal Federal, também se pôde perceber um discurso vinculante da alteração do corpo a aspectos de saúde pública, principalmente por meio do conceito utilizado de transexualidade, assim como da naturalização de um corpo sexuado como uma superfície sob a qual o sexo biológico estaria em consonância com o gênero.

Considerando o teor do problema de pesquisa, a reconstrução do discurso oficial sobre a transição do corpo se fez de suma importância, tendo em vista que a própria problemática está ancorada sobre o referido discurso, sendo imprescindível a sua exposição ao início do estudo.

Em um segundo momento, deu-se início à construção de uma análise crítica teórica sobre as relações de poder possivelmente envolvidas com os elementos corpo, sexo e gênero. Para tanto, utilizou-se principalmente a teoria de Michel Foucault, estudando-se a sexualidade na Grécia Clássica e nos dois primeiros séculos de nossa era.

Constatou-se uma ausência de continuidade em relação a ética sexual própria ao cristianismo ou Ocidente moderno, marcada por um controle meticuloso. Caminha-se de uma lógica do cuidado de si para uma dominação efetuada pela pastoral cristã, pautada em uma configuração de poder excessivamente controladora, influenciando os elementos corpo, sexo e gênero.

Destaca-se um dispositivo de poder, próprio da modernidade, o dispositivo de sexualidade. Por meio de uma inversão, o referido dispositivo como o responsável pela criação do sexo, em níveis de naturalidade. O processo de naturalização do sexo, sua vinculação a um aspecto biológico como fruto de um complexo de poder, que está alinhado a outro dispositivo, o dispositivo de transexualidade.

Desenvolvido no terceiro capítulo, identificou-se, a partir da teoria de Berenice Bento, um segundo dispositivo que incide sobre o corpo, sexo e gênero. O dispositivo de transexualidade, mais recente que o anterior, é próprio da segunda metade do século XX, ratificando a lógica de poder do dispositivo de sexualidade. Produz-se o indivíduo transexual, em detrimento das categorias de poder criadas.

O transexual como um ser abjeto, marginalizado em sociedade, diante de seu caráter patológico [*sic*], tendo em vista ser um desviante das normas sociais fixadas e reproduzidas sócio culturalmente de forma indistinta. Entre elas, a norma da coerência sexual, socialmente criada e incrustada nos corpos e nos objetos componentes da sociedade, por meio de uma violência simbólica, fazendo-os reproduzir o conceito de gênero pautado em uma estabilidade para com o corpo sexuado. Sendo a cultura um elemento determinante na fixação de tais normas sociais, tendo em vista seu caráter de relevante ferramenta de relações de poder.

Desvela-se uma lógica de poder incidente sobre o sexo, que ao invés de produzir a sexualidade a partir de um sexo natural, de forma inversa, produz o sexo como um elemento natural a ser reproduzido em sociedade. Com o protagonismo da *scientia sexualis*, a Medicina tem um papel determinante na construção de um corpo sexuado, correlacionado a interesses políticos, de supremacia de uma classe sobre outras. Constrói-se um corpo atravessado pelo sexo, este como um elemento biológico, que marca o corpo, tornando-o um corpo sexuado, em um modelo dimórfico, permeado por saberes como a Medicina.

Eis uma realidade construída por um complexo de poder, baseada em verdades. O sexo é veiculado socialmente como natural e o corpo como seu correspondente. Fixa-se uma naturalidade e continuação entre o sexo, corpo e gênero. O indivíduo nasce com uma genitália, um sexo, possuindo um corpo específico para o mesmo. Ou um corpo de menina ou de menino. De forma consequencial, será mulher ou homem, a partir de seu corpo sexuado. Trata-se da receita de inteligibilidade social. Fora disso, morte, ainda que seja uma morte em vida.

Associado a este contexto de poder está o dispositivo de transexualidade. Diante da construção de um corpo sexuado normal, produz-se automaticamente os anormais. Corpos que não são naturais, corpos marginais, ou melhor, marginalizados. O saber médico permeia corpos com o estigma da anormalidade e consequente necessidade de mudança. Trata-se de uma questão de saúde [sic].

Conforme ressaltado no primeiro capítulo, a transexualidade, principalmente na segunda metade do Séc. XX, foi considerada uma patologia, sendo chamada de *transexualismo*. O ser transexual era taxado como um indivíduo patológico, que precisava de uma intervenção médica pra fins de cura.

Sustenta-se o citado processo de patologização como fruto das relações de poder. Naturalizou-se o dimorfismo sexual, ao ponto de se essencializar o corpo masculino e o feminino, com barreiras intransponíveis, pelo menos em níveis de normalidade. O padrão é cis, o modelo de normalidade também. Passa-se a identificar pessoas trans à luz do sistema cisgênero, o normal [sic]. Pessoas são consideradas como trans a partir do modelo cis de ser, como um desvio da norma.

O normal construído sobre a base da coerência. Corpos coerentes. Normas de gênero fixadas socialmente, produtoras da concepção de que homem ou mulher é quem tem o corpo específico. O padrão do corpo baseado na heterossexualidade, na complementariedade sexual, na diferenciação sexual.

Com a vinculação do sexo à sua função reprodutiva, por meio do dispositivo de sexualidade, produziu-se a lógica de normalidade vinculada à ideia de que corpos são diferentes sexualmente e que possuem suas diferenças em níveis de complementação sexual. A relação sexual falocêntrica como modelo de normalidade, como padrão. Por meio dela os corpos estariam cumprindo sua função, que é a reprodução.

Consequentemente, instalou-se uma norma social de coerência. Gênero, corpo e sexo. Tais elementos precisam ter coerência para que haja inteligibilidade. Para que o gênero do

indivíduo seja reconhecido em sociedade é necessário ter o corpo sexuado correspondente. É neste contexto que está a discussão sobre a transição corporal.

Em um quarto momento, buscando-se analisar um possível argumento que vincularia a ausência de obrigatoriedade nas mudanças do corpo proporcionadas pelo Estado com a inexistência de controle de corpos por parte do mesmo, sob o viés de um discurso de *escolha*; averiguou-se a possibilidade de sustentação da existência de escolha no processo de transição corporal.

Para a concretização da referida análise, utilizou-se a teoria da dominação simbólica de Pierre Bourdieu, quando se sustentou a docilidade de um poder que é atravessado em corpos e objetos de forma invisível, por meio de uma violência simbólica. Uma lógica de poder que convence a sua própria vítima a ser seu aliado, um pilar de sustentação de um complexo de poder. Trata-se de uma incorporação da dominação pelo dominado.

Para fins de robustecer o citado estudo, realizou-se uma análise de conteúdo de 57 (cinquenta e sete) textos escritos por pessoas trans, a partir dos quais as mesmas compartilharam suas vivências. Destes, 29 (vinte e nove) foram utilizados na presente tese. A referida análise foi feita por meio de três categorias: realidade social de gênero construída; efeitos das relações de poder em sociedade e vinculação da mudança do corpo às relações de poder.

Por meio dos textos dos participantes, pôde-se observar uma linearidade, e não em um aspecto absoluto, no mapeamento de uma realidade social de exclusão, de marginalização de indivíduos transexuais. Uma realidade que cobra coerência dos mesmos, uma estabilidade de seus corpos para com o seu gênero. Efeitos como evasão escolar, ingresso na prostituição e tentativa de suicídio puderam ser correlacionados à realidade construída pelas relações de poder desveladas no presente estudo e reproduzidas de forma natural pela cultura.

No âmbito da escolha, defendeu-se que esta, majoritariamente, não existe. Em uma sociedade reprodutora de relações de poder que se introjetam em suas consciências individuais, de forma irrefletida, não é possível falar em escolha livre. Entretanto, identificou-se sujeitos que estavam conscientes da vinculação da transição corporal às relações de poder e que optaram, ainda assim, por realizar os procedimentos de alteração do próprio corpo, por questões de inclusão social. Mais uma vez, percebe-se a ausência de escolha.

Em caráter excepcional, é possível falar de um núcleo de sujeitos que correspondem à fissura, à brecha das relações de poder, considerando a concepção teórica de que não existe dominação em níveis perfeitos e integrais, havendo espaços para resistência e reflexão,

felizmente. Trata-se de indivíduos que conseguem ascender ao pensamento de que não precisam alterar o seu corpo para fins de ser, não reproduzindo a norma social de coerência sexual, ainda que sejam atravessados por relações de poder de outras formas. Eis questões que estão dentro do núcleo de complexidade de experiências de vida em contato com o complexo de poder incidente sobre as mesmas.

Em um quinto e último momento, realizou-se uma análise agregadora das discussões que foram travadas ao longo da tese, por meio de uma reflexão sobre a relação dos elementos gênero, corpo e coerência, à luz do discurso oficial que vincula a transição corporal ao direito à saúde. Após o desenvolvimento do trabalho, da revisitação teórica efetuada, assim como da análise de conteúdo procedida; reservou-se um momento para analisar a transição corporal e o citado discurso oficial como elementos de normalização de corpos.

Ao início do capítulo, tratou-se do elemento gênero como artificial, a partir dos preceitos da Teoria Queer. O gênero como um elemento performático, diante de sua artificialidade. Sustentou-se a performance de gênero como um elemento com um potencial subversivo, entretanto a depender de como a mesma é desenvolvida. Neste sentido, levantou-se três tipos de performances, *performance normalizada, limitada e abandonada*.

Por sua vez, considerando o caráter artificial do gênero, assim como do sexo e do corpo sexuado; defendeu-se que a transição corporal com fins de readequar o sexo biológico a uma identidade de gênero é uma forma de higienizar corpos, de limitar de formas de vida, uma vez que se atrela a experiência de vida do indivíduo a conceitos e normas criadas e sustentadas em uma superfície biologizante e heterossexista de poder.

Defendeu-se, assim, em nível de tese, que o discurso de garantia de direito à saúde vinculado à transição corporal é um instrumento de relações de poder, de controle de corpos, que reproduz uma configuração de poder que está pautada na coerência sexual. O Direito como um agente de relações de poder, ao ponto em que é atravessado pelo mesmo, assim como passa a atravessar. Eis um Direito normalizado-normalizador, que funciona como um envelope em benefício de um complexo de poder, mascarando-o, legitimando-o.

Produz-se o sexo. Produz-se o corpo sexuado. Produz-se o gênero. Vincula-se os três elementos em nível de coerência, no sentido de que se nasce com um sexo e um corpo próprio a este e a um gênero. Caso haja o *desejo* de reconhecimento em outro gênero, é necessário ter o corpo próprio ao mesmo. E mais, é necessário estar preparado para sofrer as consequências de viver como um ser abjeto, uma coisa, alguém marginalizado em sociedade.

Trata-se de lições que são repassadas a todos de forma indistinta, invisível, por meio de uma violência simbólica que atravessa os corpos, o imaginário social, dominando-os. A sociedade cobra e é cobrada a ser coerente. Sendo o discurso de direito a saúde apenas mais uma das ferramentas que estruturam este complexo de poder sobre o corpo.

Eis um aquário de realidade construído sobre conceitos naturalizados, onde se está submerso e com dificuldades de subverter ao mesmo. Uma nova história precisa ser construída. Uma nova realidade, em que o corpo deixe de ser um corpo sexuado e passe a representar uma superfície com uma ilimitada potência de experiências. Para além de um aquário, arquitetado por estruturas de poder.

Uma realidade em que não se seja mais identificado a partir do corpo e das experiências para com o mesmo. Um corpo sem órgãos. Um corpo como instrumento de luta, de subversão, em detrimento da normalização. Para além de um corpo sexuado, sustenta-se o corpo como um devir, em um contexto de extinção do sexo e gênero.

Considerando o seu caráter criado, defende-se uma realidade não mais composta pelos conceitos de gênero e sexo, todavia permeada pela reconstrução do conceito de corpo. Que a liberdade ocupe a realidade e que o corpo não seja mais um instrumento de identificação em níveis de sexo e de gênero. Para além de macho, fêmea, homem ou mulher; defende-se a existência de seres humanos.

Para além de alterar o corpo, o alterar da realidade. Da transição corporal à transição das categorias utilizadas na construção de verdades, das normas que constituem a realidade social. Por uma sociedade que não esteja pautada em normas de coerência. Por uma sociedade que não seja cruel o bastante a criar, excluir e matar indivíduos que não se adequem às normas criadas por um complexo de poder higienizador e hierarquizante. Pela construção de um devir, pelo tornar-se em detrimento do ser.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o Poder Soberano e Vida Nua. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Corpo feminino e violência de gênero: fenômeno persistente e atualizado em escala mundial. **Soc. estado**. [online]. 2014, vol.29, n.2, pp.329-340. ISSN 0102-6992. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922014000200002>.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental disorders - DSM-5**. 5th.ed. Washington: American Psychiatric Association, 2013.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais DSM III-R**. São Paulo: Manole, 1989.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais DSM-IV**. São Paulo: Manole, 1994.

ARAN, Márcia; MURTA, Daniela; LIONCO, Tatiana. Transexualidade e saúde pública no Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1141-1149, Aug. 2009.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000400020&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 05 de setembro de 2019.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Trotes, assédios e violência sexual nos campi universitários no Brasil. **Revista Gênero**, v. 17, n. 2, 2017.

BENJAMIN, Harry. Travestism and transsexualism. **International Journal of Sexology**, v.7, n.1, 1953.

BENTO, Berenice. Disforia de gênero: geopolítica de uma categoria psiquiátrica. **Direito e Praxis**. Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 15, 2016, p. 496-536

BENTO, Berenice. **“Disforia de gênero” no DSM-5**: o canto da sereia da cientificidade, 2017. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/opiniao/46930/disforia-de-genero-no-dsm-5-o-canto-da-sereia-da-cientificidade>. Acesso em: 12/05/2019.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade?** 1 ed. Brasília: brasiliense, 2008.

BENTO, Berenice. **Reinvenção do Corpo**: Sexualidade e gênero na experiência transexual. 1 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina – A condição feminina e a violência simbólica**. 1ª ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001

BRASIL, Conselho Federal de Medicina. **Parecer 08/2013**.

BRASIL, Conselho Federal de Medicina. **Resolução 1.652**.

BRASIL, Conselho Federal de Medicina. **Resolução 1.955**.

BRASIL, Conselho Federal de Medicina. **Resolução 2.265**.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria 457/SAS/MS**.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria 859/MS**.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria 1.579/MS**.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria 1.707 GM/MS**.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria 2.803/MS**.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria 2836/GM/MS**.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade 4257/DF**.

Relator: Min. Marco Aurélio.

BRASIL, Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Apelação Cível nº 0002669-**

80.2014.8.24.0005. Relator: Jorge Luís Costa Beber.

BRASIL, Tribunal de Justiça do Pará. **Procedimento Comum Cível Nº 0805517-**

92.2019.8.14.0301, decisão interlocutória, magistrado: Cesar Augusto Puty Paiva Rodrigues.

BRASIL, Tribunal Regional Federal 4ª região. **Apelação Cível nº 2001.71.00.026279-9/RS**.

Relator: Roger Raupp Rios.

BUTLER, Judith. **Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”**. New York:

Routledge, 1993.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre limites discursivos do “sexo”*. In: **O corpo educado**: Pedagogias da Sexualidade. Org. Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2003.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero – Feminismo e subversão da identidade**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014

COLAPINTO, John. **Sexo trocado**: a história real do menino criado como menina. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

DELEUZE, Gilles. Desejo e prazer. **Cadernos de subjetividade**. São Paulo, n. esp., p. 13-25, jun. 1996.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia, vol. 3. Tradução: Aurélio Guerra Neto, Ana Lucia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

DUARTE, André. **Foucault e as novas figuras da biopolítica**: o fascismo contemporâneo. In: *Para uma vida não-fascista*. Org. Margareth Rago; Alfredo Veiga-Neto. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

DURKHEIM, Émile. O que é fato social. In: **As Regras do Método Sociológico**. Trad. por Maria Isaura Pereira de Queiroz. 6.a ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1972.

EWALD, François. **L'état providence**. Paris: Grasset, 1986.

FONSECA, Márcio Alves da. **Michel Foucault e a Constituição do Sujeito**. São Paulo: Educ., 2003.

FONSECA, Márcio Alves da. **Michel Foucault E o Direito**. Max Limonad. 2002.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2014a.

FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2013a.

FOUCAULT, Michel. Entrevista de Michel Foucault. In: **Ditos & Escritos IX**. Organização, seleção de textos e revisão técnica Manoel Barros da Motta; Trad. Abner Chiquieri. 1 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014b.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 1ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz & Terra, 2014c.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. 1ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz & Terra, 2014d.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade III**: o cuidado de si. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. 1ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz & Terra, 2014e.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 29ª reimpressão. São Paulo: Graal, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: n-1 Edições, 2013b.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. Uma Entrevista: Sexo, Poder e a Política da Identidade. In: **Ditos e Escritos IX**. 1º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014f.

GALEÃO DE AZEVEDO, Thiago Augusto. **Direitos para alienígenas sexuais**: um estudo sobre a lógica de poder e a verdade produzida sobre a sexualidade no campo jurídico. Rio de Janeiro: Ed. Lúmen Juris. 2016.

GROSZ, Elizabeth. **Volatile Bodies**: Toward a corporeal feminism (Theories of representation and difference). Bloomington: Indiana University Press, 1994.

GRUPO TRANS COLETIVAS. **Nós, trans**: escrevivências de resistência. Belo Horizonte: Litera Trans, 2017.

HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In. Tadeu, T.(Org.) **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. P. 33-118.

KÜCHEMANN, Berlindes . A.; BANDEIRA, Lourdes Maria.; ALMEIDA, Tânia Mara C. A categoria gênero nas Ciências Sociais e sua interdisciplinaridade. **Revista do CEAM**, v. 3, n. 1, p. 63-81, 14 abr. 2015.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Trad. Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **O potencial político da Teoria queer**. Cult, São Paulo, n. 193, p. 36-37, ago. 2014. Entrevista concedida a Carla Rodrigues.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: **O corpo educado**: Pedagogias da Sexualidade. Org. Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre a sexualidade e teoria queer. 1 ed. Belo Horizonte: autentica, 2008.

MILOVIC, Miroslav. **Política e Metafísica**. São Paulo: Max Limonad. 2017.

MISKOLCI, Richard. **A Teoria Queer e a Sociologia**: o desafio de uma analítica da normalização. Sociologias [online]. 2009, n. 21 [cited2015-05-07], p. 150-182. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222009000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 jun. 2018.

MISKOLCI, Richard. O corte da Sexualidade: a emergência do dispositivo de sexualidade no Brasil. In: **Reunião Brasileira de Antropologia**: Desigualdade e Diversidade, 2008. Anais Online da Reunião Brasileira de Antropologia. Brasília: ABA, 2008. v. 1. Disponível em: http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2028/richard%20miskolci.pdf. Acesso em: 14 jun. 2018.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **OMS retira a transexualidade da lista de doenças mentais**. <https://nacoesunidas.org/oms-retira-a-transexualidade-da-lista-de-doencas-mentais/>. Acesso em 05/04/2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **CID-10** - Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, 1993 .

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **CID-11** - Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, 2018.

PRECIADO, Paul. **Manifesto Contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.

RAMSEY, G. **Transexuais**: perguntas e respostas. São Paulo: Edições GLS, 1996.

SÍTIO PORTAL DA SAÚDE. **Processo Transexualizador no SUS**. 2016. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/1174-sgep-raiz/lgbt/21885-processo-transexualizador>. Acesso em: 24 de setembro de 2017.

SÍTIO MINISTÉRIOS DOS DIREITOS HUMANOS. **OMS retira transexualidade da lista de doenças e distúrbios mentais**. <https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/junho/organizacao-mundial-da-saude-retira-a-transexualidade-da-lista-de-doencas-e-disturbios-mentais>. Acesso em 11/05/2019.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. 1ª ed. São Paulo: Autêntica, 2013.

SOUZA, Jessé. **A Ralé Brasileira: quem é e como vive**, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

ŽIŽEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ANEXOS

Anexo 1: LISTA (SIH SUS) DE HOSPITAIS CREDENCIADOS PARA CIRURGIA E ACOMPANHAMENTO PRÉ E PÓS-OPERATÓRIO

Indicadores - Serviços Especializados

Estado: TODOS

Município: TODOS

Tipo de Serviço:

Serviço Especializado: ATENÇÃO ESPECIALIZADA NO PROCESSO TRANSEXUALIZADOR

Classificação: CIRURGIA E ACOMPANHAMENTO PRÉ E POS-OPERATORIO

Atendimento

Ambulatorial SUS Não SUS Hospitalar SUS Não SUS

Existem 11 registros na tabela - Mostrando página 1 de 1

CNES	Estabelecimento	CNPJ	CNPJ Mantenedora	Município
0009709	<u>EBSERH HOSP UNIV MARIA APARECIDA PEDROSSIAN</u>	15126437001891		CAMPO GRANDE
2707675	<u>FAHERG</u>	91102236000194		RIO GRANDE
2078015	<u>HC DA FMUSP HOSPITAL DAS CLINICAS SAO PAULO</u>	56577059000100		SAO PAULO
0000396	<u>HOSPITAL DAS CLINICAS</u>	24134488000299	24134488000108	RECIFE
2338424	<u>HOSPITAL DAS CLINICAS</u>	01567601000224	01567601000143	GOIANIA
4044916	<u>HOSPITAL DAS CLINICAS</u>	32479164000130	32479123000143	VITORIA
2237601	<u>HOSPITAL DE CLINICAS</u>	87020517000120		PORTO ALEGRE
2146355	<u>HOSPITAL DE CLINICAS DE UBERLANDIA</u>		25648387000118	UBERLANDIA
2084163	<u>HOSPITAL ESTADUAL DE DIADEMA HOSPITAL SERRARIA</u>	46374500013687	46374500000194	DIADEMA
2295415	<u>HOSPITAL UNIVERSITARIO GAFFREE E GUINLE</u>	34023077000280	34023077000107	RIO DE JANEIRO
2269783	<u>UERJ HOSPITAL UNIV PEDRO ERNESTO</u>	33540014001714	33540014000157	RIO DE JANEIRO

Anexo 2: LISTA (SIH SUS) DE HOSPITAIS CREDENCIADOS PARA ACOMPANHAMENTO CLÍNICO PRÉ E PÓS-OPERATÓRIO E HORMONIOTERAPIA

Indicadores - Serviços Especializados

Estado: TODOS

Município: TODOS

Tipo de Serviço:

Serviço Especializado: ATENÇÃO ESPECIALIZADA NO PROCESSO TRANSEXUALIZADOR

Classificação: ACOMP CLINICO PRE E POS OPERATORIO E HORMONIOTERAPIA

Existem 49 registros na tabela - Mostrando página 1 de 1

CNES	Estabelecimento	CNPJ	CNPJ Mantenedora	Município
2146339	<u>AMBULATORIO AMELIO MARQUES</u>		25648387000118	UBERLANDIA
2764555	<u>ANGIOCLINICA</u>	04037681000113		JANAUBA
3955249	<u>BELA CONTOUR</u>	03061035000129		BRASILIA
2606364	<u>CENTRO DE ESPECIALIDADES DR MARIA DALUZ MARQUES BARRETO</u>		09067562000127	CATOLE DO ROCHA
2077957	<u>CENTRO DE REFERENCIA E TREINAMENTO DSTAIDS SAO PAULO</u>	46374500012109	46374500000194	SAO PAULO
2037270	<u>CENTRO DE SAUDE SANTOS DUMONT</u>		51885242000140	CAMPINAS
2711613	<u>CENTRO INTEGRADO DE SAUDE AMAURY DE MEDEIROS</u>	11022597001244		RECIFE
5372291	<u>CLINICA DE OTORRINOLARINGOLOGIA DE JANAUBA</u>	07797960000173		JANAUBA
2642638	<u>CLINICA DR LAERCIO CADORE</u>	97331227000151		BRUSQUE
9853278	<u>CMESAUDE</u>	32915458000167		NATAL
2399717	<u>COMPLEXO DE DOENCAS INFECTO CONTAGIOSAS CLEMENTINO FRAGA</u>	08778268000594	08778268000160	JOAO PESSOA
6119182	<u>CONS MEDICO GINEN</u>	52639135000103		SAO PAULO
0015253	<u>CRE METROPOLITANO</u>		76416866000140	CURITIBA
9089977	<u>DEMAY</u>	22808153000100		BRUSQUE
0009709	<u>EBSERH HOSP UNIV MARIA APARECIDA PEDROSSIAN</u>	15126437001891		CAMPO GRANDE
9614079	<u>EXATA CLINICA</u>	18129308000105		SAO PAULO
2707675	<u>FAHERG</u>	91102236000194		RIO GRANDE
2078015	<u>HC DA FMUSP HOSPITAL DAS CLINICAS SAO PAULO</u>	56577059000100		SAO PAULO
4044916	<u>HOSPITAL DAS CLINICAS</u>	32479164000130	32479123000143	VITORIA
2338424	<u>HOSPITAL DAS CLINICAS</u>	01567601000224	01567601000143	GOIANIA
0000396	<u>HOSPITAL DAS CLINICAS</u>	24134488000299	24134488000108	RECIFE
2237601	<u>HOSPITAL DE CLINICAS</u>	87020517000120		PORTO ALEGRE
2206595	<u>HOSPITAL DE CLINICAS DA UFTM</u>	25437484000242	25437484000161	UBERABA
2146355	<u>HOSPITAL DE CLINICAS DE UBERLANDIA</u>		25648387000118	UBERLANDIA
9443665	<u>HOSPITAL MUNICIPAL DE SALVADOR HMS</u>		13927801000572	SALVADOR
2410141	<u>HOSPITAL REGIONAL DR AGUINALDO PEREIRA</u>	08241754010612	08241754000145	CARAUBAS
2219654	<u>HOSPITAL UNIVERSITARIO CLEMENTE DE FARIA</u>		22675359000100	MONTES CLAROS
0003816	<u>HOSPITAL UNIVERSITARIO PROFESSOR EDGARD SANTOS</u>	15180714000287	15180714000104	SALVADOR

2693356	<u>LABORATORIO CENTRAL DO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE</u>		92963560000160	PORTO ALEGRE
4071468	<u>NABS</u>		23455313000130	ITUMBIARA
0012580	<u>POLICLINICA COMUNITARIA DR SERGIO AROUCA</u>	32556060001820	32556060000181	NITEROI
0025925	<u>POLICLINICA DA MULHER DR JULIO PEREIRA GOMES</u>		36504470000130	VOLTA REDONDA
3857123	<u>POSTO DE SAUDE ACUIPE</u>		00394544010733	ILHEUS
6359337	<u>POSTO DE SAUDE VILA SANTANINHA</u>		00394544010733	ILHEUS
6421830	<u>PROVIDA</u>	35917970000645		VOLTA REDONDA
9287116	<u>SAE CTA CACAPAVA</u>		45189305000121	CACAPAVA
2360276	<u>SAE DSTAIDS</u>		04092672000125	JI-PARANA
6912923	<u>SERVICO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO E CENTRO DE TESTAGEM</u>		46523049000120	COTIA
2270803	<u>SES RJ INST EST DIABET ENDOCRINOLOGIA IEDE</u>	42498717000821	42498717000155	RIO DE JANEIRO
5044685	<u>SMS CF ENFERMEIRA EDMA VALADAO AP 33</u>		29468055000102	RIO DE JANEIRO
7021771	<u>SMS CF RAIMUNDO ALVES NASCIMENTO AP 33</u>		29468055000102	RIO DE JANEIRO
5417708	<u>SMS CF SOUZA MARQUES AP 33</u>		29468055000102	RIO DE JANEIRO
5879655	<u>SMS CMS ALICE TOLEDO TIBIRICA AP 33</u>		29468055000102	RIO DE JANEIRO
2269295	<u>SMS CMS CLEMENTINO FRAGA AP 33</u>	29468055003128	29468055000102	RIO DE JANEIRO
5315026	<u>SMS CMS FAZENDA BOTAFOGO AP 33</u>		29468055000102	RIO DE JANEIRO
2269759	<u>SMS CMS FLAVIO DO COUTO VIEIRA AP 33</u>	29468055008863	29468055000102	RIO DE JANEIRO
2269627	<u>SMS CMS SYLVIO FREDERICO BRAUNER AP 33</u>	29468055004361	29468055000102	RIO DE JANEIRO
2269783	<u>UERJ HOSPITAL UNIV PEDRO ERNESTO</u>	33540014001714	33540014000157	RIO DE JANEIRO
2333082	<u>URE DIPE</u>		05054929000117	BELEM